

ANDRÉ LACERDA

BRASIL REAL

50 leituras da conjuntura nos anos Lula



BRASIL REAL

50 leituras da conjuntura econômica nos anos Lula

ANDRÉ LACERDA

BRASIL REAL

50 leituras da conjuntura econômica nos anos Lula

Instituto Teotônio Vilela

Brasília
2009

Copyright © André Lacerda, 2009

Projeto gráfico e capa: Duo Design Comunicação

Preparação e revisão de texto: André Lacerda

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do Senado Federal)

Lacerda, André.

Brasil Real : 50 leituras da conjuntura econômica nos
anos Lula / André Lacerda. – Brasília : Instituto Teotônio
Vilela, 2009.

324 p.

ISBN 978-85-88907-02-7

1. Política e governo, Brasil. 2. Condições econômicas, Brasil.
I. Título.

CDD 320.981

Foi feito o depósito legal na Biblioteca Nacional (lei nº 10.994, de 14.12.2004)

Todos os direitos reservados ao autor

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Senado Federal – Anexo I – 17º andar – Sala 1706

70.165-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3224-5282

Fax: (61) 3303-3891

www.itv.org.br

Este livro é dedicado a
Amanda, Heitor e Viviane

Prefácio

Oposição existe para se opor.

O que para gramáticos é um pleonasmo e para os filósofos seria tautológico, tornou-se, na política brasileira atual, uma heresia. Nos anos Lula, a crítica e a vigilância de quem se encontra fora do poder são vistas pelo governo como agressão, antipatriotismo, vaidade, inveja e mais um monte de adjetivos detratores. Mas a oposição existe, sim, e este Brasil Real é uma amostra disso.

Desde maio de 2007 é produzido ininterruptamente com dois números mensais, publicados pelo Instituto Teotônio Vilela, braço de formação política do PSDB. Lá se vão 50 edições, aqui reunidas. Os temas são os mais diversos, como diversa é a pauta de assuntos da conjuntura nacional sobre a qual se debruça o debate político.

O Brasil Real nasceu da constatação de que a oposição, derrotada em outubro de 2006, estava mais calada e quieta do que deveria. Os governos tucanos nos planos federal, estadual e municipal dispunham de um estoque de realizações em favor do país que o governo petista insistia em tentar empurrar para o limbo da História. Era preciso propagar tais feitos e parte relevante está aqui registrada.

Há muito do que se orgulhar, a começar pela histórica estabilização da moeda a partir do Plano Real. Também os avanços alcançados na agricultura, o sucesso dos genéricos na ampliação do acesso da população a medicamentos, o controle das contas públicas a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, o sucesso da indústria do petróleo. O PSDB tem um passado a mostrar e um futuro a oferecer.

Os textos reunidos neste livro também buscam compreender e analisar, da forma mais clara e ilustrativa possível, programas, ações e episódios que compuseram os anos Lula. Passados sete anos, é triste constatar



o pouco que avançamos rumo a um país melhor. Vencidos quase três anos de edições do Brasil Real, é mais desconfortável ainda verificar como muitas das críticas aqui reunidas continuam atualíssimas.

É o PAC que permanece empacado, os insuficientes investimentos em infraestrutura, a onipresente violência do MST, a escalada tributária, o precário mercado de trabalho, o desmonte da estrutura industrial exportadora de ponta do país, a gastança em ascensão meteórica, a partidarização de instituições respeitáveis como o Banco do Brasil e a Petrobras. E o tragicamente atual apagão energético.

Oposição, quando é feita de maneira responsável, também existe para propor alternativas. E, despretensiosamente, os textos do Brasil Real também buscaram este objetivo, à luz da experiência acumulada nos governos e na leitura cotidiana da conjuntura, por si só fértil em indicar opções quase sempre melhores do que as que o PT preconiza.

Talvez o livro sirva para iluminar novos caminhos a trilhar a partir do próximo ano.

O autor



Apresentação

A atividade política tem sua dimensão mais visível nas manifestações públicas sobre temas da conjuntura e da vida nacional.

Os atores políticos, lideranças partidárias, parlamentares, executivos com mandato ou simples militantes são provocados pelos assuntos que se tornam objeto do debate público. Todo dia a conjuntura é “pautada” com projetos para deliberação do Congresso Nacional, decisões e declarações de autoridades, indicadores sobre a realidade social ou econômica do país, fatos internacionais ou mesmo acontecimentos do dia a dia da população. As possibilidades de veiculação das manifestações políticas multiplicam-se nos vários meios jornalísticos, cada vez mais próximos dos fatos em tempo real.

Analisar a conjuntura, com suas diferentes interpretações veiculadas nas diversas mídias, formar uma opinião sobre o que se passa e formular uma manifestação capaz de ser uma intervenção política constituem nossa tarefa cotidiana.

O trabalho de formulação política é intensivo em informação, conhecimento organizado e inteligência criativa. É um trabalho intelectual nobre e sofisticado, ao mesmo tempo extremamente democrático e aberto a todos que se dispõem a acompanhar, opinar e tentar influir na história enquanto ela acontece. Nos botequins, esquinas, aeroportos, reuniões formais, entrevistas, artigos de jornal, discursos em plenário e agora também nos blogs, sites e twitters o debate político vai ganhando participantes e ouvintes.

O principal desafio de um órgão de formulação política como o ITV é justamente o de traduzir e interpretar a realidade, aproximando o trabalho intelectual da ação política. Nos últimos dois anos, é isso



que políticos, assessores e internautas que costumam acessar a página do ITV na web têm encontrado desde que foi lançado o primeiro número do Brasil Real, em maio de 2007. E é isso que o leitor vai encontrar nos 50 textos reunidos neste livro, fruto do rigor de apuração e do talento do jornalista André Lacerda para escolher as palavras certas e assim traduzir temas complexos para uma linguagem compreensível à maioria das pessoas.

Mais que isso: o Brasil Real – aliado a outros produtos do ITV como as Notas Técnicas, as Análises de Conjuntura, entre outros – tem servido para solidificar as ideias permanentes que moldam a visão política e programática do partido. No futuro, vistos em perspectivas, os textos dessa coletânea e os próximos números da publicação serão importante material para aqueles que quiserem entender as idas e vindas do Brasil sob o segundo governo Lula.

Luiz Paulo Vellozo Lucas

Presidente do Instituto Teotônio Vilela



Sumário

Desempenho do PAC é pior do que governo tenta fazer crer.....	17
Quanto custa manter o dólar barato e os juros nas alturas.....	25
Apesar de Lula, agricultura recupera-se e tenta avançar	33
Governo incha máquina pública; contribuinte paga a conta	41
País vê indústria minguar e empregos migrarem.....	47
Formas de prevenir tragédia havia; o que faltou foi governo	53
Brasil de Lula é paraíso dos bancos.....	61
Bombardeio a agências é mais uma ameaça de retrocesso.....	67
Mergulhada em crise, saúde vê ajuda federal chegar tarde	75
Em estado precário, rodovias aguardam concessões.....	81
Carga tributária cresce sem parar há quatro anos	87
Valorização do real mina superávit externo.....	93
Crise energética já desponta no horizonte	99
Quebra de monopólio impulsionou indústria do petróleo	105
Anos Lula trazem avanços tímidos nos indicadores sociais.....	111
2008 impõe novos desafios à gestão da política econômica.....	117
Cartão corporativo ilustra descontrole das contas federais	121
Balança comercial caminha para novos padrões.....	127
Crescimento é bom, mas ainda insuficiente	133
Quando o Estado é mau gestor, toda a sociedade perde	139
Incerteza nas concessões dificulta geração de energia nova	145
Descobertas de petróleo obrigam país a discutir o futuro	151
PAC caminha em marcha lenta.....	157
Inflação em alta exige maior coordenação econômica	163
Sem repressão oficial, devastação da Amazônia acelera.....	169
Em defesa da responsabilidade fiscal.....	175



Tributos crescem ainda mais e alimentam gasto do governo.....	181
Aumento de despesa com funcionalismo parece não ter fim.....	187
Mais dúvidas que certezas no debate do pré-sal	193
Os desafios expressos na Pnad.....	199
Crise global pega o país no contrapé	205
Urnas premiam modo tucano de governar	211
Dificuldades na agricultura prenunciam rigor da crise	217
Retrato amarelado de uma realidade que enegreceu.....	223
Juros brasileiros são anomalia que sobrevive à crise	229
Plano decenal prevê energia ainda mais poluente.....	235
Crise encontra mercado de trabalho em deterioração	241
Mito da autossuficiência não resiste a teste da realidade	247
A marcha batida dos sem-terra em direção à criminalidade	253
Recessão é o preço da inércia do governo Lula	259
Contas em frangalhos são herança maldita de Lula	265
BB: o banco do Ricardo, do Guido, do Luiz Inácio, do PT	271
A cegueira do governo Lula	277
Genéricos: dez anos de uma história de sucesso	283
Sem investimentos, recessão está longe de ser só ‘técnica’	289
Estabilidade da moeda, uma conquista tucana.....	295
Uma nova agenda para a agricultura	301
O dilema das exportações	307
CSS só serve para alimentar gastança do governo do PT.....	313
PT quer trabalhadores longe dos ganhos do pré-sal	319



Desempenho do PAC é pior do que governo tenta fazer crer

O governo Lula lança mão de artifícios estatísticos para tentar apresentar à sociedade números do PAC melhores do que a realidade admite. Compara e iguala, no balanço de cem dias do programa, projetos de dimensões totalmente díspares. Um exemplo: uma pequena usina e outra hidrelétrica que gera 43 vezes mais aparecem com mesmo peso na contabilidade oficial. Usando critérios mais adequados verifica-se que, no setor de geração de energia, pelo menos 18% da expansão prevista encontra-se seriamente comprometida – o governo preferiu, porém, agrupar dados para sustentar que apenas 3,8% de todo o segmento energético corre riscos. A atual administração federal revela dificuldade de gestão, que se constata, inclusive, nos reduzidos níveis de execução do Orçamento até agora. Também falta transparência: tal como está, o PAC não permite acompanhamento da sociedade – das 1.646 ações previstas no programa, apenas 109 têm o andamento descrito em detalhes no balanço oficial.

O balanço dos primeiros cem dias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), apresentado no último dia 7 pelo governo federal, revela o tamanho do improvisado com que se move a atual administração. Desde o primeiro momento tem-se a clara impressão de que o PAC é um amontoado de ações - muitas delas velhas, outras tantas que seriam postas em marcha independentemente da atuação oficial - reunidas às pressas para ser o Fome Zero do segundo mandato de Lula. Tal percepção vai agora se consolidando.

A análise das 116 páginas do balanço, disponível no sítio da Presidência da República na internet, mostra que o documento pouco serve para aquilo que o governo alardeia, ou seja, “prestar contas à sociedade”. Um acompanhamento sério das obras do PAC, algo bem-vindo, seria fundamental para a boa gestão do programa, mas o que se vê é, na melhor das hipóteses, a tentativa de desinformar.

O governo reuniu os números de forma a obter algum retrato favorável do PAC. Nesse recorte, 52,5% das obras estariam com andamento absolutamente dentro do cronograma previsto. Isso deveria ter servido para sublinhar que 47,5% dos empreendimentos têm problemas. Mas o olhar oficial preferiu tentar sustentar que 91,6% das ações seguem em “ritmo satisfatório”, incluindo nessa contabilidade obras e projetos cuja execução já inspira cuidados (os 39,1% marcados com selo amarelo, segundo a metodologia do programa). Fato é que indicadores que serviriam para mostrar que o PAC caminha bem - com a maioria das obras supostamente em estágio “adequado” (selo verde) de progresso - pecam pela inconsistência.

Contabilidade enganosa

No balanço, o governo optou por tomar a quantidade de empreendimentos como base principal para suas estatísticas. Seriam ao todo



1.646 ações, entre obras, estudos e projetos. Nessa contabilidade, a construção, por exemplo, de uma usina hidrelétrica capaz de gerar 76 MW carimbada com selo verde - como é o caso de Toricoejo, em Mato Grosso - tem o mesmo peso nas contas que a emblemática e problemática Jirau, no rio Madeira, e seus 3.326 MW marcados em vermelho. Como se vê, em potência instalada uma Jirau equivale a 43 Toricoejo. Qual a utilidade de um balanço que junta no mesmo balaio, e as iguala, obras de grandezas tão díspares?

O procedimento correto, claro, seria considerar, para efeito de comparação, potências em megawatts, extensões em quilômetros e capacidades em metros cúbicos de cada empreendimento. Ao não proceder assim, o balanço oficial mostra-se insuficiente para permitir o acompanhamento transparente do PAC pela sociedade, algo considerado por alguns como um mérito do programa. Das 1.646 ações previstas, apenas 109 têm o andamento descrito em detalhes no documento. Mesmo neste restrito universo, porém, é possível antever problemas não desprezíveis no horizonte.

Riscos à frente

Tome-se o caso da expansão da geração no setor energético - que representa o principal temor quanto à sustentação do crescimento da economia no longo prazo. O PAC apresenta como meta agregar 39.806 MW ao parque gerador nacional num horizonte de tempo que vai além de 2010. Incluindo o Proinfa (programa de incentivo a fontes alternativas), são 202 ações previstas. Mas, no balanço dos cem dias do PAC, o governo só apresentou o andamento detalhado de 22 das obras e projetos desse segmento.

Apenas nesta pequena amostra, nada menos que 14.014 MW exibem algum problema de andamento (selos amarelo e vermelho). Isso



significa que mais de um terço da energia de que o país precisa para sustentar o crescimento da economia está sob algum tipo de ameaça de frustrar-se. Pior: 7.126 MW enfrentam riscos elevados (selo vermelho) de não sair do papel. Ou seja, passados cem dias do lançamento do PAC, 18% da expansão da geração de energia prevista é praticamente uma miragem, algo de difícil realização. O governo preferiu, porém, juntar todos os projetos energéticos num mesmo indicador para sustentar que apenas 3,8% deles correm sério risco.

Junte-se a isso o fato de a “contabilidade criativa” dos gestores do PAC considerar de tudo um pouco para tentar robustecer os resultados. O projeto de conclusão das eclusas da usina de Tucuruí fornece bom exemplo. As obras começaram há 25 anos, tiveram seu término prometido por Lula para 2006 e até agora só foram executadas pela metade. Mesmo assim, o empreendimento foi incluído no balanço do programa como uma ação que progride em ritmo “adequado”. Como, usando os dados do PAC, não se sabe exatamente em que pé estão as demais 180 ações voltadas a expandir o parque gerador de energia no país, o risco de faltar o insumo já no fim desta década pode ser ainda maior.

Como se não bastasse, dos 30 empreendimentos relacionados à expansão da produção de gás natural, apenas 13 estão com cronograma em dia. De oito ações relacionadas ao Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural (outro pré-requisito essencial para evitar o apagão energético) listadas no balanço, apenas uma - o trecho Cacicimbas-Catu do Gasene - estaria rigorosamente no ritmo desejável.

No segmento de logística, o governo Lula considera que 56% das ações estão com andamento satisfatório. Para alcançar este percentual, porém, inclui na conta, por exemplo, a segunda etapa do programa de concessão de rodovias, que se arrasta há sete anos e está com o edital suspenso desde janeiro - o governo agora promete as novas



regras para julho. Vale lembrar que, só na área de transportes, mais de 30 obras apresentadas como “novas” no PAC já estavam previstas no PPA lançado pelo governo Lula em 2004 e deveriam ficar prontas até dezembro.

Premissas inconsistentes

Os sérios problemas verificados até agora reforçam uma inconsistência apontada no programa desde a primeira hora. O PAC repousa sobre a premissa de que a economia brasileira crescerá 4,5% este ano e 5% em média no período 2008-2010. Fato é que hoje simplesmente não há combustível suficiente para fazer esta locomotiva andar nessa velocidade. E o problema está, principalmente, no setor energético.

Em função de opções políticas equivocadas, calcadas num modelo centralizador e estatizante adotado a partir de 2005, a expansão do parque brasileiro de geração energética estancou na Era Lula. Hoje não há quem aposte que, a partir de 2010, haverá energia suficiente para fazer frente ao aumento de demanda projetado. Mesmo nos cenários mais róseos, cada vez mais improváveis, o crescimento estimado da oferta só seria capaz de sustentar uma economia que avançasse a um ritmo médio anual de 4% - menos, portanto, daquilo que o PAC considera como pré-condição para, entre outras coisas, permitir a redução do endividamento público e das taxas de juro.

Orçamento mal gasto

Mais grave é que, quando foi lançado, em 22 de janeiro, o PAC tornou a expansão dos investimentos em infraestrutura ainda mais dependente de fontes públicas de recursos, principalmente estatais como a Petrobras. Do total previsto até 2010, R\$ 67,8 bilhões viriam do Orçamento federal - o que representa 70% acima do que o governo



Lula aplicou ao longo dos seus primeiros quatro anos. O que se viu até agora, porém, foi um governo incapaz de levar adiante os empreendimentos que lhe competem.

No balanço divulgado no último dia 7, soube-se que dos R\$ 15,8 bilhões que o governo anunciou que teria disponível para gastar este ano, apenas R\$ 1,92 bilhão haviam sido contratados até o fim de abril. Mantido esse ritmo, o desempenho orçamentário do PAC mal superará um terço do programado. Mais que isso, R\$ 6,7 bilhões relativos ao Projeto Piloto de Investimentos (PPI) não estão disponíveis para serem investidos pelo fato de a LDO de 2007 ainda não ter sido alterada no Congresso - mesma situação em que estão sete medidas provisórias e cinco projetos de lei relacionados ao PAC que ainda tramitam no Parlamento. Até agora apenas uma proposta do pacote virou lei.

Pouco pelo social

O desempenho dos projetos da área que o governo apelidou de “infra-estrutura social e urbana” - inclui habitação, saneamento, metrô, iluminação e recursos hídricos - reforça a constatação de que o PAC não vai bem: 74,7% das ações têm problemas (selos amarelo e vermelho). Obras e projetos de saneamento e habitação, sobretudo para baixa renda, sequer constam do primeiro balanço oficial.

Os projetos de saneamento, que representam R\$ 3,7 bilhões em financiamentos pelo FGTS, ainda terão de passar por avaliação do Tesouro antes de serem implementados. Quanto tempo vai levar, não se sabe. Na área de habitação o pouco que se obteve neste ano veio de investimentos privados: os desembolsos do setor cresceram 21,7% no primeiro trimestre, para R\$ 2,9 bilhões, segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção. É dinheiro que seria gasto com ou sem PAC. Na contramão, projetos dependentes de recursos públicos,



como os financiamentos com verba do FGTS, tiveram queda de 14% no período.

Resta claro que o governo demonstra dificuldade de coordenar ações de longo prazo e de bem gerir o Orçamento. Nem com muito malabarismo consegue esconder as fragilidades do PAC e disfarçar a constatação de que ele foi urdido de improviso para dar um mote publicitário ao segundo mandato de Lula - tanto que passou a gerar filhotes setoriais, como na educação e na segurança. O que se verifica, mais uma vez, é a incapacidade da gestão petista em conduzir o país adiante, a despeito de toda a condição favorável que a economia mundial fornece neste instante.

Se o governo insistir em considerar que o ritmo das obras nas quais aposta o futuro da nação é “adequado”, como fez na divulgação do primeiro balanço do PAC, é possível que fiquemos ainda mais para trás, porque, como um todo, o programa só pode ser classificado com o selo vermelho de “preocupante”. ■



Quanto custa manter o dólar barato e os juros nas alturas

A política monetária praticada pelo governo Lula está causando sérios estragos à economia brasileira. Com ações tímidas para enfrentar o problema da valorização do câmbio, o país tem sujeitado os setores industriais que mais empregam a condições muito desfavoráveis de sobrevivência. Para elevar a produtividade, a primeira saída tem sido demitir: só os calçadistas já cortaram 30 mil postos em dois anos. Com juros muito altos, o ingresso de dólares só cresce: os custos para manter reservas equivalem a R\$ 18 bilhões ao ano, ou duas vezes o orçamento do Bolsa Família para 2006. Cada vez menos empresas conseguem manter-se exportando; quase duas mil já desistiram nos últimos dois anos.

A economia brasileira tem sido varrida por uma onda de otimismo. Em momentos assim, o maior risco é perdermos oportunidade de corrigir erros graves que podem cobrar seu preço logo adiante. É o que ocorre atualmente em relação aos desequilíbrios que vêm sendo gerados na indústria, principalmente em ramos mais empregadores. Trata-se de custo diretamente associado à expressiva valorização do real, fortemente impactada, por sua vez, pelos juros elevados que o país pratica.

Quando se analisam as condições favoráveis vigentes no país hoje, é sempre bom ter em mente que são consequência de um processo iniciado há pelo menos 13 anos, a partir do Plano Real, ao qual se seguiram importantes ajustes nas contas públicas com as privatizações e a entrada da Lei de Responsabilidade Fiscal em vigor, entre outros. É também relevante considerar que o mundo desfruta hoje seu melhor momento econômico em 60 anos. Ou seja, é a primeira vez no pós-guerra que a economia global enfileira cinco anos seguidos de tamanha bonança. Pode-se dizer, porém, que, infelizmente, nos anos recentes o Brasil esteve longe de acompanhar o ritmo do mundo e menos ainda o das nações do grupo emergente.

Cortando empregos

O Brasil optou, sob Lula, por conviver com uma taxa cambial bastante prejudicial à saúde de nossa economia. Com isso, temos incorrido em perdas graves em termos de geração de emprego, principalmente de vagas voltadas a jovens em busca de sua primeira oportunidade. Os setores mais afetados pelo dólar barato são justamente aqueles que mais vinham abrindo portas para ingressantes no mercado de trabalho: pesquisa recente da UFRJ mostrou que manufaturas de calçados, móveis, têxteis e vestuário respondem por 63,5% das vagas abertas na indústria para quem nunca trabalhou. Hoje esses segmentos vivem à



míngua com a crescente concorrência de produtos importados e com o estreitamento de mercado para suas exportações. Com isso, fecham portas, demitem.

Indústrias de calçados, vestuário e madeira estão entre os sete únicos segmentos cujo total de pessoal ocupado caiu nos três primeiros meses do ano em relação ao trimestre inicial de 2006. O setor calçadista é o que está em pior situação: a queda acumulada atinge 8%. Um exemplo emblemático: a tradicional fabricante gaúcha Reichert, maior exportadora de calçados do país, acaba de anunciar que cerrará as portas, depois de 72 anos de atividades; 20 unidades serão fechadas e 4 mil pessoas, demitidas. A Abicalçados, que representa o setor, fala em algo como 30 mil demissões desde 2005. Isso significa 10% da mão de obra antes empregada nas indústrias de sapatos brasileiras.

O que está ocorrendo é que estas fábricas estão tendo de realizar brutais aumentos de produtividade, em função das margens de ganhos estreitas que a moeda americana em queda lhes impõe. Estima-se que os custos de produção equivalentes em dólar de alguns setores tenham subido cerca de 40% nos últimos dois anos. Cortar empregos é a forma mais rápida de se tentar contornar tal problema. Para alcançar um ganho de produtividade de 4,7%, as empresas de vestuário, por exemplo, reduziram em 9,6% o total de horas pagas no primeiro trimestre.

Custo das reservas

Gerar menos emprego é o custo mais danoso que o desequilíbrio monetário - caracterizado por juros muito acima do nível médio mundial e por dólar muito barato - tem nos imposto. Há outros igualmente evidentes, como os gastos associados à política de acumulação de reservas internacionais. É positivo que o país disponha hoje de um montante confortável para evitar movimentos abruptos no câmbio. Mas é



preciso ter em mente quanto o Banco Central é obrigado a torrar para obter este colchão, despesa que um ajuste consistente na taxa básica de juro poderia ajudar a reduzir consideravelmente.

Para enxugar, no mercado, os dólares que entram para aproveitar-se do diferencial de juros (o Brasil paga 12,5% ao ano, enquanto os emergentes pagam em média 2%), o Banco Central compra a moeda americana e carrega-a para as reservas. O Tesouro, por sua vez, emite títulos para retirar o excesso de reais da economia. Esse processo custa caro: o equivalente a dois Bolsa Família.

As reservas nacionais - da ordem de US\$ 122 bilhões, segundo a mais recente medição do BC, divulgada no início do mês de maio - são aplicadas em *treasuries*, os papéis do governo americano. Estes pagam, em média, 4,8% ao ano ao poupador. Ou seja, a remuneração anualizada dos títulos em poder do Banco Central é de perto de R\$ 12 bilhões.

A contrapartida da acumulação de reservas é a emissão de títulos da dívida pública brasileira. Estes papéis remuneram o investidor pagando a Selic campeã mundial: no atual patamar, empilhar dólares gera custo anualizado de algo como R\$ 30 bilhões ao Tesouro. Ou seja, o prejuízo com a operação é de R\$ 18 bilhões ao ano. Só para comparar: o orçamento previsto para o Bolsa Família este ano é de R\$ 8,8 bilhões, para atender 11,1 milhões de famílias.

Para comprovar o quanto os juros brasileiros (ainda) estão num patamar explosivo, basta ver o que um investidor internacional ganhou aplicando em títulos brasileiros. Apenas em seis meses, uma aplicação no Brasil proveniente do exterior (ou seja, originada em dólar) rendeu 14% ao investidor; nos EUA paga-se menos de 5% ao ano. Ou seja, os ganhos acumulados desde o início de janeiro até agora no país são equivalentes ao que será embolsado por um aplicador em títulos americanos somente após transcorridos três anos.



Capital especulativo

Sabe-se que muito da valorização do real é resultado direto da entrada de recursos externos para lucrar com aplicações em renda fixa. Estimativas recentes indicam que, desde o começo de 2006, US\$ 14,5 bilhões ingressaram no país (em termos líquidos) com esta finalidade. Historicamente, mais saíam do que entravam recursos desse tipo no Brasil, tendência que se inverteu em 2003. Juros altos impulsionam ainda mais este movimento especulativo e imputam custos muito elevados para a administração monetária. Para comparar: a entrada de recursos para aplicação em títulos equivaleu a 60% dos investimentos diretos estrangeiros, ou seja, em ativos reais, feitos no país no ano passado - que somaram pouco menos de US\$ 19 bilhões.

Associado ao ingresso de dólares em busca do lucro fácil obtido com o juro alto local está o forte aumento verificado nos investimentos realizados por brasileiros no exterior: no ano passado, tal soma alcançou US\$ 27 bilhões, valor 11 vezes superior ao registrado em 2005. Mesmo quando se exclui do total a megaoperação de compra da canadense Inco pela Vale do Rio Doce, os números de 2006 espantam pelo gigantismo. São mais empregos sendo gerados - no exterior.

Resultados recentes da balança comercial indicam que a perda de oportunidades em favor do exterior tende a agravar-se. Há cada vez mais empresas dedicando-se a importar, desde máquinas e equipamentos (o que é bom) até bens de consumo final, o que costuma ser deletério para o desenvolvimento do parque produtivo nacional. No primeiro bimestre, a lista de importadores cresceu 10%, atingindo 15,8 mil estabelecimentos. No outro extremo, cada vez menos empresas conseguem exportar: entre 2005 e 2006, 1.793 empresas brasileiras deixaram de vender para o exterior. É razoável deduzir que vergaram abatidas por um dólar que inviabiliza negócios comerciais com consumidores estrangeiros.



Atualmente as importações têm crescido, em média, dez pontos percentuais acima das exportações. Esse processo retira parte do gás que impulsiona o crescimento da economia local, como ocorreu em 2006. No ano passado, o setor externo teve contribuição negativa de 1,4 ponto percentual no PIB. Ou seja, sem isso, a soma das riquezas produzidas no país - que avançou 3,7% - poderia ter tido crescimento quase 40% maior.

Com a baixa cotação do dólar, também cresce a concentração da pauta de exportações nacionais em commodities. Segundo o Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), itens como soja, café e açúcar respondem atualmente por mais da metade do superávit comercial brasileiro. Algumas das características desses segmentos são baixa absorção de mão de obra, ciclo tecnológico mais lento e cadeias produtivas curtas: seus ganhos não se espalham pela economia com a mesma rapidez que os das manufaturas.

Ao mesmo tempo, artigos com maior conteúdo tecnológico vêm cada vez mais sendo adquiridos no exterior: o déficit do setor eletrônico, por exemplo, cresceu 34%, para US\$ 9 bilhões, no ano passado. (Também em razão disso, o ritmo de crescimento das indústrias instaladas na região Norte do país, muito dependentes da Zona Franca de Manaus, despencou: caiu de 10% anuais, verificados desde 2004, para próximo de zero nos 12 meses terminados em março último). A participação dos manufaturados nas exportações brasileiras está no menor nível em 24 anos e o saldo comercial do segmento é francamente decrescente.

Oportunidade para mudar

É correto afirmar que os juros não determinam a taxa de câmbio real, mas muito diferente é sustentar que eles não têm nada a ver com



isso. O que está ocorrendo em vários setores da indústria brasileira sugere que há ajustes necessários a serem feitos na política monetária, sob pena de o vento a favor que sopra no mundo não ser suficiente para impulsionar o Brasil mais à frente.

O problema da desvalorização do dólar e seus efeitos sobre as dinâmicas econômicas internas não é exclusivo do Brasil. A diferença é que o governo Lula tem adotado atitude tímida, para o dizer o mínimo, ao encarar tal desafio. Nossa política econômica vai pouco além do trivial, sem atentar para ajustes, reformas e reestruturações necessários para acelerar a marcha do desenvolvimento. O caso clássico dos países asiáticos - que manejam o câmbio de forma a beneficiar suas indústrias - já deixou de ser isolado: recentemente, Chile e Colômbia, economias tipicamente liberais, anunciaram que adotarão medidas para frear a valorização de suas moedas.

Pelo menos alguma coisa pode começar a mudar já. Na reunião que realiza nos próximos dias 5 e 6 de junho, o Comitê de Política Monetária do Banco Central tem chance de fazer um ajuste mais robusto nos juros e trazê-los para patamares mais condizentes com o atual momento da economia global. Taxas mais baixas podem aliviar bastante os custos associados à atual política econômica, ainda que não eliminem a necessidade de se retomar a agenda de reformas, como a trabalhista e a tributária, e de melhoria da competitividade local, com maiores investimentos em infraestrutura. Sem isso, corre-se o risco de continuarmos vendo a sociedade brasileira, e o setor industrial em particular, submetida a custos muito mais altos do que seria necessário suportar - seja na forma de insuficiente geração de renda e riqueza, seja em termos de frustração de novas oportunidades de emprego e trabalho. ■



Apesar de Lula, agricultura recupera-se e tenta avançar

O país levou quatro anos para produzir novo recorde agrícola. Ao longo do primeiro mandato de Lula, o agronegócio perdeu R\$ 24 bi de renda, cortou 23 mil empregos e viu a crise espalhar-se numa área antes pujante. A agropecuária é hoje o segmento menos dinâmico da economia brasileira; foi o único a registrar queda no desempenho do PIB medido pelo IBGE no primeiro trimestre. Sinal do descaso dispensado pelo governo federal, apenas 1,4% do orçamento do Ministério da Agricultura para investimentos foi empenhado até agora.

O Brasil está terminando de colher este mês a maior safra agrícola de sua história. Serão 130,7 milhões de toneladas, a se confirmar a última previsão da Conab. É um número a ser comemorado. Mas, também neste caso, assim como se tornou comum no governo Lula, o país perdeu enorme terreno antes de, finalmente, conseguir lograr bons resultados. Se é realidade que o campo agora vai bem – principalmente graças aos patamares recordes das cotações internacionais das commodities – é mais verdadeiro ainda que o setor poderia estar muito melhor.

A análise do desempenho das quatro últimas safras indica que o país ressentia-se da ausência de uma política agrícola. Repete-se no campo o padrão vigente na economia como um todo: não houve avanços significativos nas ações que haviam sido postas em marcha na gestão tucana. No caso do agronegócio, foi pior, já que o setor, locomotiva da economia nacional até anos recentes, amargou uma crise que subtraiu R\$ 24 bilhões de seu PIB entre 2004 e 2006, conforme estima a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). Isso representou retração de 4%, enquanto a economia brasileira como um todo avançou 7,8% no período.

Novos instrumentos de apoio à comercialização, opções de financiamento e seguro rural continuam sendo miragens. Ao invés de modernizar o campo, o governo Lula perdeu-se numa estéril discussão opondo agricultura familiar a produção empresarial, falso embate que a economia real repele e desautoriza. Em razão disso, a agropecuária tornou-se o setor econômico menos dinâmico do país: os números relativos ao PIB do primeiro trimestre deste ano mostram que o segmento recuou 2,4% em relação aos três meses anteriores; foi o único a apresentar queda nesta base de comparação.

Volta ao passado

Só agora, passados quatro anos, o país conseguirá superar a marca recorde alcançada na safra 2002/2003, a última plantada sob o governo



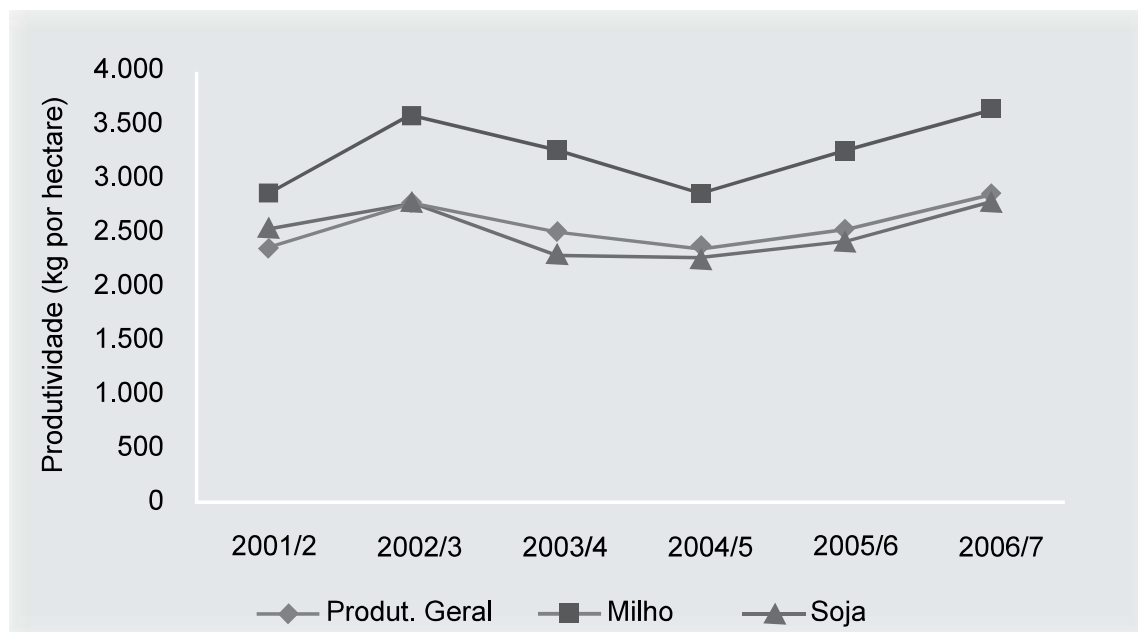
Fernando Henrique. Desde as 123 milhões de toneladas colhidas naquele ano-safra, a curva foi declinante ou manteve-se em patamar inferior ao legado pelos tucanos. Em casos específicos e importantes, como o do milho, a queda chegou a ser mais acentuada: na safra 2004/2005 o país produziu apenas 35 milhões de toneladas do grão, 26% menos que o pico histórico até então - anotado dois anos antes - e menor marca desde 2000. A produtividade média da lavoura de milho também desabou.

A recuperação do campo só veio agora, no embalo da alta que as cotações das commodities agrícolas experimentam no mundo. A produtividade média das lavouras deve ficar em 2.836 quilos por hectare. É apenas 1,17% acima da marca obtida há quatro anos, depois de colhida a última safra da gestão tucana. Vale dizer que, entre a primeira e a última safras cultivadas no governo do PSDB, a média de produção por hectare das lavouras brasileiras cresceu nada menos que 41%.

No caso da soja nem o tímido avanço observado na produtividade média geral verificou-se: a média de produção por hectare neste ano-safra ainda ficará 0,2% abaixo da marca legada pelo governo Fernando Henrique. Além disso, com Lula, pela primeira vez desde 1997 a expansão das áreas agrícolas recuou: a extensão atual é 6% menor do que o pico verificado no ano-safra 2004/2005. Trata-se de comportamento atípico para um país que ainda tem 106 milhões de hectares inexplorados disponíveis para agricultura e em período em que a demanda mundial por alimentos é ascendente.



Produtividade - Geral e lavouras selecionadas (2001/2007)



Fonte: Conab

Longa crise

Entre 2004 e 2006 o campo viveu uma crise aguda, impensável para um setor que desde o início da década despontava como principal indutor da economia brasileira. Hoje os produtores acumulam R\$ 20 bilhões em dívidas, segundo a CNA. Com menor disponibilidade de recursos, passaram a investir menos em inovação, modernização e defesa sanitária, como demonstram índices relativos ao uso de fertilizantes - com queda de 8% no consumo entre 2003 e 2006 - e à fabricação de implementos agrícolas.

A produção total de maquinário agrícola em 2006 - 46.069 unidades, segundo a Anfavea - retrocedeu 13% sobre o ano anterior, voltando a níveis de 2001. Segmentos específicos saíram-se pior. Tome-se o caso das colheitadeiras. Em 2000, o país produziu 4.296 delas. A curva foi ascendente até 2004, quando a produção chegou a 10.443 unidades. Desde então, ela despencou: foi de 4.229 colheitadeiras em 2005 e de 2.314 no ano passado - nível que havia sido observado pela última vez em meados da



década de 90. Na produção de tratores de rodas, a marca de 2006 - 35.586 unidades - assemelha-se à de seis anos atrás. Apenas este ano os negócios do setor de máquinas agrícolas estão voltando a exhibir expansão.

A modernização do campo é uma marcha que remonta há algumas décadas, mas teve capítulos importantes na gestão tucana. Duas alavancas relevantes foram a criação do Moderfrota e os impulsos dados às atividades de pesquisa e inovação da Embrapa. Lançado em 2000, o programa do BNDES ajudou, com linhas de financiamento, a reavivar a agricultura brasileira. A série histórica do Moderfrota mostra que o ano de melhor desempenho foi 2002, quando os desembolsos atingiram R\$ 2,83 bilhões. Já no seguinte, o primeiro de Lula, a cifra caiu a R\$ 1,8 bilhão, com leves recuperações nos dois anos posteriores (R\$ 2,36 bilhões em 2004 e R\$ 1,9 bilhão em 2005). O ano passado foi o pior da série: desembolsos de apenas R\$ 1,3 bilhão.

Consequência direta da desaceleração do campo é a menor geração de emprego. Ainda segundo a CNA, o número de demissões no setor superou o de contratações em 10 mil em 2006. No ano anterior, o saldo já fora negativo em 13 mil. Vale registrar que, entre os segmentos que tradicionalmente mais criam oportunidades de trabalho, seis pertencem ao agronegócio: de acordo com metodologia elaborada pelo BNDES, cada R\$ 10 milhões de aumento no faturamento da agropecuária é capaz de gerar 828 novos empregos.

Loteamento e descaso

Indicativo da desatenção que o governo Lula reserva ao setor agrícola é a demora exibida no preenchimento de cargos de comando no Ministério da Agricultura. Os principais secretários só foram conhecidos no decorrer de maio, passados mais de 120 dias da segunda posse do petista e 40 dias depois que o novo ministro, Reinhold Stephanes, fora nomeado. Os cargos mais vistosos foram retalhados em favor de



partidos da coalizão governista, notadamente o PMDB.

Como o butim não foi suficiente para tantos comensais, Lula passou a amealhar outras jóias da coroa, como o Banco do Brasil. Uma das vice-presidências da instituição, a de Governo e Agronegócios, foi dividida para acomodar o ex-senador peemedebista Maguito Vilela e o ex-ministro Luís Carlos Guedes. Ainda resta preencher os comandos da Conab e da Ceagesp, além de importantes (menos para Lula) funções na Secretaria de Defesa Agropecuária. Apaniguados de olho nos cargos é o que não falta.

O descaso não é novo. Já cobrou seu preço, por exemplo, quando da eclosão de focos de aftosa ocorrida em 2005. Com os orçamentos da defesa sanitária animal garroteados - naquele ano o total pago representou apenas 35% do autorizado e, até o início de junho de 2007, o mesmo indicador estava em meros 12,6% - o país viu mercados importantes, como Rússia e União Européia, se fecharem por longo período para suas exportações de carne.

A execução orçamentária do Ministério da Agricultura revela que, até agora, o total empenhado para investimentos representa apenas 1,4% do autorizado. Nota-se, portanto, que o governo Lula continua deixando o campo à mercê da própria sorte. Enquanto os ventos favoráveis do exterior continuarem a soprar, as perspectivas ainda são positivas. Qualquer reversão, porém, tende a jogar no limbo os esforços do setor que é responsável direto por garantir comida barata na mesa dos brasileiros. ■





Governo incha máquina pública; contribuinte paga a conta

O governo Lula tem sido marcado pela criação indiscriminada de cargos públicos. As funções comissionadas, usadas como moeda de troca nas negociações políticas, já cresceram mais de 20%. Os gastos com pessoal são explosivos: a cada ponto de aumento no PIB, eles avançam 1,5 ponto percentual. Apenas com o pagamento dos 927 mil servidores do Executivo torra-se R\$ 87 bilhões por ano; o Bolsa Família gasta um décimo disso para atender 11 milhões de famílias. A conta de tamanha gastança vem sendo paga pelos contribuintes: a carga tributária cresceu 12% até maio e já leva 146 dias de salário do trabalhador por ano.

Nos últimos dias o governo Lula deu mostras de que pouco ou nada aprendeu com o escândalo do mensalão e o esquema de loteamento de cargos públicos que ele alimentava. A sanha com que o partido do presidente avança sobre o patrimônio público parece não ter fim, a julgar por duas medidas anunciadas em meados de junho: a criação de 660 novos cargos de confiança e a concessão de aumentos de até 140% para assessores e ocupantes de funções comissionadas. São pessoas que, em boa parte, não precisam submeter-se aos dissabores de concursos públicos - basta que sejam amigos do rei. Criando ou engordando as “boquinhas”, o PT achou um jeito de abrigar com mais facilidade os apaniguados da ampla frente partidária que lhe dá sustentação.

Inchar a máquina pública é uma atitude que o PT costuma adotar na maior parte de suas experiências administrativas. No governo federal não foi diferente: segundo o Ministério do Planejamento, com a nova fornada passarão a existir 22.223 cargos comissionados, número que cresceu 21% desde 2002. Nesse universo, nada menos que 4.919 cargos são de natureza eminentemente política, ou seja, o gestor tem plena liberdade para preenchê-los, sem obedecer a quaisquer critérios de qualificação ou desempenho. Em países como Inglaterra e França, funções comissionadas se contam em centenas e não em milhares, e mesmo nos Estados Unidos elas não passam de 4.500.

Os novos reajustes e as vagas abertas pela medida provisória nº 377 custarão mais meio bilhão de reais ao contribuinte por ano. Para comparar: é mais que os ministérios de Minas e Energia, Previdência, Trabalho, Cultura, Meio Ambiente, Combate à Fome e Agricultura investiram, juntos, em 2006. O tamanho da farra, porém, é muito maior. Apenas com os salários dos comissionados, os gastos do governo federal já somam R\$ 9,3 bilhões ao ano, um crescimento real, ou seja, acima da inflação, de 63% em relação ao verificado em



2002. Na Presidência da República, onde se aboletam 4.875 servidores e 2.971 comissionados, os gastos mais que dobraram em quatro anos, após terem caído nada menos que 38% entre 1998 e 2002.

Mais cargos, mais dízimo

O pacote em dois atos anunciado pelo governo Lula em junho é o segundo do tipo na atual gestão. Ainda em janeiro de 2004, haviam sido criados 1.321 cargos comissionados, também por medida provisória. Trata-se de mais um lance da ocupação da máquina pública pelo aparelho do PT. Sabe-se que, quando isso acontece, o partido ganha duas vezes: indiretamente, por incrustar na administração petistas que privilegiam os interesses partidários; diretamente, por acrescer a suas receitas quinhão maior advindo dos “dízimos” cobrados dos filiados – em percentuais que variam de 2% a 10% dos salários.

Numa conta conservadora, calcula-se que existam hoje 5 mil petistas ocupando cargos de confiança no Executivo federal. Estima-se que as bondades que o governo acaba de conceder a seus assessores irrigarão as contas do PT em pelo menos mais meio milhão de reais por ano. Em 2006, com o pagamento do “dízimo”, os filiados deixaram R\$ 2,88 milhões nos cofres do partido. Isso representa crescimento de 545% acima da inflação em comparação com o arrecadado em 2002, quando o PT ainda estava na oposição. Ou seja, aparelhar a máquina tem se mostrado um lucrativo negócio para o partido de Lula.

Expansão disseminada

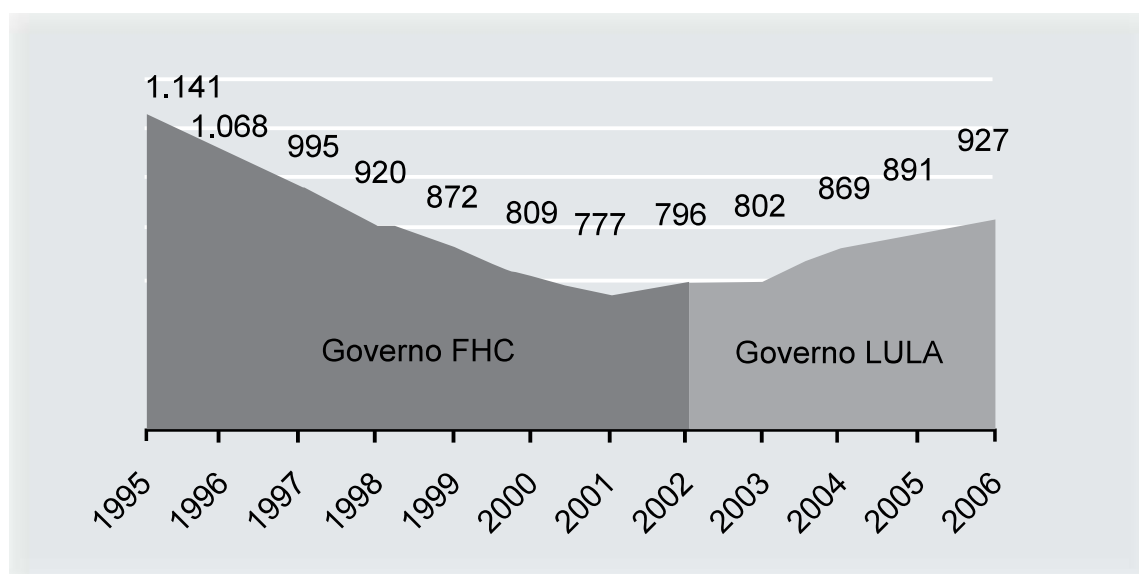
Embora a sociedade cobre mais eficiência e prestação de melhores serviços a custos mais baixos, não é isso o que o governo Lula vem praticando. A tônica da atual gestão tem sido fazer menos com mais. A máquina estatal havia passado por uma racionalização



profunda na gestão do PSDB. Desde o início do primeiro governo FHC, o total de servidores do Executivo e das empresas estatais fora reduzido em 34,5%, para 796 mil. Isso representou redução de 420 mil cargos, com significativa economia para os cofres públicos.

Com Lula deu-se o inverso. Desde 2003, o número de empregados no Executivo e nas estatais já cresceu 16,5%, para 927 mil - em números de dezembro de 2006, os últimos divulgados pelo Ministério do Planejamento. Isso representou contratação de 131 mil novas pessoas. Efeito direto das admissões é que a despesa total do Executivo com pessoal pulou de R\$ 59,5 bilhões (em valores correntes) em 2002 para R\$ 87,3 bilhões no ano passado. Vale dizer que o Bolsa Família gasta um décimo disso para atender 11 milhões de famílias.

Servidores públicos federais civis ativos do Poder Executivo e empregados das estatais (em mil)



Fonte: Ministério do Planejamento/Boletim Estatístico de Pessoal - Edição Janeiro/2007

Gastança cresce mais que o PIB

O crescimento nas despesas correntes e com pessoal tem sido, aliás, um dos motivos de preocupação de analistas em relação à



frouxa gestão fiscal do governo Lula. A alta constante das receitas com tributos acaba por encobrir a expansão da gastança, que se mantém robusta há meses. Segundo o Tesouro Nacional, no primeiro quadrimestre deste ano, os dispêndios com pessoal e custeio subiram 12,3%, enquanto o PIB cresceu estimados 8,4% em termos nominais. Isso significa que, no ritmo atual, para cada ponto de aumento no PIB, os gastos do governo com funcionários e manutenção da máquina avançam 1,5 ponto percentual.

A situação é insustentável, mas o governo federal não parece dar mostras de pretender tornar seus gastos mais eficientes - pelo menos enquanto a receita tributária continuar batendo recordes, como vem se verificando mês após mês. Até maio, a arrecadação da Receita Federal com tributos cresceu 12% acima da inflação em comparação com o mesmo período de 2006. As pessoas físicas pagaram 38,7% mais imposto de renda e as empresas, 17,3% a mais sobre o lucro líquido obtido.

Quem paga a conta

Como se vê, é o contribuinte e as empresas brasileiras que estão pagando a conta da farra da ocupação de cargos promovida pelo governo petista. A carga tributária já representa o trabalho de 146 dias num ano, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. Sob Lula, o peso dos impostos tira, hoje, 13 dias a mais de salário do bolso dos cidadãos do que retirava há cinco anos.

Muito da atual expansão dos gastos com vencimentos do funcionalismo é decorrência direta da política perdulária que Lula pôs em marcha em 2006 em busca da reeleição. Os robustos reajustes no salário mínimo, por exemplo, fizeram com que as despesas com benefícios sociais aumentassem 22% no quadrimestre até abril na



comparação com o mesmo período do ano passado. Pelo menos dez medidas provisórias editadas em 2006 criaram despesas extras com pessoal de R\$ 10,8 bilhões este ano e de R\$ 11,4 bilhões para 2008 - apenas no Poder Executivo.

O descontrole fiscal que o governo esforça-se por maquiar - e cuja alta desordenada nos gastos com pessoal e custeio é apenas a face mais visível - representa uma ameaça ao desenvolvimento econômico sustentado que se quer para o país. Despesas em expansão num ritmo muito acima do crescimento da economia e custeadas por tributos em alta persistente estrangulam o setor privado e tiram o fôlego dos investimentos públicos. Parece claro que a forma com que o governo Lula gere as contas públicas em benefício de uns poucos pode acabar por rifar um futuro melhor para todos os brasileiros. ■



País vê indústria minguar e empregos migrarem

A combinação de juros altos e câmbio valorizado está mudando as feições do parque produtivo nacional. O setor que mais sofre é a indústria, em franco processo de encolhimento. Para baixar preços e resistir um pouco mais à concorrência externa, os fabricantes têm optado por importar peças e produtos acabados. São cada vez mais comuns exemplos de fábricas desativadas no país. Em muitos casos, a saída tem sido migrar: uma em cada cinco grandes empresas do país já transferiu ou caminha para transferir parte de suas linhas industriais para a China. O país dá-se ao luxo de gerar emprego lá fora, quando precisaria abrir cerca de 2,5 milhões de novas oportunidades de trabalho por ano.

A contínua valorização cambial, impulsionada pelo juro sem concorrência que o país teima em praticar, tem gerado alterações significativas no modo como as empresas produzem no país. Há uma mudança estrutural em marcha. Resta saber que consequências ela terá para uma economia ainda carente de oportunidades de trabalho e uma indústria ainda longe da maturidade. Embora os efeitos imediatos no bolso das pessoas possam parecer positivos, já que os bens de consumo tornam-se mais baratos, as perspectivas de longo prazo sugerem que o país está trilhando um perigoso caminho, limitando suas possibilidades de desenvolvimento futuro.

Há uma discussão vívida entre os analistas sobre se a indústria do Brasil está ou não perdendo peso. O debate é relevante por tratar-se do setor com maior capacidade de gerar impulsos positivos ao longo da cadeia produtiva. Se as conclusões ainda são díspares, alguns pontos parecem claros: parte significativa do segmento vem encolhendo, deixando de produzir e gerar emprego no próprio país e especializando-se em fabricar artigos de menor valor agregado e com menos tecnologia. A indústria brasileira está, precocemente, ficando mais pobre, menos robusta. Perde, assim, capacidade de alavancar o restante da economia e de incluir mais pessoas nos mercados de trabalho e consumo.

Menos mercado, menos emprego

A indústria está encolhendo porque encontra dificuldades crescentes para competir com importados. Isso ocorre em razão de as cotações do dólar serem cada dia mais baixas, tornando nossos produtos menos competitivos no mercado global e os bens vindos de fora cada vez mais atraentes. Não se enxerga no horizonte tendência de alteração desse quadro. A avalanche de recursos que afluem em direção ao Brasil em busca do ganho fácil propiciado pelos juros



altos - o volume de capital especulativo nos primeiros quatro meses do ano atingiu US\$ 24 bilhões, ou quase o dobro do superávit comercial do período - não oferece esperança de mudança imediata.

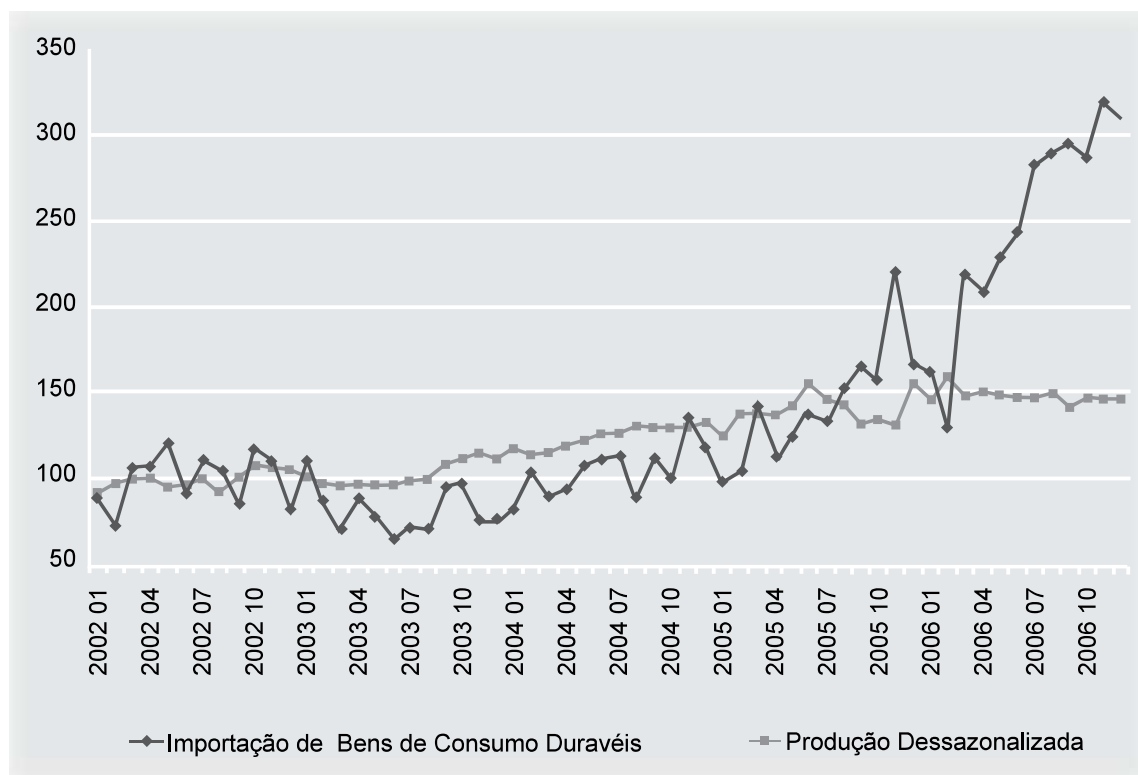
Ante a avassaladora concorrência externa, alguns setores correm o risco de desaparecer: comprar fora tem sido, em muitos casos, muito mais barato e cômodo do que enfrentar a burocracia e a elevada carga tributária internas. O juro alto cuida de gerar mais um desincentivo: especular é menos arriscado do que investir. Fábricas de calçados e de têxteis encaixam-se neste padrão: param de exportar, cerram as portas e, cada vez mais, abrem espaço no mercado interno para itens produzidos em outros mercados.

Vergados pelo dólar barato, que encarece as exportações, os calçadistas vêm seu mercado no exterior estreitar: os embarques caíram 5% no ano passado. A participação brasileira no mercado de calçados dos EUA, por exemplo, que alcançara 13% em meados dos anos 90, hoje não passa de 5%. Já as empresas têxteis informam ter limado 100 mil empregos em 2006 e estimam que outros 200 mil serão perdidos este ano. São setores-símbolo do processo em marcha, mas não são os únicos.

Outros segmentos, como o de eletroeletrônicos, caminham para tornar-se mera linha de montagem de componentes fabricados no exterior. No setor de equipamentos para telefonia, por exemplo, a relação entre o valor agregado e o valor bruto da produção industrial - que fornece boa medida sobre o conteúdo nacional na produção interna - caiu à metade entre 1996 e 2004: passou de 57% para 28%, de acordo com o Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial). Ou seja, tem sido crescente o consumo de produtos importados em detrimento da produção nacional, conforme ilustra o gráfico a seguir. No ano passado, enquanto a importação de bens de consumo duráveis cresceu 73%, as exportações do segmento caíram 7,3%.



Evolução dos Índices Mensais de Quantidade Importada e Produção Industrial Bens de Consumo Duráveis – 2002/2006 – Média de 2002=100



Fonte: Ipeadata, Funcex e IBGE-PIM-PF

Solução tem sido migrar

Nova potência econômica mundial, a China tornou-se ameaça voraz ao parque produtivo brasileiro. É fato que os asiáticos contam com fatores de produção abundantes e baratos, como sua mão-de-obra e sua enorme disponibilidade de recursos financeiros. O problema é que as condições internas vigentes no Brasil tornam a concorrência com os importados chineses ainda mais árdua. A saída tem sido transferir plantas para o exterior, gerando empregos lá fora, cortando oportunidades de trabalho aqui.

Em maio, a Confederação Nacional da Indústria ouviu 1.581 empresas industriais para saber como a concorrência chinesa tem



afetado a produção local. As respostas dadas pelas grandes firmas são emblemáticas: 7% delas já produzem com fábrica própria na China e outras 5% já terceirizaram parcela de sua fabricação lá. Ou seja, 12 em cada 100 grandes empresas industriais brasileiras - as que geram mais empregos - já transferiram parte de sua produção para a China. Para completar, outras 7% planejam transferir. Com isso, em breve um quinto do conjunto dos grandes empregadores industriais brasileiros terá migrado parte de seu parque produtivo para aquele país asiático.

O movimento atinge segmentos de ponta, como o automotivo. Montadoras como General Motors e Fiat já planejam trazer veículos acabados ou em partes da China para vender no Brasil. A migração também se dirige a outros países emergentes. Maior exportadora brasileira de carrocerias, a Marcopolo transformará a Índia na sua maior plataforma de produção no mundo: de lá sairão 25 mil ônibus, a partir de 2012. Hoje, toda a produção da empresa - incluindo suas filiais no exterior - soma 17 mil unidades.

Diante dessas transformações, o resultado não poderia ser diferente: este ano, pela primeira vez na década, o Brasil deverá registrar déficit comercial com a China. Estima-se algo como US\$ 1 bilhão. Para comparar: em 2003, o saldo fora superavitário para os brasileiros em US\$ 2,4 bilhões, número que caiu para US\$ 1,5 bilhões em 2005 e US\$ 410 milhões no ano passado. Entre os segmentos deficitários está o de autopeças, alvo de penoso ajuste após a abertura comercial dos anos 90 e que agora novamente ameaça sucumbir à concorrência externa.

Escolhas arriscadas

Ao perseverar na trilha do câmbio supervalorizado e dos juros elevados, o país parece fadado a pagar uma conta indigesta em termos de emprego, crescimento econômico e desenvolvimento



tecnológico. Dados recentes do IBGE indicam que a indústria de alta tecnologia viu sua participação no total da produção do setor secundário encolher 16% entre 1996 e 2005. Aí estão incluídos itens como aeronaves, artigos de informática, eletrônicos e farmacêuticos. São áreas que costumam pagar salários maiores a seus trabalhadores, agregam mais tecnologia e irradiam mais incentivos ao longo da cadeia produtiva.

Igualmente preocupante é que a indústria de transformação - tradicionalmente o segmento que mais efeitos positivos gera para a economia como um todo - tem reduzido sua participação nos investimentos, como mostra estudo recente do BNDES. O mesmo ocorre com o setor de infraestrutura. No outro extremo estão a indústria extrativa e os serviços, cujo peso nas inversões só cresce. O padrão, como se vê, é sempre o mesmo: o país assiste ao avanço dos segmentos menos empregadores, das áreas menos estruturantes, dos setores menos desenvolvidos.

Com uma indústria cada vez mais frágil, o país corre o risco de minar suas possibilidades futuras. A dificuldade em exportar e os estímulos que o câmbio dá às importações têm colaborado para fazer com que caia a rentabilidade das empresas e se freie a economia como um todo. A pergunta que fica é: que futuro o país pretende para si? As condições atuais têm permitido elevar o consumo, à custa do barateamento de importações. No horizonte mais longo, porém, os custos desses benefícios imediatos em termos de empregos tendem a ser muito altos, comprometendo o desenvolvimento sustentado da nossa economia. As escolhas precisam ser feitas agora. Para um país que necessita gerar cerca de 2,5 milhões de novas oportunidades de trabalho apenas para acolher quem ingressa anualmente no mercado, o caminho atual não parece ser a melhor opção. ■



Formas de prevenir tragédia havia; o que faltou foi governo

Desde 2003 o governo Lula vem recebendo alertas de que a desatenção em relação ao setor aéreo poderia resultar em deterioração do sistema e em aumento de riscos para os usuários. A reação, porém, foi de indiferença: os investimentos em proteção de voo e segurança de tráfego caíram pela metade e mais de R\$ 2 bilhões de fundos setoriais foram engordar o superávit fiscal. As perspectivas não são animadoras: até 2010, o PAC prevê aplicar em aeroportos apenas um terço do mínimo considerado adequado para fazer frente a um crescimento mediano da economia.

O desastre que levou 199 pessoas à morte no último dia 17 de julho em Congonhas é a mais acabada ilustração da dificuldade – para dizer o mínimo – que o governo Lula tem de bem cuidar do país. Jamais se poderá alegar que a administração petista foi pega de surpresa ou que não havia sinais claros de que era preciso agir para evitar o pior – afinal, desde setembro do ano passado a aviação brasileira vive em sobressaltos. O baixo desempenho orçamentário e o descuido em relação às condições de voo e à gestão eficiente de nosso espaço aéreo comprovam que a principal marca desta crise é o desdém que o PT dispensa à segurança e ao bem-estar dos brasileiros.

Alertas quanto à deterioração das condições e da segurança de tráfego no espaço aéreo brasileiro vêm de longe. Foram primeiro postos no papel ainda em 2003 por um ministro de Estado de Lula: José Viegas, então à frente da Defesa. Em outubro daquele ano, o Conselho de Aviação Civil avisava: “A diminuição dos recursos aplicados nessa atividade produz reflexos na própria segurança dos vôos, podendo acarretar degradação do sistema”.

Por quatro anos seguidos, também o Decea (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), órgão da Aeronáutica encarregado de cuidar da infraestrutura de segurança, alertou sobre a situação emergencial e os riscos decorrentes de cortes nos sistemas de proteção de voo. Em resposta, tudo o que o governo fez foi reduzir ainda mais os investimentos. Foi o suficiente para o Tribunal de Contas da União (TCU) constatar, em recente relatório sobre o caos aéreo, que se trata de “uma sucessão de equívocos quanto aos cortes nas propostas orçamentárias; ao contingenciamento de recursos para o setor; à indolência em relação às necessidades de expansão e modernização do sistema”.

Bilhões guardados no cofre

Um dos alvos desses avisos é o crescente contingenciamento de



verbas de dois fundos setoriais mantidos pelo governo federal: o Aeronáutico e o Aeroviário. O primeiro cobre gastos com serviços de segurança e proteção ao voo, construção e obras em aeroportos. O segundo serve para bancar instalações e serviços de infraestrutura aeronáutica. Na gestão Lula, porém, tiveram destino bem distinto daqueles para os quais foram criados décadas atrás: engordaram os seguidos superávits fiscais recordes do governo petista.

Existem mais de R\$ 2 bilhões empilhados nos dois fundos. O crescimento é vertiginoso na era Lula: mais polpudo, o Fundo Aeronáutico acumula hoje R\$ 2,04 bilhões. Apenas para comparar, em 2002, último ano da gestão Fernando Henrique, havia lá exatos R\$ 609 milhões. No Fundo Aeroviário estão guardados outros R\$ 101 milhões. Para se ter uma ideia, os reais contingenciados nos dois fundos equivalem a todo o investimento em aeroportos previsto no Programa de Aceleração do Crescimento para os próximos três anos.

A prática é comum no governo Lula: impor fortes arrochos às contas públicas enquanto necessidades reais e urgentes da população deixam de ser atendidas. Tal receita continua a produzir resultados fiscais cada vez mais robustos, como o verificado no primeiro semestre deste ano. Só para pagar juros da dívida pública foram gastos R\$ 78,8 bilhões; o superávit fiscal cresceu 25,4% em comparação com os primeiros seis meses de 2006. Na outra ponta, os investimentos em projetos prioritários somaram apenas R\$ 1,2 bilhão no período, ou apenas um real para cada dez previstos.

Sem investir

São números assim que tornam o horizonte da infraestrutura brasileira ainda mais nebuloso. A Fundação Getúlio Vargas estima que



serão necessários investimentos de R\$ 15 bilhões na ampliação da rede de aeroportos até o fim da década, ou cinco vezes mais que os gastos planejados pelo governo federal. Para piorar, a experiência recente desautoriza qualquer expectativa otimista: nos últimos quatro anos, os investimentos realizados em transportes no país equivaleram a apenas um terço do mínimo considerado adequado para sustentar um crescimento econômico da ordem de 3,5% ao ano.

O caos aéreo mostra que a equipe de Lula talvez saiba como esterilizar dinheiro, mas não faz a mínima idéia de como bem investi-lo, em prejuízo da população. Dados recentes de pesquisa realizada pelos economistas José Roberto Afonso e Geraldo Biasoto Jr., publicada pelo BNDES, mostram o Brasil próximo à lanterna do ranking mundial de investimentos públicos, composto por 150 países, com algo em torno de 1,8% do PIB.

Considerando apenas transportes, o percentual é ainda mais pífio: 0,2% do PIB, ou um décimo do que a Índia investe, por exemplo. Com tamanha deterioração nos investimentos em infraestrutura, custos associados à logística no Brasil, incluindo transporte e armazenagem, alcançam patamares proibitivos. Estima-se que o país gaste com isso algo em torno de 20% do PIB, o dobro do que despendem os Estados Unidos, por exemplo.

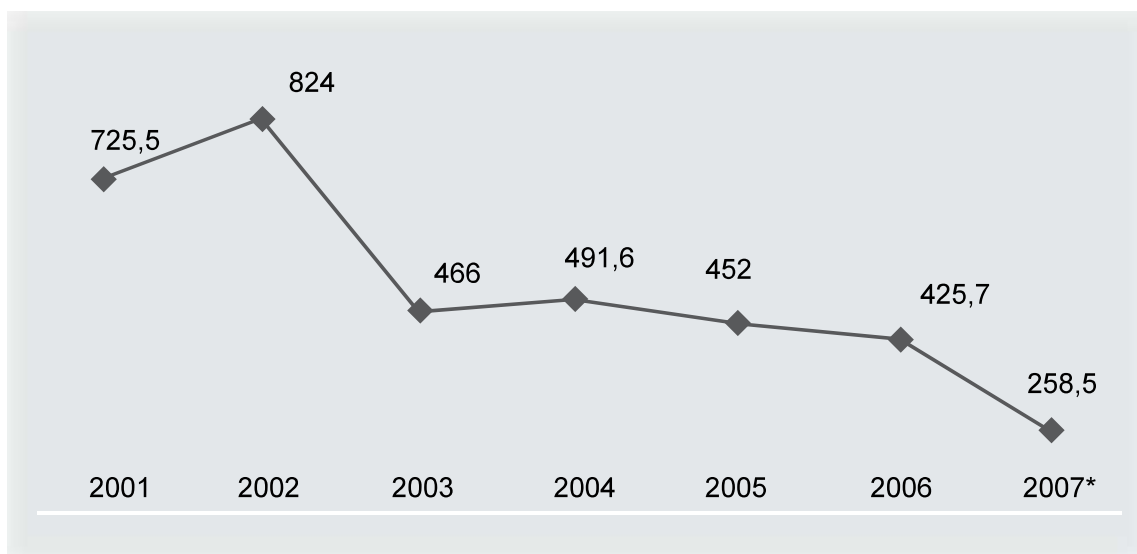
Para segurança, quase nada

Não é apenas nos fundos setoriais que o dinheiro público dormita sem gerar benefícios para a população. Com o número de passageiros de transporte aéreo explodindo, o Decea deixou de investir R\$ 527 milhões nos últimos três anos e meio. O valor refere-se ao montante apontado pelo órgão como o necessário para fazer a vigilância dos nossos céus e o que o governo federal efetivamente autorizou-o a gastar.



Mais que isso, os gastos com sistemas de proteção de vôo e segurança do tráfego aéreo foram simplesmente ceifados a partir da chegada do PT ao poder. Em 2002, já considerada a inflação do período, R\$ 824 milhões foram destinados a esta finalidade. As mesmas atividades - que visam dar mais segurança e eficiência ao tráfego aéreo - receberam do governo petista apenas R\$ 425 milhões no ano passado. Já sob Lula, o Ministério do Planejamento reconheceu oficialmente que os gastos mais altos da época tucana obedeciam a uma diretriz presidencial e a “estudos que reconheciam a carência de investimentos no sistema”.

Gastos em proteção de voo e segurança do tráfego aéreo (em R\$ milhões)



*Até 18/07. Em valores constantes, atualizados com base no IGP-DI. Inclui valor pago do orçamento do ano mais restos a pagar quitados. Fonte: Siafi/Contas Abertas

Talvez seja por isso que a média brasileira de acidentes aéreos fatais (0,8 por milhão de decolagens) seja quatro vezes maior do que a verificada na Europa, nos EUA e no Canadá, segundo a National Transportation Safety Board, agência do governo americano que investiga tais



ocorrências. Triste marca, nos últimos dois anos o Brasil é o país com mais vítimas em acidentes aéreos no mundo.

Paralisia e aparelhamento

A paralisia dos gestores do sistema aéreo nacional em meio à crise do setor assombra. Um exemplo emblemático: os investimentos da Infraero em obras de infraestrutura aeroportuária nos terminais de Congonhas, Guarulhos e Viracopos (Campinas) este ano, para os quais estão reservados R\$ 136 milhões, encontram-se zerados. Ou seja, até semana passada, nenhum centavo foi gasto, ainda que a necessidade de reparos e melhorias em prol de maior segurança nessas pistas seja evidente.

Isso não impede, porém, o uso desabrido da estatal como abrigo seguro de afilhados políticos. Não é de hoje que a Infraero está ligada ao lado escuro da política petista: já na época da descoberta do mensalão, ela esteve no centro das denúncias de malversação de recursos públicos e direcionamento de verbas. Abriga mais de 400 apadrinhados em seus muitos cargos, irrigados com um vistoso orçamento de R\$ 2,2 bilhões. Superfaturamentos são uma constante nas milionárias obras do órgão, segundo o TCU: na ampliação do aeroporto de Vitória há indícios de valores até 357% maiores e no de Brasília, de até 122%. Já a reforma de Congonhas poderia ter saído pela metade dos R\$ 170 milhões gastos - dos quais apenas R\$ 40 milhões usados para ampliação e melhoria das condições de segurança e operação das pistas.

Situação parecida vive a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que, embora não conte com recursos orçamentários tão polpudos, foi retalhada entre partidários do governo com pouca ou nenhuma intimidade com o setor ao qual deveriam regular. Expert em turismo, seu diretor-presidente, Milton Zuanazzi, chegou ao comando do órgão sob as bênçãos da ministra Dilma Rousseff; a diretora Denise Abreu



foi apadrinhada por José Dirceu e o ex-deputado Leur Lomanto ganhou cargo de direção depois que trocou o PFL pelo PMDB baiano. De setor aéreo nenhum deles entende, o que torna a Anac - que consome 1/5 dos seus gastos com passagens e diárias - a antítese do que deve ser uma agência reguladora.

Um time de tamanha incompetência como o que esteve à frente do setor aéreo brasileiro até agora deveria pagar o preço do fracasso com, no mínimo, a perda do emprego. Mas não é isso o que vai acontecer; os penalizados serão outros. O governo petista gosta de alardear que, com o caos aéreo, quem perde é a classe média. Nada mais falso. A balbúrdia que se instalou no segmento também atingirá pessoas de menor renda - e de duas formas. Aqueles que só agora começavam a ter oportunidade de viajar de avião voltarão a ter dificuldade de fazê-lo. Pior que isso, os trabalhadores do setor serão diretamente afetados: o sindicato que representa as companhias aéreas estima que um terço de seus funcionários poderão ser demitidos ainda este ano.

Ao longo dos últimos dez meses de crise aguda, o governo “decretou” em pelo menos sete ocasiões o fim do caos -como se isso fosse possível sem ações efetivas, e não com meras palavras vazias. Até agora, o que conseguiu foi apenas produzir duas tragédias, 353 mortos, transtornos em série e o sucateamento de um setor vital para a expansão da economia do país. Resta claro que meios para prevenir o pior o governo tinha. O que faltou foi capacidade de gestão e compromisso com o bem-estar da população, o que, em se tratando no modo petista de administrar, não é nenhuma novidade. ■



Brasil de Lula é paraíso dos bancos

Os novos balanços publicados pelos bancos comprovam que este continua a ser o segmento mais rentável da nossa economia. Nos anos Lula, os 50 maiores bancos já lucraram R\$ 110 bilhões. Só a aplicação em títulos públicos, remunerados à mais alta taxa de juros do mundo, rendeu R\$ 330 bilhões às maiores instituições financeiras desde 2003. A rentabilidade dos bancos brasileiros deixa para trás até seus similares americanos, cuja média é cerca de 50% menor.

No Brasil de Lula, produzir não tem sido a melhor opção para quem procura ganhar dinheiro. Nos últimos quatro anos, o sistema financeiro tornou-se a fonte mais vistosa de ganhos fáceis. A nova temporada de divulgação dos balanços dos bancos mostra que, no governo petista, a atividade continua imbatível como manancial de lucros. Os banqueiros não têm do que reclamar: nunca antes neste país embolsaram tanto rendimento.

Em valores nominais, ou seja, sem considerar a inflação, os 50 maiores bancos já lucraram R\$ 110 bilhões desde que Lula assumiu a presidência da República, em 2003. Os ganhos são crescentes. No ano passado, chegaram a R\$ 32,8 bilhões, ou 81% acima do que foi registrado no último ano da gestão Fernando Henrique, em 2002 - naquela ocasião, a soma foi de R\$ 18,1 bilhões.

Tais números ainda não contemplam o desempenho de todos os bancos no segundo trimestre deste ano. As instituições têm até o fim deste mês para publicar os resultados relativos ao período de abril a junho - os dados são, então, disponibilizados pelo Banco Central em sua página na internet. Até agora, porém, já se sabe que os dez maiores lucraram algo como R\$ 13,4 bilhões no semestre.

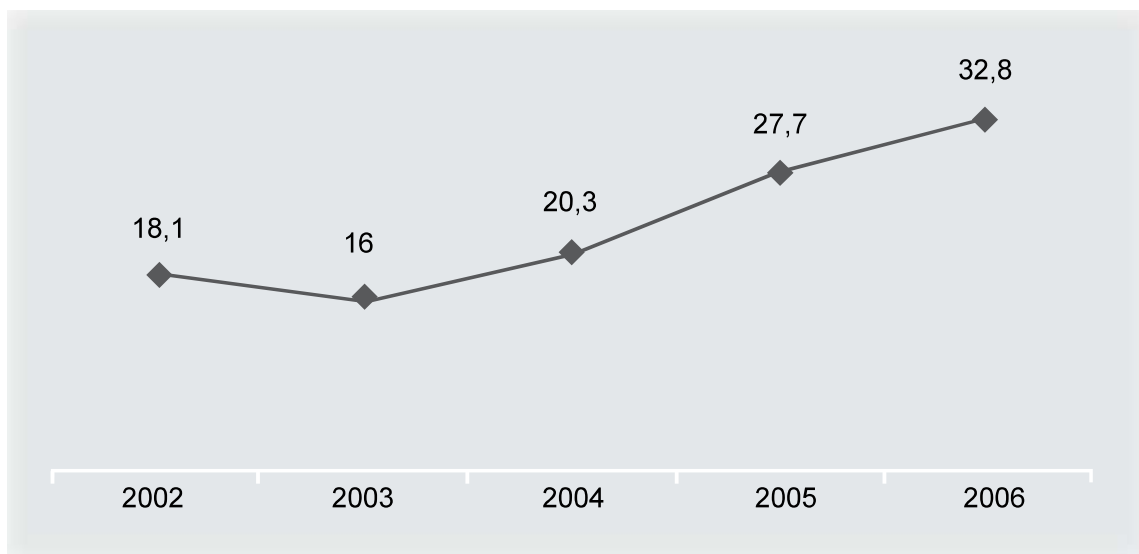
Números assim indicam que o presidente Lula tem total razão quando diz que os ricos não têm do que reclamar em seu governo. Basta dizer que, enquanto o lucro dos bancos se conta a dezenas de bilhões, os investimentos realizados em projetos prioritários de infraestrutura da União este ano não passam de R\$ 2 bilhões.

Quando se considera a inflação do período, o lucro dos bancos é ainda maior. Atualizado pelo IPCA até julho, o total desde 2003 atinge R\$ 118 bilhões. Por esta metodologia, os ganhos de 2006 superam em 41% reais - ou seja, acima da variação dos preços no intervalo - os verificados em 2002. Não fossem provisões feitas por alguns grandes bancos que nos últimos anos adquiriram outras instituições, os resul-



tados seriam ainda maiores: só o Bradesco tem R\$ 7 bilhões provisionados no seu balanço, e o Itaú, R\$ 7,9 bilhões.

Lucro líquido dos 50 maiores bancos (em R\$ bilhões - em valores nominais)



Fonte: Banco Central. Elaboração: Instituto Teotônio Vilela.

Ganhos com juros

Recentemente os bancos passaram a arrecadar mais com o que de fato deveriam se ocupar: conceder crédito. Mas durante boa parte da gestão Lula este foi um filão bastante secundário no negócio bancário. A maior parte dos lucros vinha mesmo do investimento em títulos do governo remunerados à base dos altos juros praticados pela atual gestão federal.

No jargão financeiro tais ganhos são computados como “receitas obtidas com operações com títulos e valores mobiliários”. É tudo aquilo que os bancos arrecadam simplesmente aplicando os recursos que têm em papéis. Como a taxa de juros reais que o Brasil pratica ainda deixa boa parte dos demais países para trás, os títulos públicos remu-



nerados a Selic (nosso juro básico) acabam sendo o porto seguro para onde ruma boa parte de tais aplicações bancárias.

Nos últimos quatro exercícios, os 50 maiores bancos obtiveram receita bilionária com as operações envolvendo títulos e valores mobiliários. Sem considerar os dados do segundo trimestre, ainda não consolidados pelo BC, já são exatos R\$ 330 bilhões o que os bancos arrecadaram - apenas nestas operações - em forma de juros pagos pelo governo. Em valores corrigidos pela inflação são R\$ 360 bilhões. Os balancetes que estão sendo divulgados devem somar algo como R\$ 20 bilhões a esta montanha. Para comparar: tal valor acumulado equivale a mais de 60% de tudo o que o país produziu no primeiro trimestre deste ano.

Todos pagam

Os bancos brasileiros continuam a praticar juros de dar água na boca. O spread médio em junho estava em 26,06% ao ano. Este é o percentual que separa o que os bancos cobram de quem procura um empréstimo numa agência e o que pagam, em média, a quem deixa o dinheiro aplicado em suas contas correntes. Pela série do BC, a menor marca neste indicador foi obtida em maio de 2001: 25,26% anuais.

No Brasil de Lula a taxa cobrada de uma pessoa física por um empréstimo no cheque especial está em 139,7% ao ano. Já uma empresa chega a pagar 62% anuais numa conta garantida. Um negócio da China para quem concede o empréstimo e a última volta no torniquete para quem toma o dinheiro.

Com a anomalia dos nossos juros internos, os bancos brasileiros lideram com folga o ranking de rentabilidade entre as instituições financeiras mundiais. Seus ganhos também superam tranquilamente o de empresas de setores como mineração, petróleo e gás. No topo da lis-



ta aparece o Itaú, com 16% de rentabilidade sobre o patrimônio líquido no semestre, o que dá 32% quando anualizada. Além dele, os outros três primeiros também são brasileiros: Bradesco, Unibanco e Banco do Brasil, nesta ordem. Nos Estados Unidos negócios de bancos dificilmente rendem acima de 10% por semestre - ou seja, na média, a atividade bancária gera ganhos 50% maiores no Brasil do que lá.

Além da remuneração pelos créditos que concedem, os bancos nacionais ainda conseguem arrecadar mais um naco de seus clientes com a cobrança de tarifas. Estudo feito pela consultoria Austin Ratings mostra que, entre os dez principais bancos do país, essa fonte já responde por 20% da receita total. Na média geral, o percentual fica em 17,7%, ou quase três vezes mais do que era no início do Plano Real, quando o que dava dinheiro aos bancos era a inflação. Só em 2006 foram R\$ 52,8 bilhões, receita mais que suficiente para os bancos quitarem toda a sua folha de pessoal - e ainda sobrar.

Enquanto o Brasil teimar em figurar no topo dos países que mais pagam juros - hoje, com taxas reais de 7,7% ao ano, só perde para a Turquia - a atividade bancária continuará a render lucros astronômicos. A contrapartida disso são os gastos abusivos do Tesouro com os títulos que emite, o que comprime o resto do Orçamento, de resto já prejudicado pelo aumento excessivo das despesas com pessoal e gastos correntes verificado sob Lula. A esse padrão dourado do sistema financeiro brasileiro contrapõe-se a deterioração a olhos vistos que a economia real, principalmente a infraestrutura, amarga. ■



Bombardeio a agências é mais uma ameaça de retrocesso

O governo Lula aproveita a má atuação da Anac para tentar cercear a atuação dos demais nove órgãos reguladores. A proposta de acabar com mandatos fixos para os dirigentes compromete a estabilidade em setores que precisam de horizontes longos de previsibilidade. Uma das maneiras de drenar a atuação das agências tem sido retirar-lhes recursos: entre 2003 e 2006, apenas um de cada quatro reais autorizados para esses órgãos foi efetivamente aplicado, num total de R\$ 3,9 bilhões. Dos R\$ 7,3 bilhões previstos para este ano, 73% estão congelados. Cargos de direção vagos e não preenchidos também são uma forma de sabotar o trabalho das agências.

O péssimo desempenho da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) ao longo de toda a crise aérea foi transformado em bode expiatório pelo governo Lula. Seus malfeitos tornaram-se pretexto para que a gestão petista tente implodir todo o modelo de regulação adotado no país a partir de meados da década passada - e cujos resultados, em termos de melhoria dos serviços prestados à população, são bastante significativos. O que as agências precisam é ter sua presença no ambiente econômico reforçada e não restringida, como subsiste nas propostas do PT.

A experiência brasileira de regulação ainda é muito incipiente, iniciada no governo Fernando Henrique. O processo começou com a Aneel (energia elétrica), em 1996. Prosseguiu com a Anatel (telecomunicações) e com a ANP (petróleo), no ano seguinte. Hoje, existem outras sete agências reguladoras no país: duas no setor de saúde (ANS e Anvisa); duas no de transportes (Antaq, para os aquaviários, e ANTT, para os terrestres), uma para os recursos hídricos (ANA), uma para audiovisuais (Ancine) e uma para aviação civil (Anac).

Nos EUA - que contam com 60 órgãos reguladores que se reportam diretamente ao presidente da República e outros 20 verdadeiramente autônomos, entre eles o Fed (Banco Central) - a primeira a ser criada foi a de transportes ferroviários, em 1887. O poder das agências variou ao longo do tempo, mas ganhou força com as rodadas de desregulamentação de mercado implementadas na década de 80. Na Europa, elas também existem há cerca de 60 anos, mas tornaram-se mais importantes nas últimas duas décadas.

Desde que Lula assumiu a presidência da República, o que se vê nas agências é o oposto do que se espera delas. Em lugar da imparcialidade, a conivência com agentes regulados; em vez da composição técnica, a indicação política; onde deveria haver estabilidade de regras, decisões tomadas sob medida e ao sabor da conveniência das empresas, em prejuízo dos usuários.



Alvo de críticas pela sua atuação, a Anac foi a única agência inteiramente constituída pelo governo do PT: teve sua lei de criação aprovada em setembro de 2005 e sua implantação data de março de 2006. Ou seja, tudo ali, do aparelhamento à má gestão e defesa de interesses escusos, é fruto da maneira como o petismo encara questões que deveriam ser de Estado, mas foram transformadas nos últimos anos em mera matéria de interesses e barganhas partidárias.

Benefícios incontestes

Os descaminhos da Anac ilustram a forma equivocada com que a atual gestão cuida da regulação da atividade econômica. Com as agências, o que se persegue é um ordenamento jurídico que dê segurança aos investimentos, garantias de prestação de bons serviços aos usuários e benefícios à sociedade. O setor de telefonia exemplifica os bons resultados obtidos com o novo arcabouço: em 1998, à época da privatização, existiam 20 milhões de telefones fixos e 7,4 milhões de celulares em operação no país; hoje os números somam 39 milhões e mais de 100 milhões, respectivamente.

A melhor atuação das agências no país foi sabotada pelo próprio PT ainda na oposição. Por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) protocolada ainda em junho de 2000, o partido impediu a realização de concursos públicos para preenchimento dos cargos nos órgãos reguladores. Sem os quadros, as agências sobreviveram durante anos de contratações temporárias, renovadas seguidamente.

Seja por ele ser ainda muito novo, seja pelos percalços surgidos ao longo da sua implantação, são desejáveis e necessários ajustes no modelo brasileiro de regulação, a fim de se aperfeiçoá-lo. Entretanto, o que o governo Lula vem tentando fazer, por meio de projeto de lei (3.337/04) que tramita na Câmara há três anos, é simplesmente desmontar o sistema. Um dos pontos nevrálgicos do funcionamento de



uma agência é a garantia de estabilidade de seus diretores. Não é porque alguns gestores prestam maus serviços que todos os 47 dirigentes das dez agências devem ficar à mercê de governos de plantão, como estipula a proposta oficial.

Estabilidade e previsibilidade são alguns dos mais caros atributos dos órgãos reguladores - onde quer que atuem. Mas o que o projeto do governo advoga é o oposto. Permite a ocorrência de mudanças repentinas nas regras; impõe controle dos ministérios setoriais sobre as respectivas agências; solapa a autonomia administrativa e a estabilidade dos dirigentes; e permite que haja pressão política dos governantes de turno sobre as decisões e a atuação vigilante dos entes reguladores. Mira-se, assim, o imediatismo político em segmentos econômicos cujo horizonte é sempre de longo prazo.

Instabilidade virou regra

Desde 2003, a preservação de regras estáveis nos setores regulados passou a estar sob constante ameaça no país. Na Anatel, por exemplo, o Ministério das Comunicações alterou regras previstas nos contratos de concessão - entre elas, o indexador das tarifas. Não foi só. Luiz Guilherme Schymura, presidente da agência à época em que Lula iniciou seu governo e cujo mandato era de cinco anos, ficou menos de dois anos no cargo: em janeiro de 2004, deixou o posto depois de seguidas pressões do Executivo, que em seu lugar colocou o sindicalista Pedro Ziller. Na ANP não foi diferente. Indicado por Fernando Henrique Cardoso, Sebastião do Rêgo Barros cedeu assento a Haroldo Lima, ex-deputado do PC do B. Também na ANP o governo Lula ainda tentou emplacar outro ex-parlamentar, o fluminense Luiz Salomão: foi a única indicação rejeitada, até hoje, pelo Senado.



Não é apenas a impropriedade das nomeações de caráter meramente político que atrapalha o bom funcionamento das agências. O governo Lula foi sempre lento em preencher as vagas abertas. Segundo a Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), em 2006 a média em que as cadeiras de direção nos órgãos reguladores ficaram vagas atingiu 98 dias, ou seja, praticamente um terço do ano. Sem dirigentes, não há como deliberar; o voraz processo de modernização dos setores regulados emperra.

Mas o instrumento mais contundente usado pelo governo para garrotear as agências é a restrição financeira. O procedimento é duplamente danoso: primeiro, porque praticamente impede o pleno funcionamento dos órgãos; segundo, porque retém, como se verbas orçamentárias fossem, recursos pagos pelos consumidores e que, por lei, são vinculados a atividades de fiscalização e à melhoria da qualidade dos serviços prestados em cada área específica.

No governo Lula, porém, o que os consumidores pagam a título de taxa de fiscalização em suas contas de luz, por exemplo, serve para engordar o caixa do superávit primário. O que é recolhido nas faturas de telefonia para ampliar o acesso da população aos serviços de comunicação também tem igual destino: aumentar o total economizado pelo governo. Quem perde são os usuários, que pagam mas não recebem retorno em forma de benefícios.

Os valores são eloquentes. Entre 2003 e 2006, a diferença entre o que foi autorizado no Orçamento para as agências e o que foi efetivamente gasto foi de R\$ 14,6 bilhões. Isso significa que apenas um de cada quatro reais autorizados foi efetivamente aplicado, num total de R\$ 3,9 bilhões desde 2003. São recursos que o governo Lula congelou ao longo desses quatro anos e impediu que fossem investidos no aperfeiçoamento dos serviços. Um exemplo dos prejuízos é o que aconteceu na Aneel em 2004: só metade das 64 distribuidoras de energia teve seus serviços fiscalizados; das 180 inspeções em usinas previstas, apenas 30 foram realizadas.



Execução orçamentária das agências reguladoras - 2007 (em R\$ milhões)

	Dotação autorizada (a)	Reserva de contingência (b)	b/a	Total pago (c)	c/a
ANP	3.237	2.920	90%	112	3%
Anatel	2.404	2.048	85%	139	6%
Aneel	415	256	62%	67	16%
ANA	276	110	40%	51	18%
Ancine	66	16	24%	19	29%
Outras*	893	0	0%	408	46%
Total	7.291	5.350	73%	796	11%

Fonte: Siafi. Execução até 27/08. *Inclui: Anvisa, ANS, ANTT, Antaq e Anac

Este ano, a situação não mudou. O Orçamento da União prevê R\$ 7,3 bilhões para as dez agências. Desse total, somente R\$ 1,9 bilhão não foram alvo de contingenciamento. Para piorar, até o último dia 27 de agosto, apenas R\$ 796 milhões haviam sido efetivamente investidos, segundo dados do Siafi. De orçamentos bilionários, como os da Anatel e da ANP, não sobra quase nada depois que a equipe econômica de Lula passa a tesoura: a primeira teve 85% de suas verbas congeladas; a segunda, 90%.

As condições para o país receber investimentos externos, dada a situação de seus marcos regulatórios, pioraram ao longo do governo do PT. Levantamento do Banco Mundial mostra que a nota atribuída à qualidade da regulação no país caiu sob Lula. Numa escala de zero a cem, passou de 62,3 pontos em 2003 para 55 em 2005 - último dado disponível. Nos anos FHC, deu-se o oposto: de 53,4 pontos, em 1996, a média avançou para 62,3 sete anos depois. O que se passa nas agên-



cias é apenas um exemplo dos lamentáveis retrocessos que o governo do PT vem impondo sobre o ambiente econômico brasileiro. Requisitos para que o país continue a avançar na melhoria das condições de vida e de infraestrutura estão sob ameaça. A inépcia já gerou tragédias na aviação, algo que, espera-se, não precise ocorrer nos demais setores regulados antes que o governo decida começar a agir. Ou antes que, pelo menos, deixe de atrapalhar. ■



Mergulhada em crise, saúde vê ajuda federal chegar tarde

Mais uma vez, o governo do PT demonstrou que só age quando o caos já está instalado: foi preciso a crise na saúde atingir níveis alarmantes para que fossem liberados recursos paliativos. A raiz do problema é o financiamento insuficiente do setor: sem a regulamentação da emenda 29, que estipulou percentuais mínimos de receitas a serem investidos por União, estados e municípios, o gasto per capita no país é bem menor que em nações muito mais pobres. Se tais regras já vigorassem, a saúde teria mais R\$ 30 bilhões disponíveis este ano. Como parte da deterioração, o país tem hoje o mesmo número de leitos para internação que tinha 30 anos atrás.

Parece cada vez mais claro que o governo Lula só age, quando age, sob pressão. A crise aguda por que passa o sistema público de saúde no Nordeste – mas que também atinge estados como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul – demonstra isso. Catástrofe anunciada há meses, só no início de setembro obteve da administração federal ajuda financeira, ainda assim depois de muita resistência por parte da equipe econômica. Repete-se, neste episódio, padrão que marca a atuação governamental, por exemplo, desde o início do ainda inacabado apagão aéreo.

Os problemas na saúde vêm se agravando a olhos vistos. A maior razão disso é o financiamento insuficiente do setor: o padrão brasileiro fica aquém até do de economias mais pobres que a nossa. As consequências são atendimentos cada vez mais precários, equipes médicas cada vez mais reduzidas e um número cada vez menor de hospitais dispostos a prestar serviços por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). É pouco para levar o governo petista a tomar uma atitude, mas serve para que ele tente aumentar ainda mais sua sanha arrecadatória.

Acenando com o caos, o governo Lula vem pressionando o Congresso a aprovar mais uma prorrogação da CPMF, sob alegação de que, sem os quase R\$ 40 bilhões que o tributo arrecada, não será possível sequer preservar os níveis já insuficientes de investimento em saúde. O governo não demonstra, porém, igual ímpeto em adotar instrumentos mais pernes – e menos danosos para a economia como um todo – capazes de dar estabilidade e melhores condições de funcionamento ao setor.

Emenda 29, ainda sem efeitos

Há apenas sete anos, as perspectivas para a saúde pareciam muito mais promissoras. Em 2000 o Congresso aprovou a emenda constitucional nº 29, que destina determinados percentuais da receita de



União, estados e municípios para o setor. Até hoje, porém, o texto não foi regulamentado, dando brecha a seguidas burlas por parte do governo. Muito dinheiro que deveria ter sido usado para aparelhar hospitais, construir ambulatorios e ampliar leitos acabou esterilizado, convertido em superávits fiscais destinados a pagar juros da dívida.

O desalento de profissionais de saúde com o exercício da medicina é decorrência direta desse descaso. É gritante, apenas para ficar em alguns exemplos, a defasagem dos valores pagos pelo SUS por procedimentos realizados na rede pública de saúde. Enquanto a tabela médica foi reajustada em 37% desde a adoção do Plano Real, em 1994, até o ano passado, a inflação no mesmo período atingiu 418%, conforme levantamento feito pela UFRGS. Por uma consulta, repassa-se R\$ 7,55, suficientes para cobrir apenas um terço dos custos; por uma cirurgia de hérnia, R\$ 40 e por um raio-x, R\$ 4,91, serviço que custa seis vezes mais a um hospital.

A crise é geral. As Santas Casas, que em milhares de municípios brasileiros são a única opção de atendimento médico, encontram-se mergulhadas em problemas. Devem algo como R\$ 1,8 bilhão, segundo a confederação que representa o setor. Dezenas já fecharam. Não é só: os 45 hospitais universitários federais do país acumulam dívida próxima a R\$ 450 milhões. Desses, só dois não estão no vermelho e mais de 90% atendem com menos funcionários que o necessário.

Recursos insuficientes

Cálculos apresentados no Conselho Nacional de Saúde indicam que, desde 2000, pelo menos R\$ 5,2 bilhões deixaram de ser investidos em ações de saúde, levando-se em conta o piso de gastos previsto na Constituição. Parte considerável desse montante deve-se ao contingenciamento imposto pelo governo Lula ao setor este ano. O número, no entanto, pare-



ce conservador. Para engordar os dispêndios setoriais, tornou-se comum entre os gestores públicos incluir nas despesas de saúde itens tão díspares quanto bolsas assistencialistas, saneamento e distribuição de alimentos. Só em 2005, por exemplo, R\$ 2 bilhões do Bolsa Família foram computados como investimento em saúde – algo que, definitivamente, não são.

Não é de hoje que os segmentos envolvidos com a saúde no Brasil lutam para que a emenda 29 – elaborada pelo então ministro da Saúde, José Serra – seja regulamentada. Quando ainda estava na oposição, o PT também tinha interesse pelo tema: curiosamente, o primeiro projeto de lei apresentado na Câmara na gestão Lula (o PLP nº 01/2003) versava exatamente sobre isso. Seu autor é o deputado petista Roberto Gouveia.

Tal proposta estabelece que a União deve aplicar 10% da sua receita corrente bruta em saúde. Em números correntes, significaria gastar R\$ 65 bilhões com o setor este ano. A realidade está distante disso. O piso estipulado no projeto equivale a valor 62% maior do que os R\$ 40 bilhões efetivamente previstos no Orçamento federal para a saúde brasileira em 2007.

Parte de estados e municípios também investe menos que o estabelecido. Pela proposta de regulamentação da emenda 29, os primeiros aplicariam 12% da sua receita com impostos e transferências constitucionais, o que resultaria em mais R\$ 5 bilhões para o sistema de saúde este ano. Ainda assim, governos estaduais e prefeituras vêm assumindo parcelas crescentes do financiamento do setor no país: nos últimos três anos passaram a responder por mais de metade das contrapartidas de financiamento do SUS, com quinhão decrescente da União.

Abaixo da média

Se o dinheiro previsto na lei estivesse disponível para ser aplicado, o país passaria a investir em saúde algo como US\$ 250 a US\$ 300 per ca-



pita. Hoje aplica-se entre US\$ 150 a US\$ 200 por pessoa, o que torna os dispêndios brasileiros com tais ações equivalentes à metade do que gastam, por exemplo, países como Uruguai, Argentina, Panamá e Costa Rica. De acordo com estudo feito pelo Banco Mundial em 2002, em percentual de PIB os gastos públicos com saúde no Brasil situam-se em 3,6%. Tal desempenho deixa o país em 128º lugar numa lista que tem 191 nações; na América Latina e Caribe, só cinco conseguem sair-se pior do que o Brasil.

Um dos reflexos dos investimentos deficientes na saúde é a aguda queda no número de leitos disponíveis para internação no país. Existem hoje tantas unidades quanto existiam 30 anos atrás: 443.210, segundo o IBGE. Entre 1992 e 2005 houve redução de 101.147 leitos. Parte disso corresponde a uma tendência observada nos procedimentos médicos contemporâneos em todo o mundo, mas por qualquer ângulo que se olhe uma queda de quase 19% em pouco mais de uma década num país carente como o Brasil soa exagerada. Tanto que, nesse item, apenas oito estados cumprem os parâmetros mínimos de cobertura preconizados pelo Ministério da Saúde.

Nunca é demais lembrar que, em 2001, as ações empreendidas pelo Ministério da Saúde no governo Fernando Henrique Cardoso levaram José Serra a ser laureado, pela ONU, o melhor ministro da Saúde do mundo. Muitas eram as conquistas que justificavam a escolha. É lamentável verificar, tão pouco tempo depois, que parte importante do que foi alcançado em termos de melhoria das condições de atendimento à população brasileira encontra-se em estado de deterioração. A crise na saúde gestada sob Lula é uma herança que os mais carentes não têm como suportar. ■



Em estado precário, rodovias aguardam concessões

As condições das estradas pioraram muito desde o início da gestão Lula: 31 mil quilômetros estão em estado ruim ou péssimo. Trata-se de extensão 43 vezes maior do que a que se encontrava na mesma situação quando o PT assumiu o governo federal. Os investimentos públicos no setor estão nos mais baixos níveis da história, na casa de 0,17% do PIB. Ações de prevenção e segurança no trânsito não saem do papel e o país registra índices alarmantes de acidentes: 36 mil pessoas morrem por ano; um em cada cinco são jovens. Leilão para concessão de rodovias à iniciativa privada será teste quanto ao interesse de investidores na economia real.

Dentro de mais alguns dias, alguns dos principais trechos de rodovias federais serão levados a leilão. É a chance de o país começar a ver melhorar um setor que nos últimos anos assistiu suas condições se deteriorarem severamente. As estradas encontram-se hoje em estado bem pior do que estavam há alguns anos; morrem cada vez mais brasileiros vítimas de acidentes de trânsito; e o governo federal investe cada vez menos na melhoria das vias.

A execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro, indica perspectivas nada animadoras. No segundo balanço de desempenho das ações, apresentado este mês, constatou-se que este é um dos segmentos em que o programa federal vai ainda mais mal do que no seu conjunto. Entre as rodovias, as hidrovias e os portos incluídos no PAC, 144 estão com cronograma de obras com sério atraso; cinco meses atrás, apenas 60 estavam nesta situação. São, segundo a própria metodologia do governo, empreendimentos com “elevados riscos” de não sair do papel, como os 260 km da Ferronorte em Mato Grosso.

Trata-se de gargalos que ameaçam todo o restante da economia. País de dimensões continentais, o Brasil precisa de uma estrutura de transporte mais eficiente, capaz de reduzir custos e tornar nossos produtos mais competitivos. Não é disso que dispomos hoje: os gastos com logística atingem 12% do PIB, percentual superior ao de países como os Estados Unidos, de características geográficas similares às nossas. Lá o custo logístico encontra-se em torno de 9% do PIB.

A opção pelo transporte rodoviário agravou a situação. Hoje 62% do transporte de cargas é feito por estradas, que também respondem por 96% das viagens de passageiros. Desde que foram privatizadas, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, as ferrovias vêm ocupando espaço crescente na matriz de transporte. Mas, ainda assim, não superam 26% do volume de cargas transportado atualmente.



Estradas deterioradas

A situação das rodovias só piorou com a chegada do PT ao governo federal. Atualmente apenas 25% das estradas do país exibem condições satisfatórias (ótimas+boas), de acordo com pesquisa feita pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). Na outra ponta, 36,6%, que equivalem a 31 mil km, são consideradas ruins ou péssimas e um total de 75% da malha apresenta “algum grau de imperfeição” – o que inclui também as vias em situação “deficiente”.

No fim do governo tucano, a situação era bem diferente: apenas 1,5% das rodovias pesquisadas eram classificadas como ruins ou péssimas; equivaliam a 715 km. No extremo oposto, 41% da malha (ou 19 mil km) era tida como ótima ou boa, segundo a mesma metodologia. Vale registrar que, desde que a CNT iniciou seu levantamento sistemático anual, em 1999, até 2002, a melhoria nas estradas foi constante. A partir de então, as condições só pioraram.

Muito disso deve-se aos insuficientes investimentos federais em transporte. A média no primeiro governo Lula foi de 0,17% do PIB, a mais baixa que se tem notícia. Entidades que representam o setor consideram que o mínimo para que o país vença o atraso em que se encontra é aplicar algo como R\$ 18 bilhões ao ano. Para dimensio-

Estado de conservação das rodovias brasileiras (em %)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ótimo	2,8	1,7	2,9	5,1	10	11,6	11	10,8
Bom	19,7	18	28,4	35,8	16	13,7	17	14,2
Deficiente	72,8	76,5	66,3	57,6	38,4	36,4	31,8	38,4
Ruim	4,1	3,5	2,2	1,2	21,5	23,7	22	24,4
Péssimo	0,6	0,3	0,3	0,3	14,1	14,6	18,2	12,2

Fonte: Pesquisa Rodoviária CNT 2006



nar o quanto a realidade está distante disso, o Orçamento Geral da União reservou R\$ 7,8 bilhões para investimentos em transportes este ano, dos quais meros R\$ 648 milhões (ou 8% do total) foram efetivamente gastos até setembro.

Perdas humanas

A deterioração das condições de transporte no país cobra seu preço não só em custos logísticos, como também em vidas humanas. A recém concluída Semana Nacional do Trânsito revelou mais uma triste estatística nacional: 35 mil pessoas morrem por ano no país em razão de acidentes de trânsito. Desses, um quinto são jovens com idade entre 18 e 29 anos. Outras 400 mil pessoas saem feridas. Isso representa perda de R\$ 28 bilhões anuais, ou algo como 1% do PIB, segundo estudo feito em conjunto pela Associação Nacional de Transportes Públicos e o Ipea.

O nível de insegurança nas vias urbanas e estradas brasileiras é muito maior do que o de outros países, indicando o grau de precariedade em que nos encontramos. Levantamento comparativo feito pelo professor Paulo Fleury, da Coppead - UFRJ, mostra que a relação de mortes por cada mil quilômetros de rodovias no Brasil atinge 106,8. Para dar clareza ao número, vale olhar o que ocorre em outras nações: na Itália e no Reino Unido, a relação é de 10 mortes; nos EUA, de 6,6 e no Canadá, de 3,3 mortes por cada mil quilômetros de estradas. Como se pode ver, a situação no Brasil é muito grave. Além disso, em cada 10 mil acidentes de trânsito morrem em média 909 pessoas, índice que nos Estados Unidos é de 65, o que atesta a deficiência das nossas condições de tráfego, segurança e prestação de socorro.

Mesmo diante de quadro tão dramático, o governo federal mal dedica esforços a programas e ações voltadas a atacar o problema da falta de segurança no trânsito. Prova disto é que, até 24 de setembro,



apenas 4,6% dos recursos destinados este ano ao Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito foram pagos. De um total de R\$ 160 milhões, somente R\$ 7,4 milhões foram efetivamente aplicados até agora. Mais: quase 60% do montante (R\$ 95 milhões) está trancado nos cofres do Tesouro a título de reserva de contingência – ou seja, dinheiro para engordar o superávit fiscal. Enquanto isso, ações como fomento a projetos destinados à redução de acidentes e à melhoria da fiscalização de trânsito não tiveram um centavo gasto desde janeiro.

Alternativa enganosa

Conceder a exploração de rodovias à iniciativa privada pode representar algum alento neste quadro desolador. O leilão de sete trechos de estradas federais está previsto para 9 de outubro, depois de seguidos adiamentos, num processo que se arrasta há sete anos. Serão leiloados 2,6 mil km, extensão muito tímida ante a malha federal existente, de 58 mil km pavimentados. Resta saber se as regras adotadas pelo governo federal serão suficientes para atrair os investidores privados. A opção foi pela menor tarifa de pedágio, sem cobrança pelas outorgas, e, embora, à primeira vista, pareça mais favorável, não é.

Com o novo modelo federal, apenas os que trafegarem pelas estradas pedagiadas serão beneficiados pelos valores mais baixos praticados. Já com a cobrança de outorgas, o poder concedente, ou seja, o Estado, pode usar os recursos arrecadados para melhorar as condições de toda a malha rodoviária, contemplando vias sem patamares mínimos de tráfego que lhes permitiriam ser recuperadas pela iniciativa privada por meio de concessões. Isso significa que, nesses moldes, toda a sociedade é favorecida. Este é o modelo que será adotado, por exemplo, em São Paulo, onde cinco lotes de rodovias, perfazendo 1,6 mil km, serão levados a leilão.

O leilão marcado pelo governo federal para os próximos dias



também servirá de teste quanto à real atração que oportunidades no Brasil exercem sobre investidores privados. O país não pode correr o risco de prescindir desses empreendedores, já que a cada dia fica mais clara a incapacidade estatal para tocar investimentos produtivos, algo que o balanço do PAC apresentado neste mês só reforça. Há, porém, a ameaça de que o modelo populista adotado para as concessões rodoviárias puna toda a sociedade, condenando as estradas brasileiras a permanecer no péssimo estado em que hoje se encontram. ■



Carga tributária cresce sem parar há quatro anos

Embora tenha prometido em campanha não aumentar tributos, o governo Lula deve promover este ano mais um aumento de carga; será o quarto seguido. O nível atual é suficiente para retirar 1,5 ponto percentual do potencial de crescimento do PIB brasileiro. Em 2007, os contribuintes deverão deixar R\$ 450 bilhões nos cofres federais; é quase 20% mais do que há cinco anos, já considerada a inflação do período. Os brasileiros deverão recolher R\$ 1,8 bilhão por dia ao governo central, quase o dobro de 2002. Os mais penalizados são os que vivem de salários: para quem ganha até dois salários mínimos, a carga global atinge quase 50%. Só a CPMF custará R\$ 188, em média, a cada contribuinte este ano.

O presidente Lula aproveitou uma solenidade em Santa Catarina no início de outubro para defender o aumento dos tributos. Alegou que hoje paga-se mais porque ganha-se mais. Só pode ser escárnio. O brasileiro está, sim, pagando muito mais impostos e num ritmo de crescimento muito mais veloz do que o da inflação, do aumento do PIB, da renda ou de qualquer outro parâmetro que se use. Não contente com isso, o governo atira-se sem pejo na luta pela renovação – mais uma – da CPMF, a bilionária mina de ouro federal.

Quando Lula assumiu a presidência da República, já se cobrava muito imposto no país. O PT prometeu que dali não passaria. Nunca cumpriu. Em valores atualizados, os brasileiros pagaram R\$ 412 bilhões em impostos e contribuições federais no ano passado. Usando o mesmo critério, ou seja, considerando a inflação do período, foram pagos R\$ 347 bilhões em 2002. Isso significa que em quatro anos as receitas tributárias já cresceram 18,7% além da inflação. Mantido o ritmo atual, chegaremos ao fim do ano a algo como R\$ 450 bilhões.

Os aumentos são disseminados e atingem, principalmente, quem trabalha. A arrecadação com imposto de renda subiu 17,5% reais na era Lula. Além disso, os assalariados também passaram a pagar mais contribuição previdenciária depois que o governo petista aprovou sua reforma do INSS, ainda em 2003. Somados, IR e contribuição representam aumento de quase um ponto percentual do PIB na carga tributária desde 2002. Prevê-se que responderão por mais da metade da elevação de carga projetada para este ano, quando os brasileiros deverão pagar algo como 35,5% do PIB em tributos.

Assalariado paga mais

Não foram apenas estes tributos que subiram sob Lula. Cofins, CSLL e PIS tiveram alíquotas elevadas pelo governo do PT. Também



neste caso havia o compromisso de que não haveria aumento, mas tão-somente mudança na forma de tributação. Mas o que se viu foram mais reajustes, ainda mais perversos porque a legislação determina que contribuições são tributos não repartidos com Estados e municípios; fica tudo com a União. Por isso, elas têm sido alvo preferencial da sanha federal e, desde 2002, já subiram 28% acima da inflação. A situação poderia ser ainda pior se a firme oposição da sociedade não tivesse impedido, por exemplo, a aprovação da medida provisória nº 232, um pacote tributário editado no apagar das luzes de 2004 e derrotado no Congresso três meses depois.

Arrecadação de tributos federais (em R\$ bilhões)*

	Imposto de Renda	IPI	Contribuições**	Receita administrada pela SRF	Total
2002	122,9	21,3	151,6	326,5	347,5
2003	115,4	18,8	154,3	316,9	339,7
2004	118,6	20,5	177,4	346,9	372,6
2005	136,2	23,1	189,2	375,8	394,8
2006	144,3	23,1	194,2	391,2	412,5

* A preço de setembro de 2007, deflacionados pelo IPCA

** CPMF, Cofins, PIS/Pasep, CSLL e Cide-Combustíveis

Nos próximos dias sairão os números relativos à arrecadação federal de setembro. Será possível verificar que, em apenas nove meses, o governo central terá arrecadado mais que em todo o ano passado. Mantido o ritmo atual de crescimento e incluído o que recolhe ao INSS, o brasileiro pagará este ano uma média de R\$ 1,8 bilhão por dia só em tributos federais. É praticamente o dobro do que pagava no início do governo Lula – R\$ 935 milhões, em 2002.



O presidente Lula parece não querer saber, mas os mais penalizados são justamente os que vivem de salários. Estudo da Fipe estima que a carga tributária global de quem recebe até dois salários mínimos é de 49%, dos quais 46 pontos percentuais referem-se a impostos indiretos – aqueles que o contribuinte paga sem saber por estarem embutidos nos preços. Numa motocicleta, por exemplo, os tributos representam 49%; em um forno de microondas, 57%; um terço do que se paga para comer em um restaurante é imposto. Para verificar o quanto o sistema brasileiro é regressivo, ou seja, penaliza mais os mais pobres, basta ver que a carga global de quem ganha mais de 30 salários mínimos é de 26%.

Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o assalariado trabalha cada vez mais para pagar impostos e contribuições. Este ano, foi preciso trabalhar 146 dias – ou seja, de 1º de janeiro a 26 de maio – apenas para honrar os compromissos com o fisco. Entre 2002 e agora, esse indicador cresceu 13 dias, o que significa que a gestão Lula subtraiu mais meio salário da renda do trabalhador brasileiro.

A perversa CPMF

A CPMF representa um capítulo à parte. Sob Lula, até dezembro terão sido arrecadados cerca de R\$ 162 bilhões com esse tributo. Dadas as características da contribuição, parte do que ela arrecada vem justamente de outros tributos pagos, é imposto sobre imposto. Por exemplo: toda vez que alguém quita uma parcela de IPTU ou IPVA, também recolhe, por tabela, CPMF. Só isso já rendeu R\$ 13 bilhões à gestão petista.

Apenas com a CPMF, cada brasileiro desembolsou em média R\$ 172 no ano passado; neste ano, deve deixar R\$ 188 nos cofres fede-



rais, calcula o IBPT. Somente parte do que o governo arrecada com o imposto do cheque vai, de fato, para saúde, finalidade para a qual a CPMF foi criada. Em média, nos últimos quatro anos um quinto do que foi pago ficou no caixa do Tesouro Nacional para engordar os resultados fiscais.

Não satisfeito com os números polpudos, o governo petista luta no Congresso para prorrogar a cobrança da CPMF – criada em 1993 como um “imposto provisório” – por mais quatro anos. Nas últimas semanas tem patrocinado um festival de liberação de verbas e cargos para contentar parlamentares da base aliada e convencê-los a estender a vigência do tributo por mais um período.

O custo da gastança

O aumento da arrecadação tributária é o outro lado de uma moeda igualmente danosa para a sociedade: a elevação desmesurada dos gastos correntes do governo federal verificada nos últimos anos. Até agosto, as despesas da União com pessoal e custeio cresceram 13,3%. Isso significa que o governo Lula, ao invés de aproveitar o bom momento da economia para desonerar empresas e, assim, permitir que elas façam mais investimentos e empreguem mais, está usando o dinheiro do contribuinte para inchar a máquina pública.

Estima-se que a alta carga de impostos retire pelo menos 1,5 ponto percentual do potencial de crescimento do país. Assim como em outras áreas, o governo Lula repete na seara tributária o mesmo padrão deficiente de gestão que prejudica o melhor desempenho da economia. Deveria aproveitar a votação do projeto da CPMF no Senado para melhorar, pelo menos um pouco, o sistema arrecadatário atual e gerar mais incentivos para a sociedade, ao invés de sufocá-la progressivamente, como vem fazendo desde 2003. ■



Valorização do real mina superávit externo

O saldo de transações correntes caiu, em setembro, a seu menor nível desde novembro de 2003. Dois fatores contribuem para isso: a explosiva remessa de lucros e dividendos das empresas para suas matrizes no exterior e a redução do saldo da balança comercial. Em ambos os casos, o comportamento é ditado pela desvalorização do dólar no mercado brasileiro. O que está em marcha é uma mudança estrutural no padrão recente das contas externas: de superavitárias, caminham agora para, na melhor das hipóteses, o equilíbrio e, na mais realista, para novos déficits.

A supervalorização da moeda brasileira está começando a gerar efeitos preocupantes sobre indicadores macroeconômicos do país. Se até pouco tempo atrás os reflexos do dólar barato eram sentidos com mais intensidade em setores econômicos isolados, agora as consequências já se expressam no principal termômetro das contas nacionais: o balanço de pagamentos. O resultado de setembro fez acender sinais de alerta quanto ao fim da era dos superávits robustos em conta corrente. Em pouco tempo, os resultados podem voltar a ser negativos, como ocorria em épocas em que as condições internacionais eram muito menos favoráveis ao Brasil.

O que está em marcha é uma mudança estrutural nas transações correntes do país com o exterior. Desde 2003, depois de seguidos anos de déficits, o balanço de pagamentos foi sempre superavitário. A explicação para esta virada está no excepcional momento vivido pela economia mundial, na arrancada dos preços internacionais de algumas das principais commodities exportadas pelo Brasil e no apetite crescente por tais produtos exibido, principalmente, por chineses e asiáticos em geral.

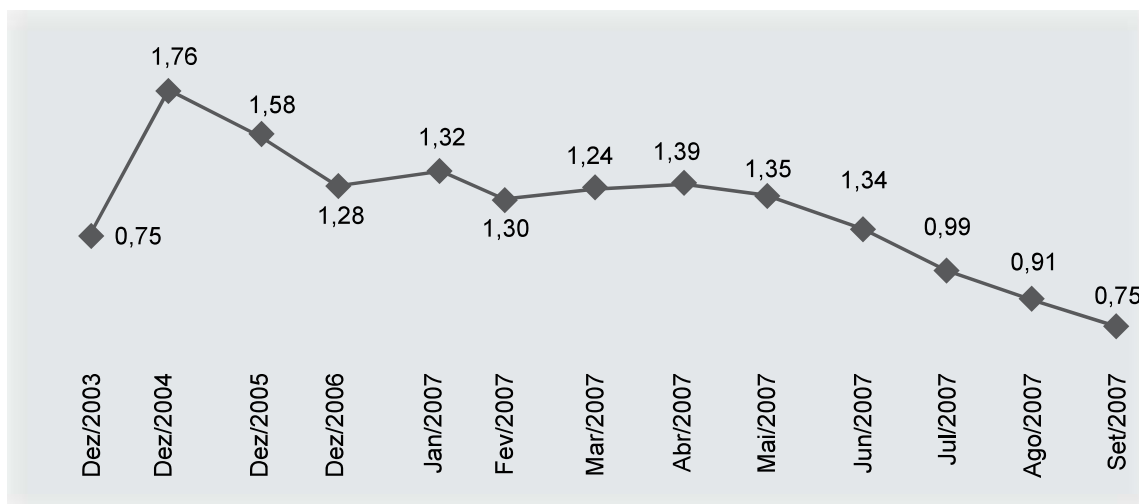
Em setembro, porém, o saldo externo caiu a seu menor nível desde novembro de 2003. Somou 0,75% do PIB, ou US\$ 9 bilhões, no acumulado em 12 meses. O superávit no mês ficou em US\$ 471 milhões, o equivalente a apenas um quinto do resultado alcançado um ano atrás (US\$ 2,25 bilhões). Para o mês de outubro não será surpresa se, após quatro anos no azul, o resultado voltar a ser negativo: projeta-se algo como US\$ 500 milhões de déficit. Terminado o ano, o balanço das transações correntes deve fechar com saldo de US\$ 7,8 bilhões, nas estimativas do Banco Central – para comparar, em 2006, o superávit foi de US\$ 13,6 bilhões.

A melhor marca do indicador – importante para caracterizar o grau de solvência do país – foi atingida em fins de 2004, quando o superávit externo atingiu 1,76% do PIB. De lá para cá, a curva tem sido



decrecente. Para 2008, na melhor das hipóteses, o balanço ficará zerado, embora já haja quem aposte em resultados negativos.

Saldo em transações correntes (em % do PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil

São dois os fatores que mais têm pesado para a alteração que se processa nas nossas contas externas – e ambos estão diretamente ligados à supervalorização da moeda nacional. O primeiro deles é o desempenho da balança comercial, com as importações crescendo em ritmo muito mais acelerado do que as exportações. O segundo são as remessas de lucros para o exterior: com o real valendo cada vez mais, as empresas multinacionais aproveitam para engordar as transferências em dólar para suas matrizes.

Até importação de alimentos cresce muito

Nunca o país importou tanto quanto agora. A média de aquisições em outubro aproximou-se de US\$ 600 milhões por dia. É o dobro do que o país comprava há dois anos e três vezes mais que a média de 2003. É verdade que parte disso tem se destinado à modernização do parque produtivo, mas é igualmente certo que parcela do que vem do exterior está simplesmente tomando lugar de produtos genuinamente brasileiros.



A importação de bens de consumo não-duráveis, por exemplo, já havia crescido 32% no acumulado até setembro em comparação com o mesmo período do ano passado. O Brasil também importou 18% mais produtos alimentícios nos nove primeiros meses do ano, 55% mais automóveis de passageiros e 33% mais medicamentos. São itens que poderiam, claramente, estar sendo fabricados aqui mesmo, gerando mais empregos no país. O dólar barato torna vantajoso importá-los e proibitivo exportá-los. Com isso, o saldo acumulado na balança comercial já caiu 10,7% no ano, o que equivale a US\$ 4 bilhões menos.

As exportações crescem hoje à metade da velocidade das importações. Até o fim de outubro, avançaram 15,6% sobre os dez primeiros meses de 2006. No mesmo período, as compras externas foram 29% maiores. Segmentos de maior valor agregado – como manufaturados e semimanufaturados – pesam cada vez menos na pauta exportadora brasileira. Sua participação caiu de 69,8% em 2001 para 66,4% agora, enquanto o quinhão de produtos básicos subiu quase cinco pontos percentuais, para 31,6% do total exportado.

Investidores e empresas estrangeiras instaladas no país estão aproveitando que a moeda americana está em seu menor valor em seis anos para enviar vultosas remessas de dólar para suas matrizes. Trata-se de processo que se intensificou em setembro e que deve agora ganhar impulso ainda maior. Isso porque a decisão do Banco Central de manter os juros básicos em 11,25% anuais, anunciada em meados de outubro, deverá impulsionar a entrada de dólares no país, contribuindo para apreciar ainda mais o real.

Ganhando com os juros altos

A remessa de lucros e dividendos atingiu US\$ 1,7 bilhão em setembro. É praticamente o dobro do verificado um ano atrás. Ao longo do



ano, firmas e investidores já enviaram US\$ 13,8 bilhões para fora do país; na comparação com o mesmo período de 2006, o indicador já subiu 19%. A cifra deve atingir US\$ 16,5 bilhões até dezembro e estabilizar-se neste mesmo patamar em 2008, segundo prevê o Banco Central.

Muito do que agora sai do país foi amealhado com aplicações em papéis do governo. O Brasil mantém-se como vice-campeão mundial dos juros reais, praticando taxas equivalentes a até o triplo da média verificada em países emergentes. Quanto maior a diferença entre os juros internos e as taxas externas, em especial a dos títulos do Tesouro americano, maior será a entrada de dólares. Em consequência, a cotação da moeda americana tende a manter-se em baixa, realimentando o ciclo de importações e remessas ascendentes e de exportações em ritmo apenas moderado.

Tal quadro gera efeitos perversos na saúde da economia nacional como um todo. Juros altos e dólar barato prejudicam o crescimento da produção local, aumentam o endividamento do Estado, retiram espaço para investimentos privados e reduzem a competitividade em terceiros países. Estudo recente da Fiesp mostra, por exemplo, que, mantidas as condições atuais, o Brasil pode perder, ao fim de uma década, metade de suas vendas aos Estados Unidos (nosso principal consumidor externo), abatido pelo câmbio apreciado e pela feroz concorrência chinesa.

A participação média do país no fluxo global de comércio reforça a constatação de que progressos reais são praticamente inexistentes. Hoje as exportações brasileiras equivalem a 1,2% do total mundial, patamar idêntico ao de 20 anos atrás. Concorrentes diretos, como China e Coréia, saíram de percentuais parecidos para níveis muito maiores (8% e 2,7%, respectivamente). A melhora das contas externas foi um dos poucos – ainda que insuficientes – avanços que o país logrou em anos recentes. Colocá-la em risco significa jogar por terra uma oportunidade sem precedentes nas últimas décadas. ■



Crise energética já desponta no horizonte

O país precisa de 5 mil novos megawatts (MW) por ano para fazer frente ao crescimento econômico, mas vê expansão do parque gerador estancar na gestão Lula. Até hoje, o maior acréscimo anual foi registrado no governo Fernando Henrique, com 4,6 mil novos MW em 2002. Atualmente existem apenas 17 hidrelétricas em construção no Brasil; nenhuma delas de grandes proporções. Um de cada 4 MW previstos para entrar em operação até 2011 está sob risco; para os próximos quatro anos, somente 8 mil MW estão assegurados. O investimento privado é cada vez mais escasso.

A suspensão no fornecimento de gás natural decretada pela Petrobras no fim de outubro foi apenas mais um dos lances de uma crise de graves proporções que se desenha no horizonte. O país não apenas corre risco de ver faltar um dos principais insumos da economia; na realidade, o atual nível de produção de energia já é insuficiente para sustentar a expansão brasileira.

A ameaça de escassez já vem sendo denunciada há algum tempo, desde que o parque gerador nacional ingressou numa quase paralisia decorrente do modelo para o setor elétrico adotado pelo governo Lula. Implantado em 2005, o sistema de leilões para a expansão do sistema até agora não logrou sucesso; conseguiu, no máximo, obter tarifas mais baixas no curto prazo, ainda que sob risco de vê-las explodir a médio e longo prazos.

É evidente o descompasso entre o que o país tem conseguido agregar ao parque de geração de energia nos últimos anos e as necessidades de sustentação do crescimento econômico. Ao ritmo atual, é preciso adicionar 5 mil novos megawatts (MW) por ano ao nosso potencial, sem os quais o país corre risco de entrar em colapso. A média obtida desde 2003 é de 3,5 mil MW. A melhor marca anual alcançada pelo país foi registrada em 2002, ainda no governo tucano, quando foram agregados 4,6 mil novos MW; a pior, nos últimos nove anos, foi a de 2005, com acréscimo anual de apenas 2,4 mil MW.

Modelo de retrocesso

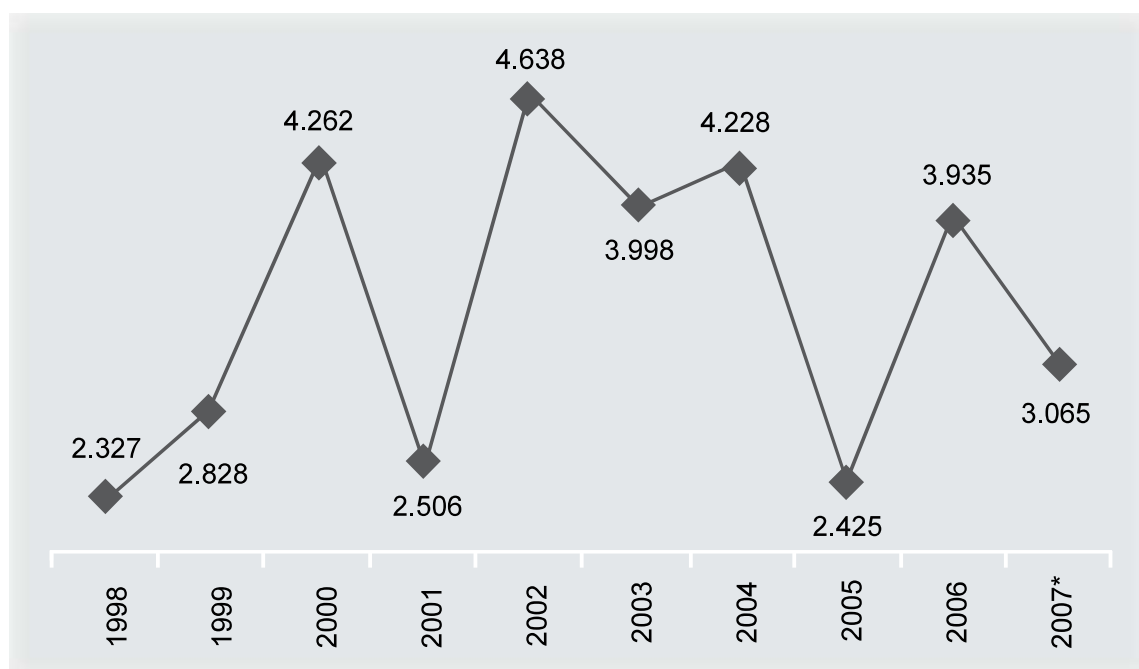
Desde o início da gestão do PT, tornou-se notório que os investimentos em geração de energia no país escassearam. No último ano do governo Fernando Henrique, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) outorgou 396 novas usinas, cuja potência somava 12 mil MW e para as quais os investimentos previstos eram de R\$ 20 bilhões. No



ano seguinte, foram apenas 191 usinas, com 3 mil MW e investimento estimado de R\$ 5,5 bilhões. Em 2004 não foi muito diferente: 224 usinas, 4 mil novos MW e R\$ 6,3 bilhões em investimentos. Vale registrar que nem toda outorga resulta em investimento efetivo e, muitas vezes, o empreendimento não sai do papel.

A partir de 2005, o antigo modelo de concessão onerosa foi substituído pelo atual sistema de oferta de energia por meio de leilões. A situação, porém, só piorou: desde aquele ano, a expansão da oferta de energia advinda de fontes hídricas somou apenas 3,2 mil MW – considerando todas as matrizes, foram 9,6 mil novos MW. Atualmente o país tem apenas 17 usinas hidrelétricas em construção, cujo potencial total de geração é de meros 4 mil MW. Somados, todos os empreendimentos em construção são capazes de agregar apenas 6,6 mil novos MW ao nosso parque gerador.

Acréscimo anual de geração (em MW)



*Até 16 de outubro. Fonte: Aneel



Se o presente já não inspira segurança, as perspectivas para médio e longo prazos são ainda mais preocupantes. De acordo com a Aneel, até 2011 devem entrar em operação turbinas com capacidade para gerar 11 mil novos MW. O número, por si só, já seria alarmante. Isto porque, para fazer frente a um crescimento econômico na casa de 4,5% ao ano, há necessidade de agregar, até 2011, mais 20 mil MW ao parque gerador nacional – número muito superior ao que o futuro promete.

O mais grave, porém, é que nem a adição destes 11 mil MW pode ser considerada líquida e certa. Muito pelo contrário: um de cada 4 MW previstos para os próximos quatro anos corre sérios riscos de não se concretizar, por causa de restrições de ordem ambiental, jurídica ou mesmo empresarial. Isso significa que o país só conta, de fato, com 8 mil novos MW realmente firmes para fazer frente à expansão do crescimento da economia até o início da próxima década. Em razão disso, é cada vez maior a dependência da energia gerada por termelétricas, tanto mais cara quanto poluente.

Falta gás para crescer

Mas, se a expansão hidrelétrica não suscita muitas esperanças, a situação termelétrica não é menos desalentadora – como os cortes de oferta verificados no Rio de Janeiro e em São Paulo puderam demonstrar. Há 22 usinas termelétricas em construção no país, com capacidade para agregar 1,4 mil novos MW. Artificialmente inflado pelo governo federal, o consumo de gás natural explodiu nos últimos anos, com crescimento médio de 18% ao ano. Hoje o país consome em torno de 42 milhões de metros cúbicos por dia, mas só produz internamente 28 milhões de m³, com a maior parte da oferta (52%) provindo da instável Bolívia.



O país irá conviver com déficits por pelo menos mais uma década. Segundo o Plano Decenal de Energia 2007/2016 (elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética, estatal criada para planejar o setor), o consumo deve passar para 110 milhões de m³ diários em 2010 e 140 milhões de m³ em 2016. A oferta interna, entretanto, crescerá num ritmo insuficiente: atingirá 75 milhões de m³ no fim da década e 92 milhões de m³ em dez anos.

Hoje o gás natural é disputado por vários usos: usinas termelétricas, indústrias, automóveis, residências e comércio. Mas já é impossível atender a todos. Segundo o Centro Brasileiro de Infraestrutura, caso todos os usuários não-térmicos – ou seja, todos exceto as usinas – fossem atendidos, o país só conseguiria acionar 35% das termelétricas disponíveis 2008. O resto não poderia gerar energia, simplesmente porque não conta com gás suficiente. Isso explica por que, em outubro, a Petrobras cortou em 17% o fornecimento do insumo a clientes industriais dos dois maiores centros produtores do país, deixando, só no Rio, um prejuízo de R\$ 20 milhões em apenas um dia.

Escassez presente

O risco de o país ver-se diante de falta de energia já é algo presente. Para 2008, o Instituto Acende Brasil calcula que o risco de isso acontecer atinge 9%, quase duas vezes o nível máximo considerado aceitável pelos parâmetros de segurança do setor elétrico (5%). Em 2011, dependendo de como se comportar o mercado, tal possibilidade pode chegar a 18%. Vale notar que, no próximo ano, em razão das quebras no suprimento de gás natural, o país já disporá de um volume de energia firme inferior ao que existia disponível no país em 2004.

Visto de hoje, parece certo que o país tem no horizonte uma crise de escassez energética a enfrentar num futuro não muito distante.



De certa forma, ela já é uma realidade: seja por restrições impostas ao consumo, como ocorreu no Rio e em São Paulo, seja por meio de fortes altas nos preços. Em outubro, o valor por MWh chegou perto de R\$ 240, maior nível desde 2001. Projetam-se aumentos vigorosos nos próximos anos, a ponto de toda a economia ser prejudicada e o crescimento econômico ser reduzido em até 0,8 ponto percentual, comprometendo até o avanço do IDH brasileiro.

A maior ameaça, porém, é o país continuar às voltas com a falta de perspectiva para o setor verificada no atual governo. O caminho trilhado desde 2005 só fez afastar investidores privados, além de ter deixado a expansão da geração à mercê dos insuficientes investimentos públicos – a crise gerada pela frustração do fornecimento de gás pela Petrobras ilustra os perigos de tal estratégia. Se não começar a agir imediatamente, e de maneira coerente e coordenada, o governo Lula corre o risco de ver explodir no seu colo uma crise que gostaria de ver legada a seu sucessor e que, como se vê, não é o “probleminha” que o presidente da República tenta fazer crer que é. ■



Quebra de monopólio impulsionou indústria do petróleo

A abertura do mercado brasileiro de petróleo, antes restrito à Petrobras, à concorrência trouxe muitos benefícios ao país: a produção mais que dobrou nos últimos dez anos e as reservas cresceram mais de 70%. Mas a expansão perdeu velocidade no governo Lula: a média de crescimento anual de óleo extraído caiu a quase um terço do que era até 2002. Alardeada na campanha de 2006, a autossuficiência não existe: o país importa 410 mil barris por dia e deve registrar déficit de US\$ 5 bilhões este ano. Antes bem gerida, a Petrobras tornou-se moeda de troca política e hoje é, entre as maiores empresas do continente, uma das com menor rentabilidade.

A realização da nona rodada de licitações para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, ocorrida na última semana de novembro, abre uma boa oportunidade para se analisar a evolução desse setor no país ao longo dos últimos anos. Em agosto último completou-se uma década da entrada em vigor da Lei do Petróleo (nº 9.478/97), que abriu o mercado a empresas estrangeiras e pôs fim ao monopólio que a Petrobras exercia sobre a produção nacional de óleo e combustíveis. Por todos os ângulos que se observe, os ganhos para o país foram gigantescos.

A lei foi aprovada no governo Fernando Henrique Cardoso, sob forte oposição do PT. Dizia-se, à época, que quebrar o monopólio era franquear as riquezas brasileiras a investidores estrangeiros, em prejuízo da nação. Os fatos mostraram o contrário. Não apenas o país tornou-se um produtor mais relevante de petróleo (as reservas provadas, excluindo o campo de Tupi, colocam o Brasil em 24º lugar no ranking mundial), como a própria Petrobras tornou-se uma empresa mais eficiente – qualidade que, no entanto, vem sendo erodida em razão do uso político que o governo Lula tem feito da estatal.

Dez anos depois da abertura do setor, existem hoje 60 grupos econômicos atuando em exploração e produção de petróleo e gás no país. Destes, 32 são de origem brasileira e 28, estrangeiros. Desde 1997, a indústria de petróleo e gás natural expandiu-se significativamente. A contribuição do setor para a formação do PIB passou de 2,75% para cerca de 10% em 2006, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Tamanho afluxo de novos capitais colaborou para que o país dobrasse a quantidade de petróleo produzido: de 306 milhões de barris, em 1997, para 629 milhões de barris no ano passado. A média diária de produção cresceu 120% no período. Nos últimos dez anos, as reservas provadas de petróleo saltaram de 7,1 bilhões para 12,2 bilhões de bar-



ris; as de gás natural passaram de 228 bilhões de m³ para 348 bilhões de m³. Como se vê, o Brasil ganhou muito abrindo-se à concorrência externa e permitindo que investidores privados ingressassem em áreas antes cativas do Estado – algo que a ideologia petista sempre exorci-
zou, inclusive na eleição presidencial de 2006.

Em ritmo menor

Mesmo com esses consideráveis avanços, o setor perdeu dinamismo nos anos Lula. A produção diária de petróleo ilustra isso. Entre o ano da abertura do mercado e 2002, último da gestão tucana, o volume médio diário de óleo extraído aumentou 73%. No período, a média de crescimento anual foi de 9,6%. Na gestão petista, a situação é outra. Nos últimos cinco anos, a evolução na produção foi de apenas 19%, atingindo a média atual de 1,8 milhão de barris por dia. O ritmo de crescimento caiu a praticamente um terço do que era: 3,6% ao ano na gestão petista. Em 2004, deu-se um fato inédito na história recente: a produção nacional diminuiu em comparação com o ano anterior, algo que não ocorria desde 1991.

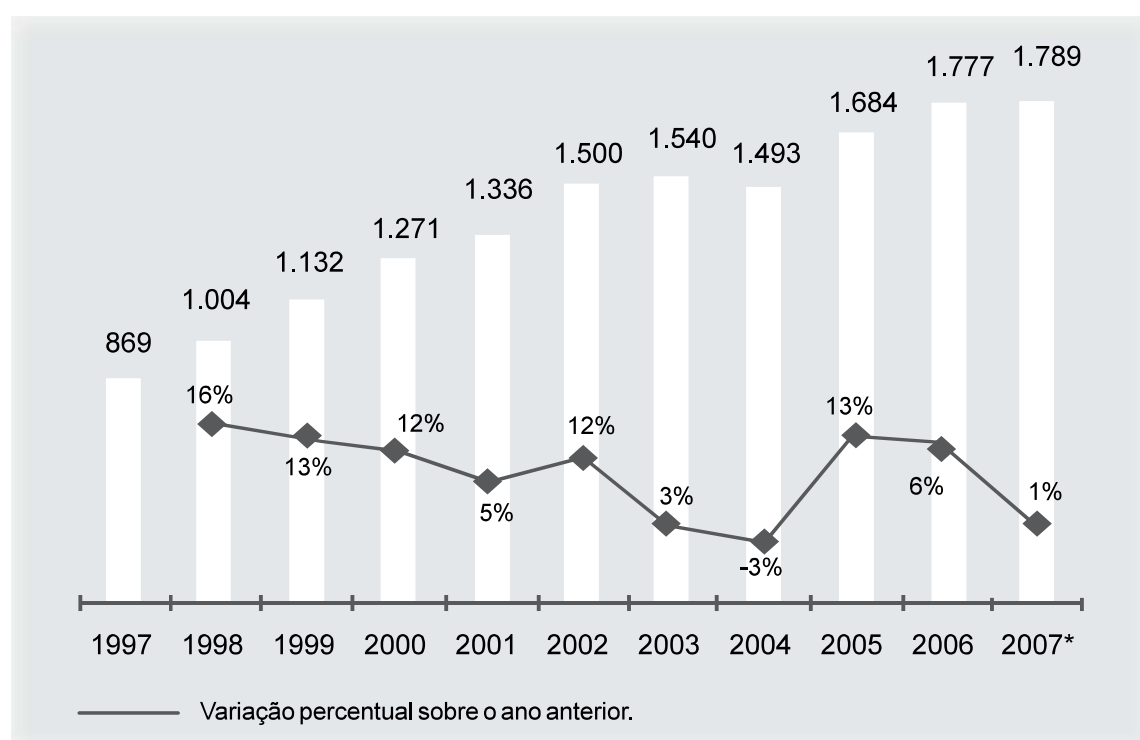
Embora o governo alardeie, desde o ano passado, que o Brasil tornou-se autossuficiente em petróleo, ainda somos importadores líquidos. Até setembro último, as importações de óleo somavam US\$ 8 bilhões, enquanto as exportações eram de US\$ 5,8 bilhões. Este ano, o déficit é 20% maior que o registrado nos nove primeiros meses de 2006 e já supera o saldo negativo observado em todo o ano passado. Prevê-se que até o fim de dezembro o rombo atinja US\$ 5 bilhões. A cada dia, o país importa cerca de 410 mil barris.

Nada disso impediu, porém, que o governo petista torrasse R\$ 37 milhões nos três meses que antecederam a disputa eleitoral de 2006 numa campanha publicitária para vender aos brasileiros a ilusão de



que o país já se tornara autossuficiente na produção de petróleo. A realidade é que, dado o tipo de óleo que o Brasil atualmente explora, é necessário importar algumas variedades mais leves, usadas na fabricação de alguns derivados. Neste ano, a média diária de importação líquida – ou seja, aquilo que supera a quantidade exportada – é de 68 mil barris, segundo dados até novembro. Este é um quadro que ainda vai demorar a mudar.

Produção nacional média de petróleo (em mil barris/dia)



*Até outubro. Fonte: Petrobras. Elaboração: Instituto Teotônio Vilela

Os desafios de Tupi

Um dos fatores que podem, efetivamente, contribuir para que o país deixe de depender de petróleo importado é a descoberta do campo de Tupi. Ele pode agregar entre 5 bilhões a 8 bilhões de barris-equivalentes às reservas nacionais. Entretanto, há um longo caminho para que isso se torne realidade – até porque o início da ex-



ploração comercial está previsto para apenas 2013. A começar pelos altíssimos custos incorridos na exploração de petróleo em alta profundidade na camada de pré-sal, como é o caso do novo campo. Cada uma das dez plataformas que deverão ser construídas deverá custar entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões. Além disso, os custos de extração no poço serão bem mais elevados que os atuais – hoje a média é de US\$ 7,65 por barril, mais que o dobro do custo médio verificado no fim de 2002 (US\$ 2,93).

Sem Tupi, a Petrobras já tem previstos investimentos de US\$ 112 bilhões até 2012, mas sua margem para novos aportes tem sido cada vez mais apertada, dada a perda de rentabilidade verificada pela empresa. A estatal lucrou R\$ 5,5 bilhões nos nove primeiros meses deste ano, valor 22% abaixo da marca obtida no mesmo período de 2006. Em razão disso, a Petrobras apresentou a segunda pior rentabilidade, até setembro, entre as 17 empresas mais lucrativas do continente, segundo a consultoria Economatica.

Uma das razões para o desempenho cadente da empresa é o loteamento do seu comando entre aliados políticos. O que possibilitou a arrancada da Petrobras logo após a quebra do monopólio foi ter contado com gestão profissionalizada e boa governança, sem margens para composições políticas. Desde a chegada do PT ao governo, o que se vê é o inverso: a direção da Petrobras virou moeda de troca nas negociações partidárias e está hoje retalhada entre PT, PP, PMDB e PTB. Além disso, fazendo jus à lógica de inchaço da máquina patrocinada no governo Lula como um todo, a estatal contratou 7.500 novos empregados no ano passado.

O que não se pode perder de vista é que a Petrobras não é um feudo para uso e abuso político, como quer o PT. Lá está o dinheiro de acionistas que confiaram na boa gestão da empresa. Entre estes figuram 337 mil trabalhadores que transformaram o dinheiro de seus FGTS



em ações da companhia, numa operação empreendida pelo governo tucano. Hoje, porém, mesmo com seus muitos avanços e os enormes desafios que tem pela frente, a empresa tem funcionado como muro de arrimo das contas públicas. No ano passado, deixou em caixa R\$ 27,8 bilhões, esterilizados para ajudar o governo federal a cumprir as metas de superávit primário – algo que poderia ser obtido de forma mais saudável com corte de despesas correntes. ■



Anos Lula trazem avanços tímidos nos indicadores sociais

O desempenho dos alunos brasileiros nos testes de matemática, leitura e ciência feitos pela OCDE coloca o Brasil nas piores posições do ranking mundial. As notas não só são baixas, como também indicam pouca capacidade de compreensão dos conteúdos por parte de nossos estudantes. Até agora, as melhorias nos indicadores de desenvolvimento social ao longo da gestão petista foram acanhadas, como sugere o IDH relativo a 2005: a evolução desde o início da década foi a menor registrada em um quinquênio desde que a ONU passou a fazer o levantamento.

No início da década, o Brasil conseguiu um feito importante: colocar todas as crianças na escola. A universalização do ensino fundamental foi uma das principais realizações do governo tucano. A partir dela, o desafio passou a ser manter os estudantes em sala de aula e elevar a qualidade do ensino prestado. A julgar pelos resultados recentes, o país tem falhado nesta tarefa. O ritmo de melhoria caiu sensivelmente.

O dado mais significativo foi conhecido no início de dezembro, quando a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou o relatório do Pisa (sigla em inglês para Programa Internacional de Avaliação de Alunos) relativo a 2006. O desempenho dos adolescentes brasileiros em ciência, matemática e leitura foi desanimador: nas três áreas o país figura entre as últimas posições no ranking mundial.

Os testes são feitos a cada três anos com alunos de 15 anos de idade. Em 2006 as notas médias de leitura dos estudantes brasileiros caíram acentuadamente, de 403 para 393 pontos (numa escala que vai de 0 a 800). No início do século, pelos mesmos parâmetros do Pisa, a média neste quesito era 396 – ou seja, estamos hoje pior do que estávamos há sete anos. Em compensação, houve melhoria em matemática, com avanço de 13 pontos desde 2003, para a média atual de 370. Em ciência, estagnação: 390 pontos médios nos dois últimos exames.

Tais resultados não deixam o Brasil bem. Mesmo em matemática, em que se saiu melhor, o país só supera três países numa lista de 57: Tunísia, Catar e Quirguistão. Ficamos em 54º lugar, mas já foi pior: em 2003, os estudantes brasileiros haviam figurado na lanterna do ranking. De lá para cá conseguiram, pelo menos, superar seus colegas tunisianos – os outros dois países acabam de estreiar no levantamento da OCDE.

Baixa capacidade

Entre as três habilidades avaliadas, o país saiu-se melhor em leitura.

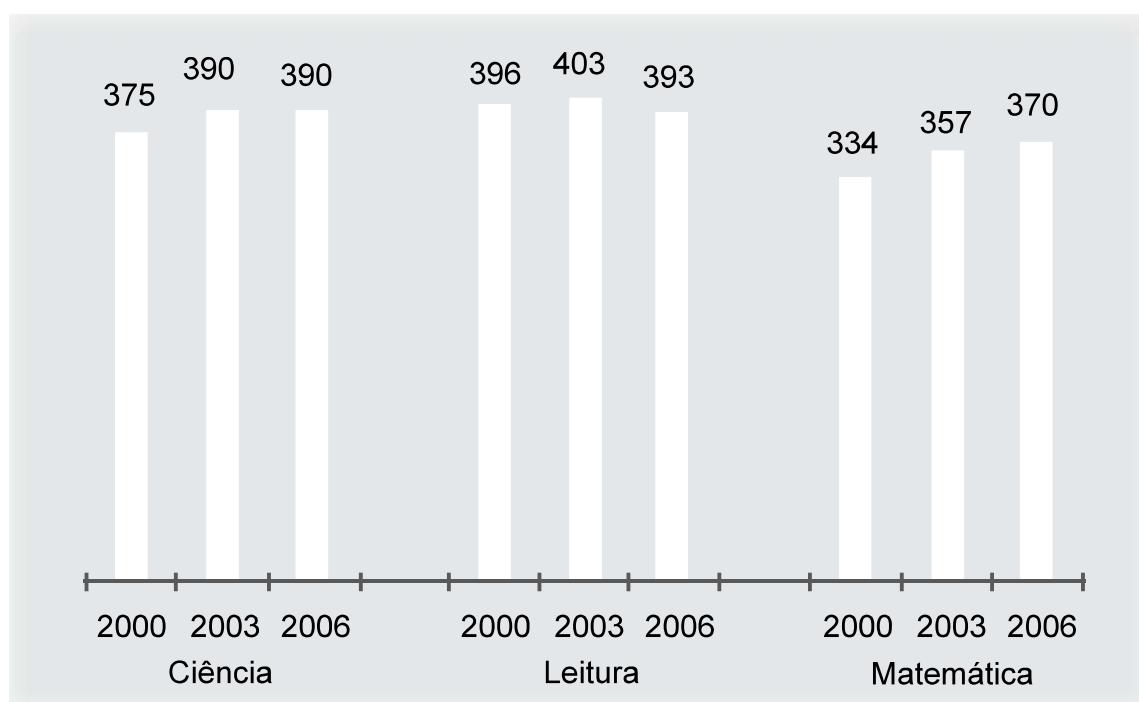


Ainda assim, o desempenho é sofrível. Entre 56 nações (os EUA não aparecem neste ranking), o Brasil figura na 49ª colocação. No ranking de ciência, os estudantes brasileiros aparecem no 52º lugar.

Na escala do Pisa há seis níveis de conhecimento. O mais elevado indica que o aluno é capaz de identificar, explicar e usar evidências científicas consistentes para solucionar problemas inéditos. Enquanto 4,5% dos finlandeses (primeiros no ranking) têm tal habilidade em ciência, não há brasileiro que tenha feito os testes que a exiba. Além de estar entre os piores nas três provas, a maioria dos alunos brasileiros atinge, no máximo, o menor nível de aprendizado nas disciplinas; seu grau de compreensão é baixíssimo: 27% não conseguem sequer entender os enunciados dos problemas.

O levantamento da OCDE explicita a dificuldade que o país enfrenta para dar um salto adiante em direção a uma educação de melhor

Notas dos alunos brasileiros no Pisa



Fonte: OCDE



qualidade. Perdeu-se muito tempo nos anos recentes com seguidas mudanças de ministros, redefinição de prioridades, substituição de indicadores, que, pelo que agora se vê, nada acrescentaram ao que realmente interessa: a melhoria do desempenho dos alunos.

Ainda hoje persistem distorções como a forte concentração dos investimentos federais em educação superior: o governo Lula aumentou tal fatia de 70% para 75% do bolo, em prejuízo dos ensinos fundamental e médio. Em consequência, o gasto brasileiro por aluno nas universidades é maior do que o de muitos países. Já as despesas com salários de professores cresceram num ritmo bem menor que o do funcionalismo em geral. O ganho salarial real na função Educação entre janeiro e novembro foi de 5,3% em comparação com igual período de 2006; para a administração em geral, o avanço foi de 21,2%.

Onze milésimos no IDH

Não foram apenas os números do Pisa que indicaram perda de fôlego na melhoria social do país nos anos recentes. Os resultados do IDH, divulgados no fim de novembro pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), também mostraram que os avanços no desenvolvimento humano brasileiro foram muito tímidos entre 2000 e 2005 – período que abarca quase todo o primeiro mandato do presidente Lula.

O IDH médio atingiu 0,800, colocando o Brasil entre as 70 nações consideradas de “alto desenvolvimento humano”. Não foi a primeira vez que isso aconteceu: em 1998 o país também chegou a figurar neste grupo. Mas revisões posteriores na forma de calcular o PIB por habitante (uma das componentes do índice) jogaram o país para baixo na lista.

O ranking do Pnud é composto por 177 países; 40% deles têm condições de vida consideradas mais avançadas. É nesse grupo – um tanto



quanto largo, como se vê, e que ganhou sete novos nomes neste último levantamento – que o Brasil passou a ocupar a 70ª e última colocação. O que ajudou o país a escalar o ranking foi a melhora na expectativa de vida da população, que passou de 70,8 anos em 2004 para 71,7 anos em 2005, acompanhando uma tendência que é mundial. A renda também cresceu, mas é bom dimensionar quanto: exatos 0,92% de aumento entre um ano e outro.

Entre 2000 e 2005 o IDH brasileiro teve o mais fraco desempenho em um quinquênio desde que começou a ser medido pela ONU. A média saiu de 0,789 para 0,800 – ou seja, o país ganhou 11 milésimos em cinco anos. Foram exatos 1,39% de evolução no período. Nos cinco anos anteriores, entre 1995 e 2000, o avanço havia sido bem mais robusto: 4,8%, impulsionados, principalmente, pelas conquistas advindas do Plano Real. Desde 1975, o IDH brasileiro evoluiu 23%.

Vista desta forma e também sob a luz do Pisa, a conquista recente do IDH perde força. Também sugere que a estabilidade da moeda trouxe mais benefícios para o desenvolvimento humano brasileiro do que as políticas de assistência ancoradas no Bolsa Família. Resta claro que, se quiser avançar de maneira mais contundente, o país precisa investir em educação, começando por ampliar a presença de crianças e jovens nas escolas – algo que estados como Minas Gerais já vêm fazendo ao estender o ciclo básico para nove anos. Além destes, há desafios consideráveis em áreas como, por exemplo, saneamento básico, cujos péssimos indicadores de atendimento continuam intocados pelo governo Lula até agora. ■



2008 impõe novos desafios à gestão da política econômica

Sem a CPMF, o governo Lula terá de enfrentar desequilíbrios que se avolumam nas contas públicas. Os gastos com pessoal cresceram R\$ 10 bilhões este ano, bancados por carga tributária crescente. O número de funcionários civis ativos no Executivo já atinge 1 milhão. Os investimentos, porém, não decolam: o PAC só aplicou 18% do previsto este ano. E o dólar barato deverá levar o setor externo a voltar a ter déficit em 2008.

A rejeição da prorrogação da CPMF no Senado ajudou a expor a fragilidade das contas públicas. Também tornou urgente a necessidade de o governo federal adotar uma administração mais eficiente de suas despesas. A estabilidade da economia mundial ao longo dos últimos quatro anos – que agora parece estar se aproximando do fim – foi o principal esteio da relativa facilidade que o governo Lula teve para gerir a economia brasileira. Mas isso acabou dando margem para que desequilíbrios perigosos não fossem atacados e, em alguns casos, fossem até exacerbados; são desafios que aguardam os gestores da política econômica em 2008.

Os exemplos vão da carga tributária em constante expansão à ampliação das despesas com gastos correntes e funcionários em ritmo bem superior ao do crescimento da economia. Também incluem a corrosão progressiva que a supervalorização da moeda brasileira vem produzindo nas contas externas e nos saldos comerciais. Os gargalos de infraestrutura, agravados pela baixa execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), completam o quadro.

Excesso de tributos

O forte aumento das receitas tributárias ao longo deste ano – e a previsão de que isso se repita também em 2008 – indicam que há espaço de sobra para que o governo compense a perda dos R\$ 40 bilhões de arrecadação previstos com a CPMF. Só o que a Receita Federal recolheu até agora acima do que, no início do ano, esperava arrecadar já seria suficiente para contrabalançar a extinção do imposto do cheque.

A previsão inicial de receita para este ano (definida no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2007, publicado em fevereiro) era de R\$ 303 bilhões. Na prática, até novembro a arrecadação já atingiu R\$ 387 bilhões. Ou seja, são R\$ 84 bilhões de sobra. Nos onze



primeiros meses de 2007, o montante pago em tributos cresceu 12,5% acima da inflação em relação ao mesmo período do ano passado.

Entre 2005 e 2006, a carga global (federal, estadual e municipal) subiu 0,98 ponto percentual, para 38,8% do PIB. Desde 2002, cresceu 2,96 pontos, segundo o IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário). Estima-se que avance mais 1,2 ponto este ano.

PAC não deslancha

É o aumento dos tributos que tem bancado a firme expansão das despesas correntes da União. No acumulado do ano elas subiram 12%; foram R\$ 39 bilhões gastos a mais. Só com pessoal, o governo federal está torrando este ano mais R\$ 10 bilhões: o Poder Executivo já tem um milhão de funcionários civis ativos. Já os benefícios pagos aos segurados da Previdência cresceram 15% no ano e consumiram R\$ 147 bilhões até outubro, algo como 13% do PIB.

Se exhibe desenvoltura para empregar mais e gastar mais com a máquina, o governo federal não demonstra o mesmo desempenho nos investimentos, como indica a execução do PAC até agora. Dos R\$ 16,8 bilhões autorizados para 2007, apenas 18% foram aplicados até meados de dezembro. Isso representa meros R\$ 3 bilhões. Saúde e Cidades são os ministérios com menores índices: investiram apenas 2,2% e 1,2%, respectivamente, do que poderiam, segundo dados do Siafi.

Contas externas no vermelho

O ano termina com o país também presenciando os efeitos que a exagerada taxa de juros vai progressivamente gerando sobre a saúde das contas externas. Superavitárias nos últimos cinco anos, elas devem voltar a fechar no vermelho em 2008, segundo prevê o próprio Banco Central. Em novembro, já houve déficit. Boa parte disso deve-se ao



aumento de remessas de lucros por parte das multinacionais, que aproveitam o dólar barato para engordar os ganhos de suas matrizes.

A valorização do real também reflete-se de maneira crescente na balança comercial. Desde julho o saldo acumulado em 12 meses vem caindo. Até meados de dezembro, as importações já haviam crescido 34% em comparação com o mesmo período de 2006, enquanto o ritmo de expansão das exportações limitou-se a praticamente metade disso: 18,5%. Em consequência, o saldo comercial já encolheu US\$ 5,5 bilhões no ano.

A lista de desequilíbrios – e dos desafios que eles impõem aos gestores da economia – é longa. As condições para enfrentá-los já foram melhores, mas foram seguidamente negligenciadas pelo governo Lula. Com perspectiva de crise externa e ameaças internas, como inflação em alta, no horizonte, resta ao PT fazer aquilo a que se recusou até agora: trabalhar com maior eficiência e ajustar o setor público. Sem a CPMF, isso torna-se imperativo. ■



Cartão corporativo ilustra descontrolé das contas federais

A descoberta de maus usos de cartões corporativos do governo federal apenas desnuda mais uma das formas perdulárias com que a gestão Lula trata os recursos públicos. As despesas com funcionários aumentam em ritmo muito superior ao do PIB. Gastos com funcionalismo atingiram R\$ 116 bilhões em 2007; na Presidência República, o quadro de servidores cresceu 67% em cinco anos. Tudo isso é bancado por tributos em constante alta: no ano passado, a arrecadação do imposto de renda de pessoas físicas subiu 54%.

O escândalo da farra dos cartões de crédito corporativos do governo federal reacende a discussão sobre o descontrole da gestão Lula sobre suas despesas. Trata-se de comportamento do qual o episódio agora em evidência é apenas a mais recente manifestação. A escalada dos gastos federais já vem sendo notada há algum tempo e coloca sob ameaça o equilíbrio das contas públicas, além de suprimir do Orçamento recursos que deveriam ser destinados a melhorar as condições de vida da população e a infraestrutura produtiva do país.

O governo do PT gasta cada vez mais – e de maneira cada vez mais perdulária. Ilustram isso as despesas injustificáveis nos cartões, o crescimento continuado do quadro de servidores e a expansão ininterrupta das despesas da União. A contraparte dessa escalada está na carga tributária em ascensão, galinha dos ovos de ouro com a qual a atual gestão federal financia suas benesses.

No ano passado, as despesas da União aumentaram nada menos que 13,3%, ou seja, mais que o dobro do ritmo ao qual a economia brasileira vem se expandindo. Traduzindo em moeda corrente, o país gastou R\$ 53,6 bilhões a mais em comparação com o ano anterior. A despesa total foi de R\$ 455 bilhões. O comportamento é recorrente: em 2006, o aumento nos gastos fora de 14,3%.

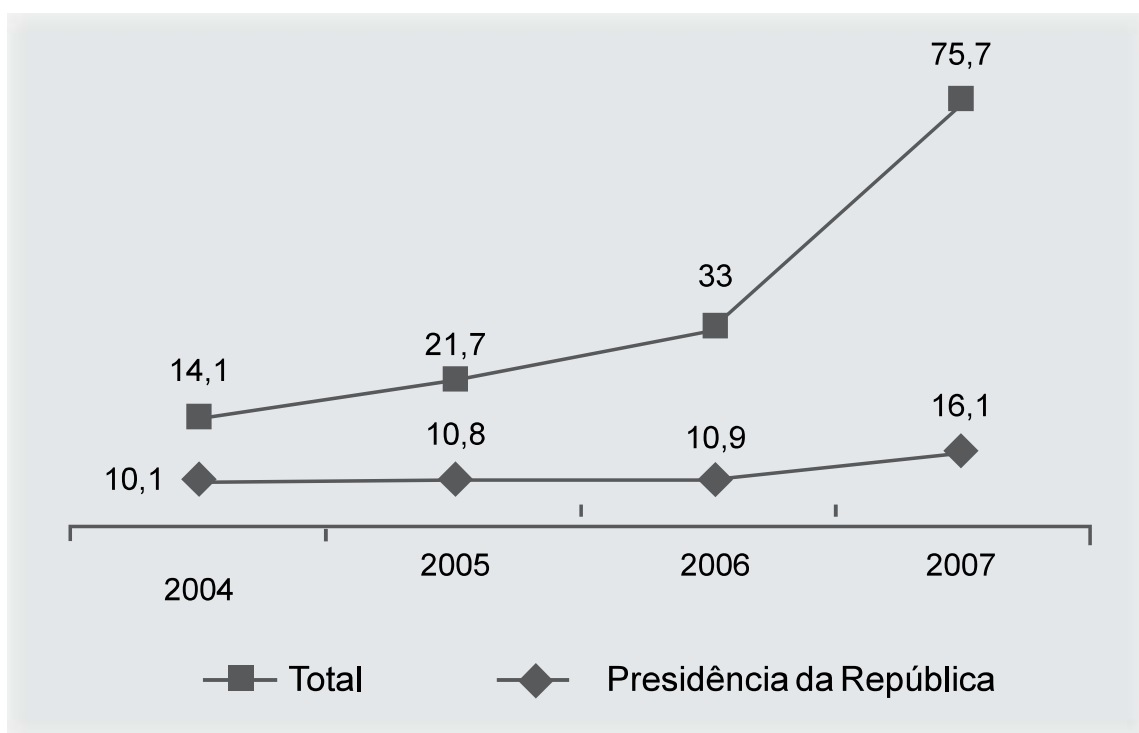
A maior parte dessas despesas em ascensão deve-se a reajustes salariais concedidos ao funcionalismo. O governo Lula lançou-se num desenfreado inchaço da máquina e, em 2007, torrou R\$ 116 bilhões com pessoal e encargos. Só neste item, o salto em comparação com o exercício anterior foi de quase R\$ 11 bilhões, o que equivale a crescimento de 10,3%. As despesas de custeio aumentaram outros R\$ 16,8 bilhões no período. Em contrapartida, o PPI (Programa Prioritário de Investimentos), que deveria bancar melhorias na infraestrutura, cresceu mirrados R\$ 2,3 bilhões em 2007, segundo balanço do Tesouro Nacional.



Carnaval de benesses

A partir desse comportamento geral, fica mais fácil compreender o desleixo – para dizer o mínimo – com que a gestão federal trata o dinheiro do contribuinte. A farra dos cartões expõe, com crueza de detalhes, a deliberada confusão entre o que é público e o que é privado que o modo petista de governar adota como padrão. Tomem-se, como exemplo, as faturas assumidas por apenas um dos assessores responsáveis por abastecer as despesas das residências oficiais do presidente da República: só no ano passado ele gastou R\$ 115 mil. Qual a explicação para tanto?

Gastos com cartões corporativos federais (em R\$ milhões)



Fonte: Portal da Transparência (www.portaldatransparencia.gov.br)

Como quer que se olhe, os números impressionam. De posse de seus cartões corporativos, um grupo de dez assessores mais próximos do presidente Lula – chamados “ecônomos” – torrou nada menos que



R\$ 11,6 milhões desde 2003. O padrão é ascendente: um terço disso foi gasto no ano passado. Somente os saques em dinheiro vivo desse pequeno grupo de privilegiados atingiram R\$ 1,7 milhão nos últimos cinco anos. Ou seja, só aí, na boca do caixa, foram, em média, R\$ 34 mil por ano por ecônomo. Se o cálculo for expandido para todos os que servem a Presidência da República e têm em seu poder um cartão de crédito corporativo, a média sobe para R\$ 56 mil anuais, ou quase R\$ 5 mil todos os meses.

Gastos opacos

Há claros exageros na utilização dos cartões, mas o governo petista prefere não admiti-los. Atira-se na busca de confundir a opinião pública tentando envolver governos estaduais no mesmo balaio. A estratégia é rudimentar, embora capaz de produzir alguma fumaça: tenta igualar tudo o que é pago com determinado meio – o cartão de plástico – sem discernir a natureza do gasto. E estes são muito diferentes, tanto que apenas o que se conhece até agora em âmbito federal já foi suficiente para derrubar uma ministra de Estado e colocar outros dois em situação embaraçosa: compras em free shops, tapiocarias e hospedagens em hotéis não comportam explicação que não afronte o contribuinte.

Não é só o volume de gastos com cartões que é escandaloso. O sigilo que os cerca é algo ainda mais condenável. Embora o governo federal alardeie que a população pode verificar na internet como cada detentor de cartão gasta os recursos públicos, o que é positivo, uma grossa parte das despesas permanece sob sombras, sob alegação de segurança, baseada num decreto-lei de 1967.

No ano passado, nada menos que R\$ 25,4 milhões foram considerados gastos de “caráter secreto ou reservado” no sistema de acom-



panhamento da execução orçamentária, o Siafi. Ninguém sabe a que servem. Segundo a ONG Contas Abertas, o valor representa quase o triplo daquilo mantido sob sigilo em 2002. Já considerada toda a inflação do período, é quatro vezes superior aos gastos de 1996. Parte desses dispêndios foram feitos com cartões corporativos. A campeã nos gastos sigilosos é a Presidência da República.

Padrão perdulário

A Era Lula reinaugurou um padrão de perdularismo com o dinheiro do contribuinte que as boas práticas administrativas vêm se esforçando em abolir do serviço público. Com regularidade, repetem-se casos que mais parecem saídos de reinos nababescos. Já se tornaram clássicas as compras de automóveis Ômega australianos e toalhas felpudas de algodão egípcio para serem usados pela corte petista. Mas a lista é infindável: em dezembro, por exemplo, foram comprados 50 colchões de solteiro, 340 jogos de lençol, 340 conjuntos de roupa de cama, 50 cobertores, 50 edredons e 150 travesseiros para a Presidência da República. Na virada do ano, um jogo de 15 cadeiras giratórias, a R\$ 4,1 mil cada, também foi adquirido para o conforto do presidente e de seus assessores mais próximos.

Já os gastos da União com passagens e diárias ultrapassaram a marca de R\$ 1,2 bilhão no ano passado. As despesas de manutenção da máquina administrativa somaram R\$ 9,4 bilhões, dos quais um terço consumido em informática. Não significa que haja irregularidades aí. Trata-se apenas de constatar, nesta série de exemplos, um padrão nada condizente com as necessidades de gastos de um país que precisa gerar milhões de novos empregos por ano – e não gera, a não ser na própria Presidência da República, onde hoje se amontoam 5.267 pessoas, com aumento de 67% nos últimos cinco anos.



Todo este descontrole só é possível porque o governo Lula cobra cada vez mais tributos dos brasileiros. Em 2007, foram recolhidos R\$ 615 bilhões – ou R\$ 62 bilhões a mais do que no ano anterior. A arrecadação com imposto de renda de pessoas físicas cresceu nada menos que 54% além da inflação. Em boa hora a oposição impôs algum freio a esta expansão, ao rejeitar a prorrogação da CPMF. Com a CPI dos Cartões, surge nova oportunidade de infundir algum controle a gastos que, sob o petismo, têm galopado sem rédeas. ■



Balança comercial caminha para novos padrões

O país voltou a apresentar déficit nas suas transações com o exterior, o que não acontecia há quase cinco anos. O desempenho cadente da balança comercial – com a explosão das importações e a quase estagnação do volume exportado – explica a piora nos resultados. O Brasil tornou-se dependente de preços em elevação para aumentar suas receitas cambiais. A balança da indústria saiu de um superávit de US\$ 5,9 bilhões em 2006 para um déficit de US\$ 7,8 bilhões no ano passado.

O padrão das contas externas brasileiras vem se modificando continuamente ao longo dos últimos meses. São mudanças às vezes sutis, mas que, observadas em retrospectiva, sugerem a erupção de novos comportamentos e podem começar a indicar alterações de rumo. Resultados recentes mostram que estas transformações estão ganhando velocidade, moldando o que pode se tornar uma perigosa tendência.

Na última semana de fevereiro, o Banco Central divulgou que, pela primeira vez desde maio de 2003, o país apresentou déficit nas transações com o exterior, quando considerado o resultado acumulado em 12 meses. Tal acontecimento vinha sendo previsto desde o último trimestre de 2007. Àquela altura já se tornara evidente que o período de seguidos saldos positivos em conta corrente estava chegando ao fim. A realidade mostrou-se, porém, mais severa.

O mais dramático é a rapidez com que as contas externas passaram do azul ao vermelho. Basta dizer que, em janeiro de 2007, o país exibiu um superávit acumulado em 12 meses de US\$ 14,2 bilhões. Ou seja, em apenas um ano o indicador mergulhou de um patamar altamente positivo para os US\$ 1,17 bilhão negativos de agora. Quando se considera apenas o mês, o déficit verificado em janeiro (US\$ 4,2 bilhões) foi o mais alto desde outubro de 1998, ou seja, em quase uma década, e é o quarto resultado mensal negativo seguido.

Razões estruturais

Vale recordar que, dez anos atrás, a economia global estava às voltas com mais uma das crises de proporções planetárias que assolaram a segunda metade dos anos 1990: era, então, a vez da Rússia. Em nada aquele cenário se assemelha à realidade com a qual o mundo ora convive. Mesmo com a desaceleração dos Estados Unidos, a economia mundial ainda exhibe condições muitíssimo mais favoráveis. O fato de,



num e noutro momento, o Brasil alcançar resultados externos semelhantes suscita preocupação.

Aumento da remessa de lucros para as matrizes – o terceiro maior valor desde 1947 – e piora no desempenho da balança comercial foram os fatores que geraram os resultados de janeiro. É, na realidade, o prolongado período de contínua valorização do real que está cobrando seu preço.

O governo federal sustenta que são razões conjunturais, passageiras, mas já é possível ver alterações estruturais a interferir nos números. E elas sugerem cautela aos gestores da política econômica. Convém deter-se sobre o comportamento do comércio exterior, motor da espetacular mudança nas nossas contas externas na última década.

É fato que o Brasil vem conseguindo aumentar suas exportações. Mas é igualmente notório que o ritmo de crescimento das importações tem sido muito maior. Prova disso é que, também pela primeira vez desde maio de 2002, a balança comercial exibiu déficit numa semana, a quarta de fevereiro. O ponto de vista oficial advoga que se trata de evento isolado, longe de caracterizar tendência. Retrocedendo na análise, é possível ver, porém, que o comportamento do comércio exterior nos últimos anos já vem sofrendo modificações.

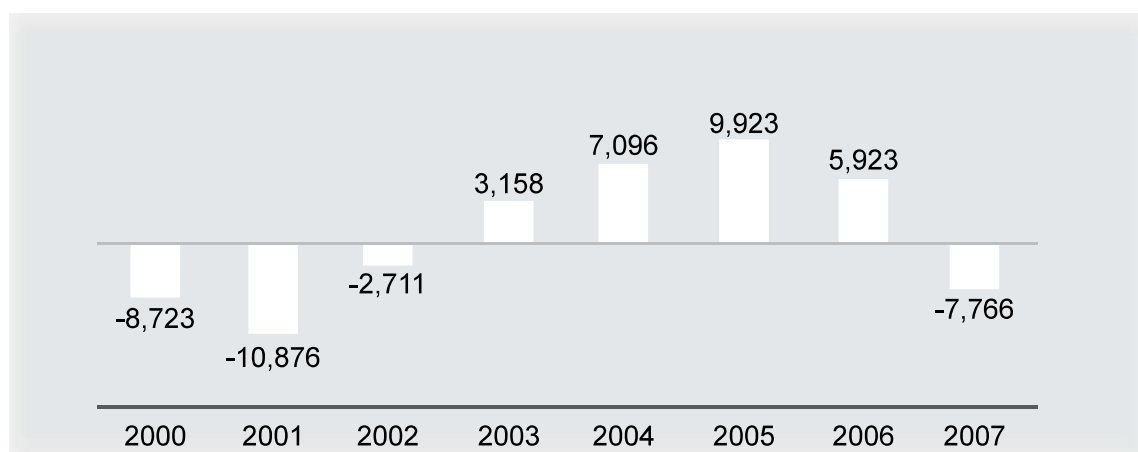
Preços garantem superávits

O país ainda consegue obter superávits comerciais porque grande parte dos produtos que exporta (como minérios, produtos agrícolas e matérias-primas) tem alcançado níveis recorde de preços em períodos recentes. Desde 2004, as cotações das nossas exportações ficaram, em média, 54% mais altas. Mas o que dá dinamismo exportador a um país é sua capacidade de ampliar a quantidade – e não o preço – dos bens que vende a seus parceiros internacionais. Sob este prisma, o desempenho nacional tem deixado muito a desejar.



Em 2006 o país elevou em apenas 3,3% o volume exportado; no ano passado, o avanço foi um pouco maior, mas ainda muito tímido: 5,5%. A média mundial no último quadriênio foi de 8%. Em janeiro último, a quantidade embarcada ficou praticamente estagnada em relação a um ano atrás. Resta claro que o Brasil depende quase inteiramente do aumento das cotações internacionais das commodities, sobre as quais não tem qualquer controle, para manter a balança comercial no azul. (Apenas para dimensionar: em 2007, dois terços do aumento das exportações deveu-se à elevação de preços.)

Saldo comercial de manufaturas (em US\$ bilhões)



Fonte: IEDI

Ou seja, há, de fato, novos padrões de comportamento em nosso comércio exterior. Reconhecê-los é o primeiro passo para evitar uma deterioração mais séria nas contas externas. Depois de cinco anos de superávits, as transações correntes devem fechar no vermelho este ano. Em 2007, o saldo foi positivo em US\$ 3,3 bilhões. Agora, de acordo com o mais recente número do boletim Focus, do BC, estima-se que a conta ficará negativa em US\$ 7,8 bilhões – há 13 semanas o levantamento vem apontando sucessivas piores.

O mais grave, porém, é que as exportações têm perdido mais ter-



reno e as importações têm ganhado mais força justamente em setores econômicos mais sofisticados. Enquanto a média geral de exportação cresceu 24,6% no ano até agora, os embarques de manufaturados subiu 16%. Na mesma base de comparação, a venda de produtos básicos para o exterior aumentou 34%.

Quanto mais tecnologia, piores os resultados

Na outra ponta, até fevereiro o país importou 57% mais. Argumenta-se que estão crescendo, principalmente, as importações de máquinas e equipamentos, que permitirão ao país produzir mais internamente. De fato, elas têm avançado bastante, mas respondem hoje por parcela menor que há cinco anos: as importações de bens de capital perfazem, agora, 14% do total; em 2003, equivaliam a 14,8%.

Em estudo publicado este mês, o Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) mostra quão dramática é a situação da balança comercial de bens industriais – ou seja, aqueles que permitem ao país gerar internamente mais empregos e de melhor qualidade. O setor saiu de um superávit de US\$ 5,9 bilhões em 2006 para um déficit de US\$ 7,8 bilhões no ano passado, nível equivalente ao observado em 2000. Em apenas um ano reverteu-se um resultado que levou seis anos para ser construído. Mais que isso, manufaturas que empregam intensamente mão-de-obra qualificada e tecnologia apresentaram déficit de US\$ 21,7 bilhões em 2007, valor 50% acima do ano anterior e o triplo do verificado em 2002.

O pior que o governo Lula pode fazer é ignorar que está diante de uma realidade nova que, se não for enfrentada com políticas adequadas, pode pôr em risco conquistas decorrentes de um longo processo de ajustes e avanços. O dinamismo do comércio exterior não se sustenta com o arroz com feijão que a equipe econômica insiste em oferecer.



O ambiente internacional exige maior competitividade e ações mais agressivas em busca de novos mercados. Sem elas, a série de resultados positivos nas nossas transações com o resto do mundo pode, em algum tempo, escorrer entre os dedos. ■



Crescimento é bom, mas ainda insuficiente

Apesar do bom resultado do ano passado, o desempenho da economia brasileira ainda está muito aquém do desejável. Com a perda de vigor das exportações, o setor externo passou a subtrair pontos do PIB; o país precisou de R\$ 4,5 bilhões externos para financiar a demanda por bens e investimentos. Os impostos tiveram a maior alta em 11 anos. Pela quarta vez no governo Lula, a carga tributária bateu recorde. E o Brasil continua a ter crescimento abaixo da média dos emergentes: considerado o desempenho acumulado desde 2003, o país só aparece à frente de Guatemala, México, El Salvador e Haiti.

Os números do PIB de 2007 são positivos e merecem ser comemorados, na medida em que correspondem a melhores condições de vida para a população. Com base em mudanças que vêm sendo feitas há pelo menos uma década na nossa economia, o país tem conseguido lograr resultados melhores e, com isso, gerar mais renda para os brasileiros. Isso não afasta, porém, a constatação de que o desempenho recente ainda está muito abaixo do que a bonança mundial permitiria ao Brasil ter alcançado nos últimos anos.

Até o início da década, a locomotiva que puxava a economia nacional era o setor externo, ou seja, a força das exportações em alta abastecendo um mercado consumidor mundial aquecido. Hoje o motor do crescimento é o consumo interno. O problema é o Brasil ter desengatado seu vagão do impulso externo no mesmo instante em que a economia global atravessou sua melhor fase desde a Segunda Guerra. Uma composição positiva destes dois vetores – o interno e o externo – poderia permitir à economia brasileira, de fato, deslanchar.

Por causa do crescimento cada vez mais robusto das importações e da perda de dinamismo das exportações, o setor externo influiu negativamente nas contas nacionais no ano passado. Subtraiu 1,4 ponto percentual do PIB. É o segundo ano seguido em que isso ocorre (em 2006, a contribuição foi idêntica: -1,4 ponto). Isso significa que, tivesse este indicador sido pelo menos neutro, a economia brasileira poderia ter crescido quase 7% em 2007.

Desde 2006 as exportações vêm se expandindo em ritmo inferior ao das importações. Isso se acentuou no ano passado e ganha cores berrantes agora. Até a primeira semana de março, as compras feitas pelo país no exterior já havia crescido 65% sobre igual período de 2007, enquanto os embarques subiram apenas 31%. Em razão disso, o Brasil chegará ao fim do ano registrando déficit nas contas externas, o primeiro desde 2002. A previsão é de um rombo,



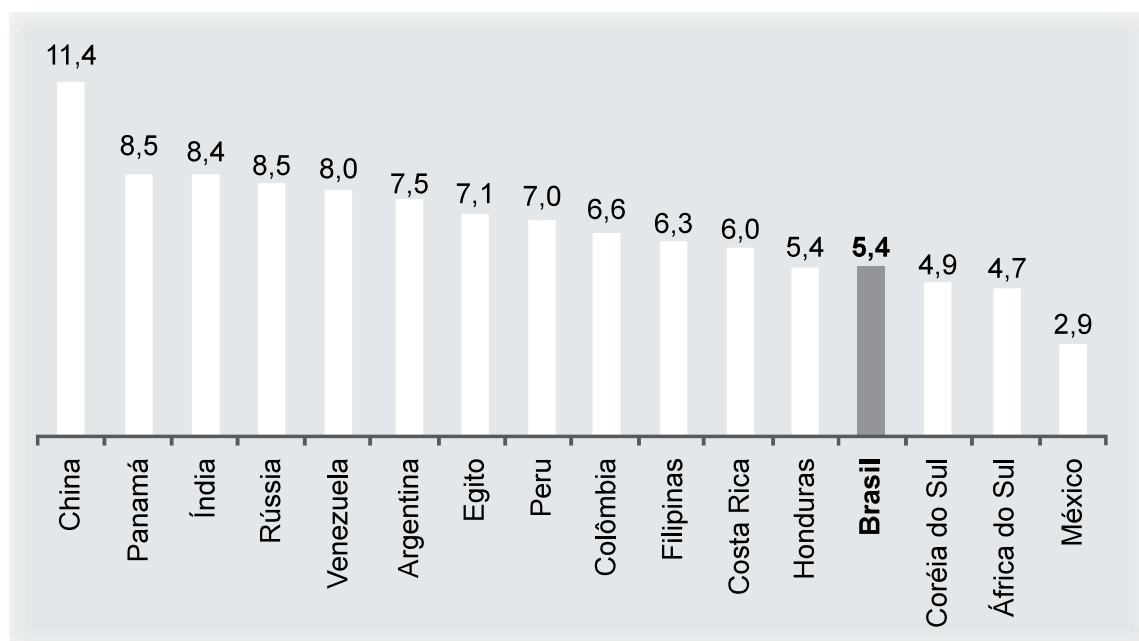
em ascensão, de US\$ 8,1 bilhões e que deve atingir US\$ 12 bilhões no ano que vem.

A contribuição negativa das transações comerciais levou o país a apresentar, no ano passado, uma necessidade de financiamento externo de R\$ 4,5 bilhões. É a primeira vez que isso ocorre desde 2002. Tal déficit significa que a renda nacional foi insuficiente para financiar toda a demanda interna de consumo e investimento. Para dimensionar: em 2006, este mesmo indicador registrara “sobra” (ou seja, superávit) de R\$ 20,8 bilhões.

Aposta arriscada no consumo

Com a locomotiva externa descarrilada, coube à demanda interna conduzir o PIB adiante. É positivo, mas perigoso. Primeiro, porque boa parte do aumento do consumo deveu-se a maior endividamento

Crescimento econômico em 2007 (em %)



Fontes: IBGE, Austin Rating, FMI e bancos centrais



das famílias, algo que – os índices de inadimplência vão indicando – já dá mostras de ter batido no seu teto. Segundo, porque o ritmo atual de expansão da demanda pode não ser compatível com o avanço da produção, trazendo riscos de inflação. No fim do ano, o crescimento (anualizado) do consumo já era superior ao dos investimentos: 15,6% contra 14,3%.

A taxa de investimento avançou 13,4% no ano passado. Ainda é pouco, caso o país pretenda sustentar o atual patamar de expansão da economia – dificuldade que os gargalhos de infraestrutura só reforçam. Hoje, a formação bruta de capital fixo equivale a 17,6% do PIB. Vale dizer que, entre as dez maiores economias emergentes, somente as Filipinas têm indicador num nível abaixo deste. Para que a taxa de crescimento do PIB mantenha-se em torno de 5% ao ano, é preciso elevar o patamar de investimentos a pelo menos 20%, ainda bem abaixo dos 40% que, por exemplo, a China exhibe.

O peso dos impostos

Outro aspecto a considerar é a participação dos impostos na composição do PIB, o que dá a exata medida de como parte do crescimento da economia brasileira nada mais é do que tributo a mais pago pelos contribuintes. Pela metodologia do IBGE, os impostos subiram 9,1% em 2007, na maior alta desde o início da série histórica, em 1996. Isso significa que, sem os tributos, o PIB teria avançado apenas 4,8% no ano passado.

Uma das consequências é que a carga tributária bateu novo recorde e atingiu 36,08% do PIB, de acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. É a quarta vez que isso acontece no governo Lula. A alta acumulada desde 2002 é de 3,43 pontos percentuais. No ano passado os contribuintes pagamos R\$ 923 bilhões em impostos



e contribuições, cifra que representa praticamente o valor do PIB nacional (em valores nominais) de uma década atrás. Cada brasileiro recolheu R\$ 4.943 aos cofres públicos em 2007.

Ainda na rabeira do ranking

A expansão recente do PIB brasileiro ainda deixa o país para trás no ranking mundial, em especial quando comparado às economias em desenvolvimento. Nos últimos cinco anos o crescimento médio nacional foi de 3,8% anuais. Entre 39 nações emergentes, tal desempenho só é melhor que os de Guatemala, México, El Salvador e Haiti, nesta ordem. Os líderes são China (média anual de 10,6%), Argentina (8,6%) e Índia (8,5%). Desde 2003 o Brasil esteve sempre abaixo da média dos emergentes. Se considerados todos os países do mundo, os 5,4% de crescimento do PIB nacional permitem ao Brasil figurar apenas na 83ª colocação do ranking de 2007.

Isso só reforça a constatação de que as condições mundiais possibilitariam ao país ter obtido resultados muito melhores que os alcançados até agora na Era Lula. Muito da frustração deve-se aos desincentivos que a política monetária (juros campeões mundiais) impõe à produção; à contribuição negativa que o setor externo tem dado às contas nacionais, em decorrência da sobrevalorização do real; e aos ainda insuficientes investimentos na melhoria da infraestrutura. Gastos públicos em ascensão também impedem que se crie um ambiente fiscal mais propício para o investimento privado. Tivéssemos estas condições, o país poderia estar, de fato, comemorando uma arrancada rumo ao desenvolvimento sustentado. ■



Quando o Estado é mau gestor, toda a sociedade perde

A recente safra de balanços contábeis revela as consideráveis perdas que o retalhamento do Estado para atender interesses partidários tem produzido. Estatais como Petrobras e Banco do Brasil viram seus lucros despencarem, na contramão do que acontece com seus concorrentes. A ineficiência tem uma de suas origens no aparelhamento dos cargos de direção e no inchaço dos quadros. Os dois grandes bancos públicos federais empregam hoje quatro de cada dez funcionários de instituições financeiras do país. No setor de energia, a predominância das estatais fez murchar o investimento privado estrangeiro: o nível no ano passado foi o menor em nove anos.

A discussão em relação ao tamanho do Estado é um dos temas recorrentes em economia política. Simplificações grosseiras buscam opor “estatistas”, para os quais a presença e a intervenção do poder público na atividade econômica devem ser incentivadas, e “privatistas”, que defendem a supremacia do livre mercado sobre os demais interesses. São extremos que mais servem para caricaturar do que para esclarecer.

É fato que o Estado contemporâneo não dispõe de condições para prover todos os bens e serviços necessários para o bem-estar da população, como se defendeu durante muito tempo ao longo do século passado. Mas é igualmente verdadeiro que o mercado é imperfeito para se autorregular e, mais ainda, para gerar incentivos e ganhos adequados para todos.

A meio caminho entre tais opostos está o Estado regulador e fiscalizador, que cuida de prover bens públicos para os quais o interesse privado é inexistente e de impor regras e fornecer melhor ambiente para que os agentes produzam aquilo que cabe melhor à iniciativa privada oferecer à sociedade. Eis um modelo que é perseguido nas melhores economias do mundo e que esteve no cerne das políticas públicas implementadas pelo PSDB entre 1995 e 2002.

Aparelhamento e inchaço

Hoje o que se vê no país, porém, é um sistema que não prima por fornecer condições adequadas para o investimento privado, nem logra obter melhores resultados onde o Estado ainda se faz presente. A recente safra de balanços contábeis ilustra bem como, sob Lula, o Estado tem sido um gestor ineficiente, principalmente de empresas em que interesses politiqueiros passaram a ser predominantes.

Um dos casos mais evidentes é o do Banco do Brasil. Ainda a maior instituição financeira do país em total de ativos, apresentou em 2007



lucro líquido 16% menor que o do exercício anterior. Isso significou perda de R\$ 1 bilhão nos ganhos em comparação com 2006. O BB conseguiu a proeza de lucrar menos num ano em que todas as grandes instituições bancárias do país viram seus balanços inflarem (e muito).

Em 2007 o lucro líquido do Itaú cresceu 96%, para R\$ 8,5 bilhões; o do Unibanco praticamente dobrou, para R\$ 3,4 bilhões; e o do Bradesco subiu 58%, para R\$ 8 bilhões. Não são casos isolados. Na média, o setor bancário elevou seus ganhos em 36% no ano passado. Outro banco federal, a Caixa conseguiu elevar seu lucro em módicos 5%. Não é mera coincidência: os maus resultados de BB e Caixa são função direta do desvirtuamento de suas funções em anos recentes.

O baixo desempenho do Banco do Brasil pode ser creditado, entre outros aspectos, ao aparelhamento que passou a grassar na instituição no atual governo. Dirigentes do BB se envolveram de corpo e alma em dois dos escândalos mais ruidosos da gestão petista: o do mensalão e o do dossiê montado para tentar prejudicar tucanos em São Paulo nas eleições de 2006. Ainda hoje a direção do banco acolhe “aloprados” e também abre espaço a políticos derrotados – prática de tristes épocas ressuscitada pelo PT.

Ao aparelhamento soma-se o inchaço. Não bastasse o envolvimento de alguns de seus dirigentes em negócios escusos, o BB viu seu número de funcionários saltar de 93 mil para 108 mil em apenas cinco anos. Juntos, Banco do Brasil e Caixa empregam quatro de cada dez pessoas que trabalham nas instituições financeiras do país – a média de funcionários por agência na CEF é quase duas vezes maior que a marca registrada no setor bancário como um todo.

Desincentivo ao investimento

A situação torna-se ainda mais grave em setores em que a presença do Estado é muito forte e as ingerências políticas acabam por desin-



Resultados contábeis em 2007 (em R\$ bilhões)

Empresa	Lucro líquido	Variação sobre 2006
Petrobras	21,5	-17%
Banco do Brasil	5,1	-16%
Caixa	2,5	5%
Bradesco	8	58%
Itaú	8,5	96%
Unibanco	3,4	97%

Fonte: Instituições

centivar o investimento privado. É o que vem ocorrendo, por exemplo, na área de energia. O modelo adotado a partir de 2004 tem viés fortemente estatizante e, para ser bem-sucedido, depende da participação ativa do poder público nos negócios. Baseado na modicidade tarifária (ou seja, em se praticar a menor tarifa possível), acabou por afugentar a maior parte dos empreendedores privados.

Trata-se de algo comprovado em números. Em 2007, ano em que os investimentos estrangeiros diretos no país bateram recorde, os aportes no setor energético foram os menores desde 1998, ou seja, em quase uma década. Investidores de fora do país colocaram apenas US\$ 2,1 bilhões em novos negócios de energia no ano passado, queda de 47% em comparação com 2006. As restrições aparecem tanto na área elétrica quanto na petrolífera. Em ambas a presença de estatais, como a Eletrobrás e a Petrobras, é crescente – algo que, no caso da primeira, tende a se agravar com a recém aprovada MP 396/07. Em decorrência, o espaço para o capital privado míngua.

Às voltas com o retalhamento de seus comandos para contemplar interesses partidários, as duas empresas também apresentaram resultados insatisfatórios em 2007. Em um ano em que as cotações internacionais



de petróleo bateram recorde sobre recorde, a Petrobras viu seu lucro líquido encolher 17%. Os ganhos da empresa caíram R\$ 4,4 bilhões entre 2006 e 2007; entre um ano e outro, a produção da estatal estacionou.

Um dos fatores a contribuir para o mau resultado é a política irrealista que a empresa adota para definição dos preços dos seus combustíveis. Desde setembro de 2005 eles não são reajustados, a despeito de toda a escalada na cotação do barril de petróleo. Tem-se que hoje o óleo diesel apresenta defasagem de 26% no mercado interno e a gasolina, de 10%. Com isso, perdem também os acionistas, entre eles cerca de 310 mil trabalhadores que, em 2000, transformaram seu FGTS em papéis da Petrobras.

Na Eletrobrás, o lucro de R\$ 1,5 bilhão alcançado este ano deveu-se, em boa medida, aos resultados alcançados pelos fundos de pensão patrocinados pelas empresas que compõem o sistema: 80% do ganho veio daí. As sete distribuidoras federalizadas que estão sob alçada da Eletrobrás produziram rombo de R\$ 443 milhões em 2007. Vale lembrar que tanto a holding quanto todo o setor elétrico estatal ficaram meses sem comando, às voltas com questões políticas e denúncias de irregularidades. Só agora os cargos vagos estão sendo preenchidos, sempre obedecendo à lógica político-partidária, jamais a pré-requisitos técnicos.

Em 2006 o Ipea mostrou que, numa lista de 21 nações latino-americanas, o Brasil é o que apresenta uma das piores eficiências em termos de gasto público. A máquina estatal brasileira consome em torno de 20% do PIB – nunca é demais lembrar que a União conta hoje com 1,1 milhão de servidores ativos, ou 206 mil a mais do que há cinco anos. Se quiser prover serviços de melhor qualidade para a população, o governo federal deve começar a usar o aparato estatal para gerar benefícios públicos e não para obter vantagens privadas. ■



Incerteza nas concessões dificulta geração de energia nova

Dúvidas sobre a renovação dos contratos de concessões de energia geram apreensão entre investidores privados. Em um sistema em que o grau de discricionariedade do governo é considerável, crescem os riscos e a expansão do setor fica comprometida. A partir de 2015, o país terá 20% da geração e 84% do sistema de transmissão com possibilidade de voltar ao poder concedente. Em meio a incertezas, o acréscimo de energia não tem sido suficiente para espantar o fantasma do apagão, agora previsto até pelo Ipea.

Investimentos em infraestrutura são sempre de longo prazo. São recursos aplicados em busca de retornos que costumam demorar décadas para se concretizar. É por esta razão que os contratos de concessão de serviços como energia, transportes e telefonia cobrem períodos nunca inferiores a 25 anos. Tudo, nestes setores, é feito com muita antecedência. A regra do jogo é (ou deve ser) previsibilidade.

Se o timing dos investidores privados é ajustado com bastante antecipação, o mesmo não pode se dizer do cronograma seguido pelo poder público, a julgar pelo que se vê atualmente em relação às regras futuras para o setor elétrico. A situação atual é de quase paralisia, em um momento em que o país necessita expandir fortemente a sua capacidade de geração. O ambiente é de incerteza e, cada vez mais, os empreendedores se cobrem de cautela, até porque as cifras envolvidas nos negócios desta área são sempre vultosas.

Foi o que ocorreu, por exemplo, na frustrada tentativa de venda da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), em fins de março. Dois terços (exatos 67%) do que a empresa gera terão prazo de concessão expirado em 2015. Pela legislação em vigor, tais usinas terão de, nesta data, voltar ao poder concedente para ser novamente leiloadas. A insegurança quanto à manutenção deste ativo fez com que nenhum investidor se animasse a colocar cerca de R\$ 22 bilhões no negócio.

Risco sistêmico

O caso da Cesp não é único nem isolado. Na mesma situação estão nada menos que 18 usinas geradoras, 37 distribuidoras e 73 mil quilômetros de linhas de transmissão de energia do país. Todos estes ativos terão concessões vencendo a partir de daqui a seis anos. Pode parecer um problema distante, mas para atividades cujo planejamento se mede em décadas é apenas um átimo.



Além das usinas pertencentes à Cesp, estão nesta situação subsidiárias da Eletrobrás e térmicas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) que perfazem cerca de 20% do parque gerador nacional. No segmento de transmissão, as linhas cujo prazo de concessão acaba em 2015 representam 84% do sistema interligado do país.

Na área de distribuição, 41 das 64 empresas têm concessões vencendo entre abril de 2014 e abril de 2017. Neste último grupo estão a Cemig, a paranaense Copel e a CEB, de Brasília, para citar apenas algumas. No caso da empresa mineira, 9% do seu parque gerador tem futuro incerto; representam usinas que já tiveram a concessão renovada uma vez e que, pela regra vigente, terão de retornar ao poder concedente. Sem a certeza de contar com os ativos, algumas concessionárias já vêm encontrando dificuldade para levantar recursos para financiar novos investimentos em expansão.

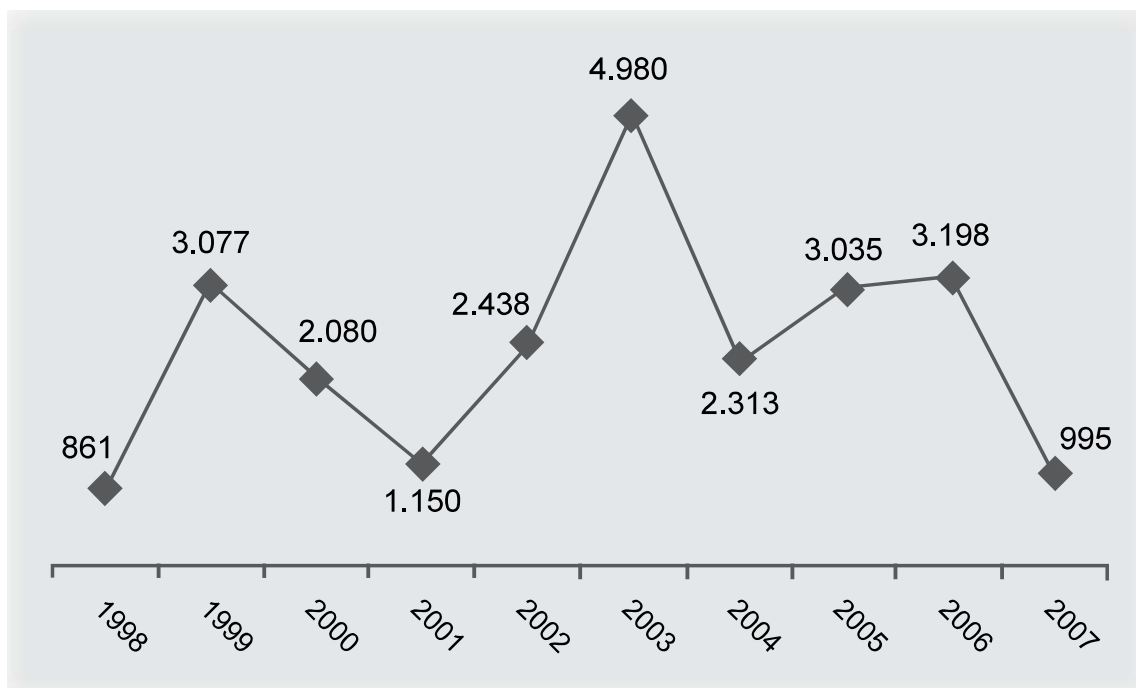
Poder discricionário

O problema é que o modelo do setor elétrico brasileiro sofreu profunda mudança em 2004, com largas implicações nas regras e no funcionamento do segmento. Uma delas é que o poder de concessão saiu da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e foi para as mãos do Ministério de Minas e Energia. De um órgão regulador – ou seja, de Estado – a atribuição passou para um ente de governo, sujeito, portanto, a interferências políticas do mandatário de plantão. Isso dá margem a todo o tipo de suspeições, uma vez que permite discricionariedade nas decisões. Em economia isso significa risco e, portanto, custos maiores. É o que atemoriza o investidor.

A eficiência do modelo adotado pelo governo Lula ainda está por ser testada. Até hoje não logrou êxito em promover a expansão sustentada do parque gerador de energia nacional. Isso tem levado os



Acréscimo anual de linhas de transmissão (em km)



Fonte: Aneel

brasileiros a conviver com o recorrente fantasma do racionamento. Ainda são claudicantes os números do aumento da capacidade de geração no país registrados a cada ano: a maior marca continua sendo a de 2002, com acréscimo de 4.618 megawatts (MW). O ano de 2005 anotou o pior resultado desde 1998, com apenas 2.425 MW agregados. A expansão das linhas de transmissão tem sido ainda mais pífia. O acréscimo obtido no ano passado foi o menor desde 1998.

É sobre este tênue equilíbrio entre a demanda e a oferta de energia que o país hoje se sustenta. Vive-se, neste setor, “da mão para a boca”, na dependência cotidiana do regime de chuvas. Neste ano, consequência direta disso foi a disparada dos preços no mercado livre, que voltou a apresentar níveis só comparáveis aos de 2001 – ano em que o país atravessou severa crise de fornecimento com mínimas históricas no regime pluviométrico. Para o inverno que se aproxima a perspectiva não é favorável.



O preço da escassez

O encarecimento da energia registrado nestes primeiros meses de 2008 irá refletir-se nas faturas apresentadas aos consumidores cativos – grosso modo, os que não têm opção de escolher a distribuidora que lhes atende, como, por exemplo, todos os clientes residenciais. Estima-se que, até agora, a escassez de energia – com o consequente acionamento de fontes de geração mais caras, como as usinas térmicas – irá custar pelo menos R\$ 2,5 bilhões extras aos consumidores.

Mas o mais grave é o risco de faltar o insumo. Tal alerta vem sendo feito há meses por analistas privados. Provém agora, também, de órgãos públicos como o Ipea. Em estudo publicado em fevereiro, pesquisadores da instituição afirmam que, já em 2009, há riscos iminentes de não haver energia suficiente para suprir o consumo. Estima-se que, no fim da década, o déficit possa estar em 9,3 mil MW.

O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) prevê investimentos capazes de somar 12.386 MW ao parque gerador até 2010. São obras ainda longe de estar garantidas. Mas, mesmo em caso de sucesso, o Ipea as considera insuficientes para fazer frente ao crescimento da economia. Para cada ponto percentual de expansão do PIB, o consumo de energia cresce 1,2 ponto. Isso significa que, se a economia expandir-se à taxa anual de 5%, o país necessitará gerar 26 mil MW adicionais até 2010 – o dobro do que busca o PAC.

É em razão desta situação que o poder concedente e os formuladores de política públicas não podem deixar para agir na undécima hora. O governo Lula já afirmou que o problema da renovação das concessões só será tratado pelo próximo presidente e pelo próximo Congresso. Aí está uma atitude das mais temerárias, que pode trazer sérios danos ao futuro do país. É imperativo atuar já para desanuviar o horizonte de setores que, se hoje já engargalam o nosso desenvolvi-



mento, podem torná-lo ainda mais difícil em curto espaço de tempo. Com o modelo elétrico atual, o país tornou-se muito dependente do investimento estatal e as incertezas regulatórias podem colaborar para afastar de vez o interesse do cada vez mais necessário capital privado. ■



Descobertas de petróleo obrigam país a discutir o futuro

A descoberta de novos e possivelmente gigantescos campos de petróleo em áreas brasileiras irá resultar em aumentos consideráveis de receitas para União, estados e municípios. Estima-se que os recursos a serem repartidos subam de R\$ 21 bilhões para R\$ 60 bilhões por ano. Ganho similar deve vir do crescimento das exportações de petróleo. O país está diante da possibilidade de transformar este dinheiro em benefícios para todos os cidadãos – não só os atuais como os futuros. É necessário definir o que fazer de agora para frente, para impedir que esta receita se esvaia, como tem ocorrido.

O petróleo tornou-se centro das atenções nos últimos meses. Desde o anúncio da descoberta do campo de Tupi, em novembro do ano passado, o país viu-se diante de uma nova perspectiva: a de ingressar no seleto grupo dos grandes produtores mundiais do óleo. Esta nova realidade suscita a rediscussão de antigos paradigmas. Mais que isso, a magnitude dos valores envolvidos e as possibilidades que se abrem obrigam a realização de novos debates acerca de que caminho trilhar doravante.

Nunca é demais lembrar que a forte expansão por que passa a indústria do petróleo no país é fruto da revolução que se seguiu à adoção do novo marco legal do setor, em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso. Nestes dez anos, a participação do setor de petróleo no PIB nacional simplesmente quintuplicou: passou de 2% para 10%. Com a quebra do monopólio, o número de grupos econômicos explorando petróleo em áreas brasileiras chega hoje a 63. De uma média de US\$ 4 bilhões anuais, os investimentos saltaram para um patamar que prevê o aporte de US\$ 70 bilhões em exploração, produção e desenvolvimento nos próximos quatro anos. São milhares os empregos gerados.

Um dos resultados diretos de toda esta transformação na indústria do petróleo é o crescimento quase exponencial da participação do governo nas receitas do setor. Considerando royalties, participação especial, bônus de assinatura e pagamento por retenção de área, ela somou mais de R\$ 82 bilhões desde 1998 até o ano passado.

Partilha concentrada

Estes recursos são rateados entre União, estados e municípios de acordo com regras estipuladas na Lei do Petróleo – no caso dos royalties – e em decreto presidencial – no caso das participações especiais. Entretanto, as regras que definem quem deve beneficiar-se de tais repasses restringem bastante o número de contemplados: 76 municípios aboca-

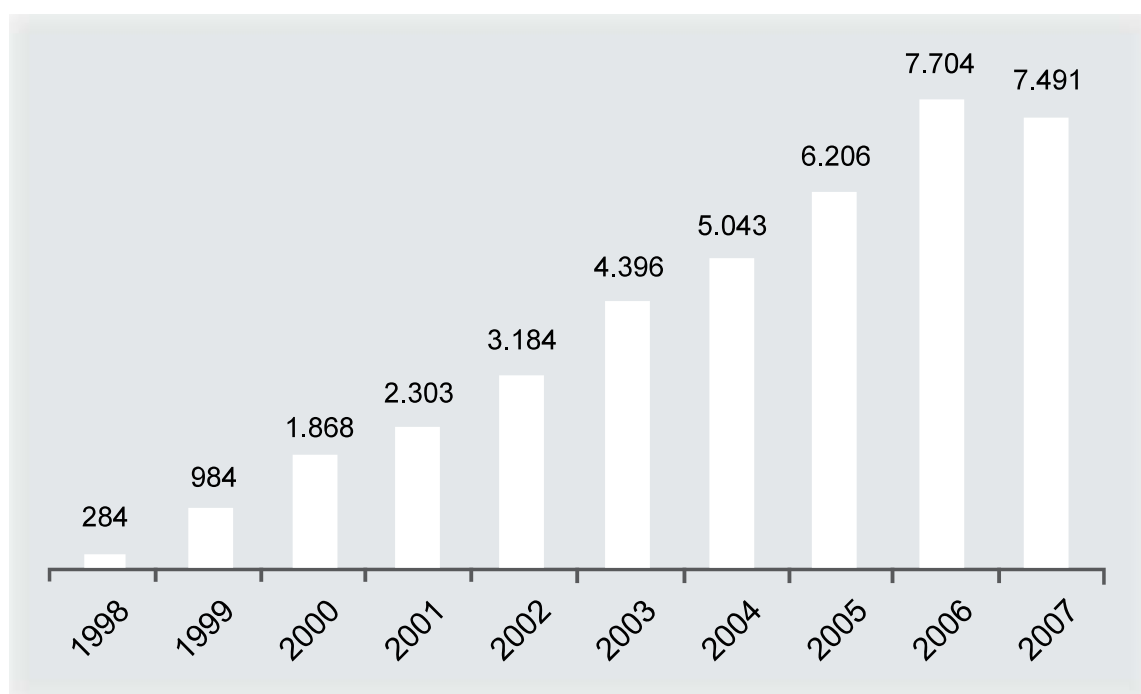


nam 91% dos recursos. Do restante, 6% ficam com outras 789 cidades e apenas 3% são repartidos entre todos os 5.562 municípios brasileiros.

Ainda mais grave é o fato de que as regras vigentes não vinculam as receitas advindas da exploração de petróleo a ações ou projetos de longo prazo voltados efetivamente à melhoria das condições de vida da população. Se, há até pouco tempo, o assunto poderia parecer menor, agora adquire caráter fundamental. Basta dizer que, em dez anos, o pagamento de royalties saiu de R\$ 284 milhões anuais para R\$ 7,5 bilhões. Salto similar tiveram as participações especiais.

Todas as projeções que acompanham as anunciadas descobertas nos campos de Tupi e Carioca sugerem que tais valores tendem a crescer muito de agora em diante. A pergunta a ser feita é: o que fazer para que esta montanha de dinheiro produza, de fato, um país melhor? Existem ameaças a ser evitadas e exemplos que podem ser seguidos.

Evolução da arrecadação de royalties (em R\$ milhões)



Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis



Doença holandesa

Curiosamente, a abundância de petróleo – assim como de outros recursos naturais – pode acabar associada à ruína de algumas economias, o que a literatura econômica batizou “doença holandesa”. Em tais condições, a superprodução e o aumento de exportação de tais bens gera uma enxurrada de divisas para o país e, desta forma, produz supervalorização da moeda local. O que, ao olhar leigo, pode parecer até benéfico funciona, na prática, como uma máquina de minar o futuro.

A moeda valorizada encarece os demais itens da pauta local de exportações, notadamente os bens manufaturados, e barateia as importações. Com isso, o país rico em recursos naturais tende a especializar-se na produção destas matérias-primas e, muitas vezes, não consegue desenvolver sua indústria, seus setores econômicos de maior valor agregado e geradores de empregos de melhor remuneração e qualidade. Este é, pois, um risco que o Brasil deve evitar.

A “doença holandesa” deve seu nome a países nórdicos que, na década de 1970, viram suas moedas se valorizarem na esteira da descoberta de grandes reservas de petróleo no Mar do Norte. Diante do risco da supervalorização, nações como a Noruega decidiram trilhar caminho oposto: transformar a nova riqueza em fonte de benefícios não só para a geração corrente como, principalmente, para as que estão por vir. A solução foi criar fundos intergeracionais com os recursos arrecadados com o petróleo – o norueguês dispõe hoje de US\$ 300 bilhões. Basta ver a lista dos países com melhor qualidade de vida no mundo hoje para comprovar o acerto da estratégia.

Gerações futuras

Como se vê, o Brasil precisa preparar-se, desde já, para travar esta nova discussão: transformar os benefícios advindos do petróleo numa



alavanca para o desenvolvimento futuro. A magnitude dos valores envolvidos permite dimensionar a importância desta agenda no debate nacional. Com as novas descobertas (estimadas, mas ainda não comprovadas), o montante a ser repartido aos governos pode passar dos atuais R\$ 21 bilhões para algo próximo a R\$ 60 bilhões por ano. Igual ganho deve vir do aumento das exportações de petróleo. Trata-se, portanto, de uma fonte preciosa para qualquer projeto que vise revolucionar a qualidade de vida no país.

O que se precisa evitar a todo custo é que as riquezas do petróleo não produzam benefícios diretos para toda a sociedade ou sejam apropriadas por poucos. Estudo recente feito pela Universidade Cândido Mendes mostra que, nos municípios que mais recebem royalties, o dinheiro tem servido, principalmente, para inchar a máquina pública. Entre as 30 localidades mais bem aquinhoadas, a média de gastos com pessoal situa-se em R\$ 1.311 por habitante. É quase três vezes a média nacional. Nestas cidades, os gastos com a folha cresceram 160% entre 2002 e 2006, com acréscimo de 50 mil novos servidores.

Diante da possibilidade de adentrar o clube dos dez maiores produtores mundiais de petróleo, o país encontra-se às voltas com uma questão crucial para seu futuro. Preservada a Lei do Petróleo, cujos benefícios gerados para a sociedade brasileira são evidentes, é hora de transformar a riqueza do petróleo num patrimônio de todos os brasileiros, os que aqui estamos e os que virão. Pode estar aí a chance de fazer nascer um novo e robusto ciclo de desenvolvimento. Oportunidades não aparecem todo dia; é preciso, pois, estar apto a aproveitá-las. ■



PAC caminha em marcha lenta

A agenda de eventos presidenciais relacionados ao PAC não encontra eco na realidade. Números da execução orçamentária da União indicam que quase nenhuma ação saiu efetivamente do papel até agora. Passados 16 meses do lançamento do programa, dos quase R\$ 68 bilhões previstos para investimento em quatro anos somente 9% foram aplicados. Dos 155 programas ligados ao PAC que constam do orçamento deste ano, somente cinco receberam recursos; outros 97 não tiveram um centavo sequer empenhado até o fim de abril.

O noticiário político tem sido pródigo em exhibir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em incessantes viagens pelo país afora para “lançar” obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Seria muito bom se nesta frenética agenda presidencial houvesse algo de concreto, ou seja, se, de fato, o Brasil estivesse coalhado das ações alardeadas pelo governo federal. Mas basta uma rápida análise da execução orçamentária para se dar conta de que, na realidade, se está diante de um vazio.

As cifras envolvidas no programa são sempre muito significativas. As linhas de ação propostas supostamente servem para atacar gargalos de infraestrutura e prometem resultados que farão o desenvolvimento e as condições de vida no país decolar. Mas, passados 16 meses desde o seu lançamento, o PAC nem sequer indica estar perto de produzir os efeitos que o discurso oficial sustenta.

Tomando-se os dados do Siafi de fim de abril, verifica-se que apenas 0,45% dos recursos do orçamento do PAC deste ano foram executados até agora. Em valores, isso significa que a União dispõe de R\$ 17,13 bilhões para investimento no programa em 2008 e, decorrido um terço do exercício, conseguiu efetivamente gastar só R\$ 77 milhões.

Uma fileira de zeros

Mas apenas as cifras não dão a dimensão integral da paralisia. Há 155 programas listados no orçamento do PAC para este ano. Destes, apenas cinco receberam recursos até agora. Para piorar, 97 programas não tiveram empenhado – a primeira fase rumo à liberação efetiva de recursos dentro do trâmite orçamentário – um centavo sequer da verba deste ano.

O governo federal poderá alegar, não sem razão, que o Orçamento Geral da União de 2008 demorou a ser aprovado. É verdade: a votação só se deu em 12 de março, muito embora a base governista seja maioria no Congresso. O argumento não serve, porém, para explicar a má exe-



cução do PAC. Isto porque o desempenho do orçamento e dos restos a pagar de 2007 também é sofrível.

Até o fim do mês de abril, dos R\$ 11,22 bilhões inscritos em restos a pagar neste ano apenas R\$ 2 bilhões haviam sido efetivamente pagos. Em termos percentuais, o valor executado representa somente 18% do total, já transcorrido um terço do exercício. Novamente, um exame mais minucioso demonstra que aquilo que deveria ser ações do PAC não passa de mera miragem.

Benefícios à população paralisados

O Siafi mostra que existem 348 projetos e atividades relacionados ao programa listados no Orçamento de Restos a Pagar de 2007. Nada menos que 123 destas rubricas têm desempenho zerado até agora. Ou seja, são obras cuja execução estava prevista para 2007, não foram feitas, mas, para não serem perdidas, foram lançadas para realização neste ano. E até agora não saíram do papel.

Como se não bastasse a baixa execução do programa como um todo, o desempenho setorial também é muito modesto, para dizer o mínimo. O Ministério da Saúde – em que constam, principalmente, ações de saneamento básico – consegue ser o de piores resultados. Nos restos a pagar de 2007 relacionados ao PAC estão inscritos 17 projetos e atividades da pasta, cuja dotação perfaz R\$ 1,42 bilhão. Mas, até agora, só saíram do caixa do governo R\$ 53 milhões, ou 3,76% do total.

Resta examinar a execução do orçamento de 2007, primeiro ano do programa, lançado em janeiro. Nem neste caso o governo poderá alegar que gastou bem os recursos. Para uma dotação de R\$ 16,6 bilhões, foram pagos R\$ 4 bilhões. Programas como o de Melhorias Habitacionais para Controle de Doenças receberam cifras irrisórias: neste exemplo, apenas 2% foram alocados.



Restos a pagar de 2007 (em R\$ milhões)

Órgão	Restos a pagar	Restos a pagar pagos	%
Ministério da Ciência e Tecnologia	4,27	3,64	85,3
Ministério do Meio Ambiente	6,61	2,53	38,3
Ministério de Minas e Energia	2,95	1,09	37
Ministério da Defesa	318,14	84,31	26,5
Ministério dos Transportes	4.382,93	1.056,12	24,1
Ministério das Cidades	3.066,49	536,60	17,5
Ministério da Integração Nacional	1.864,11	271,25	14,6
Ministério da Saúde	1.421,62	53,39	3,8
Total	11.222,85	2.018,49	17,98

Fonte: Orçamento Geral da União/Siafi. Execução até 31/04/2008

Muita viagem, pouco resultado

As estimativas oficiais do PAC prevêm investimentos de R\$ 67,8 bilhões por parte do governo federal ao longo de quatro anos. Mas, até agora, já transcorrido um terço do período, a União só investiu R\$ 6 bilhões. Isso significa que, até este momento, a gestão do PT só entregou 9% do que prometeu com o PAC. É muito pouco, ainda mais quando se sabe que o presidente da República dedica boa parte de suas horas de trabalho a propagandear o programa pelos quatro cantos do país.

Neste ano, Lula já visitou 27 municípios para participar de solenidades relacionadas ao PAC. Em 2007, o programa já fora motivo de outras 17 viagens presidenciais. Até agora o presidente especializou-se no lançamento de pedras fundamentais, solenidades vazias de conteúdo e que, de tão desacreditadas, haviam sumido da agenda admi-



nistrativa do país em outras gestões. Como a orientação oficial parece ser anunciar, dar início, vistoriar e, se tudo der certo, inaugurar a obra, Lula irá voltar pelo menos quatro vezes a cada um dos canteiros mais vistosos. Pode ser que lhe sobre pouco tempo para aquilo que, de fato, a população espera que ele faça: governar. ■



Inflação em alta exige maior coordenação econômica

O aumento generalizado dos alimentos trouxe a ameaça de escalada inflacionária novamente para o centro das atenções. Quem mais perde são os que vivem de salário: nos últimos 12 meses, a cesta básica ficou até 30% mais cara em algumas capitais do país. Até agora o governo Lula fez da alta dos juros básicos sua principal arma para conter os preços, expediente que pode voltar a ser utilizado pelo Copom no início de junho. Taxas mais altas, porém, podem ser insuficientes, principalmente porque o governo central continua gastando muito: as despesas cresceram 9,4% até abril.

A inflação voltou a protagonizar o noticiário econômico. Depois de anos de relativa estabilidade, nas últimas semanas os índices de preços vêm empreendendo uma perigosa escalada. Alimentos são os maiores vilões da alta recente. Isso significa que os principais prejudicados são justamente os mais pobres, que vivem de salário. O mais grave é que não se vislumbram políticas claras por parte do governo federal para buscar conter os aumentos.

Há quase 14 anos o país tem convivido com índices civilizados de inflação, depois de ter enfrentado um processo hiperinflacionário ao longo de quase duas décadas. O grande responsável por domesticar o custo de vida foi o Plano Real, cujo marco é o lançamento da nova moeda, em julho de 1994. É certo que houve épocas de aceleração de preços ao longo do período; estiveram, porém, sempre ligados a fatores conjunturais.

O movimento, agora, tem características estruturais – e já gerou até um neologismo: “agflação”, ou seja, a inflação associada ao aumento generalizado de preços agrícolas. A alta recente tem contaminado boa parte das economias do mundo, até mesmo as mais desenvolvidas, embora em graus distintos.

Peso maior sobre os mais pobres

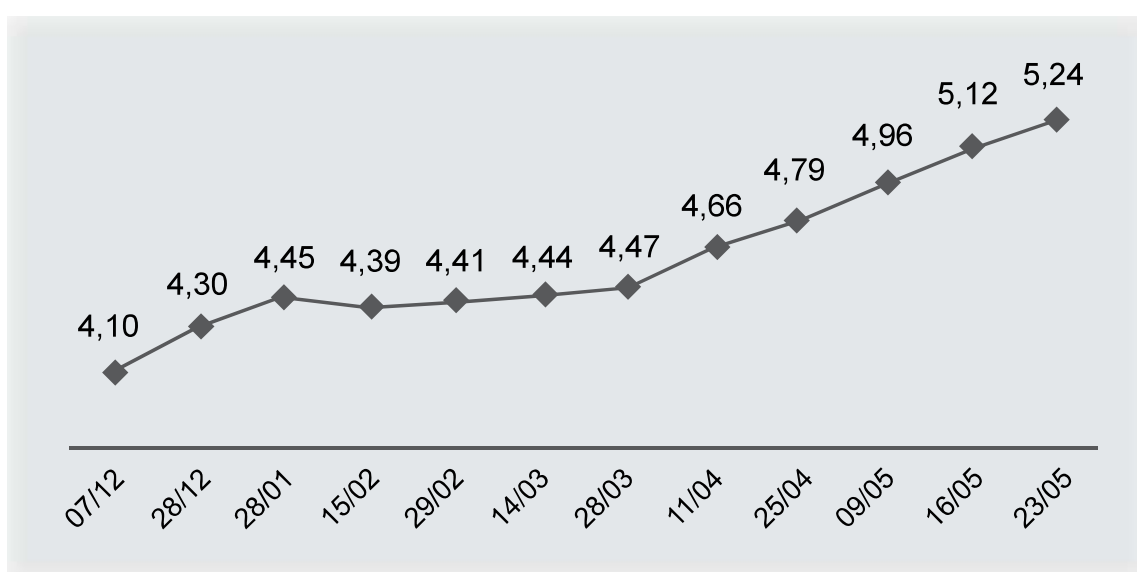
Os países emergentes começam a sofrer mais, pelo fato de os alimentos pesarem mais na cesta de consumo de suas populações do que na das nações mais ricas. E também porque, nestes países, elevações no preço da comida tendem a puxar os custos dos demais artigos igualmente para cima. A revista *The Economist* estima que, nos próximos meses, dois terços da população mundial estará defrontando-se com inflação de dois dígitos; a média mundial será a mais alta desde 1999.

No Brasil a situação ainda não é desesperadora, como ocorre na Ar-



gentina e na Venezuela, para citar apenas alguns exemplos: nestes dois países, os índices anuais rondam a casa de 30%. Medida pelo IPCA do IBGE, a inflação ao consumidor acumulada nos últimos 12 meses está em 5,04%. É um número levemente acima do centro da meta para 2008 estabelecida dois anos atrás pelo Conselho Monetário Nacional: 4,5%. O risco maior, porém, é de que a alta não cesse.

Expectativa de inflação para 2008 (IPCA, em %)



Fonte: Boletim Focus/ Banco Central do Brasil

Se o índice médio ainda parece sob controle, o mesmo não se pode dizer dos preços dos alimentos. A cesta básica pesquisada pelo Dieese nas principais capitais brasileiras ficou entre 14% (em Porto Alegre) e 30% (em Belo Horizonte) mais cara desde abril de 2007. Isso representa uma enorme corrosão no poder aquisitivo dos trabalhadores, uma vez que os reajustes salariais têm, na maior parte dos casos, se limitado à reposição da inflação oficial.

Prova disso é que em abril último, segundo o mesmo Dieese, o assalariado médio precisou trabalhar 11 horas a mais para adquirir os produtos essenciais da cesta básica em comparação com o que tinha de



trabalhar um ano atrás. Atualmente uma cesta consome 53% do salário mínimo, percentual que era de apenas 47% em abril de 2007.

Juros como arma única

Desde que os primeiros sinais mais claros de ascensão da inflação surgiram no horizonte, a principal arma usada pela equipe econômica do governo Lula para tentar frear as elevações tem sido o aumento dos juros básicos – em 11,75% ao ano desde o início de março. A receita é ainda mais amarga em um país como o nosso: o Brasil continua a liderar o ranking mundial de juros reais, em um momento em que a maior parte das economias pratica taxas negativas, ou seja, menores que a inflação corrente.

As indicações recentes dão conta de que o expediente ortodoxo deve continuar a ser utilizado. Na primeira semana de junho o Comitê de Política Monetária do Banco Central volta a reunir-se para definir a taxa que irá vigorar pelos 45 dias seguintes. A expectativa é de nova alta. Com isso, a autoridade monetária busca represar o consumo ascendente, mas gera, como efeito colateral, o arrefecimento do ímpeto de investir dos empreendedores. Isso representa menos produção, menos emprego e menos renda disponível para a população.

Elevar os juros deveria ser não a principal, mas a última saída a ser buscada pelas autoridades econômicas. Há alternativas mais saudáveis e bem menos danosas, como a contenção dos gastos do governo. Tal opção, porém, não encontra eco no governo Lula. Pior que isso, o que se vê é uma escalada persistente das despesas públicas.

Um governo cada vez mais gastador

Entre janeiro e abril deste ano, os gastos do governo central cresceram 9,4% comparados a igual período de 2007. Em termos absolutos, as despesas federais saltaram de R\$ 131,5 bilhões para R\$ 144



bilhões no quadrimestre, ou seja, um crescimento de R\$ 12,5 bilhões no período. Este aumento reflete-se diretamente na demanda sobre bens e serviços da economia nacional e, em consequência, em mais impulso inflacionário.

No fim de maio o governo Lula decidiu aumentar em meio ponto percentual a meta fixada para o superávit do setor público neste ano, que era de 3,8% do PIB. Na prática, o novo padrão já vinha sendo observado: nos 12 meses encerrados em abril (dado mais recente disponível), a economia feita pelo governo para pagar juros estava em 4,23% do PIB. A medida é positiva, ainda que possa mostrar-se insuficiente.

O desejável é que haja um rol de ações coerentes de política econômica com capacidade para deter a inflação sem sacrificar o desenvolvimento. Isso significa tirar da alçada exclusiva da política monetária a atribuição de desaquecer a economia e de, com isso, segurar a alta de preços. Parece claro que a escalada atual tem forças-motrizes que escapam ao poder moderador dos juros, o que significa dizer que taxas internas mais altas talvez não consigam conter as remarcações. A tarefa torna-se bem mais inglória diante da gastança federal.

O atual momento econômico surge como o de maior desafio nestes quase seis anos de governo Lula. Até aqui o país valeu-se de conquistas obtidas desde a estabilização e das reformas institucionais posteriores, como a adoção das metas de inflação e das metas fiscais, em 1999. A atual gestão dará uma grande contribuição ao futuro se, pelo menos, conseguir impedir que a inflação se espraie. Parece ser demais esperar dela muito mais que isso. ■



Sem repressão oficial, devastação da Amazônia acelera

A área de floresta desmatada este ano pode dobrar em relação a 2006/2007. A redução no ritmo recente de devastação acompanhou a queda no preço internacional das commodities, mas bastou as cotações se recuperarem para que o desmatamento ganhasse novo ímpeto. Sob Lula, quase 100 mil km² de florestas já foram ao chão. Na contramão do discurso oficial, o governo federal abrandou a repressão e enfraquece os instrumentos de fiscalização. As estruturas do Ibama e do Instituto Chico Mendes são insuficientes. Menos de 1% das multas aplicadas são arrecadadas.

Conte até dez. Quando acabar a contagem, um hectare da Amazônia terá ido ao chão. É o equivalente a 360 campos de futebol por hora. Esta é a atual velocidade de destruição da maior extensão contínua de floresta tropical existente no mundo. O mais grave é que o ritmo de trabalho de motosserras e machados acelera-se nos meses de inverno: maio, junho e julho costumam registrar picos de devastação, impulsionada pela falta de chuvas e facilitada pelas melhores condições de acesso à região nesta época do ano.

O sinal de alerta já havia soado no fim de 2007 e voltou a apitar de forma estridente em abril, quando uma área de floresta equivalente à da cidade do Rio de Janeiro foi abaixo. Naquele mês, 1.123 km² foram ceifados. Neste ínterim, a reação do governo federal resumiu-se a brigar com o termômetro. Confrontado com os primeiros números alarmantes, registrados em novembro e dezembro do ano passado, o presidente Lula classificou o desmatamento que eles retratavam de mero “tumorzinho”. Não era.

Depois de um período de positiva e louvável redução na área desmatada, o país está vendo a curva embicar para cima este ano. Pela metodologia adotada para medir o desmatamento em território nacional, os dados anuais cobrem o período compreendido entre agosto e julho do ano seguinte. O registro relativo a 2006/2007 indicou uma área desmatada de 11.224 km², segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Agora, a aposta mais corrente sugere que a marca da destruição superará 20 mil km² este ano. Ou seja, o Brasil poderá vir a exibir ao mundo um aumento de quase 100% na área devastada na Amazônia.

Queda não passou de espasmo

O quadro atual sugere que boa parte da conquista obtida entre 2004 e 2007 teve pouco a ver com ações governamentais de combate ao desmatamento e muito a dever à redução do ímpeto de agricultores



e pecuaristas em continuar a desbravar o território amazônico. Estudo feito pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) mostra que há fortíssima correlação entre a variação nas cotações de carne e soja no mercado internacional e o ritmo de destruição da floresta. Como naqueles três anos os preços estiveram em queda, a devastação abrandou. Mas bastou as commodities voltarem a disparar para que o desmatamento retomasse a força anterior.

Os números recentes colocam por terra, literalmente, o argumento do governo federal de que, sob Lula, a Amazônia passara a viver um novo tempo. Infelizmente, a redução do desmatamento mostrou-se mero espasmo. Especialistas em meio ambiente costumam dizer que seria preciso pelo menos mais dois anos de queda, além dos três em que isso se verificou, para confirmar que vivíamos uma tendência e não apenas um momento fora da curva. Isso, lamentavelmente, não se confirmou, segundo admitem todas as autoridades envolvidas em acompanhar e medir o ritmo de devastação da floresta.

De agosto de 2007 a abril último, foram desmatados 5.850 km². São quase 18% mais do que no mesmo período do ano anterior. A medição foi feita por meio do Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real). Mais acurado e com imagens de melhor definição, caberá ao sistema Prodes, também do Inpe, aferir os números definitivos da devastação, o que só ocorrerá em dezembro. Em geral, o monitoramento do Deter capta 40% do desmatamento real. Ou seja, apenas com os números já conhecidos até abril, a derrubada atinge quase 14 mil km² desde agosto de 2007. E o pior – os resultados do período seco – ainda está por aparecer.

Devaste: o governo garante

O IBGE calcula em 716.994 km² a área de floresta devastada na Amazônia até hoje. Só na gestão Lula foram 96.683 km², ou o equiva-



lente a toda a extensão do estado de Pernambuco. Em termos percentuais, cerca de 17% da cobertura do território amazônico já foi ao chão. Se não houver uma alteração drástica no padrão de ocupação da região, estima-se que 40% da Amazônia já não existirá em meados do século.

O diagnóstico quanto às ameaças à região é há muito conhecido: a expansão da pecuária (atualmente, um terço do rebanho nacional é criado lá) e do plantio de grãos, em especial a soja, é a grande responsável pelo avanço do desmatamento. O que não se vê, porém, são ações efetivas para deter a destruição. O governo Lula acenou com a possibilidade de apertar o cerco a ocupações ilegais, suspender crédito a malfeitores e aplicar a lei com rigor. A prática, no entanto, tem sido muito distinta.

No início de junho, o Ministério de Meio Ambiente, já sob nova direção, editou portaria abrandando o cumprimento de uma resolução do Banco Central que restringia a concessão de crédito a produtores amazônicos com passivos ambientais. De um total de 527 municípios atingidos, onde fora registrado forte desmatamento, 100 foram excluídos da lista de restrição.

Além disso, para liberar verbas do crédito rural para plantio, os bancos oficiais exigirão apenas que os produtores se mostrem dispostos a legalizar sua situação ambiental e fundiária. Basta comprovar ter protocolado a papelada para obtenção do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural nos órgãos ambientais que o crédito é concedido. Em ambiente assim, vale a máxima cunhada pelo Greenpeace ante a situação atual: “Devaste que o governo garante”.

Grandes extensões, nenhuma fiscalização

Em pleno período seco, ou seja, de queimadas e derrubadas mais intensas na região amazônica, o governo federal ainda não dispõe de definições claras sobre a coordenação do Plano de Combate ao



Desmatamento deste ano, lançado há seis meses. A bola está dividida entre o Ministério do Meio Ambiente e a Casa Civil. O Instituto Chico Mendes – criado em agosto de 2007 para gerir áreas protegidas e implementar planos de conservação – não passa de miragem, já que boa parte dos servidores que deveriam compor o seu quadro ainda mantém-se no seu órgão de origem, o Ibama.

Não falta só coordenação. Inexiste estrutura para fazer cumprir as leis. O Ibama conta com efetivo de 400 homens e mulheres para fiscalizar as unidades de conservação federais da Amazônia. Isso significa uma pessoa para cada 450 mil hectares (ou uma área equivalente a três vezes a do município de São Paulo). O orçamento é igualmente minguido: R\$ 34,2 milhões, ou R\$ 1 para cada seis hectares. O país conta hoje com 131 destas áreas protegidas – instrumento de preservação criado ainda na gestão Fernando Henrique Cardoso, em 2000. Na maioria delas, a penúria é a mesma, tornando-as, na prática, reservas florestais de papel.

A depender da falta de ímpeto, para dizer o mínimo, em fiscalizar e cobrar de quem deve, a situação não dá mostras de que possa melhorar. O Ibama tem R\$ 4,5 bilhões em multas aplicadas desde 2003, mas quase nada arrecadado. Apenas um exemplo: dos R\$ 1,1 bilhão lavrados em 2005, somente 8 milhões (cerca de 1%) foram recolhidos. No ano passado, o instituto aplicou mais R\$ 1,5 bilhão em multas, um recorde inócuo até agora. Na Amazônia, mediante protelações legais, punições têm sido adiadas *sine die*.

Mesmo diante de tantas evidências de que a situação não ia bem já desde o fim de 2007, o governo Lula preferiu trabalhar com um irreal cenário róseo. Fez má política e péssima governança, sem resultados efetivos e satisfatórios. Ações emergenciais não são resposta à altura para uma situação como a da devastação amazônica. Tal como estão estruturadas as ações federais de combate ao desmatamento, não res-



tará ao país fazer senão o que sugeriu o ministro Carlos Minc recentemente: “rezar e orar” para que a destruição não avance. Mas é fácil saber que não é caçando bois no pasto, como também ele defendeu, que se conseguirá bons resultados. ■



Em defesa da responsabilidade fiscal

Aprovada em maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal tornou-se o principal pilar das políticas orientadas para a busca do equilíbrio das contas públicas que, desde então, vêm sendo adotadas no país. Ela também ajudou os estados a trazer suas despesas com pessoal e seus níveis de endividamento para patamares civilizados. Mas a LRF encontra-se sob ameaça de descaracterização em razão de um projeto do Executivo votado pela Câmara. Há aprimoramentos a fazer, mas não na direção aprovada pelos deputados: será muito mais saudável se o momento for utilizado para impor limites ao endividamento da União e à escalada das despesas correntes posta em marcha pelo governo Lula.

Neste ano completa-se uma década desde que estados e municípios terminaram de renegociar suas dívidas com a União. Foi mais um passo no sentido de um melhor equilíbrio nas contas públicas, cujo desarranjo fora escancarado anos antes com o fim da hiperinflação, derrotada pelo Plano Real. O processo começara ainda na Constituinte com a criação, por exemplo, da Lei de Diretrizes Orçamentárias. E teve sua pedra de toque na adoção, a partir de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Quem quer que se dedique a acompanhar as finanças públicas no Brasil reconhece que a LRF é o principal pilar das políticas fiscais postas em prática nos últimos oito anos. Sem ela, o desequilíbrio orçamentário que ainda impede o país de ter uma melhor condição econômica poderia ser ainda maior. A lei conseguiu trazer as contas de praticamente todas as unidades da Federação para limites administráveis e ajudou a impedir que a dívida pública federal explodisse.

É surpreendente que uma norma saudada como tão positiva esteja agora sob ameaça. E em razão de uma proposta apresentada justamente por quem mais deveria zelar pelo equilíbrio fiscal: o governo federal. Preparado pelo Ministério da Fazenda, o projeto de lei complementar nº 132/2007 foi enviado pelo Executivo ao Congresso em novembro do ano passado. No início de junho, o texto foi a votação na Câmara e recebeu “sim” de 324 deputados. Aprovado, foi remetido para apreciação do Senado – onde agora se encontra.

Uma conquista sob ameaça

O projeto abre uma cunha no espírito da LRF. Hoje, o descumprimento dos limites de gastos com pessoal por algum órgão ou poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário) impede que o ente federado (estado ou município) contrate operações de crédito, receba transferências

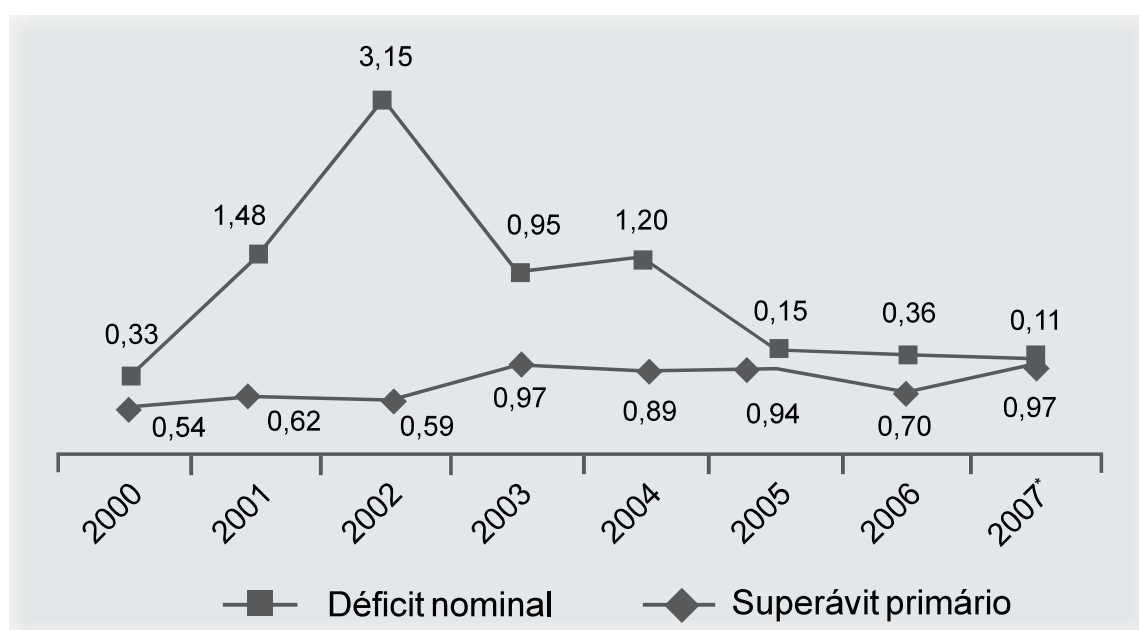


voluntárias ou obtenha garantias para financiamentos. Com a mudança aprovada pela Câmara, tal vedação passa a restringir-se ao órgão ou poder que não respeitar o teto imposto a suas despesas com salários.

Mas as modificações não param aí. Emenda apresentada pela Liderança do Governo na Câmara abrandou mais ainda o que determina a LRF. Pelo novo texto, ficam autorizadas operações de recomposição e reestruturação de dívidas mesmo quando os limites de endividamento fixados pelo Senado e os gastos com pessoal não estiverem dentro dos limites que a lei estipula.

Avalia-se que tais alterações venham a pôr abaixo preceitos balizares da LRF, criando a possibilidade de descontrole nas finanças públicas de União, estados e municípios. Em razão disso, grupos em defesa da responsabilidade fiscal têm se articulado para tentar barrar a aprovação das mudanças no Senado. Um dos meios usados para tanto é uma carta aberta que circula na internet: até o início de julho, ela contava 516 signatários, entre economistas, empresários, professores, profissionais de diversas áreas e estudantes.

Resultados primário e nominal dos estados (em % do PIB)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. * Estimativa



“A lei concebeu instrumentos de controle exatamente para conformar a necessária solidariedade no esforço fiscal que cada ente federado e seus Poderes devem empreender para manter suas finanças sob controle. Ao invés de extinguir punições, no caso de algum órgão público não atender ao limite de gasto com pessoal, caberia prever restrições efetivas e diretas àquele órgão e, antes de tudo, reforçar a prevenção para evitar o desenquadramento”, diz um trecho do documento.

Melhora nos indicadores

Em seus oito anos de aplicação, a Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe as finanças de estados e municípios para patamares até então inimagináveis. Em 2000, em sete estados a dívida consolidada equivalia a mais que o dobro da receita corrente líquida. Hoje, apenas o Rio Grande do Sul não conseguiu reduzir este quociente para menos de dois – parâmetro máximo fixado pela LRF. Na média, a relação caiu de 1,7 para 1,31 desde 2000, segundo relatório da Secretaria do Tesouro Nacional.

Os gastos com pessoal também tornaram-se bem mais comportados. Hoje, em nenhum estado as despesas com salários superam 60% das receitas, limite admitido pela LRF – na realidade, atualmente nenhum indicador ultrapassa 50%. Mais que isso, em 16 casos houve redução no nível de comprometimento.

Na média, os gastos das 27 unidades com servidores caíram de 47,85% da receita, em 2000, para 39,8% em 2007. Já legislativos e judiciários de 12 estados ainda gastam acima do limite com seus servidores.

Da mesma forma, o ajuste nas contas permitiu que os 26 estados e o Distrito Federal contribuíssem com parcela crescente para a geração de superávits fiscais. Em 2007, eles arrecadaram 0,97% do PIB



acima do que gastaram, excluídas despesas com juros. É quase o dobro da contribuição dada oito anos atrás (0,54% do PIB). Em valor, isso representou uma economia de R\$ 25 bilhões. Em proporção do PIB, o déficit nominal – que considera no cômputo também os gastos com pagamento de juros da dívida – das unidades da Federação reduziu-se a um terço do que era em 2000.

É possível aprimorar

O processo de ajuste nas contas públicas detonado pelo fim da inflação crônica – que passou pela renegociação das dívidas de 24 estados, Distrito Federal e 180 municípios e desembocou na Lei de Responsabilidade Fiscal – pôs fim à farra de gastos que grassou no país até meados dos anos 1990. A regra, então, era acumular dívidas até o limite do possível e, uma vez ultrapassado este limiar, contratar mais passivos. Tais rombos eram simplesmente legados às futuras gerações. Esta é uma época que ficou para trás – e, em nenhuma hipótese, pode-se correr o risco de vê-la ressurgir.

As importantes conquistas já obtidas não significam que nada mais há a fazer em termos de ajustes nas contas públicas. Ainda há muito a aprimorar, a começar pela fixação de limites para a dívida da União – que, diferentemente de estados e municípios, não foi alcançada pela LRF. É salutar, também, buscar imediatamente a definição de regras de controle dos gastos correntes e de limitação à expansão das despesas federais com pessoal – algo que acelerou-se sobremaneira no governo Lula. O país terá muito mais a ganhar se estes avanços forem perseguidos e muito a perder se a responsabilidade fiscal começar a ser golpeada. ■



Tributos crescem ainda mais e alimentam gasto do governo

Apenas em um semestre, o governo federal elevou suas receitas em R\$ 45 bilhões – mais do que previa arrecadar com a CPMF em todo o ano. De janeiro a junho, sem considerar as receitas previdenciárias, os brasileiros pagaram R\$ 76 bilhões a mais à União, quando comparados aos números de igual período de 2002. Isso representa crescimento de 44% acima da inflação. O excesso de receita poderia ajudar a frear a escalada da inflação, mas o que se vê são gastos cada vez maiores por parte da gestão Lula. Os recortes recorrentes de arrecadação comprovam que qualquer medida que redunde em aumento de carga tributária é injustificável e abusiva.

Quando sofreu sua mais acachapante derrota parlamentar, ao ver a prorrogação da CPMF ser rejeitada pelo Senado em dezembro do ano passado, o presidente Lula disse que precisaria “cortar na carne” para não sacrificar os gastos com saúde. A realidade vem mostrando que o argumento oficial em prol do tributo era mera falácia. Mesmo sem o imposto do cheque, o governo federal arrecada como nunca. A pergunta que se faz é: por que esta receita em constante expansão não reverte em mais benefícios para a população brasileira como um todo?

Os resultados mais recentes da Receita Federal comprovam que o governo pode prescindir do aumento de impostos. Mais que isso, indicam que é possível aproveitar a arrecadação extra para equilibrar melhor as contas públicas e, com isso, ajudar no combate à inflação sem que o país seja submetido a doses ainda mais cavalares de juros. A postura oficial tem sido, porém, completamente distinta: os gastos correntes continuam em alta e, em reiteradas ocasiões, o governo Lula dá mostras de que não tem a menor intenção de freá-los.

No primeiro semestre do ano, os brasileiros pagaram R\$ 333,2 bilhões em tributos federais, incluindo previdência. Já considerada a inflação, o aumento sobre igual período de 2007 foi de 10,43%. Isso significa que o ritmo de expansão da arrecadação federal é duas vezes maior do que o da mais otimista previsão de crescimento da economia para este ano. O resultado é claro: cidadãos e empresas estão pagando mais tributos ao governo.

Quem paga a conta

Em valores correntes, ou seja, sem considerar a inflação do período, os brasileiros deixaram R\$ 45,3 bilhões a mais nos cofres federais nesta primeira metade de 2008. A cifra já supera o que os cálculos oficiais estimavam arrecadar com a CPMF em todo este ano (R\$ 39



bilhões). Mas é certo que o ganho extra não vai parar por aí, até porque a cada mês repetem-se os recordes de recolhimento da Receita. Prognósticos oficiais dão conta de que a arrecadação deste ano ficará pelo menos R\$ 74 bilhões acima da de 2007.

O Instituto Teotônio Vilela fez alguns cálculos para ilustrar quanto o brasileiro está, efetivamente, pagando a mais de tributo no governo Lula. Para isso, foi preciso, primeiro, uniformizar as bases estatísticas – já que, desde abril de 2007, com a criação da Receita Federal do Brasil, os números do fisco passaram a computar também as receitas previdenciárias. Nas estimativas também foi considerada a inflação do período, para evitar distorções e mostrar o montante que, de fato, se recolhe a mais hoje.

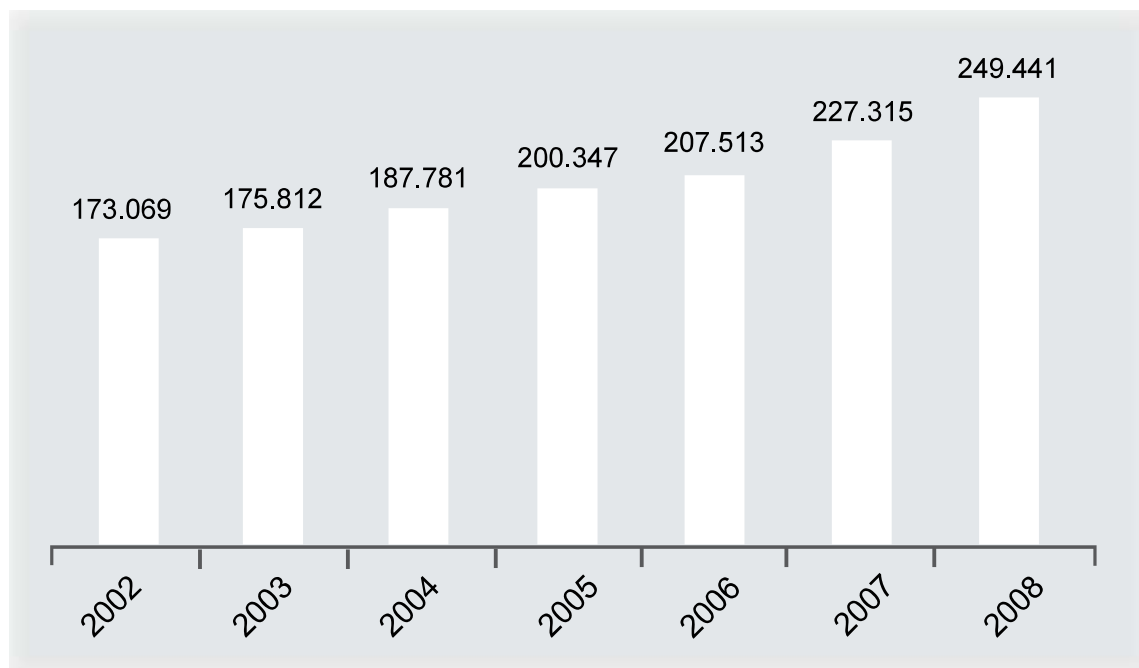
Os resultados obtidos revelam que a sanha arrecadatória tem sido a tônica desta gestão. Sem considerar as receitas previdenciárias, a arrecadação do primeiro semestre de 2008 somou R\$ 249 bilhões. Nos primeiros seis meses de 2002, ainda na gestão tucana, o total recolhido foi de R\$ 173 bilhões, já computada a inflação. Isso representa um aumento de 44%, em termos reais, o que significa um avanço extra de R\$ 76 bilhões no bolso do contribuinte. Até agora, a média de crescimento real é de 6,3% ao ano.

Com números assim, não surpreende que os assalariados sofram na carne o avanço do fisco. O crescimento do imposto de renda de pessoas físicas tem sido constante. Neste semestre, o aumento foi de 12% acima da inflação. Em termos reais, foram recolhidos R\$ 1,2 bilhão a mais. Nos últimos quatro anos, as pessoas físicas deixaram cerca de R\$ 56 bilhões extras para o leão.

Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o brasileiro trabalhou 148 dias neste ano apenas para pagar impostos e contribuições. Em comparação com a marca verifi-



Escalada tributária (em R\$ milhões)*



* Arrecadação de tributos federais, exceto receitas previdenciárias, no primeiro semestre de cada ano. Preços constantes de junho de 2008 - deflacionados pelo IPCA. Elaboração: ITV. Fonte: Secretária da Receita Federal do Brasil.

cada no início da atual gestão, já são duas semanas adicionais. O padrão brasileiro é similar ao da França; em economias emergentes como Argentina, Chile e México, a média está entre 90 e 97 dias.

Mais superávit, menos inflação

O mais grave, porém, é o destino que tem sido dado aos impostos a mais que os cidadãos pagam. O ideal seria reverter a escalada tributária, liberando mais oxigênio para empresas investirem e mais recursos para o bem-estar das pessoas. Em época de ameaça inflacionária, também caberia à autoridade monetária outra opção, que, embora não redunde em benefício imediato para o bolso dos contribuintes e para o caixa das firmas, contribui para melhorar a saúde econômica do país: elevar a poupança feita pelo setor público.



Isso traria dois efeitos positivos, com ganhos diretos para toda a população e o setor produtivo: a redução da dívida pública e seus enormes encargos, e a diminuição da demanda interna, com consequências positivas sobre o comportamento dos índices de preços. Ou seja, já que se recusa a reduzir a carga, o governo poderia elevar o superávit primário e contribuir para segurar a inflação, deixando de jogar sobre os ombros da política monetária (aumento de juros) toda a tarefa de frear a expansão do custo de vida.

O rigor fiscal está, porém, longe das prioridades e, mais ainda, da prática cotidiana do governo Lula. O que se vê é o oposto. O atual momento tem sido usado para elevar os gastos correntes, em especial salários e contratações. Com isso, a gestão petista deixa de beneficiar os que pagam impostos – e nestas condições estão todos os que trabalham e consomem – para privilegiar uma minoria. As despesas primárias devem crescer 12% este ano, infladas pelos polpudos reajustes salariais reservados ao funcionalismo – a capitulação diante da greve dos Correios é apenas o mais recente exemplo desta política.

No Brasil de hoje, mais imposto tem se traduzido tão-somente em mais gasto público. Na mesma semana em que divulgou a nova arrecadação recorde de tributos, o governo federal anunciou que liberará mais R\$ 1,2 bilhão para serem gastos pelos ministérios. Isto porque já vê folga de R\$ 15,4 bilhões em suas contas neste ano, conforme relatório recém-enviado ao Congresso.

Diante do quadro, resta constatar que, este ano, mais uma vez, a carga tributária brasileira sofrerá novo aumento: pelas estimativas do IBPT, deverá atingir 38,9% do PIB. São quase seis pontos percentuais a mais do que em 2002. Pelo andar da carruagem, segundo o mesmo prognóstico, em 2010 os brasileiros estarão deixando nos cofres de União, estados e municípios quase 41% das riquezas produzidas.

Também parece claro que qualquer medida que redunde em eleva-



ção dos tributos pagos é extemporânea, inoportuna e abusiva. Se mais motivos não houvesse, os seguidos recordes de arrecadação são razão suficiente para que, tão logo os trabalhos legislativos sejam retomados, o Senado rejeite a criação da Contribuição Social para a Saúde. O governo tem dinheiro de sobra para oferecer melhores serviços, não só de saúde, para a população – cada vez mais cansada de pagar mais impostos em troca de cada vez menos benefícios. ■



Aumento de despesa com funcionalismo parece não ter fim

Duas medidas provisórias em tramitação no Congresso abrem caminho para a revisão salarial de 1,4 milhão de funcionários públicos e a contratação de mais de 3 mil novos servidores federais. Os efeitos sobre a folha são permanentes e alcançarão R\$ 32 bilhões ao ano a partir de 2012. Hoje a União já gasta 5% do PIB para pagar um contingente que ultrapassa 2 milhões de ativos, inativos e pensionistas. O governo Lula já elevou em 240 mil o número de servidores federais e só neste ano já abriu mais de 60 mil novas vagas. Apenas a Presidência da República conta com 5.680 empregados.

As últimas semanas têm sido pródigas numa prática da qual o governo Lula é recordista: a criação de cargos públicos e o aumento de gastos com a máquina administrativa. Os números assustam pela dimensão, pelos impactos diretos nas despesas fiscais e pelo seu legado às futuras gerações do país. São custos extras contados às dezenas de bilhões de reais, sem que se vislumbre qualquer movimento para impor algum freio à escalada.

Atualmente tramitam no Congresso duas medidas provisórias que são o melhor paradigma desta situação. Editada em maio, a MP 431 encontra-se no Senado, depois de ser aprovada na Câmara na primeira semana de agosto. Trata da reestruturação de 17 carreiras e representa, no seu cômputo geral, uma avalanche de aumento de gastos com funcionários públicos.

Segundo a exposição de motivos que acompanha o texto, 800.512 servidores civis ativos, inativos e pensionistas serão beneficiados pelos efeitos da MP. Mais 611.935 militares da ativa, aposentados e pensionistas também. São, portanto, 1,4 milhão os contemplados. Este ano, o impacto da reestruturação sobre a folha de pagamentos será de R\$ 7,72 bilhões. Mas o valor vai crescendo ao longo do tempo até atingir seu ápice em 2012 – já, portanto, no colo do novo governo: só com a MP em tramitação os gastos anuais crescem R\$ 31,92 bilhões em valores atuais.

Por quaisquer ângulos que se analise, trata-se de evidente exagero. Uma única MP acarretará, daqui a quatro anos, aumento de gastos anualizados que equivale a 25% do que a União despense hoje com pessoal – uma base já inchada pelos seguidos reajustes concedidos pelo governo federal desde 2006. Como se não bastasse, na semana seguinte uma nova MP (a de número 434) também foi aprovada pela Câmara, com impactos financeiros mais singelos, mas nem por isso menos relevantes: foram criados mais 3.090 cargos públicos no Poder Executivo, a um custo estimado de R\$ 316 milhões ao ano, considerando-se o preenchimento de todas as vagas.

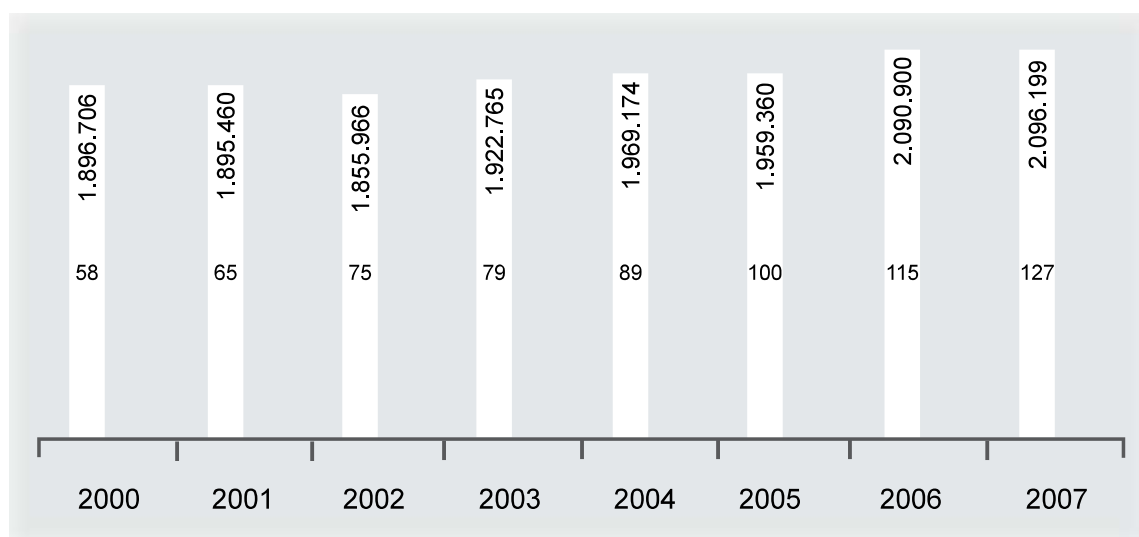


A multiplicação dos peixes

Os números seriam ainda maiores se já computassem os cargos que deverão ser abertos com o Ministério da Pesca, possibilidade mantida mesmo depois de o governo ter revogado a MP que criara a nova pasta, substituindo-a pelo envio de um projeto de lei prevendo rigorosamente os mesmos efeitos: mais cargos e mais gastos em troca de ralos benefícios para a população. Mantido o escopo original, o novo órgão nascerá com 500 cargos de confiança (295 deles novinhos em folha) e um orçamento de R\$ 500 milhões, o dobro do atual.

É difícil saber a que tal estrutura ministerial se prestará: em quase seis anos a já indefensável Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, vinculada diretamente à Presidência da República, não conseguiu sequer desenvolver estatísticas. A base de dados que orienta a atuação do órgão é de 2001; desde 2005 não há dados sobre a estagnada produção de pescados no país, até então calculada pelo Ibama.

Despesa anual de pessoal e total de servidores da União



Os números horizontais indicam a despesa total por ano, expressa em bilhões de reais; os números na vertical referem-se ao total de servidores ao final de cada ano. Fontes: Ministério do Planejamento e Secretaria do Tesouro Nacional.



DNA da gastança

Desde o início do governo Lula, os gastos da União com pessoal subiram 72,6% nominais – ou 26% acima da inflação do período. Em termos absolutos, o governo federal gasta hoje R\$ 54,5 bilhões a mais do que gastava quando o PT assumiu o poder. Foram R\$ 129 bilhões nos 12 meses terminados em abril – dado mais recente disponível no Ministério do Planejamento. Isso equivale a 5% do PIB. Mantido o ritmo atual de aumentos, não será surpresa se a despesa apenas com funcionários públicos bater em R\$ 200 bilhões até 2010. Haja aumento de imposto para bancar tamanha gastança.

Não são raros os exemplos de órgãos da administração federal que mais que dobraram seus gastos com salários em seis anos. Em alguns casos, como no Ministério da Educação, há alguma explicação plausível, como a substituição de professores substitutos por permanentes. Mas o que dizer da Presidência da República que, desde 2002, multiplicou por quase três suas despesas com a folha de pessoal, para perto de meio bilhão de reais? Lá estão 5.680 empregados. Na Fazenda, os dispêndios cresceram R\$ 5 bilhões até agora, mais que dobrando.

Um porto seguro para apaniguados

Tais cifras em forte expansão significam a incorporação de um exército de funcionários à folha de pagamentos, com efeitos, na maior parte dos casos, permanentes sobre as contas públicas. Desde 2002, já são 240 mil novos servidores federais. Só neste ano foram criados mais 60 mil cargos – dos quais quase 8 mil funções gratificadas ou comissionadas, segundo levantamento do deputado tucano Arnaldo Madeira (SP).

Os funcionários da ativa já somam 1,116 milhão num total de 2,096 milhões de pessoas pagas pela União. Depois de um forte enxugamento, o Poder Executivo voltou a ter hoje o mesmo número de servidores



civis que tinha 11 anos atrás: 530 mil. Parte das novas vagas foram preenchidas por pessoas de confiança do governo, sem a necessidade de submissão a concursos públicos. Na gestão Lula foram criados 2.046 cargos de livre provimento mais vistosos e bem remunerados – os chamados DAS, cujos vencimentos médios chegam a atingir R\$ 11,7 mil. Desde 2003 foram abertas outras 74 mil vagas em concursos públicos.

Uma das medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mais bem-recebidas foi a que propôs a adoção de uma regra única e rígida para a expansão dos gastos com servidores ativos e inativos. Previa que os reajustes anuais seriam limitados à variação da inflação oficial mais um ganho real que não poderia ultrapassar 1,5%. Assim como a maior parte do PAC, tratava-se de mera fumaça: o governo federal jamais buscou implementá-la e, como se vê, pratica o oposto. Quando a maré do excesso de arrecadação virar e o desequilíbrio fiscal se avolumar, poderá ser tarde para agir. ■



Mais dúvidas que certezas no debate do pré-sal

Até agora, o governo Lula conseguiu produzir mais sombras do que luz nas discussões sobre o futuro das reservas de petróleo da camada de pré-sal. As propostas aventadas não se atêm ao mais importante: o que fazer para que tamanha riqueza redunde em maiores benefícios e bem-estar para a população. O máximo que se conseguiu foi colocar sob risco um modelo de exploração que se mostrou bem-sucedido nos quase onze anos em que vem sendo testado. Pior que isso, lançou-se a ameaça de quebra de regras num setor que demandará investimentos de US\$ 600 bilhões, necessários para extrair petróleo de águas profundas, nos próximos anos.

As potencialmente imensas novas reservas de petróleo do país voltaram ao centro das atenções nas últimas semanas, embora ainda envoltas em muito mais sombra do que luzes. As recentes discussões tornaram evidentes, mais uma vez, as dificuldades que o governo Lula tem para definir projetos de longo prazo para o país. O que se viu e ouviu até agora são ameaças de retrocesso e a formação de nuvens que só colaboram para turvar o horizonte. Este é um debate que exige, sobretudo, clareza, uma vez que, bem conduzido, representa uma considerável chance de o país dar um salto no seu patamar de desenvolvimento.

Muito antes de a primeira gota de óleo jorrar dos novos poços em escala comercial, o que só deve ocorrer em 2014, o governo federal lançou-se num colóquio desencontrado acerca de como repartir os ganhos provenientes do pré-sal. Evidentemente as novas reservas obrigam a rediscussão sobre o que fazer com a nova riqueza gerada pelo petróleo. Entretanto, tais definições precisam levar em conta as profundas implicações que poderão advir para a economia nacional, para o parque produtivo e para o bem-estar dos brasileiros. Mais que isso, não podem pôr em risco o que se conquistou até agora. Trata-se de colocar o futuro em discussão e buscar trilhar, com cautela, um caminho para alcançar os melhores benefícios.

Os primeiros movimentos, porém, tiveram a marca do imprevisto – na melhor das hipóteses. Na pior, o que existe é oportunismo. Embalado em bazófilas, o pré-sal tornou-se nova plataforma eleitoral do governo atual, para quem “as reservas pertencem ao povo e ao povo devem servir”. Nenhuma novidade quanto aos beneficiários: assim tem sido ao longo de décadas e, com ainda mais ímpeto, desde a abertura do setor. A expansão da indústria do petróleo desde a década passada gerou enormes riquezas para o país e para os brasileiros, e não só para “americanos” ou para uma casta de privilegiados, como busca fazer crer o discurso oficial.



Até agora, só desencontros

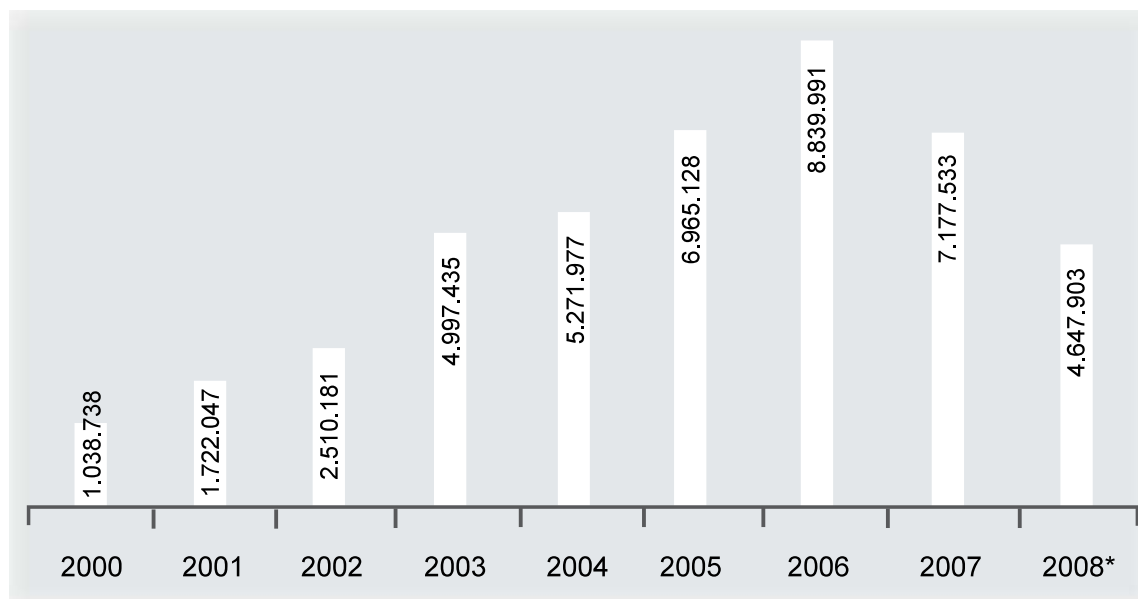
Em meados de julho, o presidente Lula criou uma comissão interministerial para avaliar como deverá ser feita a exploração do pré-sal. O que se pôde saber das discussões até agora só serviu para semear desconfianças e plantar incertezas. Duas são as idéias centrais aventadas pelo governo petista: criar uma nova estatal para cuidar da exploração das novas áreas e desapropriar as já concedidas nas proximidades dos poços gigantes.

A segunda proposta, revelada pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, teve efeito imediato: jogou abaixo as perspectivas da Petrobras, já que poderia tirar da empresa áreas que ela hoje pode explorar em regime de concessão. É tudo o que não se deve fazer numa hora destas. Desapropriar representaria quebrar contratos num segmento que demanda vultosos investimentos privados e – no caso brasileiro – no qual a segurança jurídica vem sendo a tônica. Basta olhar o salto dado pela indústria nacional desde a entrada em vigor da nova Lei do Petróleo (nº 9.478/97), que quebrou o monopólio na exploração, para se comprovar o acerto do caminho que vem sendo trilhado e a impropriedade de desvios de rota.

Hoje, um de cada dez reais da riqueza produzida no Brasil vem do petróleo; é o quántuplo da fatia de onze anos atrás. De agora até 2012, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), devem ser investidos US\$ 69,8 bilhões em exploração, desenvolvimento e produção, gerando dezenas de milhares de novos empregos. Existem atualmente 72 grupos econômicos atuando em solo brasileiro na busca e exploração de petróleo e gás natural. Destes, metade é de origem nacional e a outra metade congrega empresas de 19 diferentes países. Até 1997, a atividade só era franqueada à Petrobras. Com a abertura, o país ganhou muito: suas reservas provadas de petróleo saltaram 77%, para 12,6 bilhões de barris; a produção diária mais que duplicou; e a participação da União na renda gerada pelo setor multiplicou-se por oito.



Participações especiais (em R\$ mil)



* Até junho. Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Mudanças necessárias, caminho equivocado

É exatamente sob a justificativa de ampliar seu quinhão nos ganhos que o governo federal passou a considerar a possibilidade de mudar o arcabouço legal que vigora desde 1997 e, assim, lançou toda uma avalanche de dúvidas sobre o futuro da indústria de petróleo do país. A intenção é fazer com que as novas áreas – por conter baixíssimo risco de insucesso na sua exploração – deixem de ser objeto de concessão e passem a ser exploradas em parceria entre uma nova estatal do petróleo e empresas interessadas, que também poderiam vir a ser contratadas como meras prestadoras de serviço. Desta forma, o governo pretende elevar o que hoje arrecada.

Trata-se de um modelo que se mostrou vitorioso na Noruega e que o Brasil de Lula pretende agora importar, embora a distância entre as duas realidades seja muito maior que o oceano que separa os dois países. Lá foi criada uma estatal que administra as reservas de petróleo, a Petoro. Ela associa-se a outras empresas eleitas pelo governo para explorar os campos. Reside aí o ponto de maior tensão: a possibilidade



de discricionariedade dos governantes de turno na escolha de quem pode ou não ser contemplado na empreitada. É fácil antever o que isso poderia acarretar no Brasil: a criação de um gigantesco e bilionário balcão de negócios. Difícil acreditar também que, aqui, uma estatal tão poderosa teria um quadro de funcionários tão frugal quanto o da empresa norueguesa, composta por apenas 60 funcionários.

Manter a lei e avançar

Ocorre que, se a intenção é atribuir maiores recursos ao Estado, nenhuma das mudanças sugeridas pelo governo petista até agora são necessárias. Para tanto, bastaria alterar os percentuais da participação governamental – notadamente royalties e participação especial – sobre o total faturado nas áreas concedidas. Para isso, é necessária apenas a edição de decretos presidenciais, jamais a implosão de todo um modelo que, em todos os aspectos, provou-se bem-sucedido. Resta claro que a Lei do Petróleo pode e deve ser mantida intacta.

O naco destinado pelo setor aos cofres públicos cresceu exponencialmente desde 1997. No primeiro semestre deste ano, o Tesouro Nacional repassou R\$ 4,9 bilhões para União, estados e municípios, o que representa avanço de 40% sobre igual período de 2007. Em valores atualizados, os lucros do petróleo renderam R\$ 93 bilhões aos diversos níveis de governo ao longo dos últimos dez anos, resultado, principalmente, de pagamento de royalties – que variam de 5% a 10% da produção – e de participações especiais – que vão de 5% a 40% das receitas líquidas.

O pré-sal deve, sim, estar na pauta cotidiana dos gestores públicos. Tirar das novas descobertas maiores benefícios para a sociedade é imperativo. Mas esta é uma discussão cheia de implicações que, até agora, têm sido pouco consideradas. Uma das mais primordiais – de onde virão os US\$ 600 bilhões necessários para retirar o petróleo de profundidades que chegam a 7 mil metros – jamais pareceu frequentar



o centro das atenções do governo federal. Não menos importante é a destinação que se pretende dar à montanha de recursos que os novos poços movimentarão, com impactos diretos sobre o restante da economia brasileira. O caminho é longo e as decisões precisam ser bem refletidas, com a maior participação possível da sociedade. ■



Os desafios expressos na Pnad

Os resultados da Pnad 2007 sugerem que o país vem conseguindo obter melhora nos indicadores sociais. Fica evidente que os resultados de hoje são fruto de políticas e programas lançados ainda nos anos 90. Mesmo assim, o país continua convivendo com chagas como o alto analfabetismo e o trabalho infantil. Houve recuperação nas condições de trabalho e renda, mas ainda sem conseguir superar os anos imediatamente posteriores ao Plano Real. A Pnad mostra que é preciso voltar a semear boas políticas, e não apenas continuar a colher os benefícios herdados do passado. Neste sentido, a mudança demográfica em marcha é uma oportunidade que não pode ser desperdiçada.

O IBGE acaba de publicar a versão 2007 da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), o mais completo retrato de como vivem os brasileiros. Os resultados, mais uma vez, mostram que há pelo menos uma década o país vem conquistando sucessivos avanços em seus indicadores sociais. Trata-se de uma evolução persistente cujo pontapé inicial foi a estabilização econômica decorrente do Plano Real e que tem seus alicerces na rede de proteção social montada no governo tucano.

A cada fotografia anual exibida pelo IBGE por meio da Pnad, também ficam patentes os muitos desafios ainda não superados pelo país. E estes dizem respeito, principalmente, à educação e à melhoria das condições de trabalho e renda. O crescimento econômico recente ainda não se reverteu satisfatoriamente em mais qualidade de vida para a população; a fatia apropriada pelos mais pobres e pelos assalariados ainda é pequena.

É desejável que o país concentre esforços para superar estes entraves. Até porque estamos diante de condições demográficas bastante favoráveis. Com a redução da taxa média de fecundidade e o aumento da expectativa de vida, também expressos na Pnad, o perfil da população brasileira está se alterando. Pelos próximos 20 anos será maior a proporção de pessoas em idade economicamente ativa em relação ao percentual de idosos e crianças. Com isso, cria-se uma “janela” propícia ao aumento da poupança, à geração de mais riqueza e, em consequência, à melhoria dos níveis de vida da população como um todo.

A lenta recuperação do mercado de trabalho

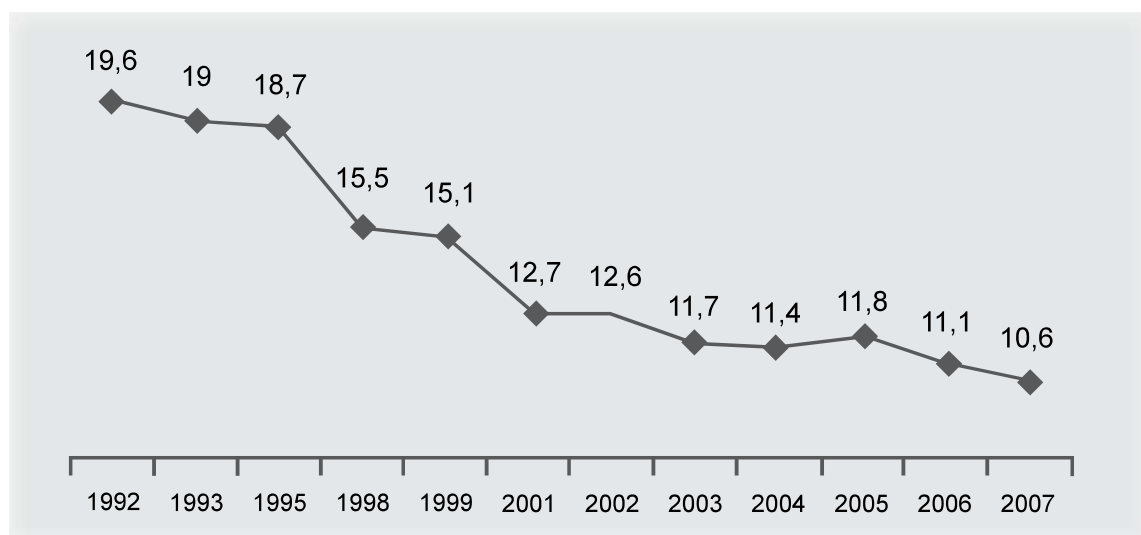
No ano passado, a renda média dos trabalhadores cresceu 3,2%, ritmo bem menor que o dos anos anteriores: 4,5% em 2005 e 7,2% em 2006. Com isso, em valores nominais, o empregado brasileiro recebeu, em média, salário de R\$ 960 em 2007. O valor representa recuperação



significativa em relação ao fundo do poço, tocado em 2004, mas ainda está distante do pico, escalado em 1996. Naquele ano, o indicador bateu em R\$ 1.023, ou seja, 6,5% acima do que se recebe atualmente.

Da mesma forma, a taxa média de desemprego manteve-se elevada: 8,2% da nossa população economicamente ativa não conseguiu trabalho em 2007. É um ponto percentual menos que no início do governo Lula, mas 2,1 pontos acima da histórica marca registrada à época do Plano Real, a menor em épocas recentes. Isso significa que temos hoje 8,1 milhões de desocupados, número ainda mais desalentador quando se sabe que, todos os anos, um exército de mais de 2 milhões de jovens desembarca no mercado de trabalho à procura de emprego.

Evolução do trabalho infantil (em %)*



* Crianças e adolescentes de 5 a 17 anos ocupados em relação ao total de pessoas nesta faixa etária.
Fonte: Pnad 2007.

Mais dramática é a desproporcional apropriação da renda pelos diferentes estratos sociais. O topo da pirâmide, ou seja, os 10% mais bem pagos, abocanha 42% dos rendimentos nacionais. Já os 10% de menor salário ficam com mero 1,1%. Em razão disso, o Brasil mantém-se como uma das mais injustas nações do mundo: mesmo com a melhora do índice de Gini (que serve para mostrar quão desigual é um país)



ainda estamos abaixo da situação verificada em economias similares à nossa como a Rússia, a China e a Índia.

A chaga do analfabetismo

O caminho para superar tal quadro parece claro: a melhoria da educação, como forma de permitir a incorporação de pessoas mais bem preparadas ao mercado de trabalho. O vigoroso programa voltado a colocar toda criança na escola – mote do Ministério da Educação à época do governo tucano – mostrou-se bem-sucedido. Hoje, 97,6% das crianças e jovens com idade entre 7 e 14 anos – faixa etária correspondente ao ensino fundamental – frequentam as salas de aula. Infelizmente, quantidade não tem se traduzido em qualidade.

O país ainda convive com 14,1 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever. Isso significa que um em cada dez brasileiros com mais de 15 anos de idade é analfabeto. Trata-se de uma chaga há muito superada por nações como Argentina, com taxa de 2,4%, e Uruguai, com 2% – mesmo países bem mais carentes, como a Costa Rica, têm índices muito menores que o brasileiro. Isso coloca o Brasil apenas na 15ª posição entre todos os países da América Latina e Caribe neste quesito.

Mas há situações piores. Pouco mais de 8% dos alunos que frequentam aulas do ensino fundamental simplesmente não sabem ler e escrever: há 2,1 milhões de crianças de 7 e 14 anos nessa situação. Além disso, um em cada quatro estudantes do fundamental está defasado em relação à idade prevista para a série que frequenta. Isso pode explicar por que, em avaliações internacionais, como o Pisa, o desempenho escolar médio dos brasileiros é bem pior do que o de nações mais desenvolvidas e perde até para economias de porte equivalente ao nosso.



Infância roubada

Deficiência educacional sempre aparece associada a um indicador perverso: o trabalho infantil. Na Pnad 2007 não foi diferente. A pesquisa mostra que há 4,8 milhões de crianças e jovens de 5 a 17 anos trabalhando. Entre os que têm até 13 anos – que, pela lei, não poderiam trabalhar em hipótese alguma – 1,2 milhão já estão no mercado de trabalho.

O mais preocupante é constatar que o ritmo de queda do trabalho infantil, que foi vertiginoso até 2002, praticamente estagnou. Em 1995, 18,7% das crianças e adolescentes com até 17 anos trabalhavam. Graças a ações como o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), implantado na gestão Fernando Henrique, este indicador desceu a 12,6% em 2002. Desde então, a taxa vem decaindo lentamente, até chegar aos 10,6% verificados no ano passado.

A extensa pesquisa do IBGE ajuda a compreender que as melhorias já conquistadas e as muitas ainda a conquistar são fruto de processos, sucessivos e persistentes, de transformação e aperfeiçoamento das condições de vida do país. Nada se fez ou se fará de um dia para o outro. Nos últimos anos, o país tem podido colher os frutos de bem-sucedidas políticas de proteção social. Chegou a hora de também voltar a plantar, para garantir a continuidade dos avanços no futuro. ■



Crise global pega o país no contrapé

O Brasil tem hoje melhores condições de resistir à crise financeira graças a importantes avanços institucionais conquistados na última década. Mesmo assim, estamos longe de passar incólumes pela tempestade. A crise chega numa hora em que alguns dos motores da economia brasileira começam a apresentar problemas sérios. O saldo em transações correntes terá uma reversão de US\$ 30 bilhões em relação ao ano passado. A pujança das exportações sustenta-se agora apenas nos altos preços, algo que a crise já vem derrubando. O volume embarcado já é menor do que há um ano; em alguns setores, a queda chega a 25%. Os efeitos sobre a economia real são inexoráveis: em cinco meses, as empresas listadas na Bovespa perderam R\$ 1 trilhão de valor de mercado.

Depois do mais longo período de bonança do pós-guerra, a economia brasileira vive neste fim de 2008 seu primeiro teste verdadeiro. Ninguém se arrisca a prognosticar o que ainda está por vir, muito menos a assegurar que o pior já passou. Mas há pelo menos uma certeza: a situação é grave e não deve ser tratada com desdém. É tudo o que não se viu do presidente Lula até agora, sempre pronto a sobrepor mais um véu mistificador à dura realidade.

O país encontra-se em melhores condições de enfrentar crises econômicas globais do que esteve no passado. Até porque usufrui hoje de conquistas que ainda não existiam pouco mais de uma década atrás. (Para citar algumas: a responsabilidade fiscal, o regime de câmbio flutuante, o Proer.) Entretanto, agora a situação é muito menos confortável do que em períodos recentes. Mesmo antes de setembro, as condições já eram muito mais adversas do que, por exemplo, no início do ano. Por que mudaram tanto e em tão curto espaço de tempo? Por que durante tanto tempo as autoridades alardearam que o Brasil se “descolara” do resto do mundo e, assim, passaria incólume pela tempestade?

O comportamento do presidente Lula e de boa parte de seus principais assessores econômicos assemelha-se muito ao de polianas do mercado financeiro, sempre prontas a vender um cenário róseo, mesmo quando a tempestade já turvou o horizonte. Até entende-se que operadores de mercado vendam seu peixe à guisa de *wishful thinking* – ou seja, aquilo que eles desejariam que a realidade fosse, não o que ela é. Mas de governantes espera-se clareza e serenidade, jamais mistificação.

O crash pega o Brasil no contrapé. Alguns dos indicadores que garantiram a saúde da nossa economia nos últimos anos começam a dar mostras de exaustão e até mesmo reversão. É o caso, por exemplo, das contas externas, que este ano exibirão um déficit superior a 1% do PIB, depois de cinco anos no azul. A maciça entrada de recursos externos ao longo da fase de pujança global ajudou o país a fechar suas contas com sobras, mas, já a



partir deste ano, a redução dos saldos comerciais e o aumento das remessas de dólares para o exterior deixarão a situação bem mais apertada.

Em 2007, o balanço de transações correntes apresentou superávit de US\$ 3,3 bilhões. No início deste ano já se previa que, combalido pelo real valorizado, o indicador passaria ao vermelho. O que não se imaginava era a intensidade e a rapidez desta reversão. As expectativas colhidas pelo Banco Central no primeiro trimestre projetavam déficit de US\$ 8 bilhões em dezembro. Hoje o próprio BC já trabalha com um número quase quatro vezes maior – em linha com analistas de mercado. A sangria não deve parar: para 2009, o rombo previsto oscila entre US\$ 33 bilhões e US\$ 34 bilhões.

Embarques menores

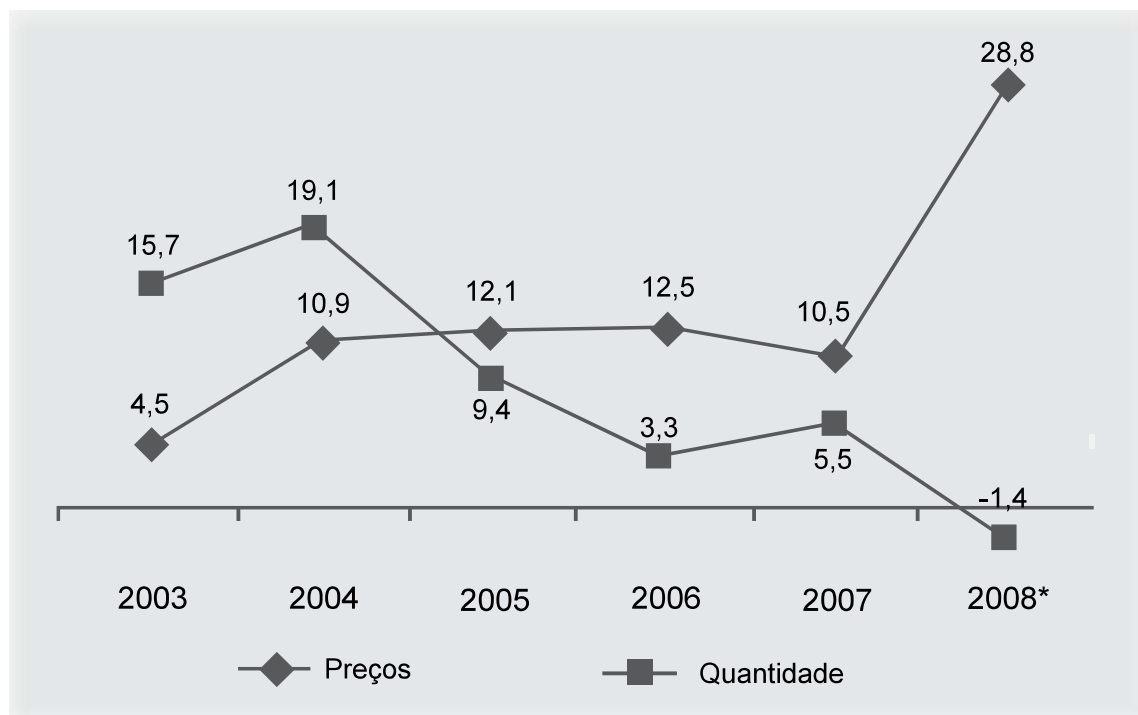
É no comércio exterior que estão os dados mais desalentadores. Durante alguns anos este foi o motor da arrancada econômica nacional – substituído mais recentemente pelo dinamismo do mercado interno, movido a crédito farto, expansão do gasto público e larga distribuição de benefícios assistenciais. Mas seu comportamento ao longo de 2008 deixa antever sérias dificuldades pela frente, pondo em risco o esforço exportador das companhias nacionais.

O que melhor espelha isto é a redução da quantidade embarcada. Segundo a Funcex, até agosto – dado mais recente disponível – a quantidade de bens vendidos pelo país ao exterior caiu 1,4%. O comportamento é cadente. Na outra ponta, os preços cresceram 29% no mesmo período. Só isso explica por que o país ainda ostenta superávits na sua balança comercial.

De preocupante, o quadro tornou-se dramático. Com as cotações de commodities – ainda os itens de maior peso na pauta exportadora nacional – desabando, o comércio exterior volta a viver dias de apreensão.



Evolução das exportações brasileiras (em %)



Variação percentual em relação ao ano anterior. *Acumulado no ano até agosto. Fonte: Funcex

A única atenuante é a escalada do dólar, que torna os produtos nacionais um pouco mais atrativos no exterior. Ainda assim, o saldo previsto para 2009 (US\$ 12 bilhões) é apenas metade do esperado para este ano.

A realidade mostra que, mesmo antes dos momentos mais agudos da crise financeira, muitos setores produtivos nacionais já viviam dias de tensão em relação ao comércio internacional. De 24 segmentos acompanhados pela Funcex, apenas um terço não tinha visto o volume embarcado para o exterior cair desde janeiro. O mais grave é que as mais afetadas são as indústrias com maior potencial de geração de emprego: vestuário (queda de 27% na quantidade exportada no ano), produtos de madeira (-23,4%), couro e calçados (-15,8%). Mais uma vez, só o até então persistente aumento das cotações internacionais as socorria.



A teoria da “marolinha”

Em virtude deste quadro, tudo indica que o desdobramento da crise financeira na economia real encontrará muitas empresas com a operação já fragilizada. Infelizmente, os efeitos sobre os investimentos e sobre a geração de emprego se farão sentir com maior intensidade já no próximo ano, quando nem o mais otimista dos observadores crê numa expansão do PIB brasileiro acima de 3,5%. Neste momento, o país pode ver falhar o empuxo do mercado interno – que já perde fôlego com o crédito a caminho da escassez – e não contar com o impulso do setor externo, prejudicado por anos de descalibragem exagerada no câmbio e nos juros.

Num cenário assim, um dos comportamentos mais deletérios é menosprezar os desafios a enfrentar, o que torna as providências mais morosas e menos eficientes. É o que se pode chamar de teoria da “marolinha”, usando uma expressão empregada pelo presidente Lula para, já com a economia mundial em convulsão, dizer que o problema era “do Bush” e que o Brasil iria, no máximo, “pegar um resfriado”.

Tome-se o valor de mercado das empresas listadas na bolsa de valores de São Paulo para aferir o tamanho da onda que nos arrastou. Entre 20 de maio passado, quando o Ibovespa atingiu sua máxima histórica, até o último dia 10, a sexta-feira que encerrou a pior semana em muitos mercados pelo mundo, esta soma caiu de R\$ 2,396 trilhões para R\$ 1,388 trilhão, segundo a consultoria Economática. É o equivalente a 40% do PIB do ano passado. Basta traduzir isso em investimentos e empregos dizimados para ver que de “marolinha” o crash em que estamos metidos nada tem. ■



Urnas premiam modo tucano de governar

Mesmo distante do poder federal há seis anos, o PSDB comprovou nas eleições de outubro que se mantém como uma das principais forças políticas do país. Os tucanos venceram em 786 municípios, o que representa uma taxa de sucesso de 44%. A população também mostrou que aprova as atuais administrações do PSDB ao reeleger 323 prefeitos do partido. Não apenas nacionalmente, mas também na maior parte dos estados, o PSDB terá sob sua administração mais prefeituras do que o PT. Mais de 24,7 milhões de pessoas e 17,5 milhões de eleitores vivem em municípios que serão governados pelos tucanos a partir de 1º de janeiro de 2009. Na disputa por vagas nas câmaras municipais, para as quais o PSDB elegeu 5.909 vereadores, o partido só ficou atrás do PMDB.

As eleições municipais deste ano comprovaram que o PSDB mantém-se como uma das maiores forças políticas do país. Mesmo distante do poder federal há seis anos, o partido obteve o segundo maior número de prefeituras: 786, atrás apenas do PMDB. Não só nacionalmente, mas também em boa parte dos estados, os tucanos conquistaram melhores resultados que o PT do presidente Lula. Em 14 unidades da Federação o PSDB terá mais prefeituras que os petistas.

O PSDB apresentou candidatos próprios a prefeito em 1.781 municípios brasileiros. Considerando as vitórias obtidas, teve, portanto, uma taxa de sucesso de 44%. O percentual é bem maior que os 34% alcançados pelo PT, que elegeu 556 dos 1.624 candidatos a prefeitos que lançou. E é praticamente o mesmo do PMDB, que foi bem-sucedido em 45% dos casos – 1.203 vitórias em 2.662 tentativas.

Dos 1.781 candidatos do PSDB nas eleições de outubro, 497 eram prefeitos tentando a reeleição. Destes, 323 lograram sucesso. Ou seja, uma expressiva taxa de vitória de 65%, que indica a alta aprovação dos eleitores a gestões do partido. Os tucanos só não reelegeram mais prefeitos que o PMDB.

O PSDB governará 14% dos municípios brasileiros a partir de 1º de janeiro de 2009. Neles vivem 24.709.853 de pessoas. São Paulo é o estado onde o PSDB terá maior número absoluto de prefeituras: serão 201, o que representa 31% dos municípios paulistas. Em termos relativos, o melhor resultado ocorreu em Roraima: os tucanos irão administrar 8 das 15 cidades do estado; em 2004 o PSDB não conquistara nenhuma prefeitura roraimense.

Proporcionalmente, as maiores evoluções em relação ao pleito de quatro anos atrás ocorreram nos estados de Maranhão, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Neles, o PSDB mais que dobrou o número de prefeituras quando comparado às conquistas de 2004. O Maranhão foi também o estado onde o número de prefeituras do PSDB mais cresceu



em termos absolutos: 25 municípios maranhenses – entre os quais a capital e Imperatriz, segunda maior cidade do estado – serão administrados por tucanos; em 2005 eram apenas nove. Já no Rio, o número subiu de três para oito e no Espírito Santo, de seis para 13. Em outros sete estados o total de prefeituras administradas pelo PSDB cresceu em comparação com 2004: Amapá, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Capitais e grandes centros

A maior cidade a ser administrada pelo PSDB a partir de janeiro é Curitiba, onde o prefeito Beto Richa foi reeleito em primeiro turno com 77% dos votos válidos. Além desta capital, os tucanos elegeram os prefeitos de mais três: Teresina (Sílvio Mendes), Cuiabá (Wilson Santos) e São Luís (João Castelo). Os dois primeiros obtiveram agora o segundo mandato. Além de quatro capitais, o PSDB conquistou o governo de mais nove municípios com mais de 200 mil eleitores. São eles: Duque de Caxias (RJ), Franca (SP), Jaboatão dos Guararapes (PE), Juiz de Fora (MG), Jundiaí (SP), Piracicaba (SP), Ponta Grossa (PR), São José dos Campos (SP) e Sorocaba (SP). Em seis destas cidades, o PSDB já tinha o poder local e em cinco delas o prefeito tucano atual foi reeleito.

No estrato intermediário – com eleitorado de 100 mil a 200 mil – também foram nove vitórias tucanas: Americana (SP), Bragança Paulista (SP), Cabo Frio (RJ), Cotia (SP), Criciúma (SC), Divinópolis (MG), Imperatriz (MA), Praia Grande (SP) e Sete Lagoas (MG). Nas cidades com eleitorado entre 50 mil e 100 mil pessoas os tucanos elegeram 42 prefeitos. Já outras 274 prefeituras conquistadas têm entre 10 mil e 50 mil eleitores. As restantes 448 têm eleitorado menor que 10 mil pessoas – a menor delas é Nova Castilho (SP).

Além dos 786 prefeitos, o PSDB elegeu 5.909 vereadores em todo o país, número menor apenas do que o alcançado pelo PMDB. Isso



significa que, de cada cinco candidatos tucanos às câmaras municipais, um foi vitorioso, taxa só inferior às do PMDB e do PP e bem superior aos 14% de sucesso dos petistas neste quesito. Os candidatos a vereador pelo PSDB receberam 9.054.055 votos nominais e outros 1.660.891 foram dados à legenda. Tal soma só é inferior à obtida pelo PMDB.

Votação crescente nos estados

A partir de 1º de janeiro de 2009, os tucanos irão administrar cidades onde vivem 17.565.950 eleitores. É o terceiro maior contingente, abaixo apenas dos de PMDB e PT, nesta ordem. Em comparação com os resultados de 2004, houve redução de 8 milhões no universo de eleitores sob governo do PSDB. O número corresponde, basicamente, ao total de votantes do município de São Paulo, onde Gilberto Kassab sucedeu José Serra e foi, agora, reeleito pelo DEM.

Considerando-se apenas os resultados de primeiro turno, em 13 estados os votos dados ao PSDB aumentaram em relação a quatro anos atrás. Em termos absolutos, os aumentos mais expressivos foram verificados no Paraná, na Bahia e no Maranhão. Em valores relativos, ou seja, percentualmente, a votação dada aos tucanos cresceu mais no Acre, no Amapá e no Mato Grosso do Sul. Candidatos a prefeito pelo PSDB receberam 14.625.329 votos em todo o país, o que representa 14,6% do total.

Com o PSDB à frente de seis estados e quase 800 prefeituras, o modo tucano de governar torna-se cada vez mais escrutinado e, pelo que demonstram as votações obtidas nos pleitos deste ano, aprovado pela população. Os bons resultados eleitorais comprovam que os tucanos escolheram o melhor caminho quando optaram por administrar com responsabilidade e com os olhos voltados para o interesse público, sem fazer de suas gestões trincheiras de oposição ao governo federal. A aprovação das urnas é o mais valioso atestado de competência e reconhecimento que o partido poderia almejar. ■



UF	Votos Obtidos*	Municípios conquistados	% de municípios governados	Eleitorado governado	% do eleitorado
AC	60.804	1	5%	15.464	3%
AL	148.162	13	13%	201.914	10%
AM	35.115	4	6%	78.796	4%
AP	10.639	2	13%	13.242	3%
BA	570.865	26	6%	578.537	6%
CE	707.795	54	29%	1.083.099	19%
ES	128.739	13	17%	183.246	8%
GO	498.836	51	21%	549.562	14%
MA	515.146	25	12%	1.146.294	28%
MG	1.596.275	160	19%	2.231.830	16%
MS	128.692	11	14%	150.708	9%
MT	177.297	6	4%	397.185	20%
PA	316.402	13	9%	315.936	7%
PB	427.315	40	18%	272.616	10%
PE	567.293	17	9%	768.977	13%
PI	361.724	14	6%	574.753	26%
PR	1.355.199	40	10%	2.005.382	27%
RJ	458.189	8	9%	907.156	8%
RN	55.724	4	2%	42.797	2%
RO	17.161	2	4%	19.273	2%
RR	27.956	8	53%	50.907	21%
RS	288.217	19	4%	278.008	4%
SC	406.063	36	12%	598.553	14%
SE	43.305	2	3%	67.579	5%
SP	5.656.494	201	31%	4.956.939	17%
TO	65.922	16	12%	77.197	8%
BRASIL	14.625.329	786	14%	17.565.950	14%

*Considerando apenas os resultados do 1º turno das eleições de 2008. Fontes: Tribunal Superior Eleitoral e IBGE



Dificuldades na agricultura prenunciam rigor da crise

Os primeiros levantamentos da safra 2008/2009 indicam que a agricultura já sente os efeitos da crise mundial. Num comportamento inédito, os prognósticos iniciais apontam redução na produção a ser colhida no próximo ano. Crédito escasso, custos altos e cotações das commodities agrícolas em queda redundarão em menor uso de tecnologia e, consequentemente, produtividade mais baixa. O volume de exportações do setor também é cadente, o que pode afetar a balança comercial do país em 2009. Tudo somado, resta claro que a agricultura exige novas e mais modernas políticas que a libertem da dependência das intempéries.

Depois de dois anos de bons resultados, com ganhos históricos e produção recorde, a agricultura brasileira volta a viver dias de agrura. O setor é um dos primeiros da economia real a sentir os efeitos da crise financeira mundial. Mas, diferentemente de outros segmentos, o campo não tem como lançar mão de estratégias para driblar ou postergar os efeitos mais danosos do crash financeiro; seu ritmo é ditado pelas estações do ano. Na agricultura não vale o popular “antes tarde do que nunca”. Se as soluções não forem tempestivas, de nada adiantam.

Nesta época, o produtor está semeando a safra a ser colhida no próximo ano. Com as primeiras chuvas, ele precisa ter recursos disponíveis para fertilizar a terra e preparar o solo antes de lançar as sementes. Também tem de honrar os empréstimos tomados no passado. Com a escassez de recursos que o mundo, e o Brasil em particular, vem experimentando nos últimos dois meses, o dinheiro não chegou ao campo. Sem chão, o agronegócio começou a ver-se diante da possibilidade de uma nova crise, que pode resultar em escassez, preços mais altos e, no limite, impulso na inflação.

A agropecuária vinha sendo vedete da economia brasileira. No segundo trimestre deste ano, mais recente dado do PIB disponível, apresentou crescimento de 7,1% em comparação com o mesmo período de 2007. O desempenho foi bem superior ao da indústria e ao dos serviços. Mas, a julgar pelas previsões para o ano que vem, tal comportamento não deve se manter, comprometendo ainda mais o resultado da economia brasileira como um todo.

Redução inédita

As primeiras previsões para o campo feitas por órgãos oficiais mostram algo inédito em anos recentes: levantamentos iniciais prognosticando safras menores que a colhida no ano em curso. Em



valores absolutos, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima que o país deverá colher até 1,8 milhão de toneladas a menos no ano que vem. O IBGE projeta resultado ainda menor: redução de 4,5 milhões de toneladas na comparação com o que o país produziu neste ano-safra.

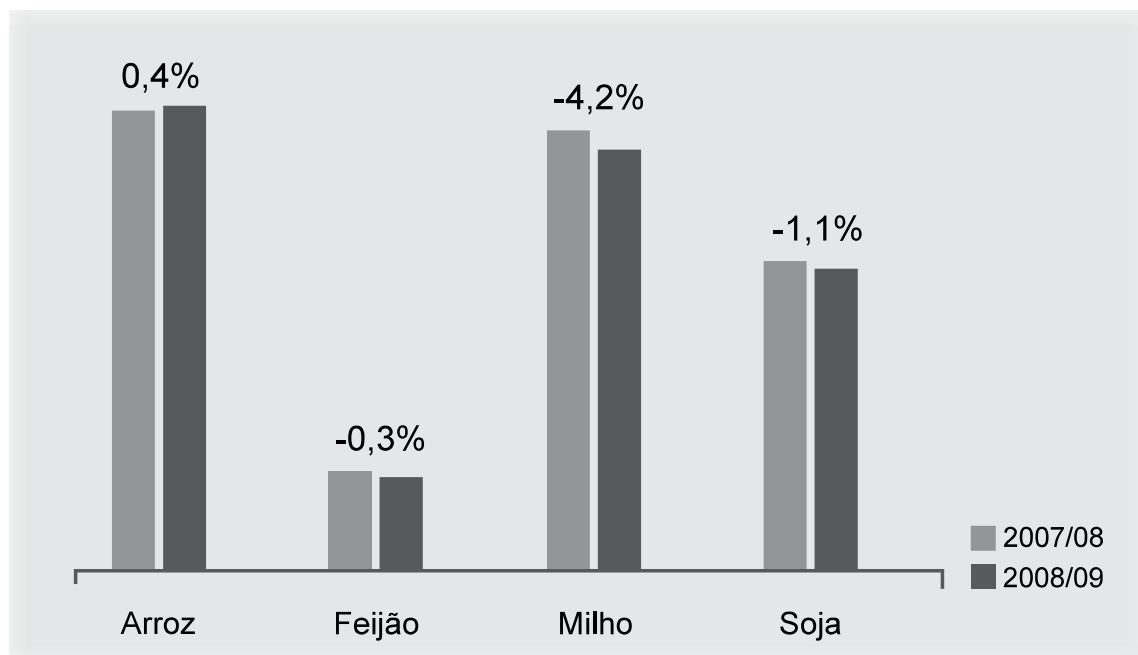
Os agricultores brasileiros devem colher menos numa área plantada maior. Isso significa que a agricultura nacional será menos produtiva em 2009. A Conab estima variação negativa média de 2,4%, com queda ainda mais aguda na produtividade do Nordeste (-5,7%). As lavouras devem produzir menos justamente pela apertada liquidez vigente: com preços nas alturas em razão da escalada do petróleo e, posteriormente, do dólar, defensivos e fertilizantes tornaram-se artigo de luxo nas fazendas. Calcula a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) que, no caso da soja, os gastos com tais insumos subiram pelo menos 78% desde a última safra. Em consequência, a comercialização de adubos caiu 35,5% em outubro na comparação com igual mês do ano passado.

Uma conjunção perversa de fatores

O que ocorre é que a atividade agrícola passou a depender, fundamentalmente, de financiamento fornecido pelas tradings. Estas companhias antecipam recursos ao produtor, que, feita a colheita, as paga com o que retira da terra. Mas, com a crise, as tradings – partes de conglomerados internacionais – viram suas fontes de recursos secar. O agricultor ficou sem ter onde buscar financiamento, uma vez que as linhas oficiais são insuficientes. O próprio Banco do Brasil – principal financiador público – admite que o crédito disponível não cobre mais do que um terço da demanda do setor. Este ano, a participação das fontes estatais no total ofertado para as lavouras é a menor da história.



Variação na produtividade média



Fonte: Conab/Primeiro Levantamento de Intenção de Plantio - Safra 2008/09

Crédito escasso e custos altos são dois dos elementos que amarguram o campo. O terceiro são os preços recebidos pela produção. As commodities agrícolas se desvalorizaram com vigor desde que a crise escorreu do setor financeiro, se espalhou pelo mundo e contaminou a economia real. No ano, as quedas nas cotações de milho e soja, por exemplo, estão em 24% e 27%, respectivamente. Sem contratos firmes de compra, que antes as tradings garantiam, e vendo os preços desabar, o produtor tem tido maior receio de semear. Os primeiros efeitos, a Conab e o IBGE já detectaram.

Mais grave é que a maior fragilidade do setor agrícola pode comprometer ainda mais as contas externas do país, já em processo de rápida deterioração. Medidos em quantidade, os itens agropecuários exportados pelo país já são 5,5% inferiores à média do ano passado. Na comparação com o pico, verificado em julho último, a queda chega



a 31%. Não se trata de comportamento isolado: em outubro, o quantum total exportado pelo país registrou variação negativa (-1,3%) no acumulado em 12 meses. Segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), isto não ocorria desde julho de 1999.

Uma nova política agrícola

Este ano, até outubro, o agronegócio gerou superávit comercial de US\$ 52 bilhões. É, como se vê, o principal responsável pelos resultados ainda positivos, embora cadentes, da balança de exportações e importações. Medido pelo IBGE, o PIB da agropecuária foi de R\$ 121 bilhões em 2007. Resta claro que não é possível deixar um segmento como este à mercê dos humores do mercado e dependente da ocorrência de bom tempo.

A montanha de recursos despejados sem sucesso nos últimos anos em subsídios e renegociação de dívidas indica que o caminho que vem sendo trilhado é inócuo. Parece evidente que o país precisa definir uma nova e mais adequada política agrícola, baseada em instrumentos efetivos de apoio à comercialização, garantia de preços mínimos e disseminação do seguro rural, que reduza o risco inerente à mais vulnerável das atividades econômicas. Paralelamente, o empenho de nossa diplomacia em abrir novos mercados, remover subsídios e derrubar barreiras comerciais no exterior pode manter o motor das exportações agrícolas em funcionamento, produzindo oxigênio para que o país atravesse a dura tempestade que só está começando. ■



Retrato amarelado de uma realidade que enegreceu

Os números do PIB no terceiro trimestre marcam o ápice de uma era e o ponto inicial de um tombo que se alastra com vigor pela economia. Pesquisas que já captam o período posterior a setembro indicam que as contratações despencaram, as linhas de produção desaceleraram e a confiança quanto ao futuro esmoreceu. A indústria mostrou que já sofreu o baque: a maior parte dos ramos apresentou desempenho negativo em outubro. O mercado de trabalho sofre os efeitos: em 2009, o exército de brasileiros à procura de emprego deve voltar a superar 2 milhões de pessoas. Até agora, o governo Lula optou por um otimismo irrealista, mas tem diante de si um período de desafios, em que os largos benefícios concedidos nos últimos meses começarão a cobrar a conta.

O retrato do PIB exibido pelo IBGE neste mês é um instantâneo vistoso da economia brasileira. Os resultados do terceiro trimestre contêm marcas históricas, mas vêm acompanhados da triste constatação de que capturam o apogeu de um período, atingido sob impulso da mais longa fase de bonança econômica que o mundo atravessou em décadas. A realidade que se interpôs desde setembro esmaeceu as cores da fotografia e a tornaram espantosamente amarelada num curtíssimo espaço de tempo.

A velocidade da reversão do quadro é extraordinária e transformou em folclore o complexo de Poliana que acomete o governo Lula desde a eclosão da crise internacional. Também reduziu a crença tola a propalada “teoria da marolinha”, cunhada não tão no início da débâcle pelo presidente da República, segundo quem seríamos uma ilha de prosperidade a salvo da tempestade global. Fato é que praticamente todos os números revelados de setembro para cá indicam um cenário problemático – em alguns casos, profundamente problemático.

Efeito imediato

O mais doloroso é o que espelha o corte de vagas no mercado de trabalho. A lista de dispensas inclui pesos pesados como a Vale, a maior multinacional genuinamente brasileira, e espraia-se por construtoras, fábricas, bancos e um sem-número de segmentos. O tamanho do estrago causado pela crise foi avassalador e imediato: já em outubro, dos 25 setores pesquisados mensalmente pelo Ministério do Trabalho, em 11 as demissões superaram as contratações. Embora ainda positivo, o saldo de admissões foi 70% inferior ao do mesmo mês do ano passado: foram apenas 61 mil novas oportunidades no período.

Estima-se que, até o fim do ano, pelo menos mais 13 mil pessoas terão sido demitidas no país em razão da crise. Some-se a isso as em-



presas que ainda não dispensaram seus funcionários, mas já os colocaram na antessala do desemprego, as férias coletivas. Infelizmente, no próximo ano o número de desempregados deve crescer muito mais. A previsão é de que o exército de desocupados volte a superar 2 milhões de pessoas ao longo de 2009. Hoje, segundo dados do IBGE, existem 1,8 milhão de brasileiros procurando emprego nas seis maiores regiões metropolitanas do país. Já se trabalha com a hipótese de que a este contingente se somem pelo menos mais 365 mil no próximo ano. Trata-se de algo ainda mais dramático quando se sabe que 2,4 milhões de jovens ingressam em média no mercado a cada ano.

Indústria em queda

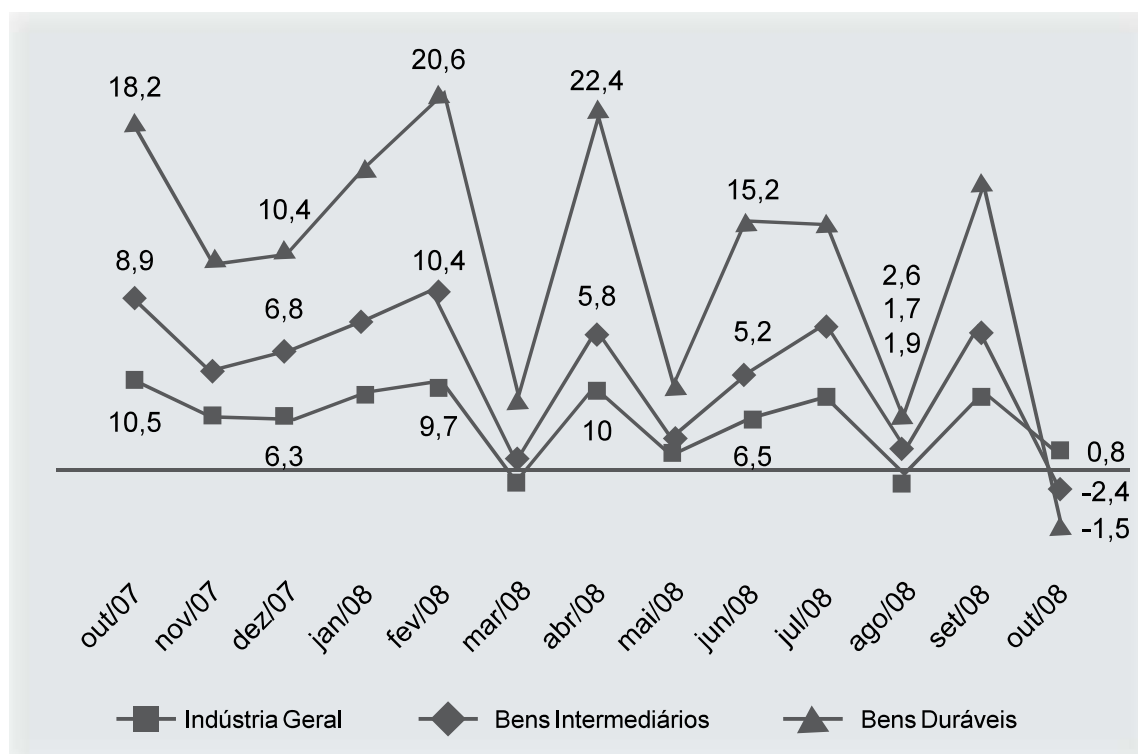
Se a maior parte das estatísticas conjunturais apenas começou a captar a deterioração do ambiente produtivo, as informações setoriais já vão dando contornos mais nítidos a um panorama bastante negativo – se pouco ou muito, ninguém ousa por ora afirmar. Tome-se o caso da construção civil, que foi o principal motor a impulsionar o investimento – e consequentemente o PIB – no terceiro trimestre, conforme mostraram as contas nacionais do IBGE. O número de contratações caiu de 42 mil em agosto para menos de 6 mil em outubro. Hoje o ritmo de dispensas no setor é de 130 por dia; antes da crise, eram 150 por semana.

A queda no desempenho da construção reflete a abrupta redução do crédito disponível, componente que impeliu a última onda de crescimento da economia brasileira. Este mesmo fator levou as vendas de automóveis a cair quase 26% em novembro, quando comparadas a outubro último. Nestes dois meses a produção de veículos reduziu-se praticamente à metade. Hoje 50 mil trabalhadores estão em férias coletivas nas montadoras.



Se estes indicadores permitem ver o estrago nas partes, outra pesquisa do IBGE possibilita dimensionar suas consequências no todo. O levantamento sobre a produção física industrial em outubro mostrou que o setor cresceu apenas 0,8% em relação ao mesmo mês de 2007. Foi a menor taxa, nesta base de comparação, desde dezembro de 2006. Coração do setor secundário, a indústria de bens intermediários obteve seu pior resultado desde março de 2002: -2,4%. Bens de consumo duráveis, que englobam itens como automóveis, geladeiras e fogões, também retrocederam 1,5%.

Produção industrial (Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior, em %)



Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal, outubro/2008. Segmentos selecionados.

Perda de confiança

Mas, entre todos, o segmento com pior desempenho foi o de “outros produtos químicos”, com queda de 11,6% sobre setembro último (nesta base, a média geral da indústria foi de -1,7%). Nele estão inseri-



das as linhas que fabricam insumos para o agronegócio, como herbicidas, adubos e fertilizantes, que apresentaram queda em torno de 30% no período. Não por acaso, este foi um dos primeiros setores a sentir reflexos imediatos da crise.

A avalanche de indicadores negativos solapou o ânimo de empresários e investidores, o que pode fazer com que o próximo ano seja ainda mais difícil do que hoje se permite antever. O nível de confiança dos industriais está em seu menor nível desde julho de 2003, com queda de 30% desde agosto, segundo a Fundação Getúlio Vargas. Enquanto a disposição para investir e consumir não for recuperada, a economia como um todo ficará andando de lado. Retração no atual e no primeiro trimestres de 2009 já é algo esperado, o que, tecnicamente, configurará uma recessão no país.

Diante desse quadro, o mínimo que se espera do governo Lula é que trate a crise com o realismo que ela exige. As vãs manifestações de otimismo de nada servem quando se mostram cada vez mais distantes da realidade palpável. Talvez seja uma maneira de turvar o que está por vir, ainda mais quando se sabe que a administração federal contratou gastos e obrigações crescentes – e, a esta altura, inarredáveis – para os próximos anos. Se só o governante não vê que tudo piora, o problema está nele. Isto só serve para tornar a terapêutica mais tardia e o remédio mais amargo. ■



Juros brasileiros são anomalia que sobrevive à crise

A política monetária brasileira mantém-se a mesma desde a época da bonança. O país continua a praticar as mais altas taxas de juros reais do planeta, mesmo num ambiente em que o mundo ressen-te-se de falta de liquidez. A manutenção da Selic representou, na prática, uma elevação da taxa básica em relação ao restante do mundo, porque a maior parte das nações está cortando os juros. Entre os efeitos deletérios disso está o encarecimento da dívida pública, a redução do nível de investimentos e a queda na propensão ao consumo. Em sua reunião de janeiro, o Banco Central tem uma ótima oportunidade para iniciar o processo de redução agressiva dos juros brasileiros.

A condução da economia exige decisões tempestivas, ágeis de quem formula políticas públicas. A possibilidade de mudança de rumos obriga vigilância constante, rápida percepção da direção dos novos ventos e, sobretudo, clareza de objetivos. Deve-se perseguir sempre o melhor resultado com os menores custos – como manda a boa ciência. A forma como a política econômica vem sendo manejada no país não tem exibido tais atributos, principalmente quando estão envolvidas as taxas de juros.

Em dezembro, o Banco Central decidiu manter, pela segunda vez consecutiva, a taxa básica de juros (Selic). O patamar de 13,75% ao ano foi alcançado em setembro último, já em meio ao turbilhão que varria a economia global. Representa o índice mais alto para a taxa de referência brasileira desde outubro de 2006. A diferença entre a realidade de dois anos atrás e a atual permite concluir que o BC vem praticando políticas monetárias semelhantes para momentos e situações absolutamente distintos.

Tanto na bonança que marcou os últimos anos quanto na tempestade em que ora o mundo, e o país em particular, encontra-se envolto, a receita tem sido a mesma: juros cavaleares. O Brasil continua na liderança do inglório ranking das taxas praticadas ao redor do planeta. Descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses, remunera-se o dinheiro no país hoje a 8% ao ano. A Hungria, que figura em segundo lugar, pratica juros reais de 5,6%. Em países como Argentina e Taiwan, o índice não excede 1%, informa a consultoria Up Trend. Para perder a liderança, o Brasil precisaria cortar a Selic em 2,5 pontos.

Na contramão do mundo

Mais relevante é que, atualmente, a lista de países em que os juros nominais são menores do que a inflação é longa e inclui dos Estados



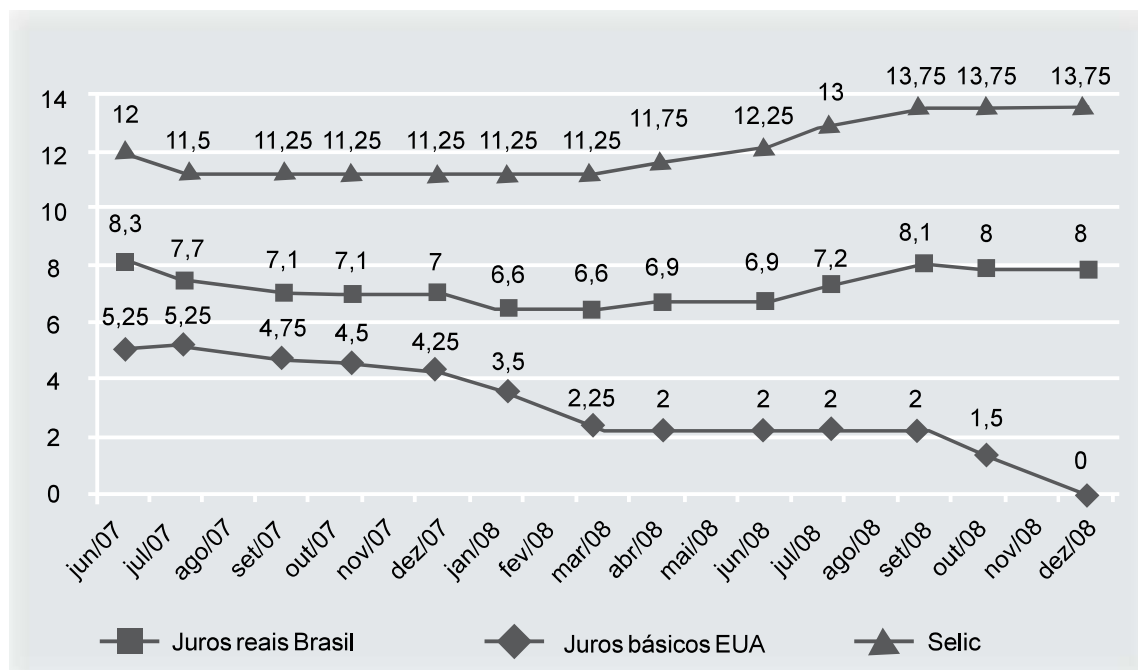
Unidos ao Japão, passando por Rússia e Inglaterra. Estas economias têm em comum o fato de, diante da crise global (cuja principal característica foi ter secado a oferta de dinheiro disponível nos quatro cantos do mundo), terem baixado agressivamente suas taxas básicas de juros, a fim de tentar irrigar o mercado com mais recursos e, assim, evitar desaquecimento maior da economia. A média geral dos juros em 40 economias acompanhadas pela Up Trend é de 0,3% negativo.

Isso significa que, na prática, a manutenção da Selic representou um aumento relativo dos juros do Brasil em comparação com a maior parte das economias do globo. Outro levantamento, feito pela LCA Consultoria, reforça a percepção de que o Brasil está na contramão do resto do mundo. Pelo estudo, entre 52 nações, 28 cortaram as taxas básicas de juros desde 15 de setembro, data da quebra do banco Lehman Brothers e ponto inicial da fase mais aguda da crise. Dezesete países – Brasil incluído – mantiveram suas taxas e sete as elevaram neste período. Ou seja, a equipe econômica de Lula insiste em cultivar a sua jabuticaba, seus juros exóticos.

Na ata relativa à reunião que selou a manutenção da Selic em dezembro, o BC argumenta que a “pressão inflacionária” ainda inspira cuidados e que “o risco de materialização de um cenário inflacionário menos benigno (...) segue relevante”. De todos os modos que se olhe, parecem fantasmas o que os dirigentes do BC enxergam. A única fonte possível de pressão sobre o nível interno de preços seria o dólar. Entretanto, os indicadores que primeiro captam o impacto da desvalorização cambial sobre os preços não suscitam temor. Em novembro (último dado disponível), o IPA-DI, medido pela Fundação Getúlio Vargas, apresentou deflação de 0,17%. Os preços dos produtos industriais ficaram rigorosamente estáveis no atacado. Já os dos itens agrícolas vêm caindo há quatro meses, com deflação acumulada de mais de 6% desde julho. De onde, então, vem o temor?



Taxa de juros ao ano (em %)



Fontes: Banco Central do Brasil / Federal Reserve / Up Trend Consultoria.

O BC costuma repetir que precisa atentar para o rígido cumprimento das metas da inflação, o que é positivo para a preservação do poder de compra dos salários. No entanto, os postulados da política monetária adotada no país também contemplam margens para acomodação de choques. Isso significa que a inflação pode oscilar dentro de uma faixa que vai de dois pontos percentuais abaixo da meta a dois pontos acima. A situação atual não deixa dúvidas de que o momento é de exceção e que usar a margem seria algo, portanto, absolutamente natural.

O efeito dos juros altos

O juro alto tem reflexos deletérios sobre a saúde econômica de uma nação. São vários os efeitos, mas os mais relevantes são aumento do custo da dívida pública; redução da propensão das empresas a investir e gerar empregos; e diminuição do ímpeto dos indivíduos para consumir.



Como se vê, são consequências que podem mostrar-se ainda mais danosas no momento em que o temor da recessão torna empreendedores e consumidores mais reticentes, o que, por tabela, dada a queda na arrecadação tributária, também afeta a capacidade de pagamento do setor público. Estima-se que cada ponto percentual da taxa básica custe R\$ 10 bilhões ao ano para o Tesouro. É um recurso que estaria sendo muito mais bem aplicado se fosse empregado em investimentos em infraestrutura, por exemplo.

Liberar oxigênio para investimentos públicos torna-se ainda mais necessário quando o investimento privado retrai-se, como ocorre atualmente. Pesquisa recente feita pela Confederação Nacional da Indústria junto a 385 empresas indicou que 71% delas cancelaram ou adiaram investimentos. Estima-se que negócios no valor de R\$ 40 bilhões tenham sido congelados no país em razão da crise mundial. Do lado dos consumidores, índices que medem a confiança e as expectativas em relação à economia tiveram fortes quedas em dezembro.

A postura extremamente conservadora do Banco Central de Lula representa um aperto excessivo na economia brasileira cujos custos já começaram a ser cobrados: só em novembro foram cortados 40,8 mil empregos no país, número que só não foi pior porque as contratações em serviços e comércio em razão do Natal contrabalançaram as expressivas demissões na indústria, na agricultura e na construção civil. Diante deste quadro, já no 21º dia de 2009 o Copom deveria dar uma boa notícia para os brasileiros, começando, enfim, o processo de redução significativa das taxas de juros no país. ■



Plano decenal prevê energia ainda mais poluente

O plano para expansão da geração de energia no país pelos próximos dez anos projeta aumento expressivo da utilização de combustíveis fósseis, não-renováveis e altamente poluentes. A matriz energética nacional passará a contar com maior peso da produção em termelétricas, que, além de ser mais agressiva ao meio-ambiente, custa mais caro. Com isso, as usinas brasileiras passarão a despejar quantidades crescentes de gases causadores de efeito-estufa na atmosfera. O mais grave é que os números conhecidos até agora podem estar subdimensionados. O próprio governo admite que as emissões podem ser multiplicadas por cinco até 2017.

No apagar das luzes de 2008, mais precisamente no dia 24 de dezembro, o Ministério de Minas e Energia pôs em consulta pública um documento que traça as diretrizes para a expansão da geração de energia no país pelos próximos dez anos. Pareceu, com isso, tentar fazer com que o conteúdo do texto passasse despercebido – até porque o prazo dado para apresentação de sugestões e críticas à proposta é exíguo e vai apenas até o próximo dia 30. Mas o procedimento não conseguiu esconder a equivocada opção por um modelo baseado em fontes mais caras e poluentes, que salta aos olhos a partir da leitura das 766 páginas do plano decenal.

Pelas projeções oficiais, a expansão do parque gerador irá basear-se preponderantemente na instalação de novas usinas termelétricas movidas a carvão, óleo e gás – todos combustíveis fósseis, não-renováveis e altamente poluentes. Isso irá representar maior emissão de gases causadores de efeito-estufa: estima-se que a quantidade lançada na atmosfera pelo país irá passar de 14,4 milhões de toneladas em 2008 para 39,3 milhões de toneladas em 2017.

Pelo que consta do documento, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética, órgão oficial de planejamento do setor no país, serão instaladas 81 novas usinas térmicas em território nacional nos próximos dez anos. Dessas, 41 são movidas a óleo combustível, 20 a diesel, 8 a gás natural, 7 a biocombustíveis, 4 a carvão e 1 a gás de processo. Juntas terão capacidade de gerar 13.685 MW. Hoje há 77 térmicas instaladas no país, capazes de produzir 15.445 MW.

Itaipu da poluição

Por seus impactos negativos na qualidade do ar, tal expansão já está sendo chamada de “Itaipu da poluição”, uma vez que representa capacidade de geração equivalente ao da gigantesca hidrelétrica do rio



Paraná. Fonte altamente danosa ao meio ambiente, o óleo combustível será a matéria-prima cujo uso terá o maior crescimento no período: as térmicas que empregam tal insumo terão sua capacidade de geração aumentada cinco vezes. Com isso, quase 6% da nossa matriz energética passará a provir desta fonte – hoje são 0,9%.

O novo plano de expansão preparado pelo governo Lula caminha na contramão dos rumos que segue o resto do mundo. Busca-se cada vez mais limitar o uso de combustíveis fósseis e não-renováveis, ao mesmo tempo em que se tenta gerar cada vez mais energia de fontes limpas. No Brasil será diferente: o planejamento federal prevê reduzir a participação da energia hidroelétrica de 86% para 76%. É tudo o que qualquer governo comprometido com a melhoria do bem-estar global não faria.

A opção pela energia suja anula boa parte de alguns esforços que veem sendo empreendidos para limitar as emissões de poluentes no país, como é o caso da política de adição de biocombustível ao diesel convencional. Além disso, o novo planejamento energético contradiz o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, divulgado pelo governo Lula em dezembro, com previsão de metas internas de redução de desmatamento e incentivo ao uso de fontes de energia renováveis.

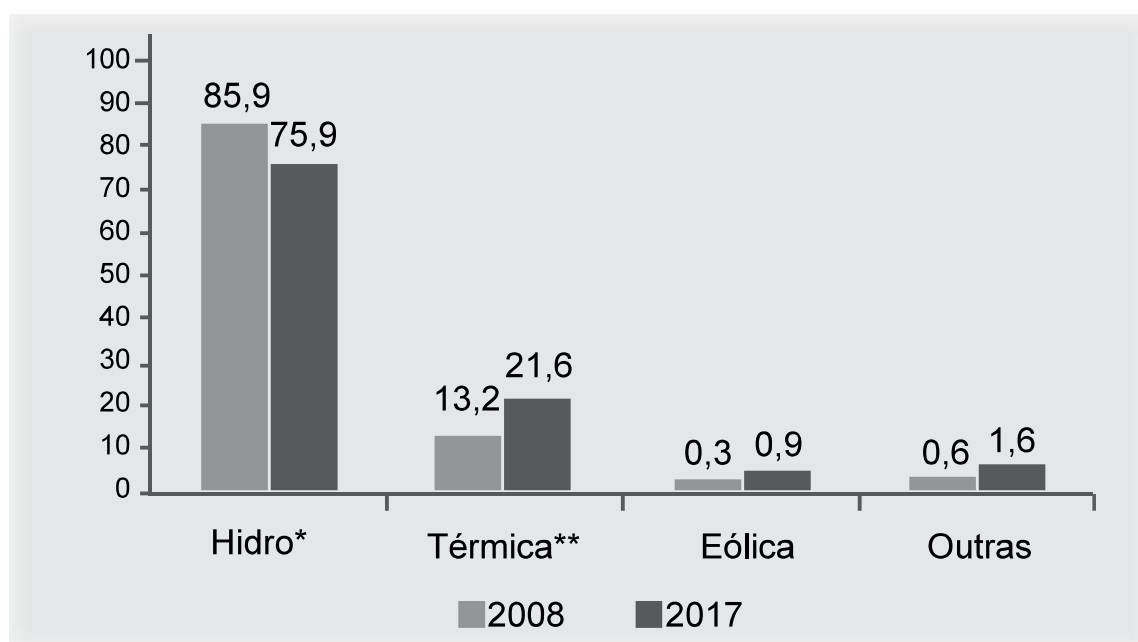
A vigorosa expansão da geração termelétrica, porém, não é nova: do período 1998-2002 para 2003-2007, a média de energia produzida a partir desta fonte cresceu 58%. Em contrapartida, a média anual de hidrelétricas aprovadas pela Aneel caiu pela metade no mesmo intervalo. Com os novos impulsos dados pelo atual planejamento, daqui a dez anos as fontes térmicas passarão a responder por 22% da energia gerada no país, ante os 13% atuais.

O plano também prevê a construção de 71 novas usinas hidrelétricas até 2017. Percentualmente, porém, sua capacidade de geração crescerá apenas 40% ao longo do período, enquanto a das usinas a carvão,



óleo e gás será expandida em 122% no decênio. Para piorar, as térmicas a gás natural (mais limpo entre os combustíveis fósseis) terão seu peso no parque termelétrico reduzido de 49% para 33%.

Fontes de geração (em % da matriz elétrica)



*Inclui PCH. ** Contempla gás natural, carvão, nuclear, óleo combustível e diesel. Fonte: Plano Decenal de Expansão Energia 2008-2017 / Empresa de Pesquisa Energética.

Ar ainda mais sujo

O mais grave é que a situação resultante do novo planejamento oficial para o setor elétrico pode ser ainda pior do que o divulgado até agora. No mesmo relatório admite-se que mais da metade das novas usinas hidrelétricas previstas (36 de um total de 71) têm possibilidade de atrasar em razão de dificuldades para obter o licenciamento ambiental.

Usando premissas conservadoras, os técnicos do governo concluem que esta energia (que perfaz 14 mil MW) terá de ser substituída pela gerada em térmicas, ou seja, será preciso queimar ainda mais combustíveis fósseis para garantir o suprimento. O resultado



é que, com isso, a emissão de gases de efeito-estufa deverá atingir 75 milhões de toneladas anuais em 2017 e não apenas os 39,3 milhões tão alardeados quanto lamentados. Isso significa que estaremos multiplicando por cinco, e não “apenas” triplicando, a média atual de emissão de poluentes pelas usinas.

Além de suja, a opção pelas fontes fósseis encarece a conta de luz paga pelos consumidores. Um exemplo: segundo a Aneel, o acionamento de térmicas em razão da falta de chuvas no ano passado elevou os custos do sistema em R\$ 1,7 bilhão, que agora estão sendo repassados para as faturas. O possível atraso na entrada em atividade das hidrelétricas previsto no plano decenal custará pelo menos mais R\$ 2 bilhões para a operação do sistema ao longo da década.

Mais discussão em busca de alternativas

Não se pode dizer que não haja alternativas menos danosas para assegurar o fornecimento de energia pelos próximos anos. Entre as ações estão medidas para aumentar a eficiência do sistema brasileiro, cujo índice de perdas é muito alto: 17% de tudo o que as usinas produzem.

O uso de fontes alternativas limpas e abundantes no país também seria desejável. Há estudos que sustentam que o Brasil poderia gerar 27 mil MW a partir de biomassa – resíduos de cana, madeira e outros produtos agrícolas. Já o potencial eólico ainda é praticamente ignorado entre nós: o plano oficial prevê aproveitamento adicional de pouco mais de 1.400 MW no próximo decênio, ou cerca de 1% do potencial nacional. Pesquisas feitas pela Eletrobrás indicam que a complementaridade entre usinas hidrelétricas e eólicas, principalmente no Nordeste, poderia reduzir bastante o custo de geração a partir dos ventos.

O mais importante agora é expandir o debate com a sociedade para que se evite que o país trilhe um caminho divergente em relação



à agenda do novo milênio. Para tanto, é preciso que o governo Lula amplie os prazos para manifestação dos interessados em tentar remediar o plano decenal. Com nosso imenso potencial hidrográfico, que permite fazer com que o país seja apenas o 42º entre os maiores emissores per capita de CO₂ do planeta, é possível continuar a produzir energia barata e limpa, com ganhos econômicos e ambientais para toda a sociedade. ■



Crise encontra mercado de trabalho em deterioração

A crise econômica chegou com força ao mercado de trabalho, dizimando milhões de empregos no mundo. No Brasil não tem sido diferente: quase 700 mil postos foram eliminados no último bimestre de 2008. Mesmo para parte expressiva dos que ainda estão empregados a situação não é favorável. Ao longo dos últimos seis anos, dobrou o número de brasileiros que recebem menos que o piso salarial oficial, os chamados subremunerados. É sinal da precarização das relações de trabalho no Brasil, expressa também no grau de subocupação dos assalariados. Além disso, o rendimento real médio não reagiu à altura dos anos de prosperidade vividos pela economia global até 2007 e avançou apenas 4% ao longo do governo Lula.

Um fantasma ronda o mundo: o do desemprego. A crise econômica começa a mostrar sua face mais assustadora, a das demissões em massa de trabalhadores. Nas últimas semanas o número de dispensas tem crescido de maneira expressiva. No Brasil não tem sido diferente, embora ao longo de longo período as autoridades federais tenham insistido que o país era uma ilha de prosperidade isolada do resto do planeta.

O primeiro sinal de que os trabalhadores sofreriam na pele a escalada da crise soou em novembro, ainda sob os efeitos iniciais da fase mais aguda do crash global. Naquele mês, o Brasil registrou fechamento de quase 41 mil vagas no mercado formal de trabalho, resultado incomum para o período e decorrência de mais de 1,3 milhão de demissões registradas sem contrapeso equivalente do lado das contratações. Mas o pior ainda estava por vir.

Os resultados de dezembro, revelados pelo Ministério do Trabalho na segunda quinzena de janeiro, comprovaram o mal-estar que já se sentia em fábricas, lojas e unidades de prestação de serviço: o número de postos de trabalho ceifados alcançou patamar recorde. Para ser mais preciso, foi o maior nível mensal dos 16 anos de existência do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados): no último mês de 2008, o total de demissões superou o de admissões em 654 mil, mais que o dobro do registrado em dezembro de 2007.

Com isso, só no último bimestre do ano passado, o total de empregos eliminados no país atingiu quase 700 mil. (Para comparar: na gigantesca economia americana o alarme disparou quando o número ultrapassou 500 mil.) O contingente de demitidos chegou a 2,86 milhões de brasileiros apenas em novembro e dezembro. Considerando os resultados por setores de atividade, somente o comércio, em razão do movimento de Natal, não fechou o bimestre no vermelho. Tomando-se dezembro isoladamente, nenhum segmento escapou do negativo.



Mas não é só o emprego formal que sofre as dores da crise. Na mesma semana em que o Ministério do Trabalho divulgou os dados do Caged, o IBGE apresentou os resultados da Pesquisa Mensal de Empregos referentes a dezembro. Ainda que seu número mais eloquente – o da taxa de desocupação – tenha mostrado bom desempenho no ano, atingindo o menor patamar desde o início da série atual, os dados desagregados indicam que mês a mês as condições de trabalho estão piorando no país.

Precariedade em alta

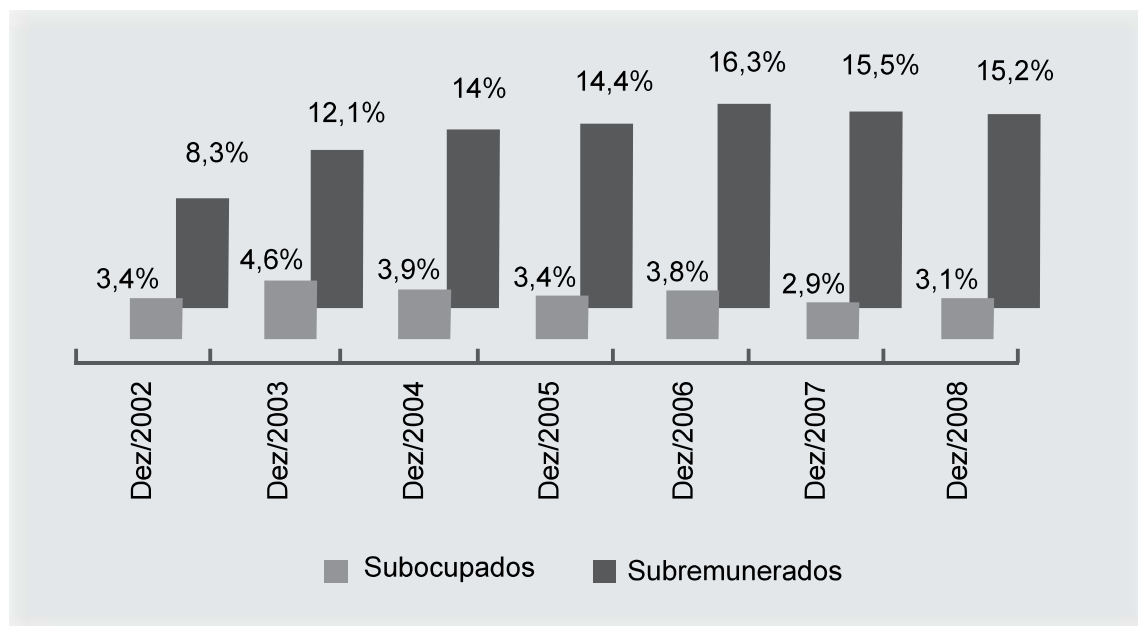
A deterioração pode ser expressa por, pelo menos, dois indicadores: o de subocupação e o de subremuneração, medidos pelo IBGE nas seis maiores regiões metropolitanas brasileiras. O primeiro indica o universo de trabalhadores que, mesmo querendo, não conseguem obter jornada com duração maior que 40 horas por semana. Já os subremunerados são aqueles que recebem o equivalente a menos de um salário mínimo por mês. Ambos os contingentes aumentaram na Era Lula.

Os subocupados somavam 686 mil pessoas em dezembro passado. Seis anos antes, em fins de 2002, eram 614 mil. Isso significa que tal grupo cresceu 12% em relação ao início do governo do PT. Para mesma base de comparação, ou seja, meses de dezembro, a maior marca ainda é a registrada no último mês de 2003, quando 876 mil brasileiros eram considerados subocupados pelo IBGE e representavam 4,6% do universo de pessoas ocupadas.

Mas o quadro de subremuneração é muito pior e indica que parte relevante dos empregos gerados pelo governo Lula é de má qualidade, sustentada no pagamento de baixos salários. Atualmente 3,362 milhões de trabalhadores recebem menos de um salário mínimo mensal. Eles representam 15% da população ocupada nos seis maiores centros do país.



Piores condições de trabalho



Percentuais sobre o total de pessoas ocupadas. Fonte: Pesquisas Mensal de Emprego/IBGE, dez/2008.

No início da gestão petista, os subremunerados somavam 1,519 milhão de brasileiros, o que equivalia a 8% da população ocupada. Ou seja, o exército de pessoas com remuneração abaixo do mínimo mais que dobrou no governo Lula. Para ser mais preciso, o crescimento deste contingente foi de 121% em seis anos – são mais 1,843 milhão de pessoas vivendo nesta situação.

Em retrospectiva, ganhos singelos

Tais números dão a real dimensão da tão alardeada evolução do mercado de trabalho propagandeado pelo governo federal. É fato que um total considerável de novas oportunidades foi gerado. Mas é igualmente verdadeiro que parte significativa disso nada mais foi do que formalização de empregos que já existiam. Além disso, como se pôde ver, fatia expressiva do crescimento da população ocupada no país é formada de pessoas mal remuneradas. Como, desde 2003, o total de



ocupados ganhou 3,848 milhões de novos indivíduos, conclui-se que os que recebem menos que o piso salarial oficial representaram praticamente metade deste novo contingente.

É inegável que o mercado de trabalho brasileiro apresentou melhora ao longo dos últimos anos, impulsionado pelo maior volume de investimentos na economia e pela dinâmica ascendente dos negócios ao redor do mundo até 2007. Mas em muitos aspectos os ganhos foram tímidos ou, como mostra o caso dos trabalhadores subremunerados e subocupados, quase inexistentes. É o que também ocorreu com o rendimento médio recebido pela população ocupada.

Ao longo dos primeiros seis anos de gestão Lula, o ganho real, ou seja, acima da inflação, foi de meros 4%: a média dos rendimentos passou de R\$ 1.234 em dezembro de 2002 para R\$ 1.284 no mês passado. Pior: em regiões como a Grande São Paulo a renda média é hoje mais baixa do que há seis anos. Vê-se que o período de maior bonança econômica mundial em décadas mal foi sentido no bolso pelos trabalhadores brasileiros.

O governo federal tem desafios gigantescos a enfrentar com o agravamento da crise econômica. Preservar o emprego do maior número possível de trabalhadores deve ser o principal objetivo a ser perseguido. A legislação – cujo arcabouço é inteiramente herdado da gestão anterior – já prevê mecanismos para, sem comprometer conquistas trabalhistas, manter postos de trabalho e, ao mesmo tempo, ampliar as margens de manobra das firmas. Em geral, as empresas preferem não demitir. Resta ao governo não lhes dar mais motivos para fazer o que todos querem evitar. ■



Mito da autossuficiência não resiste a teste da realidade

Em 2006, o governo Lula alardeou que o país passara a ser autossuficiente na produção de petróleo. Nem naquele nem nos anos seguintes isso foi realidade: em 2008, a balança comercial de petróleo e combustíveis apresentou déficit de US\$ 8,5 bilhões. O Brasil importa cada vez mais óleo e, principalmente, derivados, comprados em volume recorde no exterior no ano passado. A julgar pelas projeções oficiais, esta é uma situação que não irá mudar no curto prazo: mesmo com a entrada em operação de refinarias Premium da Petrobras, pelo menos até 2013 o país continuará a demandar mais derivados do que é capaz de produzir.

Cerca de três anos atrás, os meios de comunicação do país foram inundados por peças publicitárias embaladas em tons ufanistas. Contratadas pela Petrobras, alardeavam que o Brasil atingira a autossuficiência na produção de petróleo. Era véspera da campanha eleitoral e, para celebrar o feito, em 21 de abril o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sujou as mãos de óleo para inaugurar uma plataforma de exploração, repetindo gesto de Getúlio Vargas na década de 1940. O tempo encarregou-se de mostrar que aquilo não passou de mais um lance do onipresente marketing que envolve o governo petista.

A tão proclamada “autossuficiência” ainda é miragem. O governo federal vende ao público a falsa ideia de que o país produz petróleo em volume capaz de fazer frente ao que consome. Não é realidade: o país continua a importar petróleo e derivados em grandes quantidades. O déficit na balança do setor com o exterior tem sido crescentemente deficitário – em nenhum ano o resultado foi positivo. E as projeções não indicam mudança em curto espaço de tempo.

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, o país gastou US\$ 31,5 bilhões com a importação de petróleo e combustíveis no ano passado. Isso significa crescimento de 56,7% na comparação com 2007. Como as exportações atingiram US\$ 23 bilhões, o déficit foi de US\$ 8,5 bilhões no ano. Para se ter ideia do peso disso na balança brasileira como um todo, entre 2007 e 2008 o saldo comercial encolheu US\$ 15,3 bilhões.

Importações ascendentes

A dependência brasileira é maior no caso dos derivados: dadas as características do petróleo que o país produz, é necessário importar variedades mais leves, que aqui são transformadas, principalmente, em diesel, querosene de aviação e nafta petroquímica. Segundo



a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), apenas com derivados a despesa foi de US\$ 11 bilhões até novembro (mais recente dado disponível), com expansão de 58% sobre igual período do ano anterior.

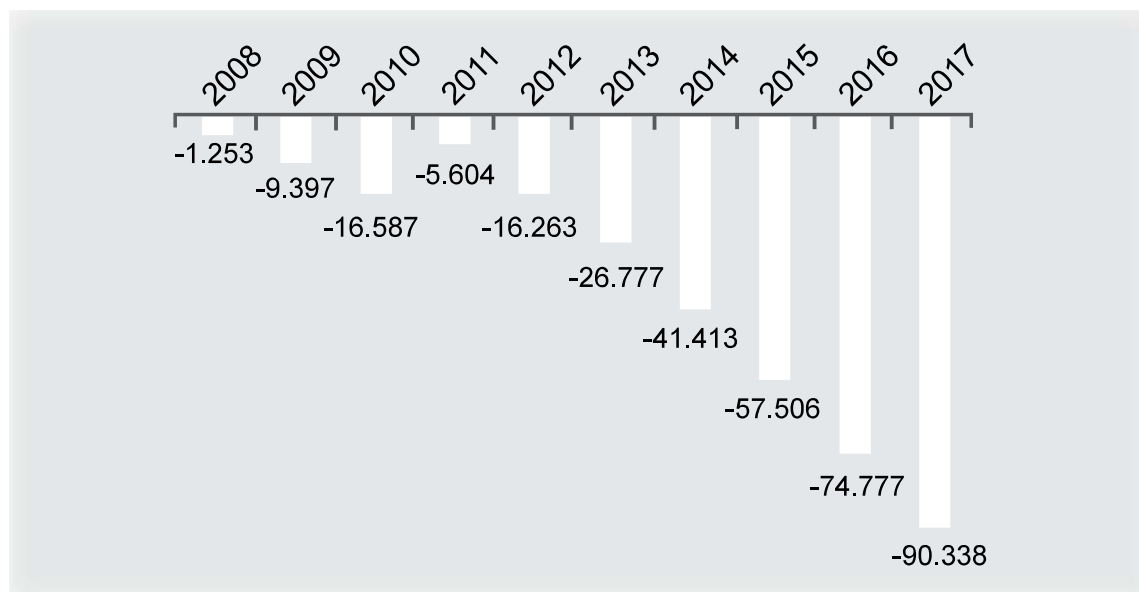
Ao contrário do que apregoava a milionária campanha da Petrobras – que torrou R\$ 37 milhões em anúncios – nunca na história o país gastou tanto comprando combustíveis no exterior. Mantida a média do último mês de 2007 – hipótese bastante conservadora, já que o ritmo de aquisições crescia à média de 18% até novembro último – a quantidade de petróleo e derivados importada no ano passado terá sido recorde: cerca de 255 milhões de barris equivalentes de petróleo. O déficit comercial do setor é hoje 2,5 vezes maior do que era no início da atual gestão, indica a ANP.

A Petrobras costuma divergir destes números e sustenta que o país é, sim, autossuficiente. Mas o próprio desempenho da companhia em anos recentes tem colaborado para que o país precise buscar produtos junto a fornecedores estrangeiros. No ano passado, segundo a empresa, a média de produção foi de 1.854 barris por dia. Com isso, a produção interna manteve o ritmo de expansão que vem seguindo como padrão ao longo da gestão petista: menos de 4% de crescimento ao ano.

É bem abaixo do que o país conseguia nos anos imediatamente posteriores à abertura do mercado à exploração de outros concorrentes. No governo Fernando Henrique, a média diária de produção cresceu à taxa de 9,6% ao ano a partir de 1997, quando foi promulgada a nova lei do petróleo. Símbolo do desempenho deficiente registrado no governo Lula é o ano de 2004, quando a produção decaiu em relação ao exercício anterior, algo que não ocorria no país desde 1991.



Diferença entre produção e demanda por derivados (em m³)



* Valores negativos indicam demanda superior à produção. 1m³ = 6,2898 barris de petróleo. Fonte: Plano Decenal de Energia 2008 - 2017.

Insuficiência duradoura

Embora o governo federal procure dizer que os déficits são resultado de ocorrências fortuitas ou conjunturais, como problemas localizados em algumas refinarias e plataformas, não é isso o que o planejamento oficial para os próximos dez anos indica. O Plano Decenal de Energia (PDE) 2008-2017, publicado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em fins de 2008 e submetido a consulta pública até o fim deste mês, deixa claro que a dependência do país em relação à importação de combustíveis ainda perdurará por um longo tempo.

Os técnicos do governo projetaram três cenários de abastecimento para o próximo decênio, levando-se em consideração os investimentos já em marcha e os que ainda são só promessa. Em todas as simulações, pelo menos até 2013 o país continuará a demandar mais derivados do que é capaz de produzir internamente. Em algumas das hipóteses, tal necessidade não desaparece do horizonte até 2017.



A principal aposta dos planejadores da EPE é a construção de refinarias Premium pela Petrobras. Trata-se de investimento considerável: US\$ 33 bilhões para erguer duas plantas no Ceará e no Maranhão. Juntas, elas poderão ter capacidade para processar 900 mil barris por dia, o que equivale a um aumento de quase 50% em relação a todo o parque atual. A empresa manteve o investimento em seu plano de ação até 2013, mas o próprio governo não crê na possibilidade – a julgar pelo que consta do PDE.

A hipótese considerada pelos técnicos da EPE, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, “mais realista, em face da difícil situação internacional” é de que apenas a refinaria maranhense saia do papel, mesmo assim com algum atraso. Neste cenário, o balanço entre produção e demanda de derivados mantém-se deficitário até 2014, voltando ao vermelho no ano seguinte e caminhando para o equilíbrio daqui a dez anos. Se nem esta planta se concretizar, o déficit é perene ao longo do próximo decênio, chegando ao equivalente a 568 mil barris (ou 90 mil metros cúbicos) por dia no fim do período.

Não é crime o país, até por razões empresariais, ter que continuar comprando combustíveis no exterior. Parte das importações brasileiras de derivados obedece uma lógica de otimização de custos e de maximização de resultados. O que não é desejável ou sequer aceitável é que a propaganda oficial venda à população um cenário distante do que é a realidade. O dicionário Aurélio define “autossuficiente” como aquilo “que basta a si mesmo”. O caso do petróleo brasileiro está longe de poder ilustrar o verbete. ■



A marcha batida dos sem-terra em direção à criminalidade

Os sem-terra aproveitaram o Carnaval para perpetrar nova onda de violência no interior do país, com saldo de quatro assassinatos e 22 propriedades invadidas. A reforma agrária do governo Lula está longe do prometido. O total de famílias assentadas é bem menor do que na gestão tucana. Mas muito maior é a transferência de recursos para entidades subjugadas aos MST: em torno de R\$ 50 milhões. Isso não impediu que a violência recrudescesse no campo, na exata medida em que a gestão petista deixava de cumprir a legislação de combate a invasões. Foram 1.564 invasões e 217 mortes nos últimos seis anos. O alvo preferencial do movimento são áreas em estados governados pelo PSDB: nos dois últimos anos, metade das ações ocorreram aí.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) voltou a frequentar as manchetes policiais. Ao longo dos seus 25 anos de existência, comemorados em 2009, as ações do grupo foram migrando do campo das reivindicações sociais para a violência pura e simples. Assim foi, novamente, logo após o Carnaval, quando quatro trabalhadores foram executados por invasores de uma propriedade em São Joaquim do Monte, em Pernambuco. Na mesma época, 21 fazendas no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, foram invadidas. Tudo com a complacência do governo Lula, que se dizia “o único capaz de fazer a reforma agrária pacífica no país”.

Nos últimos anos, o que se viu foi o contrário: a explosão da violência no campo, ao mesmo tempo em que programas de distribuição de terra minguaram na agenda pública nacional. O número de famílias assentadas pela gestão petista é mais baixo do que o registrado nos anos Fernando Henrique. Seria bem menor não fossem truques e maquiagens usados pelo governo Lula para inflar seu desempenho na área do desenvolvimento agrário, conforme sustentam entidades de longa militância no campo, como a Contag. O procedimento mais corriqueiro é somar como novas áreas já há muito transformadas em assentamentos: só aí estima-se uma gordura de pelo menos 30% nos números atuais.

O título de campeão da reforma agrária no Brasil cabe ao governo tucano. Entre 1995 e 2002, foram assentadas no país 635 mil famílias. A média anual alcançada no período foi dez vezes maior do que a registrada nas três décadas anteriores. De lá para cá, o total de assentados não passou de 519 mil. Mas os avanços não foram apenas numéricos. A gestão do PSDB criou o Pronaf, aprovou a lei do rito sumário, que confere maior agilidade às desapropriações, e implantou o banco da terra, para financiar a compra de imóveis rurais e obras de infraestrutura básica.



Tal arcabouço foi herdado pela gestão Lula, que pouco fez para melhorá-lo. No mínimo que agiu foi para piorar as condições de convivência no campo, como no caso do continuado desrespeito à chamada MP anti-invasão, a medida provisória nº 2.183, cuja última edição data de agosto de 2001. Principal instrumento de contenção da escalada da violência que os sem-terra empreendiam contra propriedades rurais naquela época, a MP foi solenemente ignorada pelo atual governo, que, no entanto, jamais a revogou. Ainda em vigor, embora nunca transformada em lei, ela proíbe a desapropriação, por dois anos, de imóveis rurais que tenham sido invadidos. Mais que isso, veda a concessão de recursos públicos para entidades envolvidas em invasões.

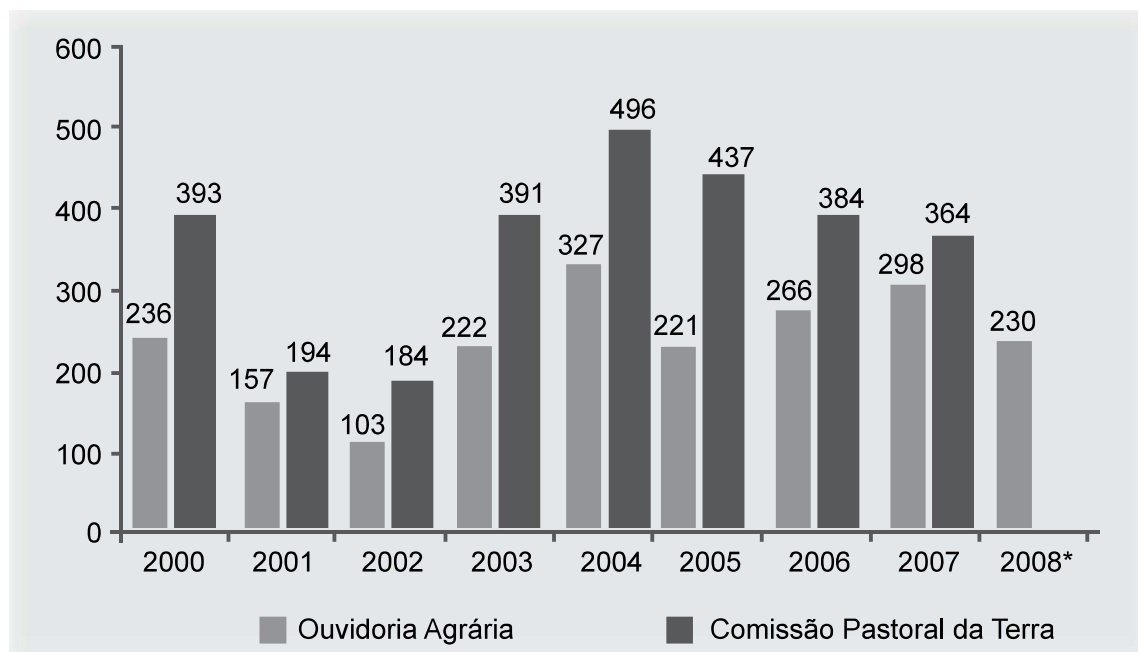
Obediência comprada

Ignorar os freios impostos pela MP foi uma das formas que o governo Lula usou para contemporizar com o MST – aliado histórico do petismo que, mesmo diante das pífias ações em prol da reforma agrária implementadas pela atual gestão federal, eximiu-se de suas marchas de protesto, rotineiras nos anos FHC. Mas este não foi o único instrumento de domesticação empregado pelo PT e docemente aceito pelos sem-terra. A placidez do movimento em relação ao poder central foi negociada à custa de muito recurso público, numa ascensão nunca antes observada.

Segundo números do Siafi, desde 2002 cerca de R\$ 50 milhões foram repassados pela União a entidades vinculadas ao MST. Os valores saltaram de R\$ 2,2 milhões no último ano da gestão tucana para um pico de R\$ 14 milhões em 2004. Desde então vêm caindo, mas ainda assim renderam uma média de quase R\$ 8 milhões ao ano a apenas quatro das organizações reconhecidamente subjugadas ao MST: Anara, Anca, Concrab e Iterra.



Número de invasões de terra no Brasil



*Até novembro. A CPT ainda não divulgou seus números relativos a 2008.

Dada a intangível natureza jurídica do movimento, é possível que outras entidades recebam recursos do governo e também os destinem a alimentar ações do MST pelo país afora. São como “laranjas”, comuns nos enredos policiais, conforme apontado pela CPI da Terra em 2005. No ano passado, o Ministério de Desenvolvimento Agrário enviou R\$ 222 milhões para mais de três centenas de entidades privadas sem fins lucrativos usarem em ações de educação rural, construção de moradias e eletrificação, entre outras.

Escalada da violência

Mas, se marchas e protestos mais barulhentos vêm perdendo ímpeto, o mesmo não se pode dizer da cotidiana afronta dos sem-terra a propriedades rurais no interior brasileiro. Sem o arreio da MP, o número de invasões voltou a crescer na gestão Lula, depois de atingir seu nível mais baixo nos anos finais do governo Fernando Henrique. Segundo levantamento fei-



to pela Ouvidoria Agrária, de 2003 a novembro passado – último dado disponível – ocorreram 1.564 invasões de terra no país. Para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram muito mais: 2.072 apenas até 2007, já que a entidade ainda não divulgou os números relativos ao ano passado.

O MST e seus satélites escolhem a dedo onde farão suas ações intimidatórias: bem longe da Esplanada dos Ministérios e, quase sempre, em estados governados pela oposição. Tome-se o exemplo do que ocorreu nos dois últimos anos. Das 528 invasões registradas pela ouvidoria, nada menos que 270, ou seja, mais da metade, concentraram-se nos estados de Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, cujo único traço comum é ter governadores do PSDB. Isso embora a atribuição de realizar a reforma agrária seja do Incra, órgão subordinado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário.

A face truculenta das ações do movimento completa-se com o ataque a número crescente de pessoas. Assim como as invasões aumentaram na gestão Lula, as mortes também dispararam. Segundo a CPT, foram 217 desde 2003 até o ano retrasado. Isso dá média de 43 assassinatos por ano em decorrência de conflitos de terra ao longo do governo do PT. Pelos levantamentos da entidade, nunca os óbitos foram tão baixos quanto em 2000 (21), ainda com FHC, e nunca tão altos como em 2003 (73), já sob Lula. Que “reforma agrária pacífica” é esta?

Em resposta aos que clamam por mais segurança, respeito às leis e aos direitos dos cidadãos, o MST avisa que fará mais do mesmo: promete intensificar invasões por todo o país até culminar com seu já tradicional “abril vermelho”. Aposta que o agravamento da crise econômica, com aumento do desemprego nas cidades, irá engordar-lhe as fileiras. Segue, portanto, a famigerada cartilha do “quanto pior, melhor” que sempre pautou a atuação do PT na oposição. Nesta cruzada, conta com a simpatia de ministros como Dilma Rousseff, que ainda espera “provas reais” das ilegalidades do MST. Precisa mais? ■



Recessão é preço da inércia do governo Lula

O governo Lula pouco fez até agora para antepor-se à recessão. Ao contrário dos demais países, que agiram rapidamente, aqui as ações seguem em banho-maria. É o que ocorre com a taxa básica de juros. O Brasil caminha para ter patamares historicamente baixos, mas fará isso — se vier mesmo a fazer — com imenso atraso em relação ao que há meses tornou-se um padrão mundial. O preço da demora vem expresso em desemprego e na retração da atividade econômica: desde outubro, o saldo de demissões soma quase 800 mil. Maior prejudicada pelo arrocho e pela falta de oxigênio que o juro alto acarreta, a indústria murcha: o segmento de bens duráveis já encolheu 34% desde setembro.

O desempenho da economia brasileira nos últimos meses e sua mais completa tradução – os números do PIB de 2008 – são o retrato fiel de quão pouco o governo Lula fez para antepor-se à crise. Mais que isso, indica o preço que toda a sociedade está pagando pelas atitudes (ou a falta delas) de um governo que preferiu esperar para ver ao invés de agir. Os custos são dolorosos e vêm expressos em desemprego aos milhares, produção declinante nas linhas de fábrica e perda de vigor do parque produtivo nacional. Poderia ter sido diferente.

Passados seis meses da eclosão do episódio que detonou a fase mais aguda da crise – a quebra do banco Lehman Brothers, em 15 de setembro – é difícil conseguir apontar medidas efetivas tomadas pelo governo brasileiro a tempo e à hora para fazer frente ao novo cenário mundial. O que se viu foram políticas inerciais, preocupadas em simplesmente realizar mais do mesmo, como se as condições não houvessem se alterado profundamente.

O caso mais crítico é o da política monetária. Quem observa o que ocorre no Brasil tem a sensação de estar diante de outro planeta, em outra galáxia. Os juros aqui praticados destoam de tudo o que ocorre no mundo. Enquanto a maior parte das economias reduziu rápida e substancialmente suas taxas, a trajetória brasileira mantém-se numa quase inalterada linha horizontal. O Brasil paga hoje juros reais de 6,5% ao ano, ante 8,1% no início da crise. Desnecessário dizer que, como já acontece há anos, somos o país que pratica as mais altas taxas do mundo, exotismo que só fez exacerbar-se na atual recessão.

Juros historicamente baixos

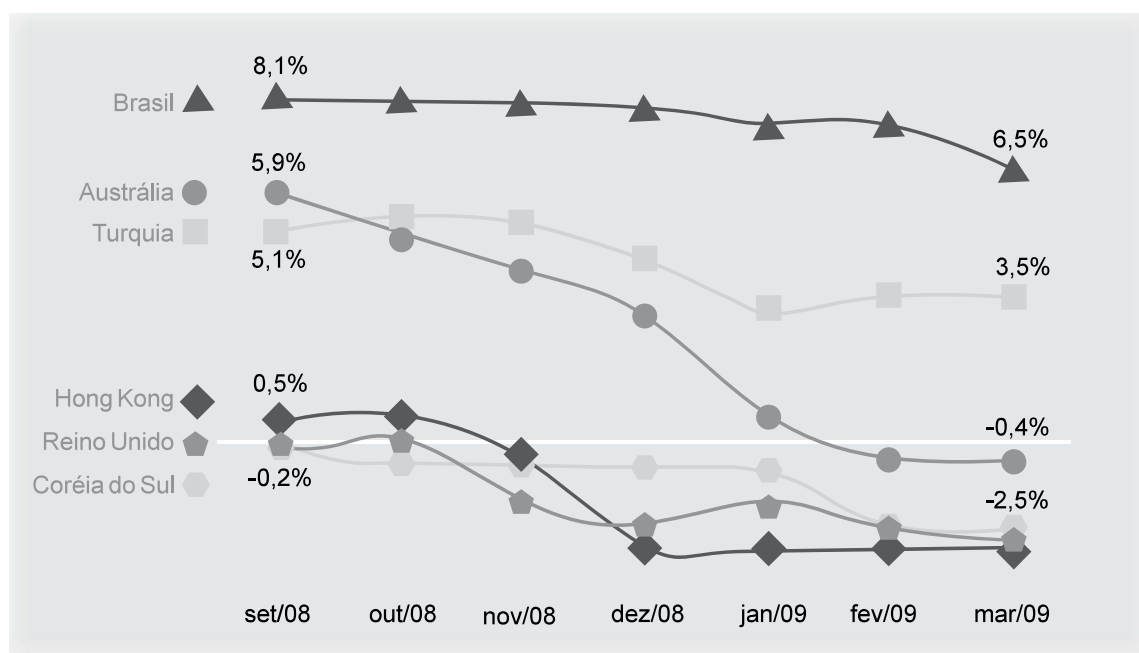
Pode-se argumentar que o país caminha para ter taxas historicamente baixas em curto horizonte. Se o Banco Central de Lula não sofrer novo surto autista, é bem provável que isso ocorra. Mas, numa crise



aguda sem precedentes em muitas décadas, como a que atravessamos, o mais importante não é o ponto de chegada, mas a velocidade do cruzeiro. Ou seja, de pouco adiantará um corte que chegue tarde, depois que milhares de empregos tiverem sido dizimados e uma penca de empresas tiver sido riscada do mapa. Um país não se reconstrói da noite para o dia e o preço da inércia tende a ser perigosamente alto. É necessário pressa.

Não é apenas o Brasil que ruma em direção a juros historicamente baixos. Em praticamente todas as nações economicamente relevantes do mundo é lá, no fundo do poço, que as taxas reais já se encontram – há meses. A situação é tão desesperadora e a necessidade de revigorar a atividade econômica tão premente, que, em muitos casos, o custo do dinheiro é menor do que a inflação estimada, fazendo com que os juros sejam negativos, como ocorre em Austrália, Bélgica, Canadá, Itália, Reino Unido, Rússia e Suécia, para ficar apenas em alguns exemplos. A média de juros entre 40 nações desenvolvidas e em desenvolvimento é de 0,1%, segundo a UpTrend Consultoria Econômica.

Taxa de juros reais no mundo



Fontes: FMI, Banco Central do Brasil e Bloomberg. Elaboração: UpTrend Consultoria Econômica.



Tomando por base o que preveem as cerca de 100 instituições financeiras ouvidas pelo BC semanalmente, chegaremos ao fim do ano com taxas reais – ou seja, descontada a inflação projetada para os 12 meses seguintes – de 4,5%. Se, por um milagre, isso ocorresse hoje, ainda assim o Brasil se manteria na dianteira do ranking mundial de juros, apenas perdendo a liderança para a Hungria – mesmo assim, na improvável hipótese de aquele país decidir não reduzir sua taxa básica interna.

Empregos dizimados

Nunca foi tão fácil reduzir o custo do capital e, assim, estimular o empreendedor privado a fazer o que o setor público federal definitivamente não consegue: investir. As projeções para a inflação deste ano mantêm-se em contínuo declínio. Para o câmbio, que já provou não causar maiores temores, em razão da queda histórica das cotações das commodities em todo o mundo, a perspectiva é de estabilidade. Ou seja, no horizonte não há nuvens capazes de turvar a mudança da política monetária e os efeitos benéficos que o desaperto nos juros poderá trazer para toda a economia. Exceto, claro, a perseverança no erro que caracteriza o governo petista.

É preciso agir rápido para frear a desbragada escalada do desemprego. Em apenas quatro meses, o saldo é de 788.336 empregos eliminados, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O resultado acumulado em 12 meses caiu praticamente à metade desde outubro: de 1,9 milhão de empregos gerados para pouco mais de 1 milhão. Ao contrário do que sustenta Lula, o resultado positivo de fevereiro não traz alívio: o saldo de 9.179 de admissões no mês é apenas uma pálida sombra do desempenho histórico observado neste período do ano. Tomados os valores



desde 2000, a média para fevereiro é de geração de 108 mil empregos – o pior número até agora havia sido verificado em 2005, com saldo de 73.285.

É a indústria, principalmente a de transformação, quem sofre as piores consequências da falta de ação oficial. Desde setembro, o segmento de bens de consumo duráveis, por exemplo, viu sua produção murchar 34%, o dobro da redução verificada no setor secundário como um todo. O saldo de demissões acumulado pela indústria nos últimos quatro meses é de 465.615.

O Brasil foi o país cujo PIB teve um dos piores desempenhos no último trimestre do ano passado: entre países da OCDE só a Coreia do Sul saiu-se mais mal. Argumenta-se que o tombo de 3,6% na comparação com os três meses anteriores – que, se expressos de forma anualizada, equivalem a uma retração de brutais 15,2% em 12 meses – deve-se ao vigor com que o país vinha crescendo. Mas isso só reforça a convicção de que, se a velocidade da nossa economia era de cruzeiro, maiores motivos e melhores condições o país tinha para ter se defendido da crise.

O que o oficialismo preferiu, porém, foi surfar na “marolinha” de Lula ou acomodar-se à “pequeninha gripe” de Dilma Rousseff. Vive-se hoje a ressaca. A expectativa de que o Brasil conseguiria safar-se da crise não resistiu a um espirro. Só com uma boa dose de sorte, já que o governo do PT nada faz de fato para evitar isso, escaparemos da recessão. Não é só. O mais provável é que 2009 feche no vermelho – pelo Boletim Focus, do BC, já não se aposta em nada acima de um crescimento pro forma de 0,01% em 2009. Se algo for feito já, surge alguma chance de salvar o ano... de 2010. O corrente parece perdido, rifado pela prostração que distingue a gestão Lula. ■



Contas em frangalhos são herança maldita de Lula

A farra de gastos que marca o governo Lula já começa a cobrar seu preço. Os resultados fiscais deste início de ano representam uma sucessão de recordes negativos, pela combinação de despesas em ascensão e receitas em queda, já sob o efeito da recessão econômica. O dinheiro tomado do contribuinte está sendo usado para fazer frente aos vultosos aumentos salariais concedidos a todo o funcionalismo federal em 2008, cujo impacto nas contas públicas deverá ultrapassar R\$ 21 bilhões este ano. O descontrole é tanto que, em fevereiro, o total arrecadado pelo governo central não foi suficiente sequer para cobrir os gastos correntes; foi o primeiro déficit nominal para este mês do ano desde 1997. Não fosse a redução das taxas de juros, a situação poderia estar bem pior.

O governo Lula vai, pouco a pouco, dia após dia, erodindo a herança benigna que lhe foi legada pela gestão tucana. Foram mais de seis anos se beneficiando de avanços alcançados no passado, ancorados no tripé constituído por responsabilidade nas contas públicas, inflação sob controle e sistema de câmbio flexível. A julgar pelos resultados fiscais recentes, a fonte parece estar secando.

Era questão de tempo o desarranjo nas contas do governo cobrar seu preço. Não é de agora que as despesas públicas federais crescem em ritmo muito acima do das receitas, afrontando um princípio básico válido em qualquer casa ou botequim: só se deve gastar aquilo que se tem. O governo do PT prefere querer revogar as mais elementares regras contábeis. Não funciona. Quem perde é o país, já que a deterioração fiscal pode acarretar necessidade de pagamento de juros maiores por parte do governo para conseguir rolar sua trilionária dívida junto a credores.

Os números referentes ao primeiro bimestre assustam pela sua magnitude, mas não surpreendem, dada a incúria com que o PT vem (des)cuidando das contas do país. Foi uma sucessão de recordes negativos. A economia feita pelo setor público caiu de R\$ 27,6 bilhões nos dois primeiros meses do ano passado para R\$ 9,3 bilhões agora, o que equivale a 3,43% do PIB no acumulado em 12 meses. É a menor média desde agosto de 2002. O governo diz que está gastando mais para se contrapor à recessão, mas isso é apenas o que ele gostaria que fosse verdade. A realidade é bem diferente.

Crônica de um desastre anunciado

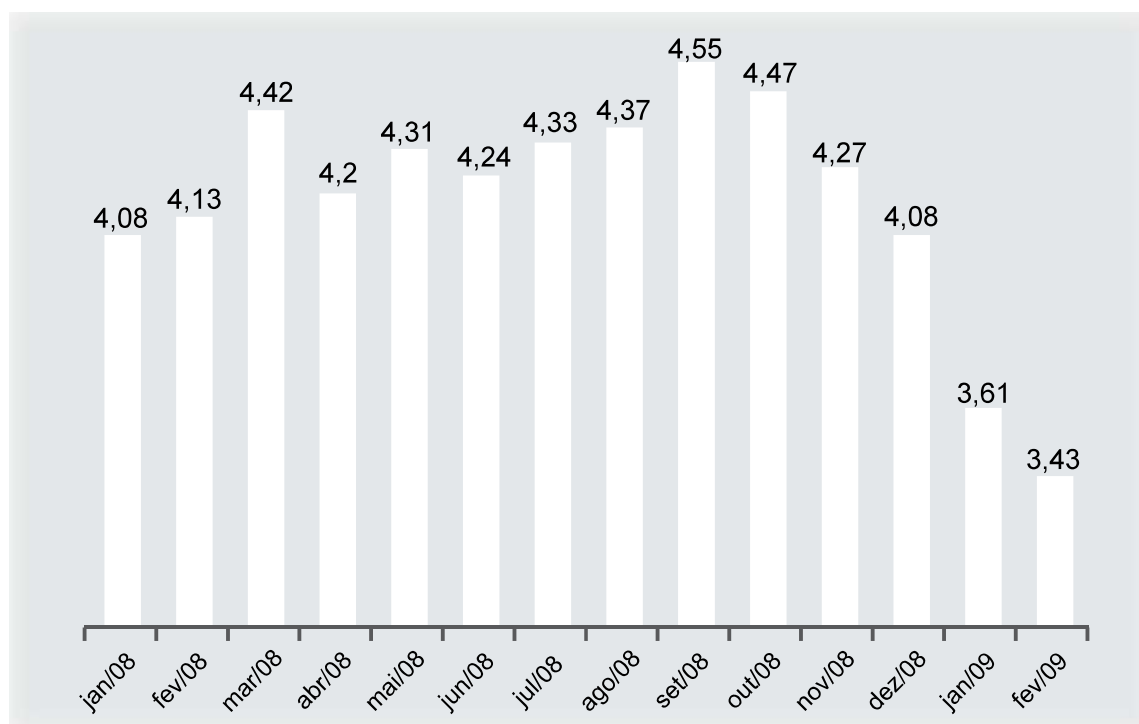
O resultado de agora é fruto de medidas adotadas ao longo dos últimos anos, cujos efeitos no porvir do país foram solenemente ignorados pelo governo Lula. É o caso dos seguidos e vultosos aumentos



salariais concedidos ao funcionalismo público. A despesa com pessoal subiu mais de 25% no primeiro bimestre de ano em comparação com igual período de 2008. Seria ótimo poder pagar melhor os funcionários, desde que isso não representasse impor sacrifícios a todo o resto da sociedade: o funcionalismo já consome 6% do PIB.

No segundo semestre do ano passado, já com a crise varrendo o mundo e o sinal amarelo piscando, o governo petista aprovou no Congresso projetos que resultaram em gastos crescentes com a folha de pagamento. Na ocasião foi feita revisão salarial de 1,4 milhão de servidores – ou seja, todo o contingente federal – e autorizada a contratação de mais de 3 mil pessoas. A medida irá gerar rombos ascendentes no orçamento público, até atingir o montante de R\$ 32 bilhões no ano de 2012, distante, portanto, do horizonte imediatista de Lula. Para 2009, a previsão é de impacto adicional de R\$ 21,4 bilhões.

Evolução do superávit primário* (em % do PIB)



*Em 12 meses. Fonte: Banco Central do Brasil



O que o governo petista não viu ou não quis ver é que havia uma brutal recessão a caminho e que, num período curtíssimo, o cobertor das receitas ficaria curto demais para tapar a espiral ascendente das despesas. Desdenhou a prudência da formiga e comportou-se como a cigarra da fábula de La Fontaine. E vive agora, já neste início de ano, as consequências. Enquanto os gastos subiram quase 20% na comparação com igual período de 2008, a arrecadação caiu 4%. Faltou dinheiro a ponto de o governo central – formado por Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – ter tido um déficit primário de quase R\$ 1 bilhão, algo inédito para meses de fevereiro nos últimos 12 anos.

Isso significa que o dinheiro arrecadado não deu sequer para cobrir as despesas do dia a dia, o que dirá o pagamento de juros. A impressão que fica é que o governo Lula está nos remetendo de volta a um quadro não muito distante no tempo, mas pré-histórico em termos da evolução do arcabouço institucional brasileiro. Nele, os gastos públicos não encontravam limites e a conta dos descabros acabava sendo repartida para toda a sociedade. Responsabilidade fiscal equivale a evitar isso.

Aumento de gastos ignora investimentos

O dinheiro que é destinado a pagar salários e cobrir as despesas do dia-a-dia poderia estar sendo empregado na construção de mais hospitais, estradas mais seguras e escolas de melhor qualidade. Agir nesta direção ajudaria a deter a escalada da crise e a atenuar o dramático quadro de desemprego que se espalha pelo país – é o que os economistas costumam chamar de “políticas anticíclicas”. O governo petista gosta de alardear que é isso o que está fazendo, mas não passa de vontade. Na realidade, quase nada está sendo investido, do que o PAC é a maior prova.

De todos os fatores que impactaram a conta de gastos do governo federal neste início de ano, os investimentos foram de longe o de



menor peso. No global, as despesas foram R\$ 14,2 bilhões maiores no bimestre e apenas parte ínfima disso deveu-se à expansão dos investimentos, que saíram de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 2,7 bilhões entre um ano e outro. Quase todo o resto é creditado ao inchaço da folha de salários e ao reajuste do salário mínimo: despesas com pessoal e encargos cresceram R\$ 5,6 bilhões no bimestre ou quase vinte vezes mais que os investimentos.

A situação poderia ser ainda pior se os juros não tivessem começado a baixar, depois de meses de muita pressão da sociedade e de relutância por parte do Banco Central de Lula. Com taxas menores, o pagamento da dívida consumiu menos recursos e isso ajudou a amortecer o descontrole nos gastos correntes. Como a perspectiva é de que as receitas continuem a diminuir e as despesas não parem de crescer, o governo petista será obrigado a cortar mais a Selic. Agora até por uma questão de sobrevivência, sob pena de o país naufragar antes mesmo de Lula legar a seu sucessor esta verdadeira herança maldita. ■



BB: o banco do Ricardo, do Guido, do Luiz Inácio, do PT

A derrubada dos spreads foi apenas o pretexto apresentado por Lula para defenestrar Antonio Lima Neto da presidência do Banco do Brasil, logo após a instituição lucrar R\$ 8,8 bilhões, seu melhor resultado em dois séculos de existência. Na prática, o BB já vem baixando suas taxas de juros de maneira agressiva nos últimos meses; na média, a redução desde janeiro chega a 18%. O que o governo quer mesmo é escancarar as portas do banco, que conta com 90 mil empregados e atende 30 milhões de clientes, ao aparelhamento político do PT.

O ilusionismo é um dos traços mais marcantes do modo petista de governar. Se há um problema, encontre-se um bode expiatório, desvie-se a atenção para questões acessórias, acerte-se com um ou outro lobby mais atuante, com objetivo de escamoteá-lo. Pronto: estará tudo resolvido – pelo menos na ótica que vigora nos anos Lula. O problema real, este mero detalhe, continuará onde sempre esteve, mas quem se importa? A ordem é sempre tergiversar.

É o que aconteceu no episódio envolvendo a troca de comando no Banco do Brasil, anunciada no início de abril, depois de semanas de titubeios por parte da equipe econômica. Lula e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, decidiram tirar Antonio Lima Neto da presidência da instituição e substituí-lo por Aldemir Bendine, de fortes lanços com o petismo e cuja ascensão no banco foi nada menos que meteórica. A razão apresentada ao público, surpreso com a notícia: o presidente da República tem “obsessão” por baixar os juros e o BB, nas mãos em que se encontrava, não estava entendendo do riscado.

Dentro desta pantomima, o novo presidente do banco chegará ao comando da instituição com uma missão em forma de cabresto: será submetido a um “contrato de gestão” que o obrigará a expandir o crédito e a derrubar o spread (diferença entre o que um banco paga ao captar recursos e o que cobra de quem pega dinheiro emprestado). Se não cumprir o termo, o que acontecerá? Ninguém sabe, muito menos o ministro. Claro está que se trata de um jogo de faz-de-conta.

Mentira obsessiva

A realidade é que a derrubada dos spreads no BB foi apenas o pretexto apresentado por Lula, Mantega e a turma do PT para defenestrar Lima Neto, administrador que levou a instituição a um lucro de astronômicos R\$ 8,8 bilhões no ano passado, seu melhor resultado



em dois séculos de existência. O que o governo quer mesmo é escancarar as portas do banco ao aparelhamento político, tão cobiçado às vésperas de uma eleição na qual o petismo promete jogar a vida para não se ver apeado do poder, ao qual se apegou com tanto gosto.

Na prática, o Banco do Brasil já vinha baixando seus juros de maneira agressiva nos últimos meses, à medida que a crise econômica foi tomando ares cada vez mais assustadores. Nos rankings divulgados pelo Banco Central referentes ao comportamento das taxas nas diversas modalidades de empréstimo, a instituição oficial tem estado longe das primeiras posições.

O BC acompanha rotineiramente nove modalidades de empréstimo. Para pessoa física, são elas: crédito pessoal, cheque especial, aquisição de bens e aquisição de veículos. Para empresas: desconto de duplicatas, capital de giro, aquisição de bens, capital de giro fluante e conta garantida. Entre janeiro e agora, o Banco do Brasil só elevou seus juros nas operações de conta garantida para pessoas jurídicas, nas quais as taxas passaram de 5,1% para 5,54% ao mês. Em todos os oito demais casos, a margem de ganho do banco caiu – e muito.

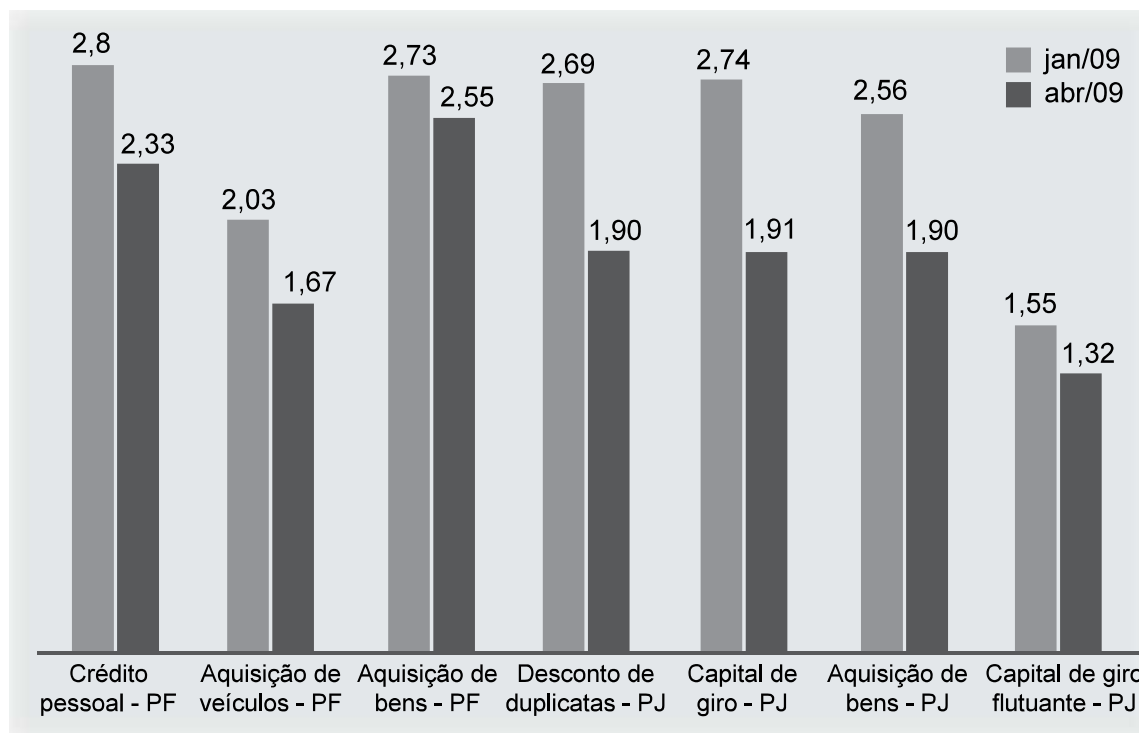
Na média, a redução dos juros praticados pelo BB desde janeiro chega a 18%. A redução mais tímida deu-se no cheque especial: apenas 1%, mas suficiente para que a instituição continuasse a praticar níveis inferiores aos de todos os demais bancos privados do país. Segundo o Procon de São Paulo, para esta modalidade a média de juro vigente hoje no mercado é de 9,03% ao mês. O Banco do Brasil cobra 7,85%.

Abalo nos alicerces

Houve cortes ainda mais significativos. O capital de giro para empresas ficou 30% mais barato desde janeiro. O BB só não é competidor à altura da Caixa Econômica Federal, cujas linhas de empréstimos têm taxas sempre



Taxas de juros praticadas pelo BB (em % ao mês)



Fonte: Banco do Brasil

alguns degraus mais baixas. E é justamente em decorrência disso que forçar o Banco do Brasil a reduzir ainda mais seus juros na base da canetada pode representar um abalo nos alicerces de solvência da instituição e, por tabela, na remuneração a que fazem jus seus acionistas – entre eles, milhares de brasileiros que investem suas poupanças em papéis do banco.

Se já dispõe de uma instituição 100% estatal, como a Caixa, para jogar os juros para baixo e, com isso, tentar induzir o resto do mercado a fazer o mesmo, por que, então, o governo usa o BB para isso? Se está no mercado, o Banco do Brasil deve mirar a lucratividade; do contrário, deveria sair. Com medidas tão temerárias, o risco é ver a instituição trilhar o caminho da época anterior ao Plano Real: usada de maneira politiqueira, viu-se à beira da insolvência, obrigando o Tesouro (ou seja, todos nós, contribuintes) a injetar R\$ 8 bilhões no seu capital em 1996.



O que Lula e o PT desejam é ter nas mãos o controle de uma empresa que conta com 90 mil empregados e atende 30 milhões de clientes, um público e tanto para quem está ávido por votos. O aparelhamento político do BB produziu episódios recentes lamentáveis como o uso da Visanet (na qual o banco oficial tem participação) para irrigar as contas do mensalão e o emprego de dinheiro do banco para patrocinar shows sertanejos em festas do PT. São tempos que deveriam ter sido exorcizados, mas parecem estar voltando.

É salutar que o governo tenha intenção de baixar o spread bancário. Mas primeiro é preciso que este seja um objetivo verdadeiro, a ser perseguido com medidas concretas. Se for mesmo, há formas realmente efetivas, como adotar o cadastro positivo – que premia os bons pagadores com taxas de empréstimo mais baixas, mas cujo projeto de criação dormita nas gavetas da burocracia federal. Forçar o BB a reduzir suas margens num momento em que a inadimplência é ascendente é expor ao mau uso uma instituição que pertence a toda a nação. Consequência disso é que desde a intervenção que resultou na troca de comando, o Banco do Brasil já perdeu alguns bilhões de seu valor de mercado. ■



A cegueira do governo Lula

Mudanças determinadas pelo Ministério da Saúde a partir de 2006 estão fazendo recrudescer o número de pessoas com cegueira no país. A maior parte dos casos é causada por catarata, doença que vinha sendo atacada com vigor por meio dos mutirões de cirurgias criados à época do governo tucano. A gestão petista implodiu o antigo sistema, sem que nada à altura fosse posto no lugar. Com isso, no ano passado foram realizadas apenas 177 mil cirurgias de catarata no país, ante quase 400 mil em 2002. Sob Lula, o Brasil afastou-se da meta de zerar os casos de cegueira evitável proposta pela OMS: para tanto, é necessária a realização de, pelo menos, 540 mil cirurgias por ano.

A pior atitude que se pode esperar de um administrador público é que ele tome decisões que não levem em conta o bem-estar da população à qual seu governo deve servir. Infelizmente, em muitos casos pelo país afora é isso o que acontece: programas e ações bem-sucedidos herdados de antecessores são jogados no lixo simplesmente porque os novos gestores não têm como requerer a sua paternidade.

Mais grave ainda é quando o próprio governo federal age desta maneira. É o que está ocorrendo no caso das ações de combate a casos reversíveis de cegueira, como os causados por catarata. Nos últimos anos, o país viu ruir uma política vitoriosa e mundialmente reconhecida que, em seus melhores momentos, chegou a reduzir à metade a taxa de cegueira no país. A implosão foi feita sem que nada à altura fosse posto no lugar. É mais um dos retrocessos que o governo do PT está legando à nação.

O problema da cegueira causada por catarata foi enfrentado com a criação, em 1999, dos mutirões de cirurgias. Naquela época, existiam cerca de 600 mil pessoas cegas no país em razão da doença e, nas condições então vigentes, a espera pela realização de tratamento podia estender-se por até sete anos. A política de realização de mutirões nacionais foi adotada pelo então ministro da Saúde, José Serra, e incluía, também, combate a casos de retinopatia diabética, varizes e doenças de próstata. Nos sete anos em que perdurou, o sistema de mutirões investiu R\$ 1,2 bilhão, fez 3 milhões de cirurgias e 2 milhões de exames pré-operatórios.

Fora das prioridades

A iniciativa mereceu aplausos e a aprovação entusiástica da Organização Mundial de Saúde (OMS). Junto com a Agência Internacional para Prevenção da Cegueira, a entidade mantém em todo o mundo o Programa 20/20. Sua meta é eliminar as principais causas de ceguei-



ra evitável no mundo até 2020. A catarata responde por 60% destes casos, segundo a OMS. Os mutirões foram a resposta brasileira a este desafio. O país caminhava firmemente para alcançar o alvo, até que a antiga política foi sepultada.

Para a realização dos mutirões, na gestão Serra o ministério destinava a estados e municípios recursos adicionais que se somavam à parcela repassada mensalmente para custeio de todas as ações de assistência à saúde. No jargão do setor, isto é chamado “extra-teto”. O governo Lula preferiu fazer tudo diferente. Tirou de sua lista de prioridades a catarata e as outras três doenças antes objeto de mutirões.

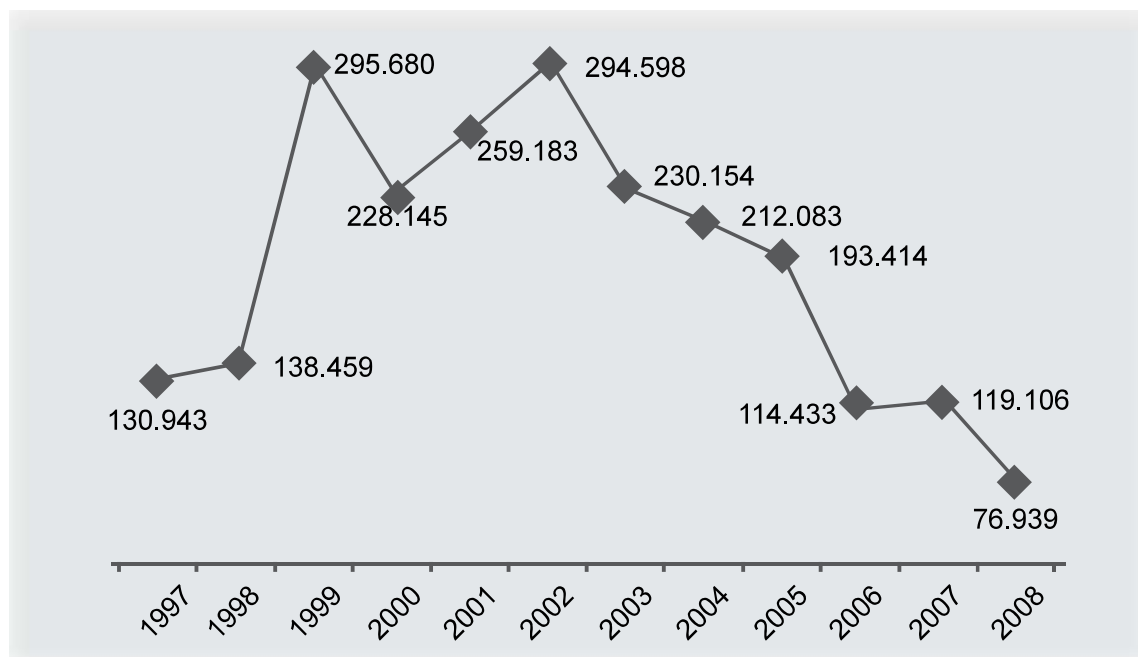
Em 2006, o Ministério da Saúde simplesmente suspendeu o repasse de recursos para os mutirões e, em seu lugar, instituiu a Política Nacional de Procedimentos Eletivos de Média Complexidade. Agora, para que as cirurgias sejam feitas, estados e municípios devem apresentar projetos específicos. O processo tornou-se moroso e burocrático.

As verbas são liberadas apenas para locais cadastrados que comprovem a necessidade das cirurgias e a capacidade para realizá-las. O governo do PT ampliou as opções (de quatro tipos de doenças para 64), mas, com isso, tirou o foco de ações antes consideradas essenciais para a melhoria da qualidade de vida da população, como o combate à cegueira. E nem sequer forneceu os recursos necessários para a implementação do novo sistema. A consequência foi imediata: o número de cirurgias despencou e os casos de cegueira reversíveis dispararam no país.

Pelos parâmetros da OMS, para enfrentar o problema da catarata países como o Brasil precisam fazer 3 mil cirurgias para cada milhão de habitantes. No caso brasileiro, isso equivale a cerca de 540 mil procedimentos por ano. Em 2008, 77 mil cirurgias foram realizadas no Sistema Único de Saúde. A este número deve-se somar as 100 mil intervenções que são realizadas anualmente, em média, nas clínicas par-



Cirurgias de catarata realizadas no país



Fonte: Datasus

ticulares. Em 1999 e 2002, anos com melhores resultados na história do combate à cegueira no país, foram feitas 395 mil cirurgias.

No governo FHC, apenas nos quatro anos em que vigorou a política de realização de mutirões foram realizadas 1,077 milhão de cirurgias de catarata no país. Foi suficiente para zerar a demanda reprimida então existente e permitir que os casos identificados passassem a ser tratados no mesmo ano do diagnóstico. Além deste universo de pessoas diretamente beneficiadas, outras 4 milhões foram examinadas, diagnosticadas e adequadamente encaminhadas pelos mutirões.

Doença oculta

Um dos méritos dos mutirões era conseguir identificar casos que, em geral, permanecem desconhecidos e distantes do sistema de saúde. Casos que, se não diagnosticados e tratados, evoluem para a cegueira



total. As principais vítimas acabam sendo as camadas mais pobres da população, que dificilmente conseguem acesso a clínicas oftalmológicas. A sistemática petista só interpôs barreiras a um tratamento que, com os mutirões, estava acessível a qualquer um.

A catarata é considerada uma “doença do envelhecimento” e incide, principalmente, em pessoas com idade acima de 50 anos. Ou seja, à medida que avança a idade média da população – como vem ocorrendo com a brasileira – o número de casos da doença tende a crescer. Isso significa que, com menos cirurgias realizadas, a taxa de cegueira tende a subir ainda mais.

Tudo isso foi desconsiderado pelo governo petista quando, em 2006, decidiu passar o trator sobre a antiga política herdada do governo do PSDB. Então secretário de Assistência à Saúde do ministério, o hoje ministro José Gomes Temporão chegou a classificar os mutirões de catarata como “populismo sanitário”. Desta forma, tornou explícito o caráter politiquês da decisão federal: varrer do mapa uma bem-sucedida ação tucana.

O Brasil dispõe de excelente estrutura física e de um dos mais eficientes e numerosos exércitos de oftalmologistas do mundo: são 12 mil profissionais ou um para cada 15 mil habitantes. Eles poderiam estar tratando os 350 mil pacientes que, segundo a Sociedade Brasileira de Catarata, hoje esperam por uma cirurgia no país. São pessoas que, fosse outra a mentalidade vigente, já poderiam ter reconquistado o direito a levar uma vida normal e mais digna. ■



Genéricos: dez anos de uma história de sucesso

Em fevereiro de 1999 entrou em vigor no país a lei dos medicamentos genéricos, com objetivo de ampliar o acesso da população a tratamentos de saúde. Uma década depois, os bons resultados são evidentes: de cada cinco medicamentos comercializados, um é genérico. Com preços, por lei, no mínimo 35% mais baratos que os medicamentos de marca dos quais são copiados, os genéricos já proporcionaram economia de R\$ 11 bilhões aos consumidores. Esta é uma indústria genuinamente brasileira: existem 82 laboratórios produzindo genéricos hoje no país, dos quais quase 90% são de capital nacional. Nada disso, porém, foi suficiente para impedir que o governo Lula boicotasse os genéricos. Desta forma, em regiões onde são mais necessários, como Norte e Nordeste, os genéricos têm participação reduzida.

A adoção de políticas públicas com efeitos diretos sobre a vida das pessoas costuma ser acompanhada por fortes resistências por parte do sistema constituído. Na área da saúde, isso fica ainda mais evidente, já que se trata de setor que mexe com o mais precioso bem humano – a preservação da vida – e com os vultosos interesses econômicos da indústria farmacêutica.

Num ambiente assim, é notável o sucesso da adoção dos medicamentos genéricos no país, que agora completa dez anos. Promovida quando o hoje governador de São Paulo, José Serra, era ministro da Saúde do governo Fernando Henrique, tal política buscava ampliar o acesso da população a medicamentos – ainda hoje o mais importante tema de saúde pública mundial. A receita seguida foi criar uma alternativa com qualidade garantida e que custasse muito menos para a população.

Em uma década, os genéricos demonstraram capacidade de promover preços mais justos, algo ainda mais relevante nos casos de doenças crônicas que demandam tratamento contínuo. A lei tucana exige que o genérico custe, no mínimo, 35% menos que o medicamento de marca do qual é copiado, mas, na média, a diferença é ainda maior, uns 50%. Estima-se que nestes dez anos os consumidores economizaram cerca de R\$ 11 bilhões ao optar pelos medicamentos genéricos nas farmácias.

Avanços consistentes

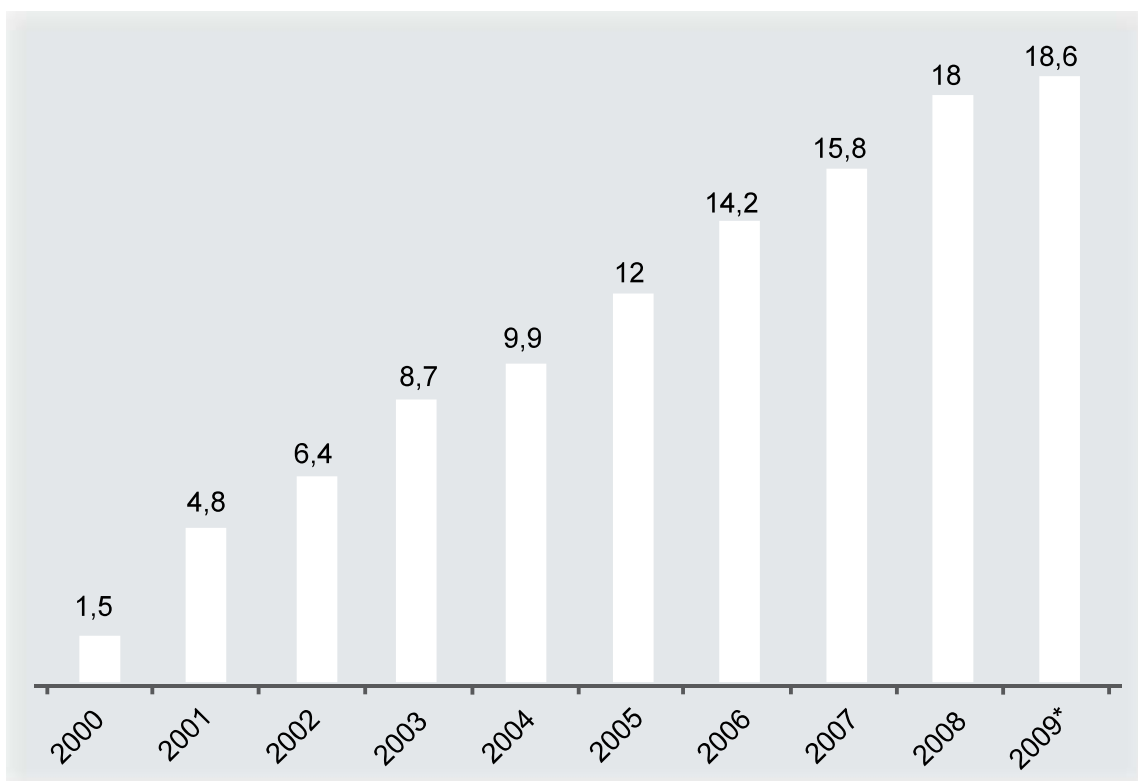
Os genéricos já são uma opção de tratamento a baixo custo para a população de países como Estados Unidos e Canadá há bastante tempo. A indústria de genéricos norte-americana, por exemplo, existe desde a década de 60, embora os critérios para registro desses medicamentos, que se tornaram parâmetros para todo o mundo, só tenham sido definidos em 1984. Lá os genéricos alcançam participação de quase 60% no mercado – percentual similar ao observado na Alemanha e Inglaterra.



No Brasil dez anos depois da adoção da lei, que entrou em vigor em fevereiro de 1999, os genéricos respondem por 18% do mercado farmacêutico e gozam de extrema credibilidade por parte da população. Isso se deve ao rigor que o governo adotou ao definir as exigências para sua produção no país: quando o assunto é segurança, eficácia e qualidade dos genéricos, pode-se afirmar que o Brasil não fica nada a dever às demais nações.

Os laboratórios aqui instalados já produzem mais de 2.600 medicamentos genéricos, capazes de atacar 90% das doenças conhecidas. Com os genéricos, mais pessoas puderam comprar remédios; com isso, os tratamentos médicos tornaram-se mais eficazes. Exemplo disso são o atenolol, usado para combate à hipertensão, e a metformina, para diabetes. Ambos viram suas vendas aumentar 64% nos últimos cinco anos, expansão baseada quase exclusivamente no crescimento das opções genéricas. É mais gente cuidando da saúde.

Participação de genéricos no mercado farmacêutico (em %)



Fonte: Pró Genéricos - Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos. * Até abril.



Indústria genuinamente brasileira

Existem 82 laboratórios produzindo genéricos no país hoje – dez vezes mais do que em 2000. Destes, quase 90% são de capital nacional. O setor movimenta US\$ 2 bilhões por ano e emprega milhares de pessoas. Os investimentos realizados pelas indústrias desde 1999 somam US\$ 170 milhões e devem dobrar até o fim desta década. A capacidade produtiva atual é de 277 milhões de unidades por ano.

O mercado brasileiro de genéricos poderia ser ainda maior. Bastaria promover campanhas públicas maciças de divulgação, como era comum na época do governo do PSDB. O simples conhecimento da existência do genérico faz toda a diferença num mercado desigual como o farmacêutico: pela sua estrutura, trata-se de segmento que deixa o consumidor à mercê do que é receitado pelos médicos. O genérico reduz esta assimetria por possibilitar ao paciente escolher a alternativa mais barata entre opções estritamente idênticas e eficazes do ponto de vista técnico – algo que o rigor da lei que regulamenta os genéricos no país assegura, ao impor a realização de criteriosos testes de laboratório.

Sem a participação do poder público na promoção institucional dos genéricos, perde quem mais necessita deles: as populações mais pobres, com parco acesso a informações. Isso fica evidente quando se constata que o Norte e o Nordeste – justamente onde é mais necessário oferecer alternativas baratas de tratamento de saúde à população – representam apenas 14% das vendas de genéricos no país. Se, na média nacional, de cada dez medicamentos vendidos dois são genéricos, naquelas regiões – onde vivem 35% dos brasileiros – tal participação cai à metade.

Nos anos Lula as ações de divulgação dos genéricos foram simplesmente extintas. Em contrapartida, programas como o Farmácia Popular foram criados, tudo com o claro objetivo de encobrir uma ação exitosa e marcante do governo Fernando Henrique. Tivesse a gestão



petista perseverado na linha que vinha sendo adotada a partir da introdução dos genéricos no mercado, é possível que hoje muito mais doenças poderiam estar sendo tratadas a custos bem mais baixos para a população. É uma amostra de como atitudes mesquinhas podem prejudicar quem mais precisa do poder público. ■



Sem investimentos, recessão está longe de ser só ‘técnica’

A maior ameaça à retomada do crescimento econômico está na fraqueza exibida pelos investimentos produtivos. Desde o início da crise, em setembro do ano passado, houve dois fortes recuos trimestrais, que resultaram numa retração acumulada de 23% na produção de máquinas, equipamentos e instalações. Sem chão, as indústrias refutam voltar a investir e não contratam mão-de-obra: desde o início da recessão, o saldo é de quase 500 mil demissões. Neste momento, a economia brasileira depende do tênue comportamento do consumo das famílias e do governo, ambos com claras limitações. O PAC esteve longe de servir de contraponto à crise: no seu baixo ritmo de execução, consumiria 16 anos para saltar do papel para a realidade.

A economia brasileira caminha hoje sobre nuvens. Há quem veja nisso sinais de decolagem, mas não menos apropriado é constatar que lhe falta chão. Prognósticos mais precisos inexistem. O que se recomenda é evitar comprar pelo valor de face a euforia que o discurso oficial vem tentando difundir após conhecidos os números mais relevantes da nossa economia neste início de ano. É pura nuvem de fumaça.

Pelos resultados gerais, a recessão aparentou ser mais branda do que se imaginava. O conjunto da obra esconde, porém, o desarranjo das partes. E aqui a situação mais preocupante é a dos investimentos produtivos: são os primeiros a mergulhar e os últimos a voltar a ver a luz do sol. Desde o início da crise, em setembro do ano passado, houve dois fortes recuos trimestrais, que resultaram numa retração acumulada de 23% em seis meses.

A formação bruta de capital fixo (que em economês significa dinheiro investido em máquinas, equipamentos e instalações) foi o motor que impulsionou o crescimento econômico no ano passado: à época da eclosão da crise, a FBCF exibia alta de 17% acumulada ao longo dos 12 meses anteriores. No primeiro trimestre deste ano, o indicador caiu a um terço disso. Rodando agora em marcha a ré, os investimentos tornam a retomada da economia ainda mais difícil.

Falta força para reagir

O ânimo dos empresários para voltar a pôr dinheiro em seus negócios parece bastante combalido. Sondagem recente feita pela Fundação Getúlio Vargas junto a 820 indústrias de transformação espalhadas por 24 estados brasileiros mostra que 26% delas não têm nenhum programa de investimentos em marcha no momento. É o mais alto percentual de desalento desde 2003. Além disso, a pesquisa constatou



que, em um ano, dobrou o número de indústrias que têm dificuldade para investir: nove em cada dez afirmam estar nesta situação.

Consequência disto é que a geração de empregos é ainda mais penosa. Setor mais dinâmico da economia, e cujo desempenho está intimamente ligado ao da evolução dos investimentos, a indústria continua sem colaborar com a criação de novas vagas no mercado de trabalho. Nos últimos dois meses não saiu do lugar: ao total de admissões correspondeu um quase exato número de demissões. Com isso, o setor industrial lidera o ranking de dispensas neste ano até maio, com 146 mil vagas ceifadas em todo o país. Ao longo da crise, já são quase 500 mil empregos a menos.

Os empresários investem menos também porque estão tendo dificuldade para exportar. O real mantém-se como a moeda que mais se valorizou no mundo neste ano – algo em torno de 15% até agora. Isso significa que o produto vendido pelos exportadores brasileiros ficou mais caro, ao mesmo tempo em que os artigos trazidos do exterior caíram de preço.

Evolução dos investimentos* (sobre trimestre anterior)



Fonte: IBGE - Contas Nacionais. *Formação Bruta de Capital Fixo



Com tudo isso somado, a economia brasileira vive novos e instáveis tempos. O PIB do primeiro trimestre inaugurou uma fase inédita, de desempenho dependente do consumo. Para um país ainda carente de investimento e de modernização produtiva, o risco é muito elevado. Nosso sucesso vindouro estará sujeito a gastos mais altos das famílias e do governo, ambos com claras limitações: os primeiros pela renda que tende a se retrair com o avançar da crise e os segundos pela queda de arrecadação e pelo descontrole fiscal que já se manifestam. Consumo, sozinho, é insuficiente para sustentar crescimento.

PAC falha no seu teste de fogo

Estímulos mais consistentes, como o aumento do investimento público, são miragem. Em seu primeiro teste de verdade, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) comprovou-se o fiasco que sempre se soube. Apresentado pelo governo Lula como “uma nova forma de fazer política” quando lançado, em janeiro de 2007, tinha como objetivos estimular os investimentos privados e aumentar as inversões públicas em infraestrutura. Pelo que se viu até agora, sobrou pretensão e faltou eficiência.

O PAC está longe de conseguir atingir as metas a que se propôs e esteve ainda mais distante de servir de contrapeso à crise econômica. Segundo balanço oficial apresentado neste mês, 15% das obras previstas foram concluídas até agora. Para um programa que existe no papel há 29 meses, mas cuja maioria dos empreendimentos já estavam planejados há muito mais tempo, já seria um desempenho para lá de sofrível. Significa dizer que, na velocidade atual, as obras listadas no PAC precisariam de 16 anos para se materializar.

Ainda assim, para chegar a tal percentual o governo teve de lançar mão de muito contorcionismo. Simplesmente riscou 8.468 obras do



mapa do seu balanço: projetos de habitação e saneamento orçados em R\$ 224 bilhões. Computadas as obras que a “contabilidade criativa” governista limou, o percentual de investimentos já concluídos cai para irrisórios 3%. Depois de decorridos dois anos e meio, três de cada quatro empreendimentos do PAC continuam apenas no papel.

Hora de estimular a produção

Depois de ter, ao longo dos primeiros meses da crise, operado um balcão de atendimento a lobbies e pressões oriundos de diversos setores econômicos, o governo Lula parece finalmente consciente da necessidade de criar mecanismos mais abrangentes de estímulo ao investimento. O alvo é o incentivo à produção de novas máquinas e equipamentos. Resta ver de onde virá tal oxigênio, já que o fôlego fiscal evaporou: os gastos da máquina pública mantêm-se em franca ascensão e as receitas tributárias não param de cair.

A recessão em que estamos mergulhados não tem nada de meramente técnica. É real e, a depender dos rumos tomados, pode perdurar muito mais do que o necessário. Até aqui o governo agiu de maneira lenta – leia-se na redução dos juros – e localizada – com a redução pontual de alguns tributos. Ainda falta traçar políticas de longo alcance para, quem sabe, evitar o pior. Até agora, por mais que o discurso oficial se esforce, é difícil encontrar quem creia que o foguete da retomada decolou. ■



Estabilidade da moeda, uma conquista tucana

Neste 1º de julho o Plano Real completou 15 anos. Ele foi a oitava tentativa de derrubar a hiperinflação no país, e a única a dar certo. Deixamos de conviver com índices anuais que chegavam a quatro dígitos para, ano após ano, perseguir e alcançar metas civilizadas de inflação. A estabilidade foi o ponto de partida de uma agenda de reformas lançada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para modernizar o país. A ela seguiram-se a reestruturação das dívidas estaduais, a responsabilidade fiscal, as privatizações, a regulação de mercado. O nova feição do Brasil que daí surgiu equivale a uma revolução, que o PSDB orgulha-se de ter realizado.

No último dia 1º de julho completaram-se 15 anos do início de uma revolução na sociedade brasileira. Nesta data, em 1994, ainda durante o governo Itamar Franco, foi lançado o Plano Real. Era a oitava tentativa de estabilização no país desde a redemocratização, uma década antes; todas haviam fracassado. No ano anterior, a inflação medida pelo INPC atingira 2.489%, o que equivalia a uma média mensal de 30%.

O Real tirou o país da beira do abismo da hiperinflação. Desde então, o Brasil passou a conviver com índices próximos aos de países desenvolvidos. A partir de 1995, em apenas três anos a inflação alcançou mais de um dígito. Hoje os brasileiros convivem com médias anuais que, uma década e meia atrás, equivaliam às remarcações de preços feitas em menos de uma semana: pela sétima vez consecutiva, perseguiremos até 2011 uma meta anual de 4,5%.

O plano começou a ser implementado quando Fernando Henrique Cardoso, então chanceler brasileiro, assumiu o Ministério da Fazenda, em maio de 1993. Ele era o quarto ministro da área no governo Itamar e, desde o início, deixou claro qual seria sua meta: estabilizar a nossa moeda. Parecia miragem. Àquela altura, circulava o cruzeiro, nosso oitavo padrão monetário. Entre ele e o real, ainda haveria o cruzeiro real, que sobreviveu por 334 dias.

O fim da hiperinflação

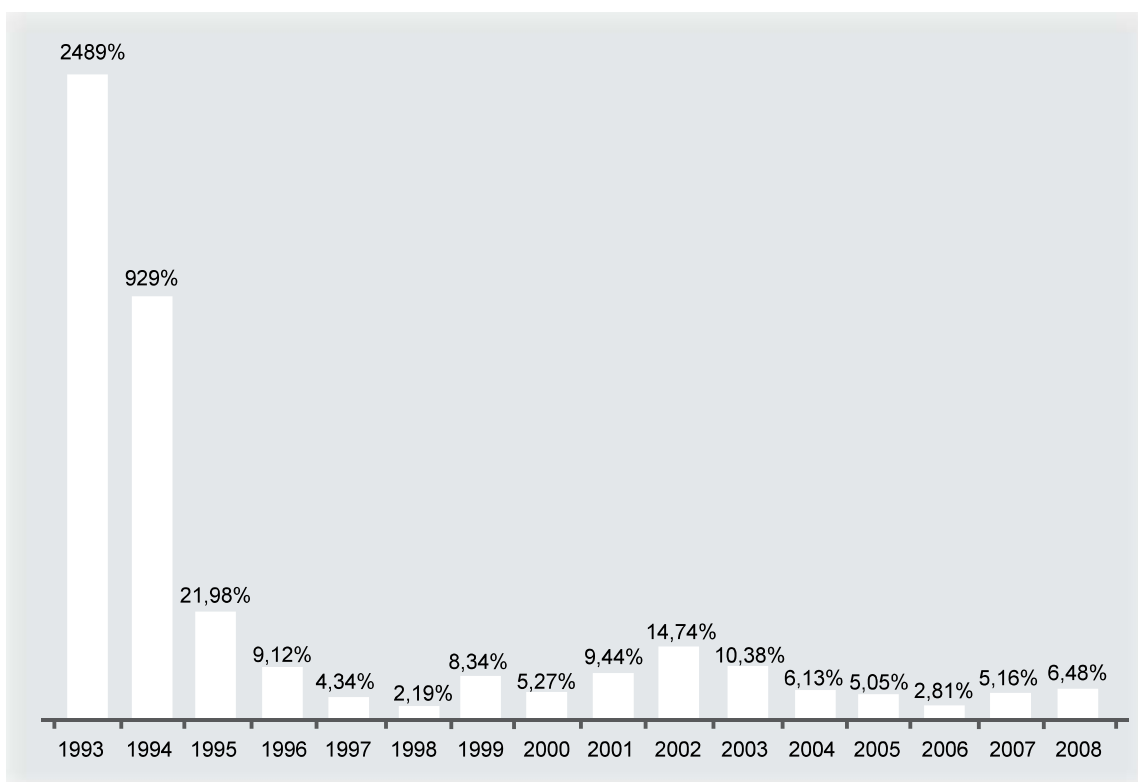
A estabilização começou a ser estruturada em junho de 1993, por meio do PAI (Programa de Ação Imediata). O processo hiperinflacionário transformara os orçamentos públicos em meras peças de ficção. Para trazê-los de volta à realidade, era preciso fazer um duro ajuste nas contas públicas. Com o PAI, os gastos em todos os níveis de governo foram cortados em 2,5%. Foi a primeira tentativa séria de ajuste fiscal e uma pré-condição para a estabilidade da moeda.



O passo seguinte foi urdir o mecanismo que poria fim à indexação, bola de neve pela qual a inflação passada contaminava a inflação corrente. O grupo de formuladores que Fernando Henrique montou à sua volta, com destaque para André Lara Resende, Pêrsio Arida e Edmar Bacha, viu na criação da URV (Unidade Real de Valor) a forma de fazer a transição para o novo padrão monetário sem incorrer em congelamentos, por meio de um criativo mecanismo de preservação dos preços relativos.

Paralelo a isso, já com a nova moeda, o real, circulando, o câmbio atuou como âncora e ajudou a segurar os preços. A inflação tombou: caiu de quase 1.000% em 1994 para 22% no exercício seguinte e daí para a casa de um dígito pelos seis anos posteriores. A tão sonhada estabilidade monetária estava, enfim, conquistada.

Inflação anual no Brasil (INPC)



Fonte: IBGE



Responsabilidade fiscal

Desde o início, o Plano Real foi concebido para ser a primeira etapa de uma obra em progresso. Seu objetivo era conquistar a estabilidade, e esta sim seria o ponto de partida para a reorganização do Estado brasileiro, que a hiperinflação tornara absolutamente caótico. A gestão tucana cuidou, então, de dar os passos seguintes e pôs em prática uma agenda de reformas estruturais.

O próximo alvo foi a reestruturação da dívida dos estados (25 aderiram) entre 1997 e 1998. Era uma forma de dar aos governantes estaduais melhores condições de servir a população. A renegociação dos passivos estaduais alcançou a cifra de R\$ 102 bilhões, ou o correspondente a espantosos 11% do PIB à época.

A revolução silenciosa, progressiva desembocaria depois na edição da Lei de Responsabilidade Fiscal – contra a qual todo o PT, incluindo vários parlamentares que depois viriam a ser ministros de Estado, votou no Congresso. Antes, porém, foram adotados no país os dois sistemas que até hoje formam, junto com a LRF, o tripé que dá suporte à nossa economia: o regime de metas de inflação e o câmbio flutuante, ambos a partir de 1999. Com estes mecanismos, o governo Fernando Henrique moldou o sólido arcabouço institucional que permitiria ao país voltar a crescer.

Revolução cultural

Mas a reestruturação também envolvia a redefinição da participação do Estado na economia, que, até os anos 1990, ainda era bastante acentuada. O câmbio valorizado impulsionou a liberalização comercial, que elevou a competição no mercado interno e permitiu absorção de novas tecnologias pelo parque produtivo nacional. E o processo de privatização abriu espaço para o fortalecimento e a criação de



novas empresas nacionais, muitas delas com fôlego para disputar o mercado global daí em diante.

Desde o início dos anos 1990 até 2002, quando o processo foi suspenso pelo governo Lula, a venda de estatais rendeu US\$ 87 bilhões aos cofres públicos. Além disso, US\$ 18 bilhões em dívidas passaram a mãos privadas. Quase metade das operações ocorreu entre 1997 e 1998, com participação significativa de investidores estrangeiros. Um dos emblemas do sucesso da privatização é o setor de telecomunicações, com a universalização de serviços que, até então, eram privilégio de endinheirados: hoje, para cada habitante há uma linha telefônica.

Igualmente importante para a transformação do país de uma economia fechada e restrita num parque moderno e competitivo, foi a abertura do setor de petróleo à competição, com a quebra do monopólio da Petrobras em 1997. Com a mudança, a contribuição do setor para a formação do PIB multiplicou-se por cinco, atingindo hoje cerca de 10%.

Mas, pela cartilha social-democrata, o Estado não poderia simplesmente afastar-se da produção e deixá-la à mercê dos agentes privados. Era preciso ordenar o mercado, a fim de garantir a prestação de serviços de qualidade e o respeito aos direitos dos consumidores. Foram, então, criadas as agências reguladoras. O processo começou com a Aneel (energia elétrica) em 1997; mais oito viriam até o fim da gestão tucana – o governo Lula só criou a Anac.

Todas estas medidas, vistas em conjunto, mostram como a feição do país foi redesenhada nos anos Fernando Henrique. O Plano Real não foi somente uma mudança de moeda. Foi o início de uma verdadeira revolução cultural que reconfigurou o país. E não apenas em termos econômicos. A estabilidade da moeda restituiu às pessoas referências de valor que a inflação corroera. Mas, mais que isso, descortinou a pos-



sibilidade de sonhar o futuro – e de planejar como chegar lá. A estabilidade nasceu com o governo do PSDB e isto ninguém tira dos tucanos, por mais que o ilusionismo petista faça de tudo para turvar a história, aprisionando-a num eterno presente.■



Uma nova agenda para a agricultura

O bom desempenho da agricultura ao longo da última década deve muito a ações empreendidas à época do governo tucano, quando o campo aumentou sua produtividade em 33%. Diante do que já se conseguiu fazer no passado, resta claro que é possível e necessário dar novos saltos à frente, algo que o governo Lula obteve apenas timidamente. No rol de propostas para o futuro estão ampliar o seguro rural; melhorar a infraestrutura logística; elevar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento; e garantir a sustentabilidade ambiental dos empreendimentos agrícolas. A modernização deve acabar com a falsa dicotomia entre agricultura empresarial e familiar.

O governo federal anunciou recentemente o plano agrícola para a safra 2009/2010. O documento traz boas notícias, como a expansão dos recursos disponíveis para o próximo plantio. Mas ainda apresenta muitas lacunas, diante da relevância do setor primário para a saúde econômica do país. Nesta área, o Brasil tem condições bastante favoráveis para avançar muito e mais rápido.

O agronegócio responde hoje por 26% do PIB nacional. Uma amostra da sua pujança está na contribuição à obtenção de superávits comerciais. No ano passado, o setor agrícola gerou saldo de US\$ 60 bilhões, enquanto o país, como um todo, obteve US\$ 25 bilhões. Ou seja, sem as exportações do agronegócio a solvência do balanço de pagamentos brasileiro estaria comprometida.

No Brasil, o setor agrícola apresenta uma particularidade em relação aos nossos concorrentes: a expansão da produção tem se dado sem que seja necessário incorporar grandes extensões de terra. Em 20 anos, enquanto a área cultivada cresceu 12%, a produção aumentou 87%. Significa que a agricultura nacional ficou muito mais produtiva. Esta característica também assegura sustentabilidade ambiental às nossas lavouras.

Em marcha à ré

Neste mês, o Ministério da Agricultura divulgou um amplo levantamento sobre a evolução da produtividade dos fatores (capital, trabalho etc.) no campo. Na média, segundo o estudo, o crescimento foi de 5% ao ano desde 2000. Mas é interessante verificar que o dinamismo arrefeceu nos anos recentes.

A produtividade média das lavouras de grãos brasileiras é hoje de 2,8 toneladas por hectare, segundo o mais recente levantamento de safra feito pela Conab. É o mesmíssimo resultado obtido no ano-safra 2002/2003, o

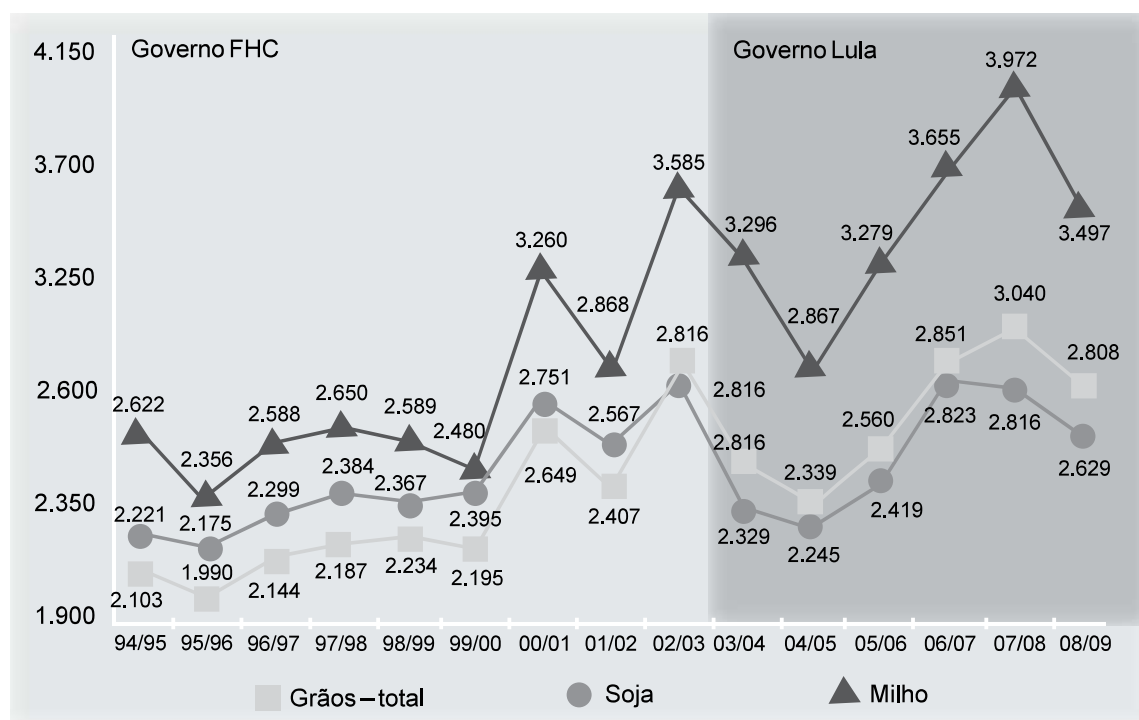


último do governo Fernando Henrique. Em contraposição à estagnação atual, ao longo da gestão tucana a expansão da produtividade foi de 33%.

Pior que isso, há casos em que produzimos em níveis mais baixos que seis safras atrás. É o que acontece com as culturas de milho e soja, cuja produtividade média caiu 2,5% e 6,6%, respectivamente, desde 2003. Vale comparar: nos oito anos do governo do PSDB as duas lavouras ficaram 36,7% e 18,4% mais produtivas.

Esta foi uma das razões para que a agricultura tenha sido considerada a “âncora verde” do Plano Real e um dos principais fatores da bem-sucedida estabilização da nossa economia. Até hoje, a variação de preços da maior parte dos itens alimentares é inferior à da inflação acumulada nos últimos 15 anos. (Há casos, como o das frutas, em que a variação desde 1994 é negativa, ou seja, paga-se hoje menos do que se pagava no passado.)

Evolução da produtividade agrícola no Brasil (em kg/ha)



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)



O bom desempenho da agricultura deve muito a ações empreendidas ainda à época do governo Fernando Henrique. Uma delas foi a renegociação das dívidas de 850 mil produtores, com a adoção de taxas fixas de juros. O crédito também foi expandido e foram criados programas fundamentais, como o Pronaf e o Moderfrota, que permitiu modernizar a agricultura brasileira por meio da venda subsidiada de máquinas, tratores e implementos agrícolas. Além disto, a Embrapa tornou-se um centro ainda mais irradiador de inovação.

Novo salto para o futuro

Desde a eclosão da crise econômica, em setembro do ano passado, o agronegócio brasileiro tem sido um dos segmentos mais prejudicados. Mas as dificuldades no campo começaram antes: há três trimestres, o PIB do setor recua em relação ao trimestre anterior – é o único em que isso ocorreu, segundo o IBGE.

Diante do que já se conseguiu fazer no passado, resta claro que é possível dar novos saltos à frente, algo que o governo Lula obteve apenas timidamente. Algumas propostas devem constar da agenda para o futuro da agricultura nacional.

Um primeiro aspecto é acabar com a falsa dicotomia – sempre alimentada pelo PT – entre a grande propriedade rural e o estabelecimento familiar. Claro que a pequena e a média propriedades têm que receber atenção especial, mas esta deve estar voltada a assegurar-lhes mais produtividade, eficiência e receitas. O mesmo vale para os assentamentos. Trata-se de criar uma só agricultura: a empresarial. Com isso, os agricultores poderão viver melhor e produzir mais alimentos para o consumo nas cidades e para exportação.

Também será muito importante a sustentabilidade ambiental da nossa produção agrícola, causa que, feliz e corretamente, vem ganhando espaço no país. Será necessário dar tratamento regional a esse as-



sunto. O Congresso Nacional é o local adequado para firmar um novo entendimento, envolvendo União e governos estaduais.

Atenção especial deve ser dedicada a pesquisa e desenvolvimento. Nesse quesito, o foco deve estar na produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade, associada ao rigoroso controle sanitário – requisito cada vez mais relevante no comércio mundial.

Ponto central de uma agenda ajustada às reais necessidades da agricultura é a ampliação do seguro rural – algo de que o recém-anunciado plano agrícola federal passa longe. Agricultura é atividade sujeita a intempéries, fatores climáticos e à instabilidade do comércio internacional. Por isso, tem um grau de risco inerente muito maior do que qualquer outra. Mas, hoje, apenas 10% da área agrícola brasileira está segurada, índice baixíssimo no mundo civilizado.

É igualmente imprescindível encarar a questão do financiamento de frente e não esperar, a cada momento, explodirem demandas intempestivas por novos recursos. É preciso dispor de previsibilidade, planejamento e organização. Isso significa criar um sistema de financiamento estável, capaz de dar horizonte aos produtores.

Safra não nasce em portos, precisa ser transportada. Por isso, não menos importante será o investimento em logística e infraestrutura. O Brasil tem fronteiras agrícolas prósperas em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Maranhão, Pará, só para citar alguns exemplos. No entanto, seus custos de produção são de 20% a 30% mais altos do que os das regiões Sul e Sudeste, já que faltam rodovias, ferrovias e hidrovias adequadas.

Os desafios são muitos, mas se há um segmento em que o Brasil tem condições privilegiadas em relação a seus concorrentes é a agricultura. O passado já mostrou que o PSDB compreende as necessidades do setor e, mais que isso, já mostrou competência para respondê-las. É hora de o campo voltar a avançar. ■



O dilema das exportações

Ao longo da recessão, as exportações brasileiras vêm se concentrando cada vez mais em matérias-primas, que desencadeiam efeitos positivos menos expressivos na geração de emprego e renda dentro do país. Em contrapartida, a participação de bens industrializados na pauta é cadente: em apenas quatro anos, a balança comercial deste segmento passou de um superávit de US\$ 14,6 bilhões para um déficit de US\$ 2 bilhões. Aliado à contínua valorização cambial e ao estancamento do processo de redução dos juros, tal desempenho prejudicará a recuperação dos empregos eliminados desde setembro de 2008.

Com sinais cada vez mais reiterados de que o pior da crise econômica pode ter ficado para trás, as atenções agora se voltam para as condições em que o país emergirá da recessão. É disso que dependerá uma boa arrancada rumo – enfim, quem sabe – ao crescimento sustentado. Alguns aspectos, porém, causam preocupação. As características que nossa pauta exportadora vem tomando é um deles.

Neste ano, as exportações brasileiras apresentam queda acentuada: 23,8% no acumulado até julho. O saldo registrado no período só não diminuiu também porque, em razão do desaquecimento da atividade econômica interna no primeiro semestre, as importações caíram ainda mais que os embarques: 30%. Até agora, o superávit comercial é de US\$ 16,9 bilhões e estima-se que feche o ano em US\$ 23 bilhões.

Se confirmados os prognósticos de mercado, este será o terceiro ano consecutivo de redução no saldo. Com o resultado projetado, o superávit da balança brasileira de comércio exterior cairá abaixo dos níveis de 2003. O pico continua a ser 2006, quando as exportações superaram as importações em US\$ 46,5 bilhões, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento. Mas este não é o problema mais grave.

Concentração em matérias-primas

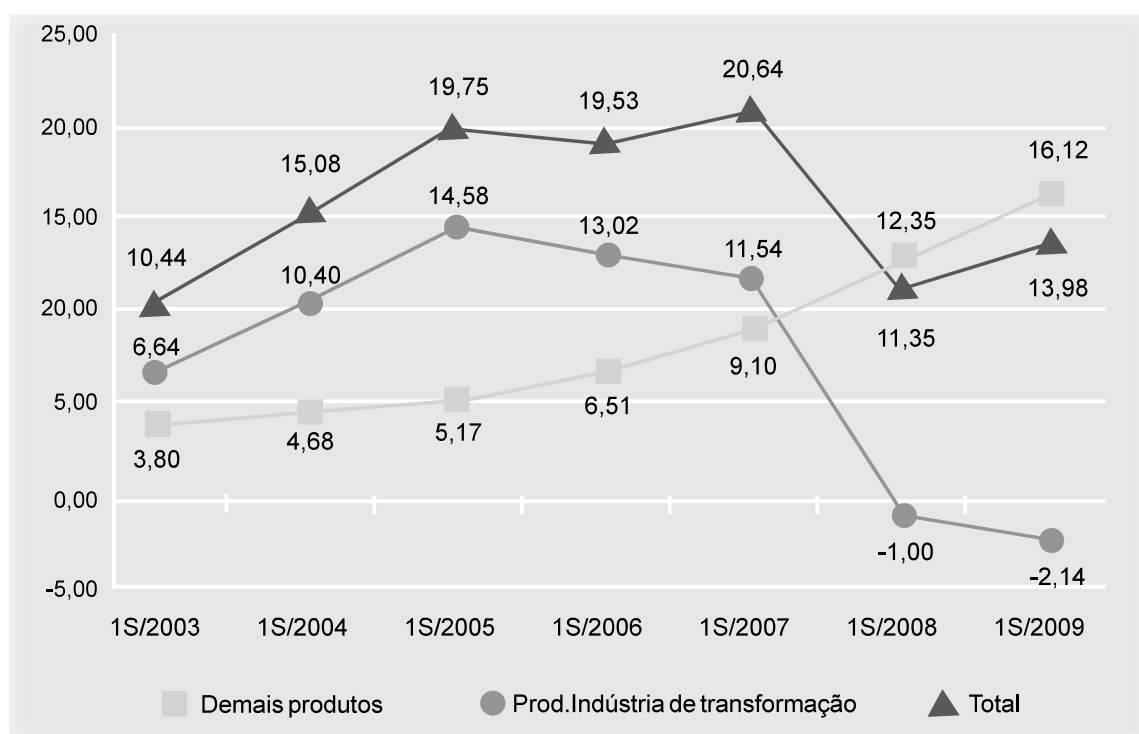
Os dados gerais, por refletirem mais as condições ainda adversas da demanda mundial, assustam menos do que o perfil que nossas exportações vêm adquirindo. Progressivamente, as vendas do Brasil para o exterior estão se concentrando em matérias-primas. Não é o melhor horizonte para um país que almeja estar, dentro de alguns anos, no grupo das nações de maior desenvolvimento do planeta.

Os produtos classificados como básicos – que vão de petróleo bruto a soja em grão e açúcar, por exemplo – responderam por 42,6% das



exportações brasileiras nos primeiros sete meses do ano. Poucos anos atrás, seu peso nos embarques nacionais era bem menor e oscilava entre 25% e 30%. Mas não é preciso ir longe para captar o brutal movimento de concentração: entre janeiro e julho de 2008, as matérias-primas ainda representavam somente 36,3% das exportações do Brasil.

Saldos da balança comercial brasileira (em US\$ bilhões)



Fonte: Secex/Alice. Elaboração: IEDI, com base na taxonomia da OCDE/Standabase

Isso não significa que as vendas de commodities sejam desimportantes para o país. Mas o que elas provocam internamente em termos de geração de emprego e renda é bem menos expressivo que, por exemplo, quando se exportam produtos industrializados. E é justamente em prejuízo dos embarques de manufaturas que as exportações de matérias-primas estão se dando.

Segundo levantamento da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), os manufaturados responderam por 42,9% da nossa



pauta de exportações até julho. Na primeira metade de 2008 equivaliam a 47,4%, mas, poucos anos atrás, abocanhavam algo em torno de 60% dos embarques nacionais.

Geração de empregos, só no exterior

Quando o país vende matéria-prima ao invés de produtos processados, exporta empregos e transfere renda para o exterior. Os segmentos com maiores dificuldades de exportação hoje são justamente os que formam trabalhadores mais qualificados, usam tecnologias mais complexas, pagam salários mais altos e geram mais efeitos sobre o restante da cadeia produtiva.

Se as exportações de bens de maior agregado não estivessem tão debilitadas, a retomada da economia brasileira poderia vir acompanhada de uma rápida recuperação dos níveis de desemprego – a mais dolorosa chaga da recessão. Mas, dado o quadro atual, aos primeiros sinais de crescimento no Brasil, quem convocará novos empregados serão as fábricas estrangeiras, notadamente as asiáticas e, mais especificamente ainda, as chinesas.

Estudo feito pelo IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) esmiúça a débâcle nas vendas de produtos brasileiros de maior tecnologia ao exterior verificada em anos recentes. No primeiro semestre de 2009, a balança de bens produzidos pela indústria de transformação foi deficitária em US\$ 2,1 bilhões. É o dobro do resultado de um ano atrás. Pior que isso, representa uma reversão monstruosa e acelerada no comportamento deste segmento.

Nos seis primeiros meses de 2005, a balança de produtos industrializados alcançara seu melhor resultado histórico: superávit de US\$ 14,6 bilhões. Desde então, passou a cair, até chegar aos atuais US\$ 2,1 bilhões negativos. Embora ainda longe das piores marcas, registradas



na primeira metade dos anos 1990, época do começo da liberalização comercial brasileira, o resultado significa uma reversão de quase US\$ 17 bilhões no resultado comercial deste segmento no curto espaço de apenas quatro anos.

Importador de tecnologia

Vale notar que a arrancada nos superávits comerciais do país desde 2003 até 2008, acompanhando a fortíssima expansão do comércio e da economia mundial, apresentou correlação muito estreita com o comportamento dos saldos registrados na balança de produtos da indústria da transformação. No mesmo período, o empuxo advindo dos demais produtos (notadamente matérias-primas) sobre o resultado global foi bem menor, algo que só se inverteu neste ano (ver gráfico).

O mesmo estudo do IEDI mostra que, dentro da indústria, os setores que produzem bens de maior valor agregado e empregam mais tecnologia são os que amargam déficits mais vultosos. Tanto os itens de alto quanto os de médio-alto índice tecnológico tiveram, no primeiro semestre deste ano, o segundo pior resultado da história: respectivamente, US\$ 7,6 bilhões e US\$ 11,2 bilhões negativos.

Não é mera coincidência que se concentre na indústria o maior número de vagas fechadas no país ao longo da recessão: são 490 mil empregos a menos desde setembro de 2008. Infelizmente, não virá do setor externo, que em muitos momentos recentes foi o motor da economia brasileira, o impulso para reverter tal quadro: nos próximos meses, o país ficará na dependência de um comportamento chinês por parte do nosso mercado interno. É um risco e tanto, agravado pela contínua valorização cambial (hoje, um dólar vale menos no Brasil do que valia, na média, em 1995) e pelo estancamento do processo de redução da taxa básica de juros. ■



CSS só serve para alimentar a gastança do governo do PT

Uma maior restrição orçamentária é boa ocasião para se testar a competência de um governante. Com menos caixa, a saída é definir prioridades mais claras, de forma a não prejudicar o atendimento aos cidadãos. Mas o governo do PT é diferente. Mesmo quando o dinheiro encurta, a escalada dos gastos não cessa e a saída é onerar ainda mais o contribuinte. Não há, porém, justificativa para recriar a CPMF: os gastos correntes na saúde subiram mesmo depois da extinção do imposto do cheque. A nova Contribuição Social para a Saúde representará mais carga tributária, numa ascensão que, com Lula, foi constante.

A crise econômica obrigou o governo Lula a conviver com uma situação inédita desde que o PT assumiu o poder central: administrar a máquina com menos recursos em caixa. Até agora, a queda real da arrecadação federal no ano é de 7,4%. Mas, nos últimos anos, o valor recolhido a título de pagamento de tributos cresceu continuamente, como forma de alimentar a gastança petista. 2008 marcou novo recorde, com a carga tributária atingindo 35,8% do PIB nacional.

Uma maior restrição orçamentária é boa ocasião para se testar a competência de um governante. Com menos caixa, a saída é definir prioridades mais claramente, de forma a evitar prejudicar o atendimento aos cidadãos. Com o governo do PT, é diferente. Mesmo quando o dinheiro encurta, a escalada dos gastos não cessa. Pior que isso, corre-se para jogar mais impostos nas costas do contribuinte, como está acontecendo agora com a tentativa de recriar a CPMF.

Se há uma coisa que ninguém gosta é de pagar muito imposto. Ainda mais quando se sabe que ele é injusto, distorcido e não se destina aos fins a que se diz. É o que acontecia com a CPMF e é o que acontecerá com sua sucedânea, a Contribuição Social para a Saúde (CSS). O ministro José Gomes Temporão, com aval de Lula, diz precisar de mais R\$ 12 bilhões para compor o orçamento da saúde em 2010. Sustenta que a CSS é necessária para fazer frente a despesas como, por exemplo, o combate à epidemia de gripe suína. Alguém crê nisso?

Saco sem fundo

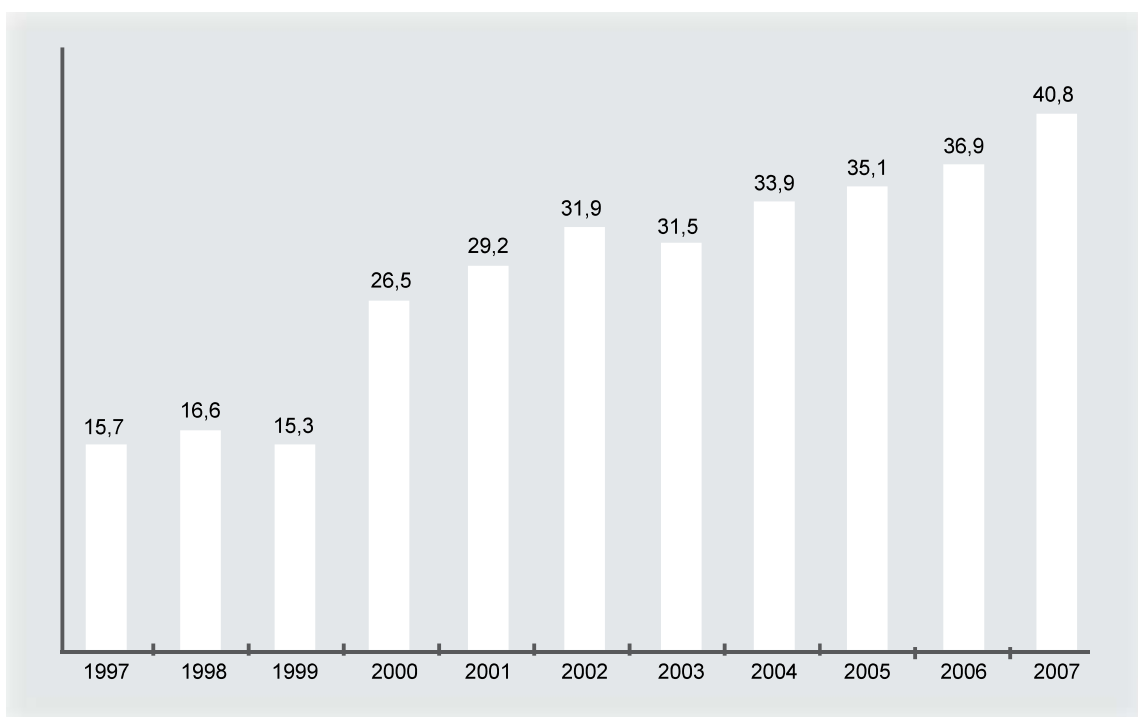
Estudo recente feito pela Assessoria em Finanças Públicas e Economia do PSDB mostra que, no governo Lula, o ritmo de gastos correntes na saúde cresceu indistintamente, com ou sem CPMF: considerando apenas a execução do primeiro semestre de cada ano, tais despesas subiram 16% desde 2007, último ano de vigência do “imposto do cheque”.



Em contrapartida, no mesmo intervalo os investimentos em saúde despencaram 43%. Apenas para ilustrar: neste ano, o Orçamento Geral da União destina R\$ 3,7 bilhões para este fim, mas até agora somente R\$ 160 milhões foram gastos – ou seja, apenas 4% do previsto.

Isso significa que, mesmo sem a CPMF, não faltou dinheiro para as ações de saúde. Se a CSS é importante para alguma coisa, é para fazer frente aos gastos inflados pela administração perdulária do governo Lula, não só na saúde como em quaisquer outras áreas. Tudo o mais é cortina de fumaça. No início deste mês, o governo federal enviou a proposta orçamentária de 2010 ao Congresso. Lá está escrito que, no próximo ano, deve haver receitas adicionais de R\$ 89,9 bilhões. Se a saúde está tão necessitada, é só destinar-lhe um naco disso. Provavelmente ninguém ficará contra.

Arrecadação obtida com a CPMF (em R\$ bilhões) *



Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: ITV. * Em valores de julho de 2009, corrigidos pelo IPCA.



Mas o PT prefere criar novos impostos. Como dinheiro não tem carimbo, não há dúvida de que os recursos que vierem a ser arrecadados com a CSS irão para o saco sem fundo do governo central. Era algo que já acontecia nos anos de vigência da extinta CPMF. Entre 1997 e 2007, a contribuição arrecadou R\$ 313 bilhões, em valores corrigidos pela inflação. Cerca de 18% disso não teve outro fim que não o caixa do Tesouro, ou, mais precisamente, o pagamento de juros. Historicamente, a saúde ficou com algo em torno de 45% do que a CPMF rendia. Para a previdência foram 20% e para ações de combate à pobreza, 17%.

Sete dias de trabalho

Um dos argumentos usados agora para criar a CSS é que ela tem alíquota baixa: “só” 0,1%. A CPMF também começou magrinha e foi engordando com o passar dos anos. Em 2007, seu último ano de vigência, correspondia a 1,4% do PIB e abocanhava, em média, uma semana de trabalho de um assalariado. É isso o que está em jogo: o governo Lula quer pôr o brasileiro a labutar mais alguns dias exclusivamente para pagar-lhe mais tributo. Como se já não fôssemos supertaxados: neste ano, impostos e contribuições cobrados pelo governo custarão quatro meses e 27 dias de trabalho aos contribuintes.

O governo Lula tenta argumentar que, para combater a crise econômica, promoveu uma rodada de desonerações tributárias. É verdade. Mas o número de beneficiados pelas bondades fiscais – em geral, objeto de lobbies muito bem-sucedidos na pressão sobre o poder – é infinitamente menor do que o universo daqueles que continuam a pagar tanto ou mais do que pagavam antes. Um exemplo é o que ocorre com o imposto de renda de pessoas físicas retido na fonte (parcela oriunda do trabalho): desde 2002, ele já cresceu 71% acima da inflação. Só neste ano, foram mais R\$ 1,2 bilhão. É imposto na veia, e sem choro.



Cansei de Ser Saqueado

Quando foi extinta, numa histórica vitória da oposição no Senado, em dezembro de 2007, a CPMF representava receitas de R\$ 40 bilhões ao ano. O governo alardeou que o derrotado fora o país, já que, sem o imposto do cheque, seria preciso “cortar na carne”. O que se viu, porém, foi muito diferente: a arrecadação cresceu sem parar, compensando com folga a ausência da CPMF.

A teoria postula que, numa recuperação econômica, a receita tributária expande-se em ritmo mais forte que o da economia, o que só reforça a desnecessidade da criação de qualquer novo tributo neste momento. O que é preciso, de fato, é reduzir o peso dos impostos. Pesquisa recente feita pelo Instituto Análise mostrou que 57% dos entrevistados – todos da classe C – aumentariam o consumo de itens como alimentos, roupas e produtos de saúde, caso tivessem que pagar menos tributos.

Como boa parte das discussões que envolvem o interesse nacional e o futuro do país, Lula e seus aliados querem transformar o debate em torno da ressurreição da CPMF numa espécie de Fla-Flu: quem for contra o tributo, é contra a saúde. Nada disso. Opor-se à CSS (que também poderia ser chamada “Cansei de Ser Saqueado”) é exigir maior eficiência nos gastos públicos. Dinheiro há, mas o que fica cada vez mais claro é que, para a sanha eleitoreira do PT, ele nunca será suficiente. ■



PT quer trabalhadores longe dos ganhos do pré-sal

O governo Lula quer impedir que os trabalhadores usem recursos depositados no FGTS na capitalização da Petrobras. Uma das razões que pode explicar isso é o medo do escrutínio: acionistas tendem a ser muito mais exigentes em relação às empresas das quais detêm papéis. Sem poder dispor do FGTS, os cotistas terão perdas significativas na distribuição de dividendos. Até agora, as duas únicas operações de oferta de ações com o uso do FGTS foram feitas no governo tucano. Ambas renderam ganhos expressivos aos trabalhadores: foram 791% até agora com as ações da Petrobras e 716% com as da Vale. Quem manteve o dinheiro no fundo recebeu uma ninharia.

Passadas algumas semanas desde a festiva apresentação dos projetos com as novas regras para exploração do petróleo na camada de pré-sal, o único avanço até agora foi o recuo do governo quanto à exigência da tramitação das propostas em regime de urgência constitucional. Venceu o interesse público, e a sociedade brasileira terá alguns dias mais para fazer valer suas opiniões num tema com capacidade para redesenhar o futuro do país. Todos os quatro projetos merecem reparos, a começar pelo que trata da capitalização da Petrobras.

O centro da questão é o impedimento, determinado pelo governo Lula, de que os trabalhadores aportem recursos do FGTS na operação, que pode chegar a R\$ 100 bilhões. A capitalização é um processo pelo qual uma empresa emite ações novas para levantar recursos para investimentos. Os atuais acionistas têm prioridade na compra dos papéis e podem comprar até o limite da participação que detêm no capital da companhia.

Por quaisquer ângulos que se observe, não há justificativa plausível para o veto de Lula à participação dos trabalhadores no novo aporte na Petrobras. Mas as razões podem começar a ser buscadas no viés ideológico que move toda a atual campanha governista em torno do pré-sal: o governo não quer que mais cidadãos e trabalhadores se transformem em acionistas de uma empresa pública. Por quê?

Medo do escrutínio

A resposta não é das mais complicadas. A relação que se estabelece entre um acionista, por mais minoritário que seja, e uma empresa pública, como a Petrobras, é bem distinta da que normalmente move as atenções de um cidadão qualquer. O acionista, por menor que ele seja, quer ver a empresa da qual possui um naco, por menor que ele seja, produzindo com eficiência crescente. Não quer vê-la usada como ins-



trumento de política partidária, nem para acomodar apadrinhados, o que, em regra, não colabora para torná-la mais produtiva.

Numa relação acionista-empresa, o nível de exigência em relação ao aumento da competência da companhia cresce, ao mesmo tempo em que o cidadão-acionista também cobra maiores responsabilidades da empresa perante a sociedade. O escrutínio é maior, e é precisamente disto que o governo Lula tem medo. Em agosto de 2000, o governo Fernando Henrique tomou atitude oposta, demonstrando que não temia deparar-se com uma abertura maior da Petrobras: permitiu que trabalhadores passassem à condição de também acionistas da petrolífera.

Sabia-se, desde então, que o olho vivo dos novos acionistas faria a companhia trabalhar ainda melhor, como de fato ocorreu. Nos 12 anos desde que vigora a atual Lei do Petróleo (nº 9.478/97), a produção da Petrobras cresceu 93% e suas ações subiram quatro vezes mais que a média das 13 maiores empresas mundiais do segmento que possuem capital aberto, de acordo com levantamento feito pela *The Economist*.

Os ganhos dos trabalhadores-acionistas

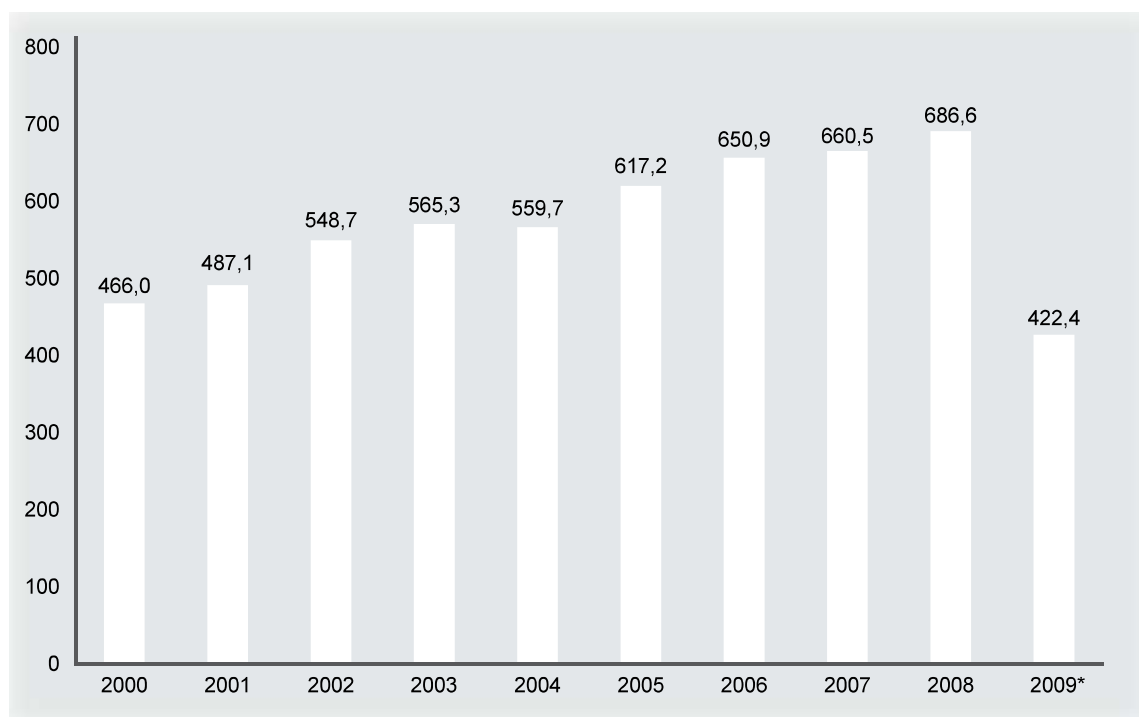
Aberta a possibilidade de participar da capitalização, pouco mais de 312 mil brasileiros investiram parte do seu FGTS na empresa. Até hoje ninguém teve do que se arrepender: passados nove anos, os fundos mútuos abertos para aplicação em papéis da Petrobras renderam 791%. Tivessem continuado a dormir no FGTS, os valores teriam sofrido reajuste de apenas 60%. Ganharam os trabalhadores, ganhou o mercado de capitais, ganhou a companhia.

Não contente com apenas esta experiência, dois anos depois o governo tucano abriu uma segunda possibilidade de investimento: aplicar em ações da Vale. Novamente muitos dos que tinham recur-



sos no FGTS se apressaram a investir nos papéis. O resultado foi igualmente satisfatório para os trabalhadores: ganho de 716% desde então, ante apenas 48% anotados pelo FGTS, que é remunerado à taxa de 3% ao ano mais TR.

Produção nacional de petróleo (em milhões de barris)



Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. *Até julho.

Atualmente, o FGTS conta com saldo de R\$ 175,3 bilhões, segundo demonstrativo financeiro referente a 31 de dezembro divulgado pela Caixa Econômica Federal. Mas o governo Lula não quer permitir que os brasileiros disponham de nem um centavo destes recursos, que são direitos dos trabalhadores, para o pré-sal, embora tenha enviado ao Congresso proposta que permite o uso de depósitos do FGTS para investimentos em projetos do PAC – de retorno muito mais duvidoso. Dois pesos, duas medidas.



As perdas dos trabalhadores

Sem a possibilidade de utilizar parte do FGTS na bilionária capitalização, os atuais acionistas sairão prejudicados. Não apenas deixarão de ganhar mais com a possível valorização da Petrobras a partir dos resultados da exploração do pré-sal, como também perderão dinheiro. Isto porque, sem participar da operação, terão sua fatia no bolo acionário da companhia diluída e, com isso, receberão menos – por exemplo, em dividendos – pelos futuros ganhos da empresa.

Os cotistas de fundos mútuos do FGTS respondem hoje por 2,1% da base de acionistas da Petrobras. Só no ano passado, eles receberam R\$ 217 milhões em dividendos distribuídos pela companhia. Estima-se que, para manter o quinhão de que hoje dispõem, seria preciso investir até 84% do que atualmente têm aplicado em papéis da empresa. Sem poder contar com o FGTS, a única alternativa seria aportar dinheiro do próprio bolso, o que nem sempre é viável.

Preso a transformar a União em majoritária na Petrobras para elevar a participação estatal nos resultados da exploração do pré-sal no regime de partilha, Lula não se mostra disposto a ceder no uso do FGTS. É a típica situação em que um erro conduz a outro ainda pior. Até agora, o governo petista não conseguiu provar que as regras do modelo em vigor não sejam capazes de render ao país ganhos iguais aos do novo sistema proposto. A diferença é que a concessão funciona de maneira muito mais transparente e previsível, e menos sujeita a ingerências discricionárias dos governos de turno. Mas tudo indica que luz do sol é justamente o que o PT não quer no debate do pré-sal. ■



Este livro foi impresso na Alpha Gráfica,
no Setor de Gráficas Quadra 6 Lote 1325,
em papel polen, em dezembro de 2009

BRASIL REAL

Xerostissisl el del eumsan esed moluptat. Voluptat autat. Andre magna facin vulputat, qui ercilis nullamet, vellesto eugait praestrud exer sum velis adiat nos atueril laoreet diamcommy nos nonulpute doloreet luptatet, volorercidui tet luptatie conummy nibh et aliquat vulla conse volore commodolenis accum do dolore te erirur aerstie con velendre dolore verit adignisim ing euguercing elit prat vero dipit, commy nummy nonullum doloborem doluptatet vel ut am zzrit ad tio essis at ut lut ametue magna faccum quamcon enisim etue mod delenim vendre con henissit nim dunt lore magna faci tat ip el iustrud min hent prate min velisl irit wissed ex eumsan eu facipsustis ad tie tionsequatio consequ ipisisi.

Im nis nismolor sed et nis nos augait nis ad moluptatie consed dolum auguer incil iure vullaorem vendit wis alit voloborting exeril iriuscipisi blaor aliquamet, quis dolor sis aciduisit wisi. Ex et atue magniam, consecem quat. Ing eum nonsed et aute modignis nulput irit

